

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP-GeR

MÓDULO 3 | POLÍTICAS PÚBLICAS E RAÇA



Luiz Inácio Lula da Silva
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nilcéa Freire
MINISTRA DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SPM-PR

Eloi Ferreira de Araujo
MINISTRO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEPPIR-PR

Fernando Haddad
MINISTRO DA EDUCAÇÃO – MEC

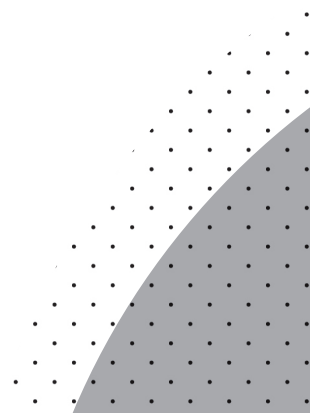
André Lázaro
SECRETÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE – SECAD/MEC

Maria Luiza Heilborn
Sérgio Carrara
COORDENADORES DO CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – CLAM/IMS/UERJ

REALIZAÇÃO
Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM-PR
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR-PR
Ministério da Educação - MEC
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/SAE
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM
Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM/IMS/UERJ

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP-GeR

MÓDULO 3 | **POLÍTICAS PÚBLICAS E RAÇA**



COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL

Maria Elisabete Pereira (SPM)

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Maria Luiza Heilborn (CLAM)

COORDENAÇÃO ACADÊMICA ADJUNTA

María Elvira Díaz Benítez

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Andreia Barreto

Leila Araujo

COORDENAÇÃO DE CONTEÚDO

Jurema Werneck

Lourdes Maria Bandeira

Márcia Lima

Maria Elisabete Pereira

Maria Luiza Heilborn

Mario Lisboa Theodoro

Rosangela Malachias

COORDENAÇÃO DE**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Laura Coutinho

REVISÃO

Aline Duque

Bel Santos Mayer

LEITURA CRÍTICA

Anna Paula Vencato

Cristiane Cabral

Fabíola Cordeiro

Fabíola Rohden

Paulo Jorge Ribeiro

Rachel Aizengart

Schuma Schumacher

Thais Corral

COLABORAÇÃO

Alessandra Maria Silva Pinto

Alexandre Abdal Cunha

José Maria Nunes Pereira Conceição

Solange Dacach

Sônia Beatriz do Santo

Vera Lion

PROFESSORES ESPECIALISTAS

Antonio Carlos (Billy) Malachias

Bel Santos Mayer

Carlos Alberto Santos de Paulo

Cecília de Mello e Souza

Fábia Oliveira Martins de Souza

Felícia Picanço

Flávia Rios

Gislene Aparecida dos Santos

Guacira César

Ignacio Cano

Jose Eustáquio Diniz Alves

José Maurício Arruti

Jurema Werneck

Lourdes Maria Bandeira

Lúcia Xavier

Luena Nunes Pereira

Márcia Lima

Márcio André dos Santos

Márcio Macedo

Maria Claudia Cardoso Ferreira

María Elvira Díaz Benítez

Maria Luiza Heilborn

Mário Theodoro

Paulo Afonso de Araujo Quermes

Rosangela Malachias

Silvana de Paula

Sonia Correa

Vera Lúcia Benedito

EQUIPE GOVERNAMENTAL**SPM-PR**

Hildete Pereira de Melo

Maria Elisabete Pereira

Maria Lúcia de Santana Braga

SEPPIR-PR

Martvs Antonio Alves das Chagas

Valéria de Oliveira

Verônica Lemos de Oliveira Maia

SECAD/MEC

Barbara da Silva Rosa

Daiane de Oliveira Lopes Andrade

Jose Zuchiwschi

Leonor Franco de Araujo

Rosilea Maria Roldi Wille

CONSELHO CIENTÍFICO

Isidório Telles (IPEA)

Joselina Silva (UFCE)

Maria Aparecida Bento (CEERT)

Kabenguele Munanga (USP)

Sonia Dias

Sueli Carneiro (Geledés)

CLAM/IMS/UERJ

IPEA

SECAD-MEC

SEPPIR-PR

SPM-PR

UNIFEM



Copyright © Centro Latino-Americano
em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM/IMS/UERJ

ORGANIZAÇÃO

Maria Luiza Heilborn

Leila Araújo

Andreia Barreto

PROJETO GRÁFICO

Nitadesign | Anna Amendola

REVISÃO GRAMATICAL

Maria Lucia Resende

G326

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR: módulo III /
Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. –
Rio de Janeiro : CEPESC, Brasília : Secretaria de Políticas para
as Mulheres, 2010.

238 p. ; Il.

ISBN 978-85-89737-17-3

Conteúdo: v.1. Políticas públicas e promoção da igualdade; v.2.
Políticas públicas, sexo e gênero. v.3. Políticas públicas, raça e etnia;
v.4. Estado e sociedade; v.5. Gestão de políticas públicas; v.6. Meto-
dologia da pesquisa.

1. Gênero. 2. Raça. 3. Políticas públicas. I. Heilborn, Maria Luiza. II. Araújo,
Leila. III. Barreto, Andreia. IV. Centro Latino-Americano em Sexualidade e
Direitos Humanos. V. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Ficha catalográfica : Sandra Infurna - CRB-7 - 4607

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
UNIDADE 1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA IDEIA DE RAÇA	10
INTRODUÇÃO AO RACISMO	11
A IDÉIA DE RAÇA ATÉ O SÉCULO XIX	19
ESCRavidÃO, RAÇA E MESTIÇAGEM	27
O RACISMO CIENTÍFICO	35
DARWINISMO SOCIAL	45
RAÇA, CULTURA E ÉTNIA	51
ANTROPOLOGIA, ANTIRRACISMO, DESCOLONIZAÇÃO	57
UNIDADE 2 O PERCURSO DO CONCEITO DE RAÇA NO CAMPO DE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL	68
QUANDO A RAÇA PASSOU A SER UM PROBLEMA NACIONAL:	
ABOLIÇÃO, TEORIAS RACISTAS E O IDEAL DE "EMBRANQUECIMENTO"	69
O/A MESTIÇO/A COMO SÍMBOLO NACIONAL: CASA GRANDE & SENZALA,	
CULTURA, O BRASIL MESTIÇO E A DEMOCRACIA RACIAL	79
ANOS DECISIVOS 1940-1960: A POSSIBILIDADE DA DEMOCRACIA RACIAL	85
PRECONCEITO DE CLASSE OU DE COR, OS ESTUDOS DA UNESCO	95
ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DE DESIGUALDADES NO BRASIL	
E O DEBATE ENTRE SOCIÓLOGOS/AS E ANTROPÓLOGOS/AS	105
UNIDADE 3 MOVIMENTO NEGRO E MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS:	
UMA AGENDA CONTRA O RACISMO	172
A FORMAÇÃO DO MODERNO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: DO INÍCIO DO SÉCULO XX AO ESTADO NOVO	173
A FORMAÇÃO DO MODERNO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: PÓS-ESTADO NOVO	179
MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: INTELCTUAIS, ORGANIZAÇÕES E PROJETOS POLÍTICOS	189
ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS: SUAS DEMANDAS, SEUS PROJETOS	195
A CONSTRUÇÃO DE AGENDA ANTIRRACISTA DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO	203
O MOVIMENTO NEGRO E A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ: DAS LEIS À IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS	211
BIBLIOGRAFIA	221



POLÍTICAS PÚBLICAS E RAÇA

O fim da escravidão no Brasil, atrasado em relação ao mundo, não significou nem reconhecimento nem reparação das inúmeras perdas que foram impostas à população negra. Nos diversos setores das políticas públicas, seja na educação, na saúde, no trabalho, na habitação, na segurança, a iniquidade tem sido a tônica. Quando se considera a interseção dos indicadores de gênero e de raça tem-se como resultado a dramática situação das mulheres negras no país. O setor saúde apresenta taxas de mortalidade materna de mulheres negras, por causas evitáveis, seis vezes maiores do que as de mulheres brancas, o que eleva as taxas de mortalidade das mulheres negras neste ciclo específico da vida – o da reprodução, a patamares inaceitáveis.

A frequência de homicídios contra a população negra aumentou de 24.763 vítimas de assassinatos para 29.583 entre os anos de 2000 e 2006, segundo dados do Ministério da Saúde. São as negras e os negros que vivenciam as piores posições no mercado de trabalho, maior taxa de desemprego ou de trabalho informal.

Em relação à educação, a situação da população negra é bastante desfavorável, sendo grande a concentração nas faixas de menor escolaridade – do analfabetismo até o ensino médio incompleto, significando maior dificuldade de permanecer e progredir nos estudos, o que coloca limites importantes em sua trajetória profissional.

O Módulo 3 deste curso, Políticas Públicas e Raça, pretende fazer uma retrospectiva histórica da construção do conceito de raça e do protagonismo dos movimentos negros e, especialmente de mulheres negras, na produção de diagnósticos sobre as desigualdades raciais e na proposição de políticas de promoção da equidade.



INTRODUÇÃO AO RACISMO

QUANDO E ONDE EMERGE O FENÔMENO DO RACISMO?
O QUE É RACIALISMO?

No Módulo I deste curso, ao definirmos raça, afirmamos que “o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (MUNANGA, 2003:27). Nesse sentido, o racismo, que é indissociado da construção de raça, será abordado neste texto como um fenômeno híbrido e multifacetado, que se combina com outros fenômenos, como o nacionalismo, o imperialismo, o **etnocentrismo**, o classismo etc. Devem-se incluir no fenômeno não apenas as manifestações mais agressivas e evidentes de intolerância e ódio racial, mas também as situações de racismo implícito ou simbólico, **que escapam às categorizações mais óbvias do racismo segregacionista.**

Ao longo da história das concepções de raça e das concepções racistas, percebem-se as metamorfoses das ideias e do vocabulário raciais por intermédio da resignificação do conceito de cultura e das defesas mais extremadas do diferencialismo, ou seja, da defesa da manutenção da di-

ferença cultural e, conseqüentemente, do medo da mistura, seja ela biológica ou cultural.

Entretanto, se, por um lado, a negação da assimilação e da mistura reitera um racialismo mais evidente, uma forte necessidade de distinção entre os grupos, por outro lado, a miscigenação, nas concepções nacionalistas, aparece como ideal das sociedades e é defendida como forma de superação das diferenças e de homogenização do “corpo social”. Nessa visão, a unidade nacional é fruto da fusão ou coincidência entre cultura e raça, condição para se superar uma diversidade inicial, ou seja, quando interna à nação, a diferença é temida e indesejada.

Partindo do pressuposto de que o campo de debate em torno de raça e o fenômeno do racismo tem muitas vertentes, fontes e desdobramentos, nesta unidade abordaremos as origens da ideia de raça e faremos uma recuperação histórica da forma como essa ideia foi construída nas ciências naturais até o século XIX e como foi repensada nas ciências sociais, na Antropologia em particular, a partir do século XX.

Sendo assim, ao iniciar este texto, é essencial definirmos o que entendemos por racismo do ponto de vista histórico.

ALGUMAS TEORIAS E DEFINIÇÕES

Uma das concepções sobre raça e racismo defende que a ideia de raça só teria surgido no século XIX, com a noção científica de raça e com o racismo científico, chamado por alguns de *racialismo*.

Essa posição tende a desconsiderar as concepções de raça presentes no Iluminismo e no tráfico de escravos. Sobre o tráfico, alegam não se conformar numa teoria científica, uma vez que se partia de uma classificação de populações pela aparência, no contexto da descoberta do continente americano (Novo Mundo), da conquista dos seus

*Diferenças
morfológicas
(físicas) e
hereditárias,
tecnicamente
mensuráveis,
defniam ou
assinavam as
diferenças morais
e culturais entre
grupos humanos.*

COLONIALISMO

habitantes e pela montagem do escravismo e tráfico atlântico (a partir do século XVI). Nessa abordagem, as teorias do século XIX trariam uma conceitualização “pseudocientífica” do racismo, no qual diferenças morfológicas (físicas) e hereditárias, tecnicamente mensuráveis, definiam ou assinalavam as diferenças morais e culturais entre grupos humanos. Tal **teoria de hierarquização racial (biológica) teria justificado as ações coloniais, segregacionistas e/ou de extermínio de populações ditas inferiores, de ódio racial, bem como as políticas antiassimilacionistas e antimiscigenação.** As consequências deste “racismo científico” foram os eventos dramáticos do **COLONIALISMO**, do **nazismo** e do *apartheid*.

Como vamos detalhar mais adiante, o “racismo científico” do século XIX foi desmontado, enquanto ciência, por meio das argumentações da antropologia moderna, já na década de 1920, e depois pela ciência biológica baseada nos conhecimentos genéticos nas décadas posteriores. Alguns consideraram que, **se o racismo teve grande impulso enquanto produto da ciência de uma época, esse mesmo racismo poderia também ter desaparecido ou esmaecido após ser desmontado pela ciência atual.** No entanto, como já vimos nos estudos até agora, **o racismo e a convicção da existência de raças parecem continuar resistentes às teorias científicas que os desmentem.**

Por essa concepção, associado a uma doutrina científica e ideológica, o racismo atual passaria a ser explicado por intermédio de sobrevivências ou persistências de ideias do passado; enquanto

Política pela qual uma nação mantém sob seu domínio econômico, político ou cultural outra nação ou território (Houaiss). A colonização mais recente da África teve início com os descobrimentos portugueses no século XIV. No século XV, a colonização se expandiu entre as potências europeias (ingleses, franceses, holandeses) ligadas à expansão marítima e à necessidade de rotas alternativas para o Oriente. Nessa época, a exploração europeia começou a capturar milhões de africanos/as, dando início ao processo da Escravidão. No século XIX, com a expansão do capitalismo, começou uma nova etapa de colonialismo, com uma nova corrida ao continente africano. Foram criadas novas colônias com Alemanha, Bélgica e Itália. No início da Primeira Guerra Mundial, 90% das terras africanas eram dominadas por países europeus. A colonização não respeitou as características étnicas e culturais de cada povo, o que resultou em conflitos e guerras internas que se estendem até os dias de hoje. A colonização das Américas por portugueses e espanhóis aconteceu principalmente nos séculos XV e XVI. Os/as indígenas moradores/as nas Américas foram perseguidos/as e escravizados/as e as civilizações maia, asteca e inca foram massacradas pela colonização espanhola.

fruto da ignorância, o racismo estaria restrito às manifestações mais agressivas: **xenofobia**, segregação e ódio racial, medo da mistura. No entanto, como já dissemos, essa posição desconsidera o peso e profundidade histórica da produção do racismo séculos antes da emergência do racismo científico (TAGUIEFF, 1997); não atenta para as bases materiais e ideológicas que sustentaram a hierarquização das populações pela aparência, por meio do processo de dominação empreendido na colonização das Américas.

A escravização dos/as africanos/as e seus/as descendentes alternou práticas racistas mais agressivas e exclusivistas e racismos menos evidentes traduzidos em crenças, atos e comportamentos não explícitos, produzindo discriminações mais ou menos veladas, que não impediram a convivência íntima, embora hierarquizada, entre dominados e dominantes distinguidos pela cor e pela origem.

A segunda teoria, radicalmente divergente da anterior, entende o **racismo como uma derivação do etnocentrismo**, ou seja, o racismo teria origem na idealização de algumas sociedades, grupos e culturas como modelos a serem seguidos e como parâmetro para julgar **de forma negativa** as demais sociedades. O racismo, nessa visão, seria apenas um modo específico do etnocentrismo, de julgar o “outro” a partir da aparência e hierarquizar grupos humanos pela distinção racial. Nessa teoria, o racismo aparece como algo naturalizado, posto que é apenas um tipo histórico de um modo universal de julgar e agir com relação à “diferença”.

Tal “racismo etnocêntrico” teria ganhado uma roupagem científica no século XIX, no contexto europeu, tomando um desenvolvimento mais radicalizado e universalizado a partir da expansão colonial e da globalização, com as **MIGRAÇÕES EM MASSA**.

MIGRAÇÃO EM MASSA

No final do século XVIII e início do XIX, o governo brasileiro desenvolve uma política de imigração em massa para atrair famílias de imigrantes europeus, oferecendo lotes de terra para que se estabelecessem como pequenos/as proprietários/as agrícolas (alemães/ãs e italianos/as em Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Para o Estado de São Paulo, a política migratória foi de obter mão de obra para a lavoura do café. Os/As imigrantes pobres recebiam passagem e transporte para as fazendas. A escolha da imigração em massa tinha intenção de substituir o trabalho escravo, pois a escravidão estava em crise. A imigração aconteceu em cadeia, principalmente para os Estados Unidos, Argentina e Brasil.

Entre uma teoria que pensa o racismo como produto do cientificismo classificatório do século XIX e da hierarquização biológica, e outra que pensa o racismo como variação de uma disposição inerente aos grupos humanos, há uma terceira posição que considera **o racismo como um fenômeno específico da modernidade**, que se constrói a partir da secularização, ou seja, do afastamento da religião como forma de classificar e explicar o mundo, com a emergência do Iluminismo no século XVIII. O Iluminismo está marcado, entre outras coisas, pelo debate sobre o universalismo, o diferencialismo, o relativismo e pela centralidade e supremacia do “homem” e do indivíduo frente aos outros seres vivos. Vale destacar que o termo “homem” usado aqui entre aspas refere-se exclusivamente ao termo utilizado pelos filósofos iluministas para referirem-se à humanidade. Uma das críticas ao **ILUMINISMO**, já explicitada no Módulo 1, é justamente o questionamento ao emprego de “homem” como supostamente universal, denunciando seu caráter particularizado, marcado pelo gênero masculino e pela raça branca.

Movimento filosófico, político e social cujas ideias orientaram e inspiraram as profundas transformações europeias dos séculos XVIII e XIX. As ideias principais organizavam-se em torno da noção de progresso e perfectibilidade humana (capacidade de aperfeiçoamento individual), da defesa intransigente do conhecimento racional e científico e da superação de preconceitos tradicionais. Uma das suas pretensões era promover reformas sociais e políticas com instrumentos científicos por meio do racionalismo. O modelo de ciência adotado foi primeiro o fisicalismo (uso dos modelos físicos para compreender e transformar a sociedade), mas depois prevaleceu o modelo da ciência natural (biológico) então nascente. Rousseau, Voltaire, Herder, Hume, Kant, Buffon, Diderot, Lessing são os principais expoentes desse movimento. A Revolução Francesa, principal movimento político legado do Iluminismo, pôs o lema “igualdade, liberdade e fraternidade”, como fundamento filosófico dos direitos humanos. Paradoxalmente, o movimento pela igualdade humana gerou desigualdades profundas.

Certamente há outras interpretações e formas de conceber a cronologia do racismo e do racialismo na história. Vamos nos deter nessas três vertentes, que pensamos ser mais significativas e representativas do conjunto de teorias sobre o tema. Cabe destacar que apostamos que uma perspectiva histórica, a qual busca elucidar o racismo como um fenômeno de longa duração, tem mais sucesso em compreender a durabilidade da raça como um *conceito social* que independe do fundamento racionalista

das ciências biológicas. A persistência da ideia de raça se valeu ao longo do tempo de argumentos religiosos, biológicos, culturalistas e nacionalistas, muitas vezes entrelaçados.

Por fim, veremos como diversas formas de construir a identidade racial/étnica e a emergência da etnicidade como fenômeno político após a Segunda Guerra Mundial permitiram um novo cruzamento histórico e teórico das noções de etnia e raça.

*A persistência
da ideia de raça
se valeu ao
longo do tempo
de argumentos
religiosos,
biológicos,
culturalistas e
nacionalistas,
muitas vezes
entrelaçados.*

Assimilação – processo social em virtude do qual indivíduos e grupos diferentes aceitam e adquirem padrões comportamentais, tradição, sentimentos e atitudes de outra parte. É um ajustamento interno e indício da integração sociocultural, ocorrendo principalmente nas populações que reúnem grupos diferentes. In Dicionário de sociologia <http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/> Acesso em 28 de Abril de 2010.

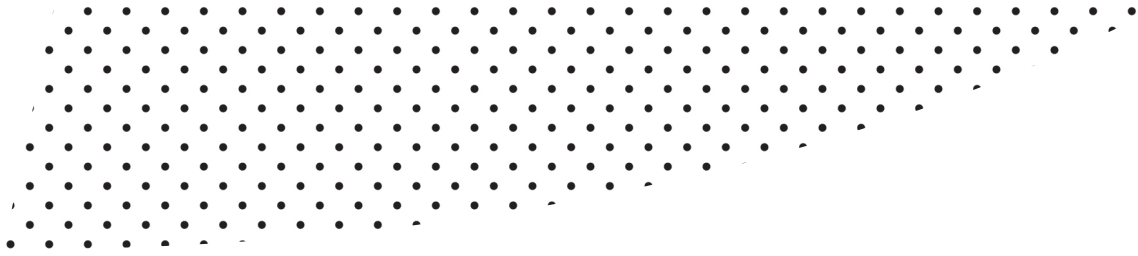
Etnocentrismo – considerar as categorias, normas e valores da própria cultura ou sociedade como parâmetro aplicável a todas as demais (Definição dicionário Aurélio, 1999, p.849).

Modernidade – período histórico cujas origens remontam ao século XVI, consolidado com as revoluções industriais e liberais do século XVIII. Associado à emergência do capitalismo, tem como características principais a ideia de indivíduo, a emergência do direito liberal e da ciência como campo autônomo (e depois fragmentado em várias especialidades) como ordenadoras do mundo social por meio da supremacia da “razão”. Está associada também a uma nova noção de tempo histórico que organiza passado, presente e futuro por intermédio da ideia linear de desenvolvimento progressivo e contínuo.

Nazismo – ideologia do Partido Nacional Socialista que afirmava a superioridade biológica da raça ariana e por isso a necessidade de dominar as raças inferiores, tais como os judeus, eslavos, ciganos e negros. Pregavam que era preciso exterminar os considerados doentes incuráveis, tais como os homossexuais, epiléticos, esquizofrênicos, retardados, alcoólatras e outros. Com Hitler no poder, a ideologia nazista se dedicou a construir teorias que justificavam o racismo e o antissemitismo. O nazismo surgiu e se fortaleceu numa Alemanha que, após a derrota na Primeira Guerra Mundial, estava em crise e muito enfraquecida e se abriu às promessas demagógicas de Hitler, que prometeu segurança e novas perspectivas.

Racialismo – conjunto das ciências que buscam comprovar que a raça humana está subdividida em outras raças ou sub-raças.

Xenofobia – repulsa ao que é e a quem é estrangeiro/a.



A IDÉIA DE RAÇA ATÉ O SÉCULO XIX

QUAL O LUGAR DA DIFERENÇA E DA DIVERSIDADE ENTRE OS GRUPOS HUMANOS?
AS DIFERENÇAS TANTO FÍSICAS COMO DE COSTUMES, DE MORALIDADE E DE RACIONALIDADE TERIAM UMA BASE NATURAL?
SERIA A DIVERSIDADE UMA ROUPAGEM SUPERFICIAL DE UMA HUMANIDADE ÚNICA E UNIVERSAL?
OU A DIVERSIDADE É A CONDIÇÃO PARA QUE SEJAMOS VERDADEIRAMENTE HUMANOS?
QUAIS OS CONFLITOS TEÓRICOS ENTRE HUMANIDADE E DIVERSIDADE?

O racismo como fenômeno histórico emergido no Ocidente tem, em uma de suas origens, o debate do Iluminismo sobre a unidade e a diversidade humana e das sociedades no século XVIII. Esse debate se fez a partir da discussão sobre o *relativismo* e o *universalismo*. É nesse momento que se percebe um afastamento mais nítido do debate teológico em prol de uma visão antropocentrista, com a noção de *direito natural*, ou seja, da ideia de que **a pessoa tem direitos inalienáveis dados pela sua própria natureza humana.**

Tais ideias indicam a consolidação da noção de indivíduo, central na emergência da modernidade. Isso também significa a entrada da humanidade no reino da natureza, regida por leis positivas, afastando-a de sua subordinação a Deus e suas vontades, ou considerando que Deus possuiria, Ele mesmo, uma racionalidade passível de ser apreendida. Ao mesmo tempo, o pressuposto humanista dessa concepção busca traçar uma linha nítida de separação entre o ser humano e os animais e o domínio dos primeiros sobre os segundos. É na tentativa de distinguir-se dos animais e estabelecer o critério de humanidade a partir da racionalidade e não mais da presença ou não de alma - que marcou o debate teológico sobre a humanidade dos/as ameríndios/as, por exemplo -, que, ao mesmo tempo, se teoriza sobre a diferenciação interna ao gênero humano. A partir da diversidade de tipos (aparência) e costumes, associados muitas vezes ao ambiente (clima), buscou-se explicar os diferentes tipos de povos do mundo que, nessa época, passaram a ser mais conhecidos por intermédio da multiplicidade de relatos de viajantes.

O debate entre *unitarismo* e *diferencialismo* deu um passo além da constatação empírica da diversidade humana, debatida desde a Antiguidade, ou seja, aprofundou-se o debate sobre se haveria uma essência humana comum para além de diferenças superficiais (teoria unitarista), ou se a riqueza humana se comporia justamente dessas diferenças (teoria diferencialista). Pôs-se em discussão, dessa forma, o estatuto da *diferença* entre os grupos humanos.

Em outra vertente, o debate entre *relativismo* e *universalismo* se deteve na questão da verdade e da posição da civilização europeia em relação às outras sociedades. **O universalismo supôs haver critérios universais para o julgamento moral, o que significa a superioridade das sociedades europeias sobre as outras**, inferiores ou atrasadas em suas crenças e costumes. Já **o relativismo defendeu que a cultura (ou “costume”, como se dizia na época) é constitutiva da humanidade e, assim, diante de tamanha diversidade, não haveria critério possível para julgar outras culturas, tendo com base a sua própria**. Se a crítica apontada aos univer-

Em outra vertente, o debate entre relativismo e universalismo se deteve na questão da verdade e da posição da civilização europeia em relação às outras sociedades.

salistas era o constante abuso do etnocentrismo ao olhar as outras sociedades, **a posição relativista incorria no extremo** de, ao defender que as sociedades humanas não poderiam ser “medidas”, **tornar impossível a construção de uma base comum.**

Assumimos que é um desafio resumir esse extenso debate que, na realidade, se prolonga até os nossos dias (ver Todorov, 1993), porém pode-se dizer que entre posições muito distintas (etnocêntricas e tolerantes, unitaristas e pluralistas) um dos desdobramentos da vertente universalista foi a suposição de uma hierarquia interna à humanidade.

DA RELIGIÃO À RAÇA: OS JUDEUS

Um ponto de inflexão importante na construção da ideia de raça se encontra na transformação da percepção sobre os/as judeus/judias na Europa, a partir do início do século XV. Os/as judeus/judias passaram a ser discriminados/as não somente como um grupo religioso divergente do cristianismo (a “**casta deicida**”, como eram caracterizados no período medieval), mas também a ser vistos/as progressivamente como uma raça. Esse processo foi anterior ao período iluminista e se iniciou fora do centro irradiador científico europeu.

Entre os séculos XV e XVI, na Península Ibérica, na esteira da conversão forçada dos judeus ao cristianismo, a promulgação do “**ESTATUTO DA PUREZA DO SANGUE**” permitiu a manutenção de um sistema de segregação que era antes baseado apenas na filiação religiosa. A ausência de “sangue puro”, presen-

ESTATUTO DA PUREZA DO SANGUE

Não apenas os/as cristãos/ãs novos/as, mas mouros/as, negros/as, indígenas e ciganos/as foram também discriminados/as com base nesta lei. Os Estatutos da pureza do sangue que se estabeleceram na Espanha a partir do século XV eram mecanismos discriminatórios contra descendentes de judeus/ias, mouros/as e negros/as, considerados não confiáveis, pois mesmo quando se convertiam e se tornavam cristãos/ãs novos/as, praticavam outros ritos de forma clandestina. Impedia-se que esses descendentes entrassem nas universidades, recebessem títulos de honra, trabalhassem na justiça ou na fazenda. Os Estatutos da pureza do sangue foram mecanismos racistas. Na segunda metade do século XV, os reis da Espanha Fernando de Aragão e Isabel de Castela instauraram a Inquisição em terras espanholas para julgar os cristãos/ãs novos/as que praticavam outras doutrinas.

te apenas nos “cristãos/ãs velhos/as”, impedia aos/às judeus/judias convertidos/as “cristão/ãs novos/as”, ocupar lugares na administração do Estado, ou em postos de trabalho, receber títulos honoríficos etc, tornando inoperante a assimilação à religião cristã para fins de sua integração. Além dos argumentos religiosos de uma degeneração ou mácula de sangue, ou de uma falta de sinceridade na conversão dos/das judeus/judias, os termos nos quais se deu a legislação fundamentavam-se na origem impura (“sangue”) do *cristão novo*. Emergiu assim um antijudaísmo de cunho racial e politicamente operativo, distinto do antijudaísmo de caráter exclusivamente religioso, exercido pela igreja católica.

DETERMINISMO HEREDITÁRIO

A ideia de que o “sangue judeu” poderia condenar toda uma linhagem foi transposto para os Estados Unidos da América como a “regra de uma gota de sangue” (One Drop Rule), uma lei que buscava identificar brancos/as dos não-brancos/as por meio da linhagem e não da aparência. A presença de um ancestral negro/a (ou indígena) classificava uma pessoa como negra ou indígena, conferindo-lhe uma cidadania de segunda classe e abolindo a classificação intermediária de mestiço/a ou mulato/a. A One Drop Rule serviu às leis de segregação racial, somente abolidas em 1967, embora seu fundamento perdure como critério (binário) de classificação racial.

A ideia de sangue impuro, de transmissão de vícios por intermédio do sangue e da descendência (e mesmo pelo leite de amas judias), deu origem a um protorracismo ocidental e intraeuropeu. Embora costume-se distinguir o racismo **antisemita** de outros racimos, pelo não recurso ao fenótipo (aparência), com a ideia de “sangue” introduz-se a noção de **DETERMINISMO HEREDITÁRIO**, típico do racismo. O não recurso ao fenótipo traz o persistente tema do “judeu/judia invisível e mascarado/a”, posto que se torna um/a novo/a convertido/a, indissociado/a dos/das outros/as, sem as marcas culturais religiosas de outrora, que passa a ser visto/a como perigoso/a porque “disfarçado/a”.

O antijudaísmo racializado indica assim o limite do assimilacionismo via conversão religiosa. Foi nesse período que se reciclaram e propagaram os preconceitos e estereótipos

medievais sobre os/as judeus/judias, porém numa forma mais essencializada. É interessante notar a contradição entre a invenção do *sangue puro* e o projeto universalista e expansionista cristão, no bojo das Grandes Navegações e da colonização das Américas.

Assimilação – processo social em virtude do qual indivíduos e grupos diferentes aceitam e adquirem padrões comportamentais, tradição, sentimentos e atitudes de outra parte. É um ajustamento interno e indício da integração sociocultural, ocorrendo principalmente nas populações que reúnem grupos diferentes. In Dicionário de sociologia <http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/> Acesso em 28 de Abril de 2010.

Indivíduo – uma construção ocidental, a partir da Renascença e da emergência do direito liberal. Supõe um sujeito dotado de razão e autonomia de pensamento e ação que o afasta das concepções religiosas e tradicionais, as quais o ligavam a Deus e à comunidade. É o indivíduo racional pensado por Descartes que impulsiona a ciência moderna por meio da busca da verdade pela razão metódica. Do ponto de vista político e do direito, o individualismo cria espaço para a teoria do contrato e da limitação da autoridade do Estado pelo direito dos/das cidadãos/ãs. Do ponto de vista religioso, o indivíduo da reforma protestante busca a relação direta e solitária com Deus sem as mediações propostas pela igreja católica. O indivíduo é reconhecido como valor.

Relatos de Viajantes – Para recuperar a história da América Latina e do Brasil em particular no século XVIII e XIX, o relato de viajantes constituem um importante material de informações e pesquisa sobre o cotidiano, grupos étnicos e outros. Os relatos revelam olhares de europeus sobre a realidade das Américas. Há autores que denominam esses relatos como a segunda descoberta da América. Os viajantes se propunham conhecer e aceitar “os diferentes” embora vários relatos sejam carregados de preconceitos. O francês Alcides D’Orbigny foi designado com 23 anos pelo Museu de História Natural de Paris para visitar, explorar e estudar a fauna e a flora da América do Sul. Viajou por 8 anos pelo Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Bolívia e dedicou-se também a estudar a população nativa: *“O que mais me surpreendeu ao entrar na cidade foi a grande quantidade de homens de cor, comparativamente a de brancos. É o que suponho há de estranhar mais a todo europeu que desembarque no Brasil. A vista acostumada ao espetáculo de uma população de cor, por assim dizê-lo, uniforme, se habitua com dificuldade a esta mescla de tintas de todos os tons possíveis, do negro ao branco, passando pelo amarelo e o moreno (p.31)... Meu primeiro passeio foi realizado pelo lado do Corcovado...Choças de negros, semeadas pela montanha em pitoresca desordem, elegantes vivendas rodeadas de campos cultivados... Esta paisagem se estende pelo horizonte até o ponto que começam as selvas virgens. Alí toma a natureza um caráter mais agreste e mediante o pensamento é possível retroceder-se à idade primitiva deste lindo país... cheguei a um lugar em que conclui o aqueduto e a água, caindo de pedra em pedra, na selva virgem, forma um pequeno estanque natural que alimenta o próprio aqueduto. Seria preciso ter muito pouca sensibilidade para não emocionar-se diante de tal espetáculo.* In: *Viagem à América Meridional – 1826-1833*. Buenos Aires, Futuro, 1945 – pág 32.

GLOSSÁRIO

La Condamine - o primeiro dos naturalistas na Amazônia sob comando do Rei da França e consentido pelo rei de Espanha e Portugal em meados do século XVIII - afirma em *LA CONDAMINE* 2000- P. 114; 15; 18: *“Afigurava-se-nos, chegando ao Pará, e saídos das matas do Amazonas, ver-nos transportados à Europa. Encontramos uma grande cidade, ruas bem alinhadas, casas risonhas, a maior parte construída desde trinta anos em pedra e cascalho, igrejas magníficas (...). Recebem as mercadorias da Europa em troca de gêneros do país, que são, além de algum ouro em pó que transportam do interior das terras ao lado do Brasil, todos os diferentes produtos úteis, quer dos rios que vêm perder-se no Amazonas, como das margens deste último a casca do pau de cravo, a salsaparrilha, a baunilha, o açúcar, o café, e, sobretudo o cacau, que é a moeda corrente do país, e que constitui a riqueza dos habitantes (...). O hábito que têm esses índios de se tingirem o corpo de urucum, de jenipapo e de diversos óleos gordos e espessos, o que deve com a continuação obturar-lhes os poros, contribui talvez para aumentar também a dificuldade (...). É bem verdade que ainda não tinha morrido metade dos índios. Tal conjectura é confirmada por outro fato”.*

Publicação disponível para download em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000073.pdf> Acesso em 03 de Junho de 2010.

Casta deicida – o povo judeu era conhecido, entre os católicos medievais, como casta deicida.

Antissemita – aquele/a que tem aversão e ódio ao povo judeu.





ESCRavidÃO, RAÇA E MESTIÇAGEM

HISTORICAMENTE, COMO O CONCEITO DE RAÇA OPEROU NAS REALIDADES?
COMO “RAÇA” INFLUENCIOU E DEFINIU AS POLÍTICAS? ESCRavidÃO SEMPRE SE REFERIU AOS/ÀS NEGROS/AS AFRICANOS/AS?
QUAIS FATORES LEVARAM À ASSOCIAÇÃO DO/A NEGRO/A À ESCRavidÃO?

ESCRavidÃO E RAÇA: OS/AS NEGROS/AS, A ANIMALIDADE E A MALDIÇÃO DE CAM

A descoberta das Américas impôs um grande golpe às teorias bíblicas do monogenismo, ou seja, a tese da descendência única da humanidade desde Adão. As genealogias do Velho Testamento, que descrevem a dispersão das linhagens dos descendentes de Noé (Genesis, 10), não se referiam aos “povos pagãos” encontrados nas Américas apenas no final do século XV. Esse fato desencadeou um importante debate eclesiástico sobre a natureza humana, ou não, dos/as indígenas e sobre a postura da igreja frente àqueles /as que povoavam as Américas. O debate foi concluído em favor da tese de Bartolomé de las Casas, que **defendia a humanidade dos indígenas e a possibili-**

dade de conversão e salvação de suas almas. A entrada dos/as indígenas no universo da humanidade reabriu o campo para o reavivamento das teses sobre a pluralidade da origem humana, que já havia circulado entre pensadores/as medievais, refutando a história do povoamento do mundo até então conhecido pelas linhagens dos filhos de Noé: Jafé (Europa), Sem (Ásia) e Cam ou Ham (África¹).

Entretanto, **se a humanidade dos/as indígenas os livrou da escravidão, ao menos no plano das orientações do Vaticano, o mesmo não ocorreu com os/as africanos/as**, preferenciais para a exploração escravista no Novo Mundo. Foi, portanto, a partir do tráfico de escravos/as e da escravidão nas Américas que raça começaria a ser associada indelevelmente a negro/a africano/a e **a inferioridade da condição escrava, a ser construída como uma condição essencial dos/as negros/as.**

“BÁRBAROS” OU “INFIÉIS”

Os/As indígenas de toda América do Sul eram considerados/as “bárbaros/as” ou “infiéis” pelos/as missionários/as católicos/as como os/as jesuítas, dominicanos/as e franciscanos/as. O argumento era de que eles/elas desconheciam a “verdadeira fé”, a fé católica, e por isso deveriam ser catequizados/as. Pela catequização se tentou exterminar a religião, a cultura e os valores indígenas. Além da escravidão de indígenas, as ordens religiosas proibiam a pajelança, a poligamia, o nomadismo, a nudez e a antropofagia.

A escravidão e a relação de exploração entre senhores/as e escravos/as até então era uma instituição largamente conhecida e praticada na história, em diversos tempos e espaços. Ela encontrava justificação no **direito de conquistista** – a escravização dos vencidos numa guerra – ou na religião – direito de escravizar pessoas fora do seu grupo religioso, por meio das guerras contra os **“BÁRBAROS” OU “INFIÉIS”**. **A escravidão até então jamais esteve circunscrita a um grupo específico, não era associada a nenhuma condição permanente ou essencial e nem tinha sido objeto de reflexão sistematizada.**

Articulada ao lucro do comércio escravista, a justificativa da escravidão africana no período mercantilista se assentou em várias convicções de ordens distintas sobre a natureza do/a negro/a.

1 | Note-se que África bíblica se refere à África do Norte, conhecida pelos judeus na era pré-cristã. Os povos da África sub-saariana começariam a ser conhecidos apenas séculos mais tarde, no período medieval, com a expansão árabe, no século VII.

A escravidão atlântica foi objeto da reflexão iluminista dentro do debate sobre o direito natural e a possível extensão destes direitos – de igualdade e liberdade – a toda humanidade. A consolidação da escravidão nas Américas e a associação de “escravo/a” a “negro/a”, foi transformando paulatinamente as percepções dos diferentes tipos humanos. De uma observação que associava a aparência à localização geográfica – brancos, amarelos, negros, indígenas etc –, foram-se aproximando algumas dessas “raças” às características de animalidade, especificamente os/as africanos/as e seus/as descendentes. Posicionando o/a negro/a no extremo da animalidade, como um espelho invertido da Europa civilizada, os/as indígenas americanos/as estavam, nessa reflexão, na posição de homem natural pré-civilizado (o bom selvagem), vistos como testemunhos de um passado não corrompido do “homem e da mulher brancos/as”, tal como descrito por **Jean-Jacques Rousseau**.

Já a reflexão religiosa retomou a interpretação judaica das escrituras, acerca da **MALDIÇÃO DE NOÉ** sobre o filho de Cam, Canaan, que, pela ofensa do pai a Noé, por ter visto o pai nu desmaiado após ter bebido vinho, foi condenado, ele e sua descendência, a servir aos/as filhos/as de Jafé e Sem. A **teoria de predestinação protestante**, de que o destino das pessoas seria determinado de antemão por Deus, **reavivou essa interpretação, dando-lhe um significado no qual a escravidão estaria no destino dos povos africanos**, filhos de Cam, sob o domínio dos filhos de Jafé, europeus.

MALDIÇÃO DE NOÉ

Maldição de Cam - Capítulo 9 do Genesis: “18 E os filhos de Noé, que da arca saíram, foram Sem, e Cam, e Jafé; e Cam é o pai de Canaã. 19 Estes três foram os filhos de Noé; e destes se povoou toda a terra. 20 E começou Noé a ser lavrador da terra e plantou uma vinha. 21 E bebeu do vinho e embebedou-se; e descobriu-se no meio de sua tenda. 22 E viu Cam, o pai de Canaã, a nudez de seu pai e fê-lo saber a ambos seus irmãos, fora. 23 Então, tomaram Sem e Jafé uma capa, puseram-na sobre ambos os seus ombros e, indo virados para trás, cobriram a nudez do seu pai; e os seus rostos eram virados, de maneira que não viram a nudez do seu pai. 24 E despertou Noé do seu vinho e soube o que seu filho menor lhe fizera. 25 E disse: Maldito seja Canaã; servo dos servos seja aos seus irmãos. 26 E disse: Bendito seja o SENHOR, Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. 27 Alargue Deus a Jafé, e habite nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo.

Fonte: <http://www.bible-facts.info/comentarios/vt/genesis/index.htm>. Acesso em 28 de Abril de 2010.

Outras teses **poligenistas**, mais afastadas das justificativas religiosas sobre a divisão desigual da humanidade, propunham origens distintas dos diversos povos, baseados nas classificações por tipo e aparência, que era o critério adotado na biologia então nascente. A escravidão passou a encontrar justificativa na inferioridade dada pela cor, associada à moral e à capacidade intelectual do/a negro/a, aproximada da animalidade. A concepção racial aqui, embora não científica, já instaura uma divisão dentro da humanidade que se hierarquiza pela proximidade de uns/umas, mais que outros/as, ao mundo animal.

O debate entre poligenismo e monogenismo dividiu os filósofos iluministas. **O constrangimento dos filósofos e naturalistas mais religiosos em negar o monogenismo redundou nas teorias sobre a hierarquização biológica dos diferentes grupos humanos** a partir da diferenciação geográfica, do isolamento de grupos raciais ou do aperfeiçoamento de alguns grupos e não de outros ao longo do tempo. Sendo assim, **mesmo a aceitação do monogenismo impôs ao racismo gestado nessa época a hierarquização das raças** e a explicação dessa diferenciação pela **degeneração**, como apontaremos mais à frente.

Pode-se afirmar que a naturalização das diferenças e a biologização dos humanos separados por raças só foi possível com o secularismo que permitiu a entrada dos humanos na espécie animal, afastando-o das narrativas bíblicas criacionistas e diluvianas. A virada definitiva de tal concepção se deu com **Charles Darwin**, em 1850, como veremos. Ainda assim, concepções bíblicas como a **predestinação** estão contidas nas concepções de superioridade racial, bem como a disputa entre poligenismo e monogenismo, que embora tenha sua fonte inicial no debate sobre as Escrituras, orientaria o debate sobre a origem das raças até o final do século XIX.

A **hipótese do poligenismo**, segundo a qual a origem da humanidade partiu de vários lugares de forma indepen-

*De acordo com
essa teoria,
embora a
humanidade
seja una, as
diferenças raciais
determinariam as
desigualdades na
moral (ética), na
beleza (estética),
na capacidade
de progredir
(perfectibilidade).*

dente, dando origem a várias subespécies humanas, **foi a mais radical das teorias racialistas. Entretanto, o monogenismo de teor hierárquico acabou por vencer o debate.** De acordo com essa teoria, embora a humanidade seja uma, as diferenças raciais determinariam as desigualdades na moral (ética), na beleza (estética), na capacidade de progredir (perfectibilidade). Na realidade, as teses poligenistas haviam se deslocado para a teoria monogenista, na medida em que transformaram a origem múltipla da humanidade na pluralidade das raças que, de tão desiguais, se tornaram, no pensamento racista do século XIX, verdadeiras subespécies independentes que não poderiam se misturar sob pena de se degradarem.

AMÉRICA ESCRAVISTA E A QUESTÃO DA MISTIÇAGEM

O desenvolvimento das sociedades americanas, estruturadas pelo trabalho escravo, trouxe ao debate a questão da mestiçagem. Não que a mestiçagem fosse uma novidade – e foi justamente o fato da miscigenação que limitou em parte as especulações europeias sobre o parentesco entre o/a africano/a e o macaco, dando espaço para a teoria da humanidade única. **Ganharam força, entretanto, as teorias de degeneração da raça, evidenciadas pelos termos distintos dados ao/à miscigenado/a** entre indígena e branco/a – *mestiço/a*, *mameluco/a* – e entre negro/a e branco/a: *mulato*, advindo de mula, **ou seja, uma espécie infértil e inferior.**

Nas teorias raciais da época, a hierarquização da humanidade era explicada pela degradação ou degeneração da raça negra como fruto do suposto cruzamento entre brancos/as e macacos, ou pela transformação causada pelo clima no escurecimento da pigmentação e queda da civilidade. Com a teoria da degeneração, por meio da hipótese de o/a negro/a ser um/a branco/a decaído/a ou corrompido/a, buscava-se ajustar a nascente ciência raciológica ao monogenismo, dando unidade e origem comum ao gênero humano.

Do ponto de vista societário, nas Américas, os mestiços e mulatos se tornaram uma camada intermediária, subordinada pelo critério da pureza do sangue. Essa camada conheceu lugares distintos nas diversas sociedades escravocratas nas Américas, de acordo com padrões próprios de dominação e com as proporções entre grupos dominantes e subordinados livres. **Encontram-se imensas variações entre diferentes países e mesmo no seio de uma mesma sociedade escravista, desde a produção de uma linha de cor binária (branco/a e não-branco/a) ao aparecimento de ca-**

madras hierarquizadas por intermédio das muitas variações de cor, origem e status dos/as mestiços/as.

Como se percebe nesse conjunto de concepções, a ideia de raça possui origens distintas e alimenta-se de fontes heterogêneas. O racismo foi sendo forjado em espaços e contextos díspares e de rápida transformação. As concepções de raça e os fenômenos do racismo não constituem um processo cumulativo e linear, mas encontram paralelismos, superposições e concorrências.

O racismo foi forjado no contexto da escravidão atlântica, bem como na disputa que buscou excluir os/as judeus/ias na Europa, essencializando sua condição diferencial para além do pertencimento religioso.

A raça pode ter também um significado de linhagem, de origem étnica ou regional, que opõe e mistura qualidades físicas e morais entre povos distintos, como veremos na construção das nações europeias. Raça foi assumindo significados biologizantes e essencialistas no processo histórico. Esse mesmo caráter biológico ora encontrou teorias mais deterministas ou estáticas, ora se deparou com teorias “construcionistas” de que as raças podem ser produzidas ou forjadas no “cruzamento” entre diferentes raças. As teorias de construção de raça pensavam na positividade da combinação de elementos trazidos por cada “raça” na criação de uma nova ou na predominância de uma raça superior sobre outras inferiores a partir dos cruzamentos entre elas, como veremos na Unidade 3, aos estudar as políticas de branqueamento no Brasil da virada do século XX.

A raça pode ter também um significado de linhagem, de origem étnica ou regional, que opõe e mistura qualidades físicas e morais entre povos distintos,

Monogenismo – sistema antropológico que considera todas as raças humanas provenientes de um tipo único primitivo.

Jean-Jacques Rousseau (1712- 1778) – filósofo, escritor, teórico e compositor, foi uma das principais figuras do Iluminismo e um dos pensadores da Revolução Francesa. Acreditava que todos/as nascem livres. Essa teoria foi inspiradora de movimentos que buscavam a liberdade, como as revoluções liberais, o marxismo e o anarquismo. Para Rousseau, os problemas “do homem”, usado como sinônimo de humanidade, decorriam dos males vindos da sociedade, por isso era adepto da proximidade com a natureza. Rousseau criou o mito do bom selvagem. Sua ideia, que depois foi apropriada por autores românticos, era de que a natureza humana selvagem era boa e pura e só seria corrompida pela civilização, provocadora da desigualdade.

Poligenistas – defendem a teoria de que a humanidade não tem uma origem comum, mas descende de espécies distintas, de diversos grupos humanos.

Degeneração – perder as características próprias da espécie.

Charles Darwin (1809-1882) – naturalista britânico, criou a teoria da evolução por meio da seleção natural e sexual, que se transformou em paradigma na explicação de fenômenos biológicos e inspirou teorias sociais.

Predestinação – destinado com antecipação, escolhido desde toda eternidade.



O RACISMO CIENTÍFICO

EXISTIRIA UMA FUNÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE RAÇA E NA INSTAURAÇÃO DO RACISMO?

QUAL O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS NAÇÕES EUROPEIAS EM MEIO ÀS DIVERSIDADES ÉTNICAS E CULTURAIS?

HISTORICAMENTE, QUAIS FORAM AS COMBINAÇÕES ENTRE ETNIA, RAÇA, CLASSE E PODER?

COMO SE PRODUZ O SENTIMENTO DE NACIONALIDADE E PERTENCIMENTO?

FALAR A MESMA LÍNGUA É SUFICIENTE PARA SE SENTIR PERTENCENTE A UMA MESMA NAÇÃO?

QUAIS AS RELAÇÕES ENTRE RAÇA, LÍNGUA E RELIGIÃO, NA PRODUÇÃO DE RACISMOS?

COMO A IDEIA DE "COMUNIDADE" E DE "NÓS" SE RELACIONA COM A DIVERSIDADE ÉTNICA E RACIAL?

QUAIS OS ARGUMENTOS DAS CIÊNCIAS PARA EXPLICAR E JUSTIFICAR O RACISMO?

A construção da raça como teoria científica e a emergência do racismo como fenômeno estruturante da história mundial no século XIX derivam de dois processos. Um, da consolidação do Estado nacional como forma, por excelência, de ordenamento político e territorial europeu.

Dois, das relações intensificadas da Europa com os outros povos a partir da expansão europeia na era contemporânea imperialista. Há, portanto, um processo intraeuropeu e outro extraeuropeu que se põem em relação.

Os estudiosos da emergência do Estado nacional na Europa concordam atualmente que sua construção foi um fenômeno relativamente recente. O Estado nacional conheceu uma história lenta surgida do declínio do sistema feudal medieval e ligado à emergência do capitalismo e do sistema de classes, liderado pela burguesia. Entretanto, como apontado por Anderson (ANDERSON, 1989:14), um dos principais renovadores dos estudos sobre o nacionalismo, este tem por característica a formulação de um conjunto de discursos, práticas e símbolos nos quais a nação se faz parecer muito antiga.

A busca das origens da nação num passado remoto é uma das formas mais eficazes de conferir a legitimidade de uma nação frente às outras e frente aos grupos internos que pretende unificar. Essa unificação tem uma dimensão territorial, bem como uma dimensão econômica: formação da economia nacional, criação de forças produtivas, de um mercado consumidor interno. Do ponto de vista político e administrativo, exigiu o reordenamento de grupos sociais, regionais e classistas sob um comando legítimo – por meio da consolidação das monarquias e depois repúblicas ou pactos civis e unificação burocrático-administrativa.

Será, no entanto, a unificação cultural – por intermédio da unificação linguística ou da sobreposição de uma língua nacional sobre outras, da disseminação da imprensa e da criação e expansão da escola pública e laica, além da criação e propagação de eventos e símbolos nacionais e cívicos – que vai criar aquilo que Anderson chamou de “comunidade imaginada”, ou seja, um sentimento difuso, mas profundo de pertença que supera as relações tradicionais de pequena escala, então baseadas nas relações face a face ou de linhagem. Essa “**comunidade imaginada**” se constrói principalmente a partir da **produção e do reconhecimento de uma história comum** permitindo que pessoas se reconheçam como **pertencentes a um mesmo grupo**.

Alguns autores, dentre os quais Norbert Elias (1993), **indicam dois modelos principais de Estado-Nacional**. Um que baseia seu **pertencimento por meio do suposto de uma origem comum (fundamento ético de nação)** e outro que declara o fundamento da nação pela **lealdade dos/as cidadãos/ãs a um aparato jurídico-territo-**

rial (fundamento civil de nação, cujo símbolo está na ideia de “**contrato social**”). Esses modelos encontram seus respectivos “tipos ideais” na Alemanha e na França. Entretanto, historiadores/as e antropólogos/as concordam que em toda formação nacional existe sempre algum argumento de tipo étnico, orientado por um *mito de origem* que funda a nação sob uma base cultural, histórica, redundando numa origem ou “natureza” comum. Nessa base, **o étnico enquanto origem comum de um povo se confunde com o racial**, no sentido de perceber a origem como uma “natureza” da nação.

Na etimologia da palavra “raça” encontramos os termos *linhagem* ou *cepa* que relacionam *raça* à ideia de grupo de descendência. **Povo e raça aparecem assim como termos intercambiáveis**, não sendo incomum a referência a distintos povos europeus como *raça*: raça alemã, italiana ou francesa, por exemplo, e referência a povos estrangeiros como “raças estrangeiras”. *Raça* e *etnia* (ethnos = povo) são, nesse contexto, termos sinônimos. Assim *raça* na Europa das nações assumiu uma vastidão de significados, sobretudo aqueles associados a elementos culturais, especialmente a língua e a religião.

Um dos ideólogos do nacionalismo de base étnica foi o escritor e filósofo alemão Herder (1744-1803). Segundo ele, a nação possuía um caráter moral comum, ao mesmo tempo *natural* e *cultural*. Era baseada no parentesco, na ideia de sangue, mas também na partilha de uma língua comum. Herder foi o pensador-chave do chamado *romantismo alemão*, cujas concepções de nação são ancoradas no passado. O ideário nacionalista alemão se organizou em torno da construção da memória sobre um passado expansionista germânico após a queda de Roma (fim da Antiguidade) e da unidade da língua alemã.

Se todos os países se compõem, na realidade, de uma mistura historicamente variável **de culturas e povos distintos, os meios políticos e ideológicos de lidar com essa diversidade foram variados**. Na França, por exemplo, a história nacional se expressava pela “querela entre as duas raças”, opondo duas etnias distintas, os galo-

Na etimologia da palavra “raça” encontramos os termos linhagem ou cepa que relacionam raça à ideia de grupo de descendência.

-romanos (gauleses) e os francos (germanos). Os/As primeiros/as eram reconhecidos/as como os/as autóctones, ou seja, os/as habitantes originários/as do território, e os segundos, os/as conquistadores/as. A aristocracia francesa, pensada como tendo uma origem franca, assentou-se no chamado “direito de conquista” para garantir sua legitimidade sobre os/as plebeus/eias gauleses/as. A virada cultural que acompanhou a vitória política do Terceiro Estado sobre a monarquia – a Revolução Francesa – assumiu a antiga associação entre plebeus/eias (representados/as pela burguesia) aos/às gauleses/as reivindicando o seu direito de anterioridade e autoctonia sobre o/a forasteiro/a franco/a-germano/a, agora percebido como usurpador/a. Percebe-se aqui como a origem étnica pode estar associada a classes e estamentos. E a superioridade de uma classe sobre outra – aristocratas sobre plebeus – pôde revestir-se de um caráter étnico e racial.

*Unificar povos
e construir uma
nação passa,
portanto, pelo
esforço de dar a
ela uma origem
comum, ratificada
pela história.*

Unificar povos e construir uma nação passa, portanto, pelo esforço de dar a ela uma origem comum, ratificada pela história. Significa buscar nas origens dos tempos a saga, o símbolo ou o tempo glorioso no qual se funda uma nação predestinada ao *progresso*. A construção da história, com um passado reconhecível, permite a legitimação do seu presente como garantidor de um futuro brilhante e feliz. A Itália, uma das últimas nações europeias a obter sua unificação política, se valeu, por exemplo, das glórias do antigo Império Romano e do período clássico para conferir uma coerência a uma história que, de fato, foi extremamente fragmentada do ponto de vista político, cultural e linguístico.

Não é nossa intenção aqui inventariar os mitos de origem que ressaltavam um passado de honra e glória, escolhidos por cada nação europeia, para atribuir significados de continuidade a uma realidade política e cultural então em curso. Mas é importante mencionar que **esse processo**, de fato bastante tortuoso, **de seleção, construção e montagem de histórias, tradições e símbolos, impulsionou a homogeneização e integração de grupos socioculturais**, produzindo **uma ideia naturalizada e essencialista de nação**, baseada numa imagem de “**raça nacional**”.

NAÇÃO E “QUESTÃO JUDAICA”

Esse esforço homogeneizante teve, entretanto, como contrapartida, de afastar para a periferia da nação, ou mesmo para fora dela, grupos cujas histórias e tradições não se enquadravam no modelo idealizado de nação. No interior da Europa, isso produziu uma **miríade** de “**minorias nacionais**”, grupos estabelecidos conjuntamente nas fronteiras territoriais produzidas pelos Estados, não reconhecidos ou integrados nessas políticas e narrativas, **seja por origem, língua ou religião distintas**, seja porque **apareciam como ameaçadores do ponto de vista econômico ou político**. Das ditas “minorias”, o judeu foi o grupo social mais atingido (ARENDDT, 1990).

A “questão judaica” é o ponto desencadeador da construção da raça no seio do nacionalismo europeu. Entre 1789 e 1815, ocorreu a emancipação dos/as judeus/ias, como política exercida no contexto da expansão napoleônica sobre os países da Europa ocidental. Os guetos foram extintos e os/as judeus/ias obtiveram cidadania plena. A emancipação marcou o fim da legitimidade do argumento religioso para a discriminação contra os/as judeus/ias. Contudo, nesse período, emergiram as teorias raciais nas quais se assistiu à criação da “raça inferior semita”. Um novo vocabulário passa a expressar antigos sentimentos. As consequências da produção do “mito da raça semita” seriam conhecidas em toda a sua dimensão apenas em meados do século XX, na Segunda Guerra Mundial.

O mito da raça semita é inseparável da invenção do mito ariano. O mito ariano foi produto da emergência de uma das grandes ciências do século XIX, a Linguística. Ela respondeu à ansiedade da Europa Ocidental sobre suas origens mais remotas, descobrindo a conexão entre as línguas europeias e as **línguas pérsicas e sânscritas**. No pensamento europeu de então, **a origem “ariana” das línguas europeias supôs, imediatamente, uma origem oriental dos povos europeus**, sem relação com os/as judeus/ias, “semitas” e com a língua hebraica, **tida até então pela Bíblia como a língua mais antiga ou língua sagrada**.

**O mito da
raça semita é
inseparável da
invenção do
mito ariano.**

Vê-se aqui como se **juntam as noções de raça, língua e religião**. Foi se construindo nessa época, portanto, uma *raciologia* que separou, dentro da “raça branca”, dois ra-

mos independentes, os/as arianos/as e os/as semitas/as, no mesmo passo da distinção entre línguas “indo-europeias” e **línguas “semitas”**. **O arianismo se desenvolveu na convicção da produção de uma “raça conquistadora”**, a raça ariana, cuja trajetória a pôs no cume da história europeia e **cujo futuro se encontra na dominação** das outras raças, por esta (Poliakov, 1974).

A produção de uma alteridade interna, os/as judeus/ias, é paralela à produção de uma alteridade externa, os “povos de cor”, agudizada na expansão colonial. Sobre as raças conquistadas ou expulsas se desenvolveu uma ciência raciológica fundamentada em diversas ciências emergentes: Anatomia, Antropologia Física, Arqueologia, Linguística, Geografia.

É importante assinalar que o *racismo científico* emergiu num período extremamente conturbado da Europa, após as guerras napoleônicas e a unificação de estados-nacionais como Alemanha e Itália. A América já era um continente de países independentes, o tráfico de escravizados/as estava sendo abolido paulatinamente e estava em curso o debate entre escravistas e antiescravistas, dando espaço para a circulação de argumentos liberais. Embora se possa afirmar que as correntes mais inclinadas ao determinismo racial e à hierarquia entre raças eram compostas de setores mais conservadores e antiliberais, a convicção de que as raças europeias eram superiores aos povos de cor ou não brancos era generalizada.

Mesmo os/as antiescravistas, que argumentavam pela liberdade e pelo direito natural dos/as negros/, **não eram necessariamente convencidos da igualdade entre as raças.**

O determinismo racial já não supunha que o clima ou o ambiente fossem responsáveis pelas características ou degenerações das diferentes raças. É agora **a ciência biológica orientada pelas características morfológicas que determina a moralidade e as diferentes capacidades das distintas raças**, orientando para uma separação entre elas. **Somaram-se-se ao antigo critério de cor outras variáveis** como a forma do crânio, a estrutura do cabelo, o tipo de nariz, lábios, queixo etc. A ênfase sobre as características físicas era favorecida pelo desenvolvimento da antropometria, as técnicas de medição de partes do corpo humano, e pela convicção de que a medição do crânio, suas formas, tamanho e peso seriam determinantes para o cálculo da inteligência e moral da pessoa humana. A criação do *índice cefálico* colocava o homem branco no ápice da evolução humana, **tendo as mulheres brancas e as outras raças orde-**

nadas num contínuo descendente, com os/as “aborígenes australianos/as”, atrás dos/as negros/as africanos/as, na base da hierarquia das raças.

A **CIÊNCIA CRANIOLÓGICA** distinguiu dois tipos extremos de crânio pelo tamanho e forma, o *dolicocéfalo* e o *braquicéfalo*. Os brancos arianos seriam os detentores do primeiro tipo, superior ao segundo, tido como característico dos semitas e outras raças. As raças são agrupadas por essa nova ciência em três básicas – branca, amarela e negra – às quais correspondem as características respectivas de inteligência, industrioseidade e sentimento. Note-se a subdivisão já mencionada da raça branca, entre os arianos e semitas. Há uma febre de divisões e subdivisões dentro das diferentes raças principais, a partir das medições da antropologia física e correlações com outras características. Embora as raças sejam pensadas aqui como complementares nas suas características, defende-se que se mantenham separadas e hierarquizadas.

O pavor da mistura das raças era a ideia chave de **Gobineau**, o mais famoso divulgador das teorias racialistas. Muitos/as cientistas e pensadores/as se dedicaram às teorias raciológicas. Gobineau, que foi mais um compilador dessas teorias que um produtor delas, se destacou pelo pessimismo. Enquanto outros/as autores/as estavam certos da futura dominância da raça branca sobre o resto do mundo, seja pela dominação dos/as europeus/

CIÊNCIA CRANIOLÓGICA

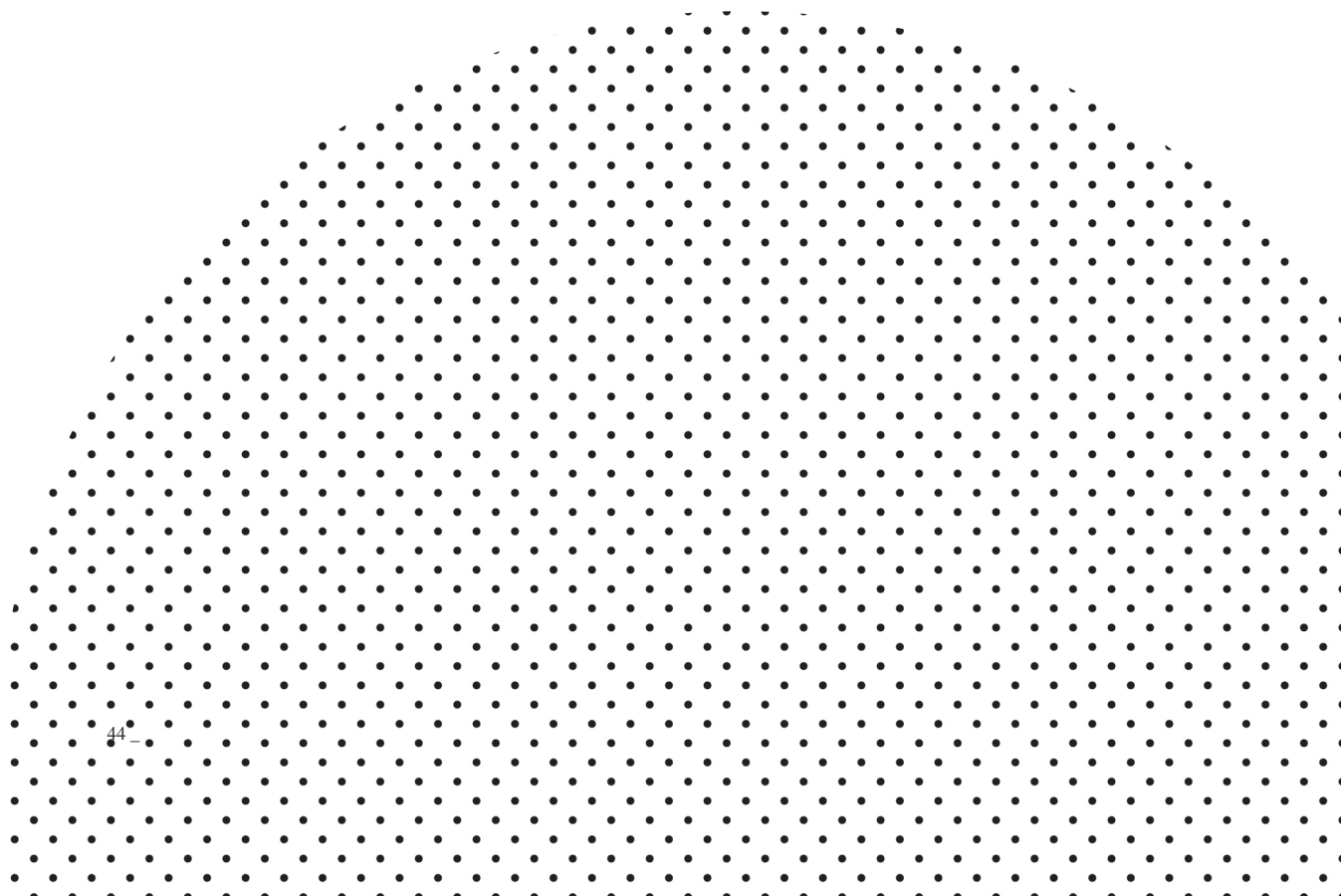
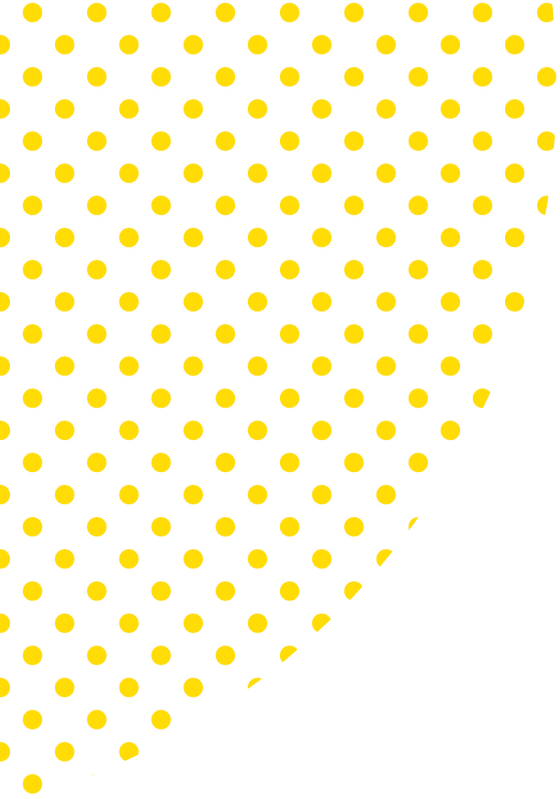
Para demonstrar a inferioridade racial de grupos não brancos, chegou-se a classificações tipológicas baseadas em características fenotípicas dos indivíduos. Dessa forma, Peter Camper forjou a inferioridade dos/as negros/as a partir da medição do rosto. Ao verificar que os negros e as negras são mais prognatas que os/as brancos/as em suas feições, como na zona do nariz, deu como certo que os aqueles estavam mais perto dos primatas. O argumento baseava-se no fato de que a extensão do ângulo facial influenciava o crânio e este, por sua vez, as capacidades intelectuais, mentais e morais do indivíduo, abrindo caminho para a grande ciência que reinou nesse século: a antropologia física. Assim como o índice cefálico, a capacidade craniana e a anatomia comparada foram também materiais dos quais os antropólogos físicos se valeram para explicar as diferenças fisiológicas entre as raças. Desse modo, as diferenças culturais eram explicadas em termos de diferenças biológicas. A Antropologia criminal foi outro campo aberto por meio das teorias do médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909), que defendia ser possível reconhecer um/a “criminoso/a nato/a” por suas características físicas. A frenologia, ou o estudo das características da cabeça e da fisionomia, tem origem nas pesquisas desenvolvidas no começo do século XIX pelo cientista alemão Franz Joseph Gall (1758-1828).

eias sobre outros povos ou mesmo por sua eliminação, **Gobineau temia pela degradação da raça ariana pela miscigenação com as raças inferiores**, especialmente os semitas e, portanto, a sua decadência seria um processo inexorável. É no sentido de **defender a retomada da história ariana**, do seu **passado puro e glorioso que ele se torna o símbolo** ou o proclamador do racismo biológico.

Miríade – quantidade indeterminada, mas considerada imensa.

Línguas semitas – Nos estudos linguísticos do século XIX, os termos semita, hamita e camita foram utilizados para referirem-se simultaneamente a grupos linguísticos e a grupos raciais. Note-se a continuidade do uso de termos bíblicos na ciência dessa época. No século XX, o tronco linguístico semita passou a ser designado como “afro-asiático”.

Gobineau – Uma das obras mais importantes do século XIX, para as doutrinas racistas, foi o *Essai sur l'inégalité des races humaines*, publicada por Arthur de Gobineau. Para Gobineau e seus/as seguidores/as, a história humana estava determinada pelas raças e era, além disso [...] “uma sucessão de triunfos das raças criadoras, dentre as quais a anglo-saxônica era preeminente” (Skidmore, 1976: 67). Para esse pensador, o fim da humanidade se deveria à “catástrofe” da mestiçagem [...] “A queda das civilizações se deve à degenerescência da raça, e que esta, ao conduzir ao declínio, é causada pela mistura de sangue” (Arendt, 2000: 203). Gobineau, contudo, se referia à classe aristocrática à qual pertencia e, inclusive com sua obra, pretendia contradizer os postulados de seu contemporâneo Karl Marx. Gobineau é apropriado pela burguesia francesa ao final do século XIX, com a finalidade de assegurar e garantir sob seu domínio as suas colônias, em nome de uma supremacia francesa.



DARWINISMO SOCIAL

QUAL A LINHA QUE SEPARA O "NÓS" DOS "OUTROS"?

As teorias raciais e o clima científico, intelectual e político da época são incompreensíveis sem mencionar **Charles Darwin e sua obra revolucionária, *A origem das espécies***. A teoria da evolução por ele formulada buscava explicar o desenvolvimento das espécies por meio da ***seleção natural***, ou seja, da herança genética e do processo adaptativo ao meio ambiente, das espécies, que deixavam mais descendentes.

Ao contrário do que muitos pensam, não foi Darwin quem cunhou a ideia da “sobrevivência do mais forte” no sentido de um conflito entre espécies ou dentro de uma mesma espécie. Essa ideia foi expressa pelo sociólogo inglês Herbert Spencer, que também defendia a ideia de que o progresso humano tem como base a hierarquia racial, sem misturas. As teorias que vieram a ser conhecidas por darwinismo social procuravam uma aplicação no mundo social das teorias darwinistas sobre adaptabilidade, sobrevivência e evolução das espécies, que na teoria original se restringia ao mundo natural. Introduz-se a ideia de “luta pela vida” dentro de uma mesma espécie que

compete pelos mesmos recursos, os quais são escassos. Assim, os **diferentes grupos humanos não apenas se desenvolveriam por intermédio da adaptabilidade ao meio, mas também pelo conflito, a partir da qual os/as mais aptos/as ou fortes sobreviverão** e subjugarão os/as outros/as.

O darwinismo e o darwinismo social permitiram a integração de um grande sistema de pensamento prevalecente do século XIX: a origem das espécies e entre elas, a humana; a distinção das raças e a superioridade de umas sobre as outras; a teoria do progresso histórico e social ilimitado, como submetido a uma lei natural e universal.

Note-se que as ideias do darwinismo social não foram empregadas apenas para justificar a expansão colonial europeia sobre Ásia e África. Os argumentos científicos anti-igualitários e de justificação do exercício do poder de fortes sobre fracos/as se deram no contexto da disseminação de ideias socialistas e do crescimento da pobreza na Europa. Nesse contexto interno à Europa, é importante mencionar que várias das características raciais inferiores associadas aos povos de cor ou semitas eram também atribuídas às “classes inferiores”, justificando, dessa forma, sua pobreza pela sua incapacidade inata; **nessa visão, as classes baixas europeias seriam braquicéfalas, tal como os/as negros/as**. Classe e raça aqui se encontram, do mesmo modo que raça e gênero seriam também indissociados pelas características mentais e psicológicas inferiores atribuídas às mulheres, comprovadas pelo índice encefálico diminuto, relativo ao homem branco.

As teorias de “sobrevivência do/a mais apto/a” ou “lei do/a mais forte”, propagadas pelo darwinismo social são associadas ao vocabulário nacionalista que defendia a busca de “espaço vital” para o desenvolvimento das nações. Tudo convergiu para o estímulos a um ethos guerreiro, militarista, que encontrou canalização na expansão colonial, justificada pelo direito das raças fortes ou “ativas” de dominarem as raças fracas ou “passivas”. Posteriormente, esse militarismo redundaria na eclosão da Primeira

Classe e raça aqui se encontram, do mesmo modo que raça e gênero seriam também indissociados pelas características mentais e psicológicas inferiores atribuídas às mulheres.

Guerra Mundial. Nesse ideário, os costumes civilizados e o pacifismo eram vistos como um enfraquecimento das “raças fortes” que poderiam ser dominadas por raças mais prolíficas, como a semita. **A instigação militarista vai ao encontro das teorias eugênicas, pela eliminação de outras raças, e impulsiona ideologicamente a expansão colonial.**

É importante ressaltar aqui que, embora a **expansão colonial europeia tenha como imperativos fatores econômicos, demográficos, comerciais e outros, o contexto ideológico europeu foi fundamental para seu sucesso.**

O debate sobre raça e expansão colonial no século XIX não se limitou aos gabinetes, sociedades geográficas e academias. **Houve notável popularização das teorias científicas, especialmente da ciência raciológica, por meio de jornais e livros de grande tiragem. Não se pode dizer, portanto, que o racismo fosse uma pseudociência, mas sim uma ciência popularizada e reconhecida.** O debate sobre evolução humana e o possível parentesco entre humanos e macacos ocupou a imprensa e o debate público. Nessa época, foram criados importantes museus etnográficos, onde era exposta a cultura material de povos distantes, bem como zoológicos onde se expunham não apenas os animais exóticos vindos da África, Ásia e América, como também as pessoas desses lugares representando as “raças inferiores” que atestavam seus costumes “primitivos e exóticos”, pondo em “evidência” a evolução humana e a superioridade da raça branca. No Módulo 2, ao falarmos sobre *Gênero e hierarquia social*, trouxemos o exemplo da *Vênus Hottentot*, que retratava o primitivismo genital e sexual das mulheres negras, apresentado como provas irrefutáveis de sua tendência à delinquência, prostituição e concubinato.

A grande afluência às exposições coloniais, onde o conjunto dos povos e culturas submetidos ao domínio europeu era mostrado como num zôo, dava mostra do enorme apoio popular à expansão colonial e à sedimentação do racismo e da ideologia colonial.

A explicação evolutiva para a origem e desenvolvimento das espécies naturais e a integração humana no mundo natural submetido às mesmas leis da evolução e da adaptação deu ao Evolucionismo, que já era uma doutrina corrente, bases nas leis naturais e universais. Saímos do terreno das ciências biológicas e entramos agora nas nascentes Ciências Sociais. Diferente da Sociologia fundada por **Comte**, que buscava as leis das sociedades “evoluídas”, ou industriais, o Evolucionismo Cultural ou Antropologia Evolucionista era uma ciência ainda em desenvolvimento, voltada para a análise,

comparação e reflexão sobre as culturas dos povos não europeus, cuja maioria se encontrava em processo de submissão às potências coloniais.

De acordo com as teorias da época, a Antropologia Evolucionista tinha um caráter mais especulativo do que metódico e pensava as “sociedades primitivas” como estágios evolutivos inferiores do desenvolvimento das civilizações, tomado como um processo universal. As civilizações, de forma semelhante às raças, eram organizadas numa escala evolutiva linear, na qual a civilização ocidental estaria evidentemente no topo da civilização e **as então chamadas “sociedades primitivas”, na “infância da humanidade”**. Seus costumes eram entendidos como “testemunhas do passado”, costumes que os povos civilizados teriam abandonado ao longo da sua marcha civilizatória. **As sociedades foram então reduzidas a três estágios civilizatórios: primitivismo, barbárie e civilização.**

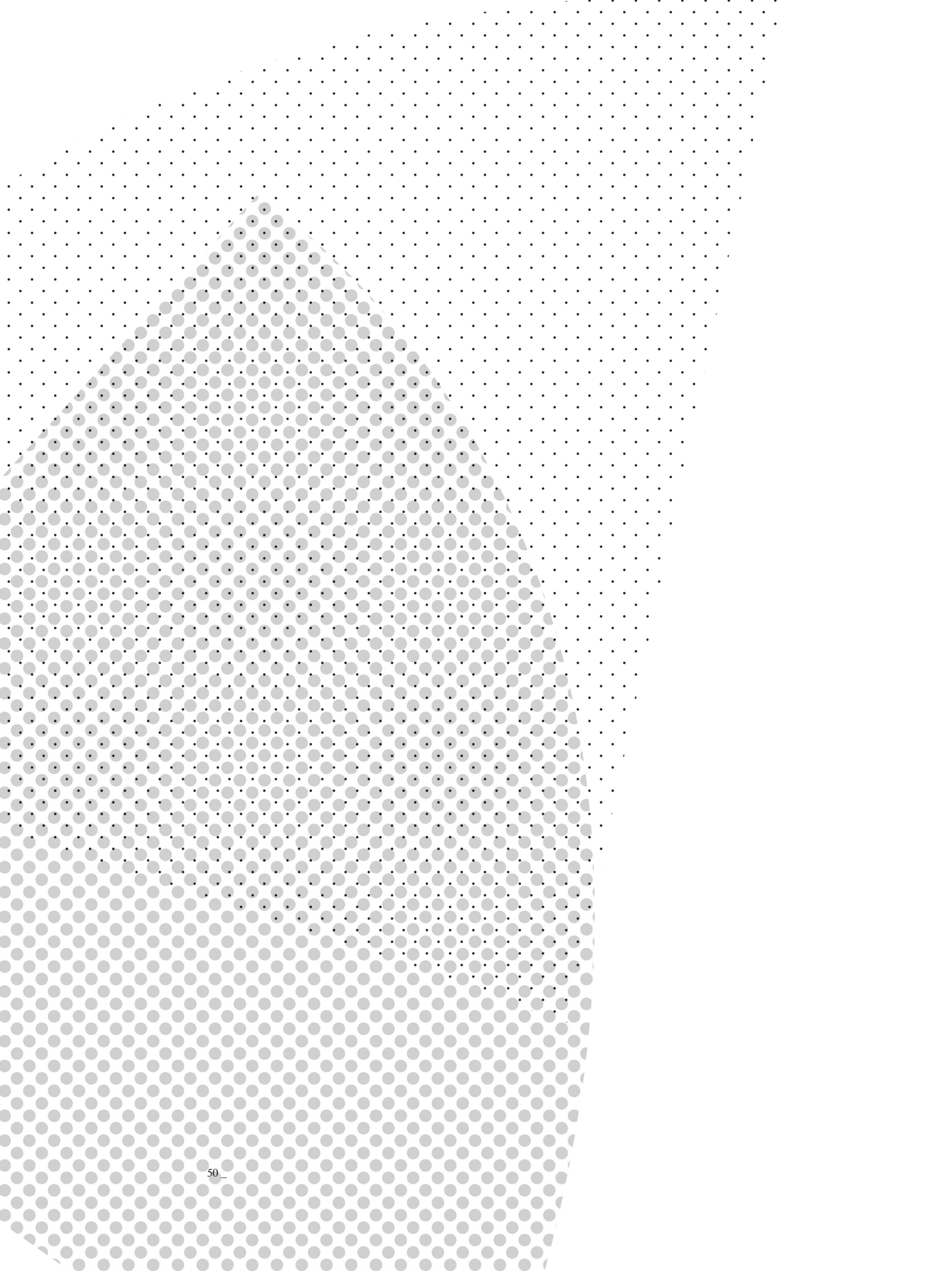
Esses/as antropólogos/as, entre os quais têm destaque James Frazer, Maine, Edward Tylor e Lewis Morgan, buscavam especular sobre as origens das instituições sociais – religiosas, jurídicas, da família, do direito etc.

Os estudos dos povos primitivos poderiam lançar luz sobre o remoto passado europeu. Os Evolucionistas procuravam por meio da distância espacial – busca de povos longínquos ou remotos – conhecer o que estava distante, no tempo, da história europeia.

Presumindo a unidade do gênero humano e **interpretando as diferenças culturais como etapas diferentes da evolução inevitável da humanidade, rumo à civilização já alcançada pelos povos europeus, os evolucionistas culturais davam muito menos ênfase às teorias raciológicas. A conquista colonial, assim, era perfeitamente justificável pela missão civilizadora realizada pelos/as europeus/eias**, dominando povos inferiores e levando-os ao progresso. Note-se que, nessa perspectiva, os determinismos raciais são minimizados, pois a expansão da civilização cedo ou tarde faria progredir todos os povos de todas as raças sob o comando do Ocidente.

As civilizações, de forma semelhante às raças, eram organizadas numa escala evolutiva linear, na qual a civilização ocidental estaria evidentemente no topo da civilização.

Comte – Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês, foi o fundador da Sociologia. Comte adotou o método científico como base para a organização política da sociedade industrial moderna. Para Comte, o desenvolvimento intelectual humano havia passado por um estágio teológico em que o mundo e a humanidade foram explicados pelos deuses e espíritos; depois, as explanações estavam nos termos das essências, de causas finais e de outras abstrações; e, finalmente, passou-se para o estágio positivo moderno. Este último estágio se destacava pela consciência das limitações do conhecimento humano, buscando-se a descoberta das leis baseadas nas relações observáveis entre os fenômenos naturais. Para Comte, a Sociologia, ápice de toda a ciência, reduzia os fatos sociais a leis científicas e sintetizava todo o conhecimento humano. Comte dividiu a Sociologia em dois campos principais: Estática social, ou o estudo das forças que mantêm unida a sociedade; e Dinâmica social, ou o estudo das causas das mudanças sociais. Saiba mais em <http://www.cobra.pages.nom.br/fcp-comte.html> Acesso em 28 de Abril de 2010.



RAÇA, CULTURA E ÉTNIA

QUAIS SABERES E CIÊNCIAS CONSEGUIRAM QUESTIONAR O RACISMO CIENTÍFICO?

DE QUE FORMA?

POVOS PRIMITIVOS E POVOS CIVILIZADOS, RAÇAS INFERIORES E RAÇAS SUPERIORES... HÁ ALGUM SENTIDO NESSAS CONTRAPOSIÇÕES?

O QUE LEVOU AS CIÊNCIAS A DESCONSIDERAREM AS HISTÓRIAS DOS POVOS NÃO EUROPEUS?

QUANDO CONHECER AS CULTURAS VIRA UMA ESTRATÉGIA PARA SUPERAÇÃO DO RACISMO?

DE QUE FORMA A IDEIA DE "RAÇA" DEIXA DE SER FATOR DE SEGREGAÇÃO PARA SE TORNAR UM ELEMENTO AGLUTINADOR DOS POVOS CONSIDERADOS "INFERIORES"?

COMO OS NEGROS E NEGRAS SE APROPRIAM DO CONCEITO DE RAÇA?

O desenvolvimento da Antropologia, a partir de finais do século XIX, tomou caminhos que acabaram por questionar os pressupostos da Antropologia racialista. A emergência do trabalho de campo como método por excelência, para a obtenção e construção dos dados primários sobre os quais os/as antropólogos/as faziam suas análises, foi um importante fator para esse questionamento.

Diferente dos/as *antropólogos/as evolucionistas*, que compilavam descrições de rituais e costumes a partir de relatos de viajantes, administradores/as coloniais e missionários/as, alguns/as antropólogos/as passaram, eles/elas mesmos/as, a visitar povos distantes e a realizarem eles/elas mesmos/as suas observações *in loco* de forma a testar suas teorias. Dois dos “pais fundadores” da chamada antropologia moderna, Franz Boas e Bronislaw Malinowski, foram os precursores da estadia prolongada numa mesma sociedade e da concentração, no mesmo profissional, do trabalho de recolha de dados e de interpretação dos mesmos, que é conhecido como **método etnográfico**.

O avanço das pesquisas antropológicas baseadas no trabalho de campo favoreceu uma abordagem totalizante das sociedades ditas primitivas. Antes, a antropologia evolucionista buscava comparar traços culturais e instituições de várias sociedades para formular hipóteses sobre a evolução de determinada instituição. Por exemplo, a comparação entre regras de casamento e parentesco de diversas “sociedades primitivas” possibilitou a Morgan elaborar sua teoria sobre a evolução do casamento que passava por uma suposta etapa de “promiscuidade primitiva”, evoluindo depois para o “matriarcado”, depois patriarcado, poligamia e, por fim, a monogamia que, enquanto forma de organização familiar ocidental, seria tida como a forma mais avançada.

A antropologia moderna passou a defender que um elemento cultural só faria sentido tendo em vista a totalidade na qual ele era uma parte. Assim, **determinada regra de casamento, ou ritual religioso, só se poderia entender tomando em conta outros aspectos da mesma sociedade**, como organização econômica, meio ecológico, relações de poder, cosmologia etc; **não havendo sentido a comparação com outras sociedades e muito menos a definição de uma linha evolutiva**. A compreensão de que cada sociedade tinha formas próprias de organização e formava um *sistema* único e coerente em si mesmo abriu caminho para uma concepção de cultura como um todo articulado, composto de partes interdependentes que possuem uma lógica tal, que apenas pode ser descoberto levando em consideração o “ponto de vista nativo”. Ou seja, **a forma como os nativos entendem e explicam sua própria cultura deverá ser levada em consideração para a explicação do sentido da sociedade ou da cultura em questão**.

A antropologia moderna passou a defender que um elemento cultural só faria sentido tendo em vista a totalidade na qual ele era uma parte.

Essa nova abordagem teórica e metodológica foi desacreditando pouco a pouco as grandes teorias evolucionistas tão abrangentes quanto difíceis de serem demonstradas.

Já a Antropologia Física recebeu um duro golpe dentro de seu próprio campo. **Franz Boas**, em suas pesquisas sobre imigrantes europeus nos Estados Unidos, **provou por intermédio dos mesmos instrumentos craniométricos, que as diferenças raciais entre grupos humanos não eram suficientes para comprovar diferenças morais, de habilidades ou comportamentos**. Isto se dava porque as características raciais (como tamanho do crânio) não eram estáveis, mas podiam variar ao longo do tempo, de acordo com o meio ambiente e condições de vida. Os seres humanos e suas formas de vida eram muito mais produtos do seu meio, de suas histórias, das trocas que realizavam entre si, do que de características biológicas, sendo que estas mesmas também eram mutáveis.

Perceba-se que Boas não questionava a possibilidade da existência de raças humanas. A refutação da ideia de raça enquanto uma realidade biológica só aconteceu décadas depois, com o avanço dos estudos da genética. O que Franz Boas defendeu foi a ausência de **determinismo racial** nas capacidades morais e intelectuais humanas. Desse modo, nas primeiras décadas do século XX, o conceito de raça como explicador das diferenças entre pessoas e grupos humanos foi sendo esvaziado na comunidade antropológica em prol de outro conceito que a partir daí ganhou importância crescente: a *cultura*.

Franz Boas, inaugurador da Antropologia Cultural nos Estados Unidos, foi quem mais se dedicou ao refinamento do conceito de cultura, a qual foi pensada em duas direções. Uma, na direção da cultura como totalidade, como expressão de uma dada sociedade em todas as suas esferas (econômica, material, religiosa, organizacional, artística, cosmológica). Outra, na cultura como produto histórico, cujo desenvolvimento depende das trocas e relações internas ao grupo e entre grupos num dado meio geográfico.

A desconsideração da história dos chamados povos primitivos tem como motivação explícita a alegada ausência de fontes escritas, típicas de sociedades orais com desenvolvimento tecnológico baixo. Entretanto, a recusa de especular sobre a história dos povos não ocidentais não esconde a **antiga concepção etnocentrista da “ausência de história” dos povos não europeus**. Era como se os “povos primitivos” estivessem congelados no tempo e suas culturas e sociedades fossem imutáveis, sendo

transformadas apenas com a chegada do colonizador. **Parecia que a história teria passado a existir apenas com a chegada dos europeus.**

A discussão sobre a história é fundamental, porque está relacionada com a reflexão sobre a mudança cultural na teoria antropológica. A concepção de cultura dessa primeira metade do século XX via a história, basicamente, como um conjunto estável, ordenado e coerente; comparando-a com um organismo biológico, seus elementos estariam relacionados e interdependentes, ao ponto de uma simples mudança em algum dos elementos alterar, ou até mesmo desarticular, todo o resto. Durante muito tempo, a percepção mais comum era a de que a transformação das culturas e das “sociedades primitivas” estava relacionada à dominação colonial, tratando-se mudança no sentido de “perda cultural”, perda das práticas e significados culturais da sociedade, posto que a mudança alteraria seu equilíbrio ou sua ordenação interna. O termo utilizado pela antropologia americana para os processos de mudança cultural chamou-se *aculturação*.

A transformação do conceito de cultura em Antropologia se deu de forma associada à reinvenção do conceito de *etnia*. *Etnia* e cultura são concepções centrais na Antropologia. ***Etnia*, que inclusive empresta seu nome para o termo quase sinônimo de antropologia, a *etnologia*, veio praticamente substituir outro termo em voga, o de *tribo*, na referência às chamadas “sociedades primitivas”.** Ambas referem-se, a princípio, a uma unidade sociocultural, ou seja, uma população estável, que ocupa um espaço geográfico determinado e possui instituições e organizações sociais e culturais comuns, entre as quais a língua como quase um sinônimo de cultura.

As ideias de etnia e de cultura desenvolvidas pela Antropologia na primeira metade do século XX estão profundamente relacionadas a uma experiência europeia que assimila um povo = uma língua = uma cultura = um território e chama isso de *nação*, como vimos na segunda parte deste texto. É como se a antropologia e os saberes coloniais tivessem transposto para as sociedades

As ideias de etnia e de cultura desenvolvidas pela Antropologia na primeira metade do século XX estão profundamente relacionadas a uma experiência europeia que assimila um povo = uma língua = uma cultura = um território e chama isso de nação.

extraeuropeias seu próprio conceito de nação, mas em menor escala. Daí a orientação de que a uma etnia corresponde uma cultura. A diferença, nessa visão, é que os povos europeus são dotados de história, e os povos primitivos pareciam conhecer a *história* somente com a colonização e a chegada da “civilização”.

É importante ressaltar aqui que **a Antropologia nasceu como ciência colonial**, uma forma de conhecimento e narrativa europeia e norte-americana, sobre os povos não europeus, **no interior de um projeto de expansão**. Expansão não somente militar, econômica e administrativa, mas também missionária e de alargamento dos discursos europeus sobre “o outro” e sobre a diferença. **Aqui, conhecer e falar sobre “o outro/a” é uma das formas de exercer poder sobre esse “outro/a”**.

Pode-se relacionar uma *Antropologia evolucionista*, que ordena todas as sociedades numa linha de maior ou menor civilização, com a necessidade de justificar a expansão europeia sobre povos e territórios. Já a *Antropologia funcionalista*, que busca compreender cada sociedade como um sistema orgânico, funcional e sincrônico, parece ter sido feita sob medida para a disseminada tarefa de “conhecer para melhor dominar”. Todavia, as relações entre Antropologia e colonialismo e entre antropólogos e políticas coloniais não são assim tão simples e lineares; seria um reducionismo ver a Antropologia apenas sob a ótica de um instrumento de poder e controle a serviço da colonização. Entretanto, não há aqui espaço para desenvolver essa reflexão.

GLOSSÁRIO

Método etnográfico – é o método de pesquisa que pressupõe a interação prolongada entre o/a pesquisador/a e o sujeito da pesquisa e a vivência cotidiana do/a pesquisador/a no universo do sujeito. O método foi desenvolvido com a descoberta do Novo Mundo e seus habitantes. Intelectuais de origem europeia queriam conhecer esses diferentes povos, sua história, cultura, padrões morais e civilizações. As primeiras observações etnográficas foram os relatos dos/das administradores/as das colônias e de missionários/as. Era o olhar do/a colonizador/a sobre o/a colonizado/a. Saiba mais em <http://institutofonte.org.br/aproximacao-com-a-etnografia> Acesso em 28 de Abril de 2010.

Determinismo racial – a teoria determinista vê o ser humano como produto de três fatores – meio ambiente, raça e momento histórico. O determinismo racial afirma que a “raça” determina, ou seja, define as escolhas, as características morais e intelectuais. Para o determinismo racial, existe uma raça superior, a branca, e raças inferiores (não brancas).



ANTROPOLOGIA, ANTIRRACISMO, DESCOLONIZAÇÃO

QUANDO CONHECER AS CULTURAS VIRA UMA ESTRATÉGIA PARA SUPERAÇÃO DO RACISMO?
DE QUE FORMA A IDEIA DE "RAÇA" DEIXA DE SER FATOR DE SEGREGAÇÃO PARA SE TORNAR UM ELEMENTO AGLUTINADOR DOS POVOS CONSIDERADOS "INFERIORES"?
COMO OS NEGROS E NEGRAS SE APROPRIAM DO CONCEITO DE RAÇA?

ANTROPOLOGIA E O ANTIRRACISMO

No momento em que a *Antropologia social ou cultural* afastava-se do conceito de raça no estudo das sociedades, assistia-se ao surgimento do nazismo e das ações políticas de segregação e extermínio baseadas na raça. Ao final da II Guerra Mundial, os/as intelectuais engajados/as se viram obrigados/as a um esforço mais sistemático de divulgação científica para a superação definitiva da ideia de raça que, **embora quase desaparecida do centro do debate científico, entrara com toda a força na esfera da política e da sociedade.**

Como apresentado no Módulo I, a ONU, surgida imediatamente após a II Guerra, criou a UNESCO (1946) com o

intuito explícito de compreender as causas da guerra, especialmente as suas motivações raciais. Nesse pós-guerra, acontecia também a institucionalização da segregação racial na África do Sul, o **apartheid**, e as colônias africanas e asiáticas intensificavam a luta pela independência política, recolocando em pauta a questão racial. Embora já tenhamos falado sobre esses temas, mais à frente aprofundaremos o impacto provocado por tais momentos históricos.

Em 1951, um conjunto de cientistas sociais e outros/as especialistas reunidos pela UNESCO publicaram a **1ª DECLARAÇÃO SOBRE RAÇA**, negando qualquer relação entre características físicas e atributos morais ou disposições psicológicas. Vários documentos foram publicados ao longo dos anos 1950, entre os quais o mais famoso foi o escrito por Claude Lévi-Strauss, intitulado “Raça e História”. Nessa obra, o antropólogo refuta de forma cabal o evolucionismo e o etnocentrismo e defende a importância da diversidade das culturas para o patrimônio da humanidade.

1ª DECLARAÇÃO SOBRE RAÇA

Veja também a 4ª Declaração da UNESCO sobre raça e preconceitos raciais, de 1978. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/dec78.htm> acesso em 28 de abril de 2010.

Uma das recomendações da UNESCO foi a substituição do termo raça por etnia, tido como mais próximo do significado cultural, marco pelo qual se passa a descrever a diversidade das sociedades humanas. Entretanto, **o que se nota é que a mudança do termo nem sempre significou a mudança de significado**. *Cultura*, em suas diferentes concepções, foi pensada por vezes mais como um conjunto de traços, crenças e costumes ordenados de forma estática do que como uma estrutura dinâmica que se transforma pelo processo histórico. Assim, *cultura* assimilou a mesma concepção naturalizada de raça, como conjunto de caracteres visíveis e hereditários dentro de um agrupamento humano.

DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA E ÁSIA: IDENTIDADE E LUTA RACIAL

Como mencionado, o final da Segunda Guerra Mundial assistiu à transformação que mudou a face política mundial do século XX. Trata-se da ascensão à independência dos países asiáticos e africanos.

A *descolonização* foi o processo histórico e político, que se traduziu na obtenção gradativa da independência das colônias europeias situadas na Ásia e na África. **A conquista das independências se processou por duas formas**, por vezes combinadas. Uma, **pela política de concessões de autonomia**, que se deu de forma sucessiva e em crescentes etapas, **segundo a potência colonizadora** e, sobretudo, a **especificidade de cada colônia**. Outra, **pelas lutas de independência**, por meio de greves, revoltas e movimentos clandestinos, **algumas desembocando em guerras anticoloniais**. Neste texto, vamos nos deter apenas no caso africano.

Sendo por guerra ou por negociação, um dos mais importantes instrumentos de luta dos povos colonizados foi a produção das ideologias que se centravam em alguns aspectos fundamentais: **a produção de uma identidade comum africana**, até então inexistente no continente, **a formulação dessa identidade pela revalorização de suas histórias e culturas e a ressignificação de raça como um valor positivo** e símbolo de luta contra o racismo.

É preciso ressaltar que essa produção foi obra de um grupo de intelectuais e ativistas africanos/as. A maioria deles fez sua formação universitária e política no exterior e absorveu as idéias revolucionárias euro-americanas. Passou a organizar a contestação ao poder colonial, ao lado das populações urbanas e rurais. Essa elite política e cultural reelaborou o pensamento revolucionário da época, produzindo ideologias e programas políticos assentados na realidade de seus países e num passado histórico referenciado como instrumento de luta, como o resgate dos antigos reinos da África Ocidental e a busca de referência no Antigo Egito. Muitos desses quadros foram os primeiros dirigentes políticos dos novos países africanos.

O caráter amplo e mesmo difuso dessas ideologias se deveu à exigência de resposta à atuação globalizante e igualmente genérica do colonialismo e do racismo. São ideolo-

*por guerra ou
por negociação,
um dos mais
importantes
instrumentos de
luta dos povos
colonizados foi
a produção das
ideologias que se
centravam em
alguns aspectos
fundamentais.*

gias que ultrapassaram os limites locais – étnicos, linguísticos ou regionais – e ganharam dimensão continental, constituindo uma solidariedade racial e cultural.

As principais ideologias desenvolvidas no período foram o **Pan-africanismo** e a **Negritude**.

A ideologia pan-africanista surgiu de um sentimento de solidariedade e consciência de uma origem comum entre os/as negros/as das Antilhas e dos Estados Unidos, **envolvidos numa luta semelhante contra a violenta segregação racial que sofriam**. Essa solidariedade difusa data da segunda metade do século XIX sem que, no entanto, tenha tido uma organização política continental, permanecendo o combate ao racismo ligado à especificidade de cada país americano.

Sylvester Williams, advogado negro de Trinidad, foi o primeiro a utilizar o termo *pan-africanismo* e tinha como foco a denúncia da expropriação das terras dos/as sul-africanos/as negros/as pelos/as boêres e ingleses/as. **Du Bois**, porém, é considerado o criador do *pan-africanismo*. Em sua luta, opôs-se, nos Estados Unidos, tanto ao reformismo de Booker T. Washington, quanto ao **sionismo negro** de Marcus Garvey. O primeiro condicionava a possibilidade de igualdade racial à melhoria de situação dos/as negros/as, de modo a poderem competir com os/as brancos/as; o segundo, favorável a um retorno dos/as negros/as à África, fundou para isso uma companhia de navegação e, utilizando o seu grande poder carismático, mobilizou dezenas de milhares de pessoas. Du Bois, por sua vez, foi o primeiro *pan-africanista* a expressar a convicção de que a unidade de luta dos/das negros/as americanos/as e antilhanos/as com os/as africanos/as deveria basear-se na compreensão de que a dominação que sofriam tinha uma mesma raiz: o capitalismo. Ele foi o organizador dos cinco primeiros Congressos Pan-africanos: Paris, 1919; Londres, 1921; Londres e Lisboa, 1923; Nova York, 1927; e Manchester, 1945. Este se constituiu numa virada do pan-africanismo, que, de movimento cultural de intelectuais negros, sobretudo das Américas, passou a ser um instrumento de luta política pela independência da África, particularmente das colônias inglesas da África Ocidental.

A *negritude* foi formulada pela primeira vez pelo poeta e político antilhano Aimé Césaire, no poema *Cahier d'un retour au pays natal*, publicado em Paris em 1938. Entretanto a *negritude* teve em Léopold S. Senghor seu principal teórico:

“Objetivamente, a negritude é um fato: uma cultura. É o conjunto dos valores - econômicos e políticos, intelectuais e morais, artísticos e sociais - não somente dos povos da África Negra, mas também das minorias negras da América e, inclusive, da Ásia e Oceania (...). É, em suma, a tarefa a que se propuseram os militantes da negritude: assumir os valores da civilização do mundo negro, atualizá-los e fecundá-los, quando necessário com as contribuições estrangeiras, para vivê-los em si e para si, mas também para fazê-los viver por e para os Outros, levando assim a contribuição de novos Negros à Civilização do Universal” (SENGHOR, 1972:15).

Tendo como principal foco de irradiação a revista *Présence Africaine* – criada em Paris, em 1947, por intelectuais negros/as preocupados/as em descolonizar o estudo da história africana – a *Negritude* constituiu, especialmente nas colônias francesas, a expressão cultural do *pan-africanismo*.

Noção polêmica, ela foi rejeitada por Césaire:

“Senghor e eu inventamos e demos conteúdo ao conceito e ao movimento, da negritude. Mas meu amigo Senghor e eu não estamos mais de acordo sobre a sua noção e sua prática. Ele parece ter feito dela uma metafísica” (Apud, PEREIRA, 1978:63).

Tal afirmação está ligada ao idealismo histórico que marca a *negritude*, quando esta pressupõe culturas raciais ou continentais. **Amílcar Cabral**, líder da luta pela independência da Guiné-Bissau, observa:

“Sem pretender minimizar a importância de tais teorias e ‘movimentos’, que devem ser entendidos como tentativas, bem ou mal sucedidas, de encontrar uma identidade e como meios de contestação da dominação estrangeira, podemos, em todo caso, afirmar que uma análise objetiva da realidade cultural conduz à negação da existência de culturas raciais ou continentais. Em primeiro lugar, porque a cultura, como a história, é um fenômeno em expansão intimamente ligado à realidade econômica e social do meio, ao nível das forças produtivas e aos métodos de produção da sociedade que a criou. Em segundo lugar, porque o desenvolvimento da cultura se produz de forma desigual, tanto em um continente quanto em uma ‘raça’ e até em uma sociedade. As coordenadas da cultura, como as de todo o fenômeno em desenvolvimento, variam no espaço e no tempo, tanto em seu sentido material (espaço e tempo físicos) quanto humano (biológicos e sociológicos)”. (PEREIRA, 1978: 63 e 64)

A crítica de Cesaire e a observação de Cabral expõem os dilemas e paradoxos da transferência de um conceito forjado pelo cientificismo europeu de cunho biologizante e essencialista, para a construção de uma base identitária mais ampla, de fundo político e cultural. **A raça assim foi profundamente ressignificada e transformada.** Se antes foi o principal instrumento de cunho cientificista que construiu a homogeneização e a humilhação de povos e culturas e justificou a opressão sobre eles, a *raça* tornou-se um poderoso aglutinador identitário que operou a retomada de autonomia política e conscientização histórica e cultural desses mesmos povos agora dignificados.

É no sentido da *identidade étnica* de fundo político e cultural que devem ser compreendidos, a partir do século XX, os usos e os sentidos da *negritude* e a produção de uma “cultura negra”, **pensada ora como uma herança, ora como um produto da luta e da afirmação étnica de vastos conjuntos de pessoas em vários continentes, unidos pela mesma “origem” e por uma história semelhante de dominação.** É também nesse sentido que é apropriado o conceito judaico da “diáspora”, para se referir aos/às descendentes de africanos/as espalhados/as pelo mundo devido ao tráfico negreiro.

A recuperação da história vivida no período escravista nas Américas foi fundamental para a organização de uma identidade negra que religa os dois continentes atlânticos. **A História torna-se, nesse período, um dos campos de luta cruciais para a reconstrução da memória e da “identidade negra”** após as independências africanas e para dar lastro às lutas antirracistas nas Américas, tema que aprofundaremos na Unidade 4 deste módulo, ao abordar a luta dos movimentos negros no Brasil. Assistiu-se a uma nova historiografia, produzida dentro e fora da África, que superou as antigas narrativas coloniais que negavam historicidade ao continente.

Já a Antropologia transformou-se intensamente nesse período de mudanças. Profundamente em crise pela “perda de seu objeto”, as supostas “sociedades primitivas”, e sendo rejeitada pelas populações das ex-colônias que recusavam exercer o papel de objeto de estudo exotizado, a antropologia passou a incorporar, na sua análise, as transformações históricas e as mudanças intensas pelas quais passavam o continente e a repensar as relações de sujeito e objeto nas relações com os povos estudados. Passou a utilizar um novo conceito de cultura, mais dinâmico, capaz de incorporar a história na análise das sociedades. Abandonou o conceito de *aculturação*, no qual a mudança supunha o fim da “autenticidade cultural”. Assim, a antiga ideia de perda ou manutenção de traços culturais tomados isoladamente fora do contexto histórico caiu

em desuso nas teorias antropológicas. Os conceitos de *etnicidade* e *identidade* passaram então para o primeiro plano da investigação antropológica.

AS TRANSFORMAÇÕES DO CONCEITO DE ETNIA

Etnia, ou grupo étnico veio a substituir o desgastado termo “tribo”. A definição tradicional de etnia supõe um grupo social identificado por uma origem comum – real ou imaginária – partilhando elementos culturais comuns como língua, religião, costumes e vivendo num mesmo território. Os elementos culturais, nessa definição, aparecem como elementos estáticos como pertencentes desde o início dos tempos àquele conjunto de pessoas. Etnia, nessa perspectiva, tem uma dimensão a-histórica.

Posteriormente, a **etnia passou a ser definida como fruto de um processo classificatório e relacional, por meio do qual um grupo social se distingue de outros a partir de traços historicamente construídos. Os grupos étnicos deixaram de ser compreendidos como coletividades naturalmente portadoras de uma cultura específica e inalterável**, ou uma coletividade que, caso perdesse certos traços culturais constitutivos, estaria em risco de desaparecer enquanto grupo diferenciado.

A distinção entre a identidade do grupo étnico e seu “estoque cultural” possibilitou que a identificação dos grupos étnicos não se realize apenas pela avaliação objetiva de traços culturais. Assim, **o grupo étnico pode ser definido com referência a sua autoidentificação, a partir de e em relação à identificação que dele fazem outros grupos com os quais tem contato**. A ênfase recai, portanto, nos aspectos relacionais da identificação étnica, ou seja, a identidade emerge fundamentalmente da situação de contato, seja com grupos de mesmo tipo, seja com grupos ou sociedades circundantes ou hegemônicas. É a percepção da diferença e não a diferença objetiva de traços culturais (como língua, religião, origem comum, costumes) que define o grupo étnico

*É a percepção da
diferença e não a
diferença objetiva
de traços culturais
(como língua,
religião, origem
comum, costumes)
que define o grupo
étnico como tal.*

como tal. Nessa nova visão, o conceito de cultura passa a ser visto menos como traços ou elementos significativos em si, mas como a forma política e histórica de agenciamento desses traços.

A ideia da construção da diferença e da identidade a partir da relação com outros grupos é fundamental para compreendermos por que, com a colonização, a identidade negra surgiu primeiro no contexto escravista das Américas e só posteriormente na África. Faz compreender também por que **a escolha da identidade racial como aglutinadora, posto que foi essa a forma pela qual o Ocidente impôs a sua representação da África sobre o próprio continente.**

Assim, a identidade étnica depende não apenas da autoidentificação do grupo, mas também de ser identificado como tal por outros grupos. Nesse sentido, a identidade negra assumida pelos/as africanos/as e afro-descendentes parece estar em continuidade com a forma pela qual o Ocidente a definiu, a partir de uma categoria racial. Entretanto, a diferença está na transformação operada nos novos significados atribuídos ao/à negro/a, no sentido de posituação dessa identidade.

A identidade étnica pode ser definida pelo sentimento de pertença a um grupo, decorrente da partilha de modos de vida e de processos históricos comuns. **A memória coletiva é uma dimensão importante da identidade étnica,** expressa em crenças comuns, na corporalidade, nas práticas coletivas. Estudos demonstram que a memória – individual ou coletiva – é continuamente transformada, ela é uma dimensão do tempo presente. Portanto, **a reconstrução da memória, especialmente na mobilização dos grupos e na luta política,** foi um fenômeno que **passou a ser considerado pelas ciências sociais** não como uma invenção ou uma fraude, mas **como uma dimensão crucial da produção de grupos sociais.**

O fenômeno da *etnicidade* nada mais é que a mobilização da identidade étnica para fins políticos. Tal mobilização realça certos elementos ou características em detrimento de outros, visando a marcar a diferença de posição em relação a outro(s) grupo(s) ou sociedade circundante. A identificação étnica se distingue a princípio de outras identidades – de gênero, sexual, regional – pelo recurso a signos culturais. Entretanto, nesse recurso, a etnicidade ressalta determinados signos e não outros, operando o que se chama de *manipulação* de determinados elementos culturais, tornados *sinais diacríticos*, ou seja, sinais que demarcam a diferença, a oposição em relação a outros grupos.

Essa identidade é pautada numa experiência histórica comum (a colonização ou a escravização, por exemplo) e numa origem comum (no caso, da diáspora africana). Assim, “raça”, não no sentido biológico, mas no sentido político, assume o significado de identificação étnica.

GLOSSÁRIO

Apartheid - é o termo usado para identificar uma política de segregação racial. O termo significa separação em africâner e foi adotado em 1948, na África do Sul, para nomear o governo no qual o poder era dos homens brancos, que mantinham os/as negros/as segregados/as e impedidos/as de serem cidadãos. Nelson Mandela, que passou 25 anos preso, é identificado como um dos principais líderes da luta contra o Apartheid na África do Sul. O regime foi abolido em 1990 por Frederik de Klerk. E, em 1994, foram realizadas eleições livres.

Pan-africanismo - o termo pan-africanismo foi utilizado pela primeira vez por Sylvester Williams, advogado negro de Trinidad, durante uma conferência promovida por intelectuais negros/as em Londres, em 1900. Williams não enfatizava ainda a unificação da África, dividida pelas potências europeias. Ele clamava contra a expropriação das terras dos/das sul-africanos/as negros/as pelos/as boêres e ingleses/as e reivindicava o direito dos/das negros/as à sua própria personalidade. Embora centrada no plano cultural, essa reivindicação ocasionará a organização do I Congresso Pan-africano, realizado em Paris, em 1919, sob a liderança de W. E. B. Du Bois.

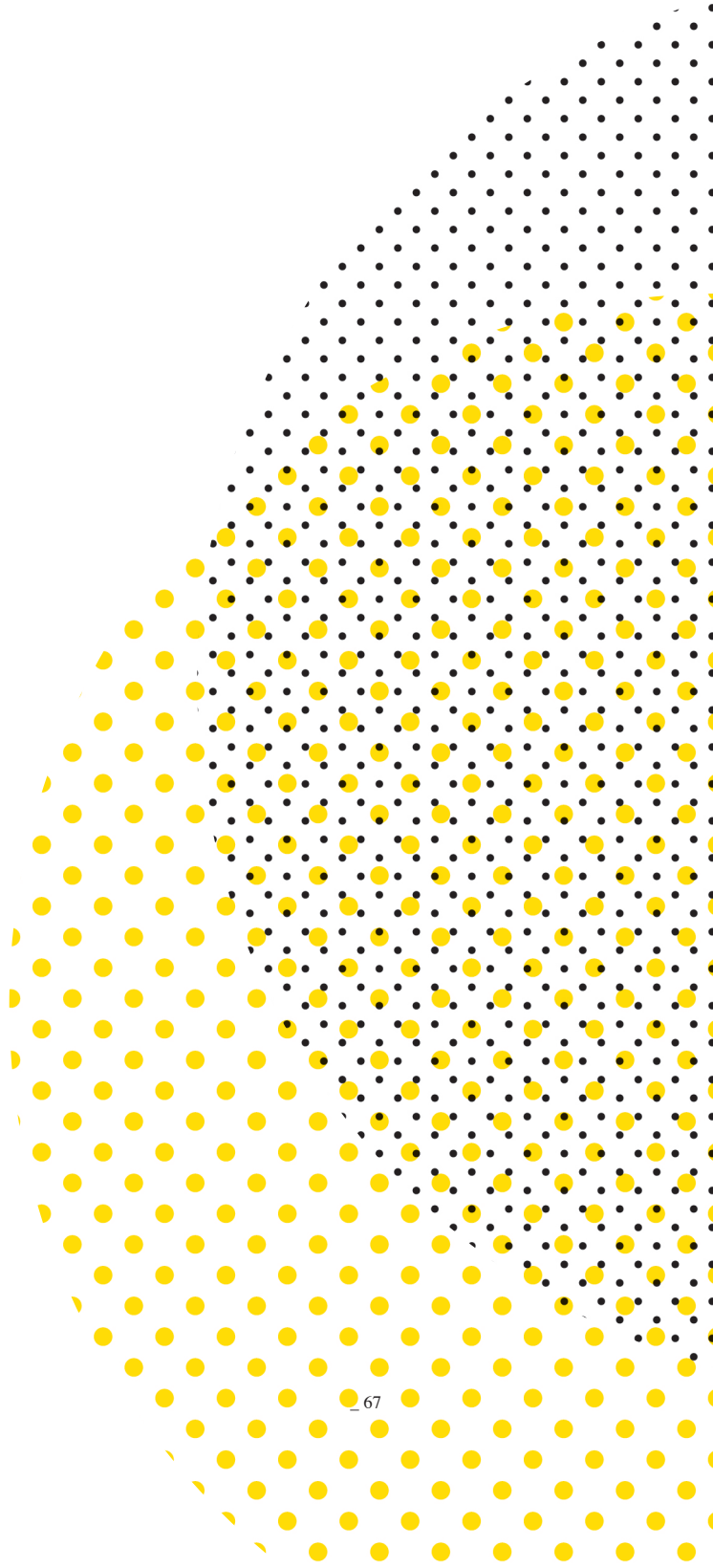
Negritude ou Négritude em francês - foi uma corrente literária de valorização da cultura negra, que agregou escritores/as negros/as africanos/as e afrodescendentes, vítimas da colonização francesa. O termo foi criado por Aimé Césaire, em 1935, na revista O estudante negro (nº 3), para afirmar a identidade e a cultura negra perante a cultura francesa dominante. Ao exaltar os valores culturais dos povos negros, Negritude trouxe a base ideológica para o movimento de independência dos países africanos. Em 1947, foi lançada a revista Presença Africana em Dakar e Paris, que reuniu jovens intelectuais negros/as de todas as partes do mundo. Eles receberam apoio de intelectuais, entre os quais Jean Paul Sartre, que definiu negritude como a negação da negação do homem negro. Na língua francesa o termo nègre é a forma pejorativa para designar os/as negros/as. O termo adequado é noir.

GLOSSÁRIO

W.E.B. Du Bois - William Edward Burghard Du Bois nasceu de uma família negra de classe média, em Massachusetts, em 1868, e morreu, com 95 anos, em Gana, em 1963. Diplomado em Economia e História pelas universidades de Fisk e Harvard, nos Estados Unidos, e em Sociologia pela Universidade de Berlim, na Alemanha, ele criou, em 1908, a NAACP - Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor - e foi o redator-chefe da revista Crisis, órgão da NAACP. Acusado pelo macarthismo de comunista, exilou-se em Gana. Ganhou o Prêmio Lênin da Paz, em 1959. Deixou uma obra de mais de 15 livros escrita, sobretudo, entre 1896 e 1946, entre os quais: The Souls of Black Folk (1903), Colour and Democracy (1945) e The World and Africa (1946).

Sionismo negro - Sionismo é o nome dado ao movimento internacional judeu que resultou na criação do Estado de Israel. O sionismo negro propõe a mesma ideia - a criação de um estado negro na África. Na virada do século XIX para o XX, nasceu um movimento no continente americano para reabilitar as civilizações africanas, restaurar a dignidade dos/as negros/as e estimular a volta ao continente africano.

Amílcar Cabral - (1924-1973) agrônomo, foi um político da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Em 1959, fundou com um grupo, de forma clandestina, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Em 1963, teve início, na Guiné-Bissau, a luta armada. Amílcar Cabral foi perseguido com os outros líderes e, em 1973, foi assassinado por dois membros de seu partido. A partir de sua morte, a luta armada se intensificou e, no mesmo ano, foi declarada a independência do país, e seu irmão, Luis Cabral, foi nomeado como o primeiro presidente.



ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Pela Lei Áurea, em 1888, é extinta formalmente a escravidão para aproximadamente um milhão de escravizados/as, sendo que a população brasileira na época era de aproximadamente quinze milhões de habitantes. Parte dos/das escravizados/as havia conquistado alforria ou vivia em quilombos.

QUANDO A RAÇA PASSOU A SER UM PROBLEMA NACIONAL: ABOLIÇÃO, TEORIAS RACISTAS E O IDEAL DE “EMBRANQUECIMENTO”

EM QUE CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO SE DÁ A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO?
QUAL O SIGNIFICADO E QUAIS AS IMPLICAÇÕES DA MUDANÇA DE STATUS DE “ESCRAVIZADO/A” PARA CIDADÃO/Ã”?

O ano de 1888 é um ano chave na história do Brasil, não só pela ocorrência da **ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA** pela **Lei Áurea**, mas também por conta dos problemas e dilemas que tal medida política trouxe para o futuro do país. **Quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, as bases econômicas que sustentavam a instituição escravidão já estavam relativamente deterioradas**, entretanto essas bases escondiam um debate que se daria com força já no dia 14 de maio daquele ano. A mudança de status de “escravizado/a” para “cidadão/ã” não deve ser aqui banalizada, mas sim problematizada à luz da época.

Naquele período, a maior parte da população brasileira era constituída por negros/as e mestiços/as escravizados/as, além de uma proporção significativa de libertos/as. Esses/as novos/as cidadãos e cidadãs, que anteriormente lotavam as senzalas e parte das casas

grandes do Brasil colonial, passavam a ser dotados de direitos e deveres e a compor o povo brasileiro. Emerge aí, de fato, um **“impasse racial”**: **como constituir uma nação habitada majoritariamente por ex-escravizados/as negros/as e mestiços/as**, agora **elevados/as**, ao menos juridicamente, **à categoria de cidadãos e cidadãs**? Um elemento complicador da resposta a tal pergunta estava na chegada ao Brasil das teorias racistas oriundas da Europa, que condenavam o futuro de um país mestiço como o nosso. Esse fato nos leva a fazer uma segunda pergunta: qual o motivo da condenação? De que forma, segundo estas teorias, a presença de ex-escravizados/as negros/as e **mestiços/as** comprometia o desenvolvimento do país?

As teorias racistas fazem parte de um debate que, de certa forma, chegou atrasado ao Brasil. Como vimos na Unidade 1, a noção de raça vinha sendo discutida na Europa desde o início do século XIX, dividindo teóricos/as por distintos paradigmas. A antropóloga brasileira Lilia Moritz Schwarcz, em seu livro *“O espetáculo das raças”* (1993), se apropriou de um termo utilizado pelo intelectual Silvio Romero (1851-1914) para qualificar o contexto de recepção das novas “modas intelectuais”: “bando de idéias novas”, afirmava o crítico literário. Eram elas o darwinismo social, determinismo racial, **lamarkismo**, **antropometria lombrosiana**, liberalismo, **socialismo**, anarquismo, comunismo, entre outras. Ao apresentar essas e outras teorias na unidade anterior, observamos que estão inseridas num contexto mais amplo de transformação da sociedade mundial da época, principalmente o estabelecimento da “modernidade ocidental”, o nascimento e cristalização dos Estados Nacionais europeus, a expansão do capitalismo e a efetivação do colonialismo na África e na Ásia.

A modernidade é um conceito central nas ciências humanas para entender a realidade social, política e econômica contemporânea. Tendo como epicentro a Europa e como marco de surgimento fins do século XVIII, ela se caracteriza por uma alteração da percepção das pessoas em relação ao mundo que as cercava. Isso ocorreu devido ao impacto das transformações políticas, econômicas, urbanas e tecnológicas, impulsionadas conjuntamente pela **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL** e

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Teve início na Inglaterra em meados do século XVIII e se expandiu pelo mundo a partir do século XIX. Foi resultado de um conjunto de mudanças tecnológicas, que tiveram um grande impacto no processo produtivo, econômico e social. A era agrícola foi superada e parte do trabalho humano foi substituído por máquinas, criando novas relações entre capital e trabalho. O capitalismo passou a ser o novo sistema econômico.

Francesca (1789), aliado ao projeto dos teóricos iluministas. Esses/as pensadores/as concebiam a razão como algo inato à natureza humana e possuidora de um caráter libertador no sentido de que a sua correta utilização seria a chave para o estabelecimento da igualdade e justiça no mundo moderno. Como já vimos, porém, nem tudo foi um mar de rosas.

O cientista social inglês Michael Banton, em verbete no “*Dictionary of race and ethnic relations*” (1994), faz uma síntese do que vimos tratando neste Módulo, quando nos diz que raça é um conceito que surge primeiramente no século XVI e era utilizado para identificar um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum. Com o decorrer do tempo, o termo passa a ter contornos que extrapolavam a ideia de origem. A filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), em “*Origens do Totalitarismo*” (1989), mostra como, no século XVIII, parte da aristocracia francesa passou a se imaginar fazendo parte de uma raça de aristocratas em detrimento de uma “nação de cidadãos”, justamente no momento que começa a perder o poder para a burguesia industrial.

Contudo, foi na virada do século XVIII para o XIX que raça tomou contornos biológicos mais definidos, e os grupos raciais passaram a ser entendidos como realidades totalmente distintas e hierarquizadas. Em **1853**, o **conde francês Arthur de Gobineau** (1816-1882), que por um tempo **morou no Brasil** e foi **amigo do Imperador Dom Pedro II**, publicou seu “*Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*”¹ que, posteriormente, seria uma das principais obras na **divulgação das teorias racistas e do racismo científico**, vindo a influenciar muito anos depois até mesmo o líder nazista alemão **Adolf Hitler** (1889-1945) ao escrever sua autobiografia intitulada *Minha luta* (2005 [1924]).

Nesse contexto, as pessoas brancas eram vistas como biológica, moral e intelectualmente superiores a negros/as e amarelos/as, sendo a miscigenação compreendida como algo que enfraquecia os grupos, **pois os filhos/as mestiços/as incorporariam as qualidades do grupo racial inferior**. Entretanto, havia muita plasticidade e metamorfoses entre as categorizações hierarquizadas de branco/a, negro/a, asiático/a e indígena a partir de cada contexto. Exemplo disso nos fornece a autora zimbabuana Anne MacClintock, em seu livro *Imperial Leather* (1995), ao evidenciar como brancos/as irlandeses/as eram considerados/as, na Inglaterra do século XVIII, um grupo infe-

¹ | Para ler mais sobre o tema, ver MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional x identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999; e GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853). Paris: Galimard; Pléiade, 1983.

rior em relação a brancos/as ingleses/as, mas ainda assim irlandeses/as eram superiores/as a negros/as e asiáticos/as. O que fica evidente aqui é que se instaura uma verdadeira **pirâmide de raças**, sendo que, na base, se localizam as raças ditas inferiores e, no topo, as raças consideradas superiores. Raça, nesse sentido, pode ser qualificada como uma das novas tecnologias que ganham força e legitimidade ao final do século XIX e fornecem uma nova racionalidade à expansão do capitalismo ocidental, via colonialismo. O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) fornece um parâmetro teórico em sua obra *História da Sexualidade* (2005) para pensarmos o discurso racista. Assim como sexualidade, **raça é uma técnica de poder que é produto e produtora de formas discursivas que legitimam e normatizam os indivíduos** na sociedade contemporânea, **instaurando o que é normal e patológico**.

as pessoas brancas eram vistas como biológica, moral e intelectualmente superiores a negros/as e amarelos/as, sendo a miscigenação compreendida como algo que enfraquecia os grupos.

No contexto do século XIX, raça era tida como uma categoria biologizada, na qual as diferenças raciais eram dadas de forma ontológica, ou seja, cada raça possuía uma natureza própria que a diferenciava das demais de forma irredutível. Em outras palavras, **não havia liberdade individual dentro das premissas raciais; as características psicológicas, biológicas, sociais e até de caráter estavam submetidas às características que definem o grupo**, de modo que o indivíduo estava submetido às características (boas e/ou ruins) da sua raça. Definia-se, assim, uma hierarquia na qual brancos e brancas de origem europeia eram entendidos como superiores (do ponto de vista moral, físico e psicológico) em detrimento dos/das indígenas autóctones, asiáticos/as e negros/as africanos/as, ainda que pelo pensamento racial, houvesse subdivisões dentro dos grupos. Por fim, a mistura vislumbrada na miscigenação era entendida como degenerescente, ou seja, o produto do cruzamento inter-racial era visto como degenerado, fraco e incorporando as características negativas de cada grupo.

Resumidamente, o que essas teorias apontavam era uma espécie de futuro degenerado para a nação, uma vez que a população brasileira era constituída majoritariamente por

indivíduos descendentes das raças ditas inferiores (**negros/as, indígenas e mestiços/as**). Nessa lógica, éramos um país cujo futuro estaria comprometido, **fadado ao fracasso devido à composição racial de nossa população**. Em suma, o que estava em jogo no debate travado em fins do século era justamente a definição da identidade nacional, ou seja, aquilo que constituía (e constitui) o povo e a nação brasileira.

Identidade, no contexto de nossa discussão, é entendida como o conjunto de características que nos formam como indivíduos singulares e que informam aos/às outros/as códigos sobre como agir e se relacionar em relação a nós. Nossa singularidade está nas múltiplas identidades que assumimos: de gênero, de raça e etnia, de orientação sexual, de classe etc. **A combinação de várias categorias** (se homem ou mulher, hetero, bi ou homossexual etc) **faz de cada um/a de nós pessoas únicas**, cuja unidade se converte no nome. Do mesmo modo que numa perspectiva individual, a identidade pode ser pensada em termos coletivos, informando características/traços da nacionalidade de cada país. O que estava em discussão no debate do final do século XIX no Brasil – e as teorias racistas condenavam – era a possibilidade de pensar um “povo brasileiro” que fosse viável no que diz respeito a suas origens raciais. Nosso país, naquele momento, era uma nação que pensava a constituição e a viabilidade de um povo que pudesse representá-la enquanto tal.

Assim sendo, as ideias de raça, mestiçagem e miscigenação tornaram-se conceitos fundamentais problematizados nos trabalhos de intelectuais brasileiros/as que buscavam solução para o impasse de se pensar a viabilidade da nação brasileira dentro do contexto racista do século XIX. Vista com pessimismo por alguns/as e com mais otimismo por outros/as, a questão racial foi debatida calorosamente ao final do século XIX no interior das instituições acadêmicas da época: faculdades de Direito e de Medicina. Esse fato nos é mostrado novamente por Lilia Moritz Schwarcz (1993), ao destacar o pensamento das duas figuras mais emblemáticas desse debate: o crítico literário sergipano Silvio Romero (1851-1914) e o médico/antropólogo maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906).

*Nossa
singularidade
está nas múltiplas
identidades que
assumimos:
de gênero, de
raça e etnia, de
orientação sexual,
de classe etc.*

Ambos intelectuais estavam em concordância no que diz respeito à hierarquia existente entre os grupos raciais, mas discordavam em relação aos resultados da miscigenação. **Romero via a mistura de grupos raciais como uma saída para o impasse vivido pelo país**, já que haveria a possibilidade de **depuração do sangue negro por meio da inserção de mais brancos/as no território**, e desde que estes últimos estivessem dispostos a **misturarem-se com negros e mestiços**. O crítico literário não entendia o produto da miscigenação como degenerescente, como pode ser percebido na análise de seu livro *História da Literatura Brasileira* (1943 [1888]). A alta taxa de mortalidade de negros/as devido a suas condições sociais, aliada à mistura com brancos/as, apontava um futuro mais promissor para o país.

Raimundo Nina Rodrigues, por sua vez, era **contra a miscigenação**, já que esta, em sua opinião, **produziria seres degenerados**. Desse modo, chegou a **propor o estabelecimento de códigos penais distintos para brancos e negros**, como se vê no texto *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, publicado em 1894. Paradoxalmente, Rodrigues temia o desaparecimento da população negra e mestiça, por conta de seu interesse de ordem científica de estudar a degenerescência; ele foi o primeiro pesquisador a fazer um levantamento sistemático das manifestações culturais e religiosas de origem africana, como é possível notar no livro *Os Africanos no Brasil* (2004 [1932]).

É importante assinalar que os debates e estímulos à imigração de europeus/eias para o Brasil, que teve início na segunda metade do século XIX e se estendeu até a primeira década do século XX, foram realizados à luz desse contexto. Brancos/as de origem europeia eram desejados/as não apenas como mão de obra para trabalhar nas plantações de café localizadas principalmente no sudeste e sul do país, mas também por sua ascendência racial. Como vimos no Módulo I, ao estudarmos a Lei de Imigração de 1945, favoreceu-se a vinda de europeus/eias, proibindo-se e dificultando-se a imigração de chineses/as e japoneses/as. A justificativa para esse procedimento seria de que asiáticos/as seriam menos assimiláveis do que brancos/as europeus/eias. Todo esse debate foi feito de forma pública e está registrado nas sessões do parlamento e nos jornais da época. Havia, portanto, um **projeto de embranquecimento do país**, ou seja, um processo histórico, social e racial pelo qual **o país depuraria sua população negra através do ingresso e mistura de brancos/as europeus/eias** no país.

CONGRESSO INTERNACIONAL DAS RAÇAS

A crença nesse ideário fora tão forte na primeira década do século XX que o médico e cientista João Batista Lacerda (1846-1915), ao participar do **CONGRESSO INTERNACIONAL DAS RAÇAS**, realizado em Londres, em 1911, apresentou a tese *Os Mestiços do Brasil*, em que defendia a ideia de que o Brasil, dentro de um século a contar daquela data, seria um país majoritariamente branco devido à alta taxa de ingresso de imigrantes brancos/as europeus/eias no território nacional, a sua mistura com outros grupos raciais aqui já presentes e aos índices de mortalidade da população negra.

Sendo assim, pode-se afirmar que **a solução encontrada para a questão racial no país foi o embranquecimento**. Em outros termos, **o ingresso de imigrantes europeus/eias no país, com sua ascendência racial desejada, era visto como a possibilidade de depurar e salvar o país até então constituído por uma maioria negra, indígena e mestiça**. Para que isso fosse possível, **era necessário olhar a miscigenação invertendo o sinal negativo que lhe era dado pelas teorias racistas**, ou seja, o produto da mistura de grupos raciais distintos deixava de ser degenerescente.

Por fim, aos/às ex-escravos/as negros/as não foi concedido qualquer tipo de reparação pela escravidão, muito menos auxílio na sua inserção na sociedade de classes como mão de obra assalariada, que se constituía. **Sua mão de obra foi preterida em relação à do/a imigrante europeu/eia**. A resposta habitualmente disseminada afirma que isso se deu por conta de sua inadequação ao trabalho industrial; entretanto, como buscamos demonstrar por meio de um olhar histórico mais aguçado sobre o período, há fatores raciais que ditaram essa escolha.

Nele, o médico e cientista João Batista de Lacerda, que foi diretor do Museu Nacional e presidente da Academia Nacional de Medicina, afirmou que em 2010 não haveria mais negros/as no Brasil, devido à mestiçagem. Segundo ele o/a mestiço poderia se aproximar do/a branco/a e ser reabsorvido/a por ele/a; o/a negro/a permaneceria distante e tenderia a desaparecer. Dizia que depois de três gerações, filhos/as de mestiços/as apresentavam todas as características físicas da raça branca, ainda que em alguns persistissem traços da raça negra devido à influência do atavismo. Lacerda afirmava que a seleção sexual persistente acabaria por subjugar o atavismo e purgar os/as descendentes do/a mestiço/a, de todos os traços característicos do/a negro/a. Dizia ele que depois de um século, os/as mestiços/as teriam desaparecido do Brasil, e estaria extinta a raça negra.

Adolf Hitler (1889-1945) - Nasceu na fronteira da Áustria e Alemanha. Foi líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, conhecido como partido nazista. As idéias nacionalistas e a oposição aos/às judeus/ias tiveram campo fértil na Alemanha que havia sido derrotada na Primeira Guerra e estava com baixa auto-estima. Suas idéias foram escritas em seu livro *Minha luta*, onde pregava a necessidade alemã de se rearmar, empenhar-se na auto-suficiência econômica, suprimir o sindicalismo e o comunismo, e exterminar a minoria judaica. Foi chanceler e depois ditador alemão. Perseguiu os judeus/ias, ciganos/as, pessoas com deficiência física e mental, homossexuais e outros grupos. Os/As perseguidos/as, considerados/as indesejados/as e inferiores/as foram usados/as em experimentos médicos e militares e a maioria foi morta em câmaras de gás nos campos de concentração. Foi um dos piores massacres da história da humanidade, conhecido como holocausto - termo utilizado para descrever a tentativa de extermínio dos/as judeus/ias pelos/as nazistas. Hitler liderou a Alemanha na 2ª Guerra Mundial, que compunha o eixo, juntamente com a Itália e o Japão. Diz-se que teria se suicidado ao admitir sua derrota em 1945. Registros contam que no dia 30 de abril de 1945, trancou-se com Eva Braun (sua esposa) nos seus aposentos. Logo após o almoço,

“ouve-se apenas um tiro. Quando lá penetraram encontraram-no com a cabeça esfaqueada à bala e com a pistola caída no colo. Em frente a ele, em languidez de morta, estava Eva Braun, sem nenhum ferimento visível. Ela ingerira cianureto (...) Rapidamente os dois corpos, envolvidos num encerado, foram removidos para o pátio e, com o auxílio de 180 litros de gasolina que os embeberam, formaram, incendiados, uma vigorosa pira. Ao redor deles, uma silenciosa saudação fascista prestou-lhes a homenagem derradeira”. (SHILLING V., http://educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/morte_hitler.htm Acesso em 08 de Maio de 2010).

Diferentes obras (livros, filmes) informam o desejo de Hitler de que seu corpo nunca fosse encontrado, evitando ser exposto em praça pública como troféu de guerra.

Antropometria lombrosiana – o médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909) desenvolveu a teoria da relação entre as características físicas dos indivíduos e sua capacidade mental e propensões morais. A teoria apontava características corporais do homem delinquente: mandíbulas grandes, ossos da face salientes, pele escura, orelhas chapadas, braços compridos, rugas precoces, testa pequena e estreita.

Lamarckismo – teoria evolucionista de Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck, que foi precursor de Charles Darwin. A teoria se assenta em dois pontos: 1)os seres humanos rumam para a perfeição, dos seres menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos; 2)o uso e o desuso, isto é, no processo reprodutivo ao longo do tempo, os indivíduos perdem as características de que não precisam e desenvolvem as que utilizam.

Lei Áurea - A Lei que extinguiu a escravidão no Brasil traz o seguinte texto:

*Lei Áurea nº 3.353 de 13 de Maio de 1888- Declara extinta a escravidão no Brasil
A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:*

Art. 1.º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2.º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67.º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.

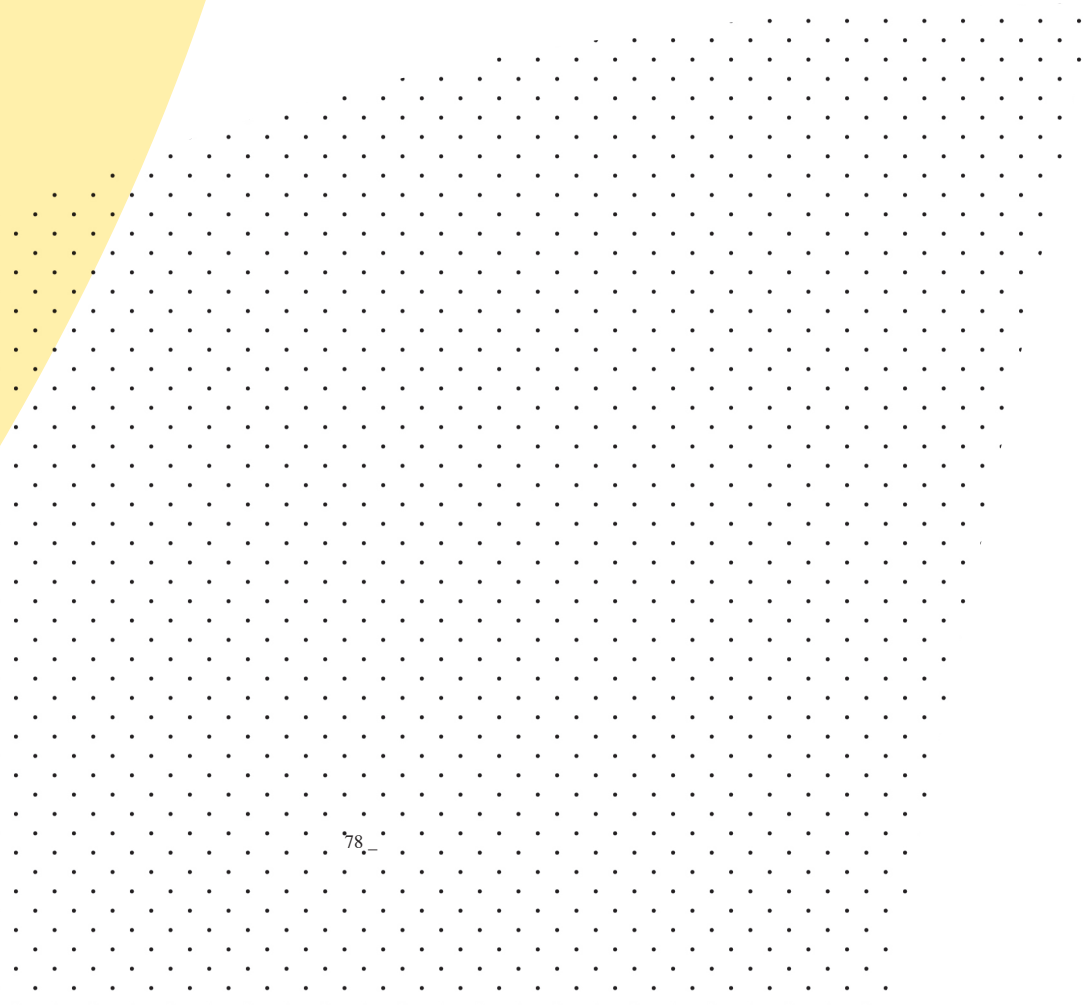
Rodrigo Augusto da Silva

Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara. Para Vossa Alteza Imperial ver. Chancelaria-mor do Império - Antônio Ferreira Viana.

Transitou em 13 de maio de 1888. - José Júlio de Albuquerque.

Mestiços/as - termo utilizado para designar os/as descendentes de duas ou mais etnias ou raças.

Socialismo – conjunto de doutrinas que pregam a reorganização social por meio da estatização dos bens e dos meios de produção, e de uma sociedade caracterizada pela igualdade de oportunidades para todos e todas. O socialismo moderno surgiu no final do século 18 com intelectuais e movimentos políticos da classe trabalhadora, que criticavam os efeitos da industrialização sobre a propriedade privada. Karl Marx afirmava que o socialismo seria alcançado através da luta de classes e da revolução do proletariado, fase de transição do capitalismo para o comunismo.



O/A MESTIÇO/A COMO SÍMBOLO NACIONAL: CASA GRANDE & SENZALA, CULTURA, O BRASIL MESTIÇO E A DEMOCRACIA RACIAL

BRASIL BRANCO?
BRASIL NEGRO?
BRASIL MESTIÇO?
COMO O BRASIL ERA VISTO PELOS/AS
BRASILEIROS/AS?
COMO QUERIA SER VISTO?
QUAL IMAGEM DE BRASIL FOI SENDO CONSTRUÍDA
PELOS/AS PESQUISADORES/AS E CIENTISTAS?
QUAL A IMPORTÂNCIA DA OBRA DE GILBERTO
FREYRE PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA
DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL?
COMO O/A MESTIÇO/A DEIXA DE SER UMA AMEAÇA
E PASSA A SER UM "MODELO"?

O que se apreende da primeira parte de nosso relato é que as teorias racistas impunham uma lógica de determinismo racial que privava os indivíduos de liberdade e autonomia, já que todas as suas características (morais, psicológicas e físicas) estavam vinculadas ao seu grupo racial. Como veremos, o debate mudará de forma considerável no intervalo de anos entre as duas guerras mundiais (1919-1938).

A década de 1930 é importante para o entendimento do Brasil contemporâneo. Além da troca de **oligarquias** que dominavam politicamente o país (fim da **República Velha**) e da mudança da base de sustentação econômica (início da industrialização), estavam em mutação os paradigmas teóricos que orientavam nossa intelectualidade. Naquele momento, os elementos que representavam nosso país foram repensados, e várias obras que entrariam como referências para o cânone de pensamento social brasileiro passaram – de maneira positiva ou negativa – pela discussão da questão racial. Exemplos são os livros clássicos *Raízes do Brasil* (1936), do historiador Sérgio Buarque de Holanda, *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior. A obra que teve maior impacto nas discussões sobre raça e racismo foi a do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala* (1933), várias vezes citado neste curso.

A autora Maria Lúcia Pallares-Burke, em seu livro *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos* (2005), afirma que não só a formação teórica obtida nos EUA possibilitou ao intelectual formular uma interpretação do Brasil livre do determinismo racial, como também o próprio ambiente norte-americano o teria estimulado a pensar longe desse paradigma, uma vez que o país da América do Norte vivia um momento de aquecimento do racismo contra não-brancos/as e estrangeiros/as. Pallares-Burke mostra como **Freyre**, ao chegar aos EUA, era **simpático a determinadas teorias racistas**, mas seu **contato com o racismo norte-americano**, e não raro **a discriminação que vivenciou contra si**, foram **fatores importantes na formulação de suas teorias explicativas de seu país** de origem.

Sob a influência teórica do “pai da antropologia cultural”, Franz Boas (1858-1942), Freyre elaborou uma interpretação da formação do Brasil que deixava de lado o pessimismo racial que condenava o país e fazia uso da categoria “cultura” para entender o processo de formação da sociedade brasileira que, segundo sua análise, seria mestiça. Na obra que marca essa passagem, *Casa-Grande & Senzala*, o autor evidencia e positiva as con-

**várias obras
que entrariam
como referências
para o cânone
de pensamento
social brasileiro
passaram – de
maneira positiva
ou negativa –
pela discussão da
questão racial.**

tribuições culturais dos/as negros/as para a formação do país. De acordo com Ricardo Benzaquen de Araújo, em seu livro *Guerra e Paz* (1994), a grande inovação teórica de Freyre é de, entre os/as formuladores/as do determinismo racial, como Gobineau, e os/as teóricos/as culturalistas, como Franz Boas, estabelecer uma categoria intermediária de análise que dizia respeito ao clima, ao meio físico. Essa categoria possibilitava uma relativização tanto do conceito de raça quanto do de cultura. Somma-se a isso, ainda, uma concepção **neo-lamarckiana** de raça, ou seja, **a enorme capacidade de adaptabilidade dos indivíduos ao clima seria capaz de alterar a raça e a cultura num processo de trocas dinâmicas.** Nesse ponto de vista, **negros/as de origem africana deixavam de ser vistos/as como indivíduos vinculados a uma raça inferior que inviabilizaria o desenvolvimento do país,** pelo contrário, agora eles/as eram entendidos/as como aqueles/as que haviam **promovido a adaptação de brancos/as ao contexto local.** Assim sendo, as análises baseadas no determinismo racial são deixadas para trás, bem como o ideal de embranquecimento que passa a ser substituído pela ideal da mestiçagem. Nas palavras de Freyre

“todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (FREYRE, 1933).

Casa Grande & Senzala continha uma perspectiva positiva e nostálgica das relações entre negros/as, brancos/as e indígenas, apresentando o país como um exemplo de tolerância cristalizada no conceito de **democracia racial**, ou seja, de convivência pacífica e ausente de conflitos, preconceitos ou discriminações de base racial entre os/as que viviam no país. Essa imagem de “harmonia racial”, como mostram algumas obras, já era cultivada desde o século XIX e ganhou força no contexto de virada do século e nas primeiras décadas do século XX, em contraste ao forte racismo que era vivenciado nos Estados Unidos. Na coletânea de ensaios, notícias de jornal e revistas realizada pelo americano David Hellwig, em seu livro *African-American Reflections On Brazil's*

**o Brasil exportou
para o mundo
uma imagem
de harmonia
racial ou paraíso
racial, local onde
indivíduos de
raças diferentes
conviveriam sem
qualquer tipo
de problema ou
conflito.**

Racial Paradise (1992), constata-se que **o Brasil se colocava como um paradigma de convívio racial para a população negra norte-americana entre os anos de 1900 e 1940, e muitos tentaram imigrar para cá** fugindo do racismo estadunidense. Durante muito tempo, o Brasil exportou para o mundo uma imagem de harmonia racial ou paraíso racial, local onde indivíduos de raças diferentes conviveriam sem qualquer tipo de problema ou conflito.

Freyre foi, dessa maneira, o primeiro teórico a recontar o *mito das três raças*, positivando a contribuição negra para a cultura brasileira e isentando esse encontro de aspectos conflituosos, mesmo admitindo as crueldades cometidas contra negros/as na escravidão. Freyre conseguiu, por meio de uma prosa refinada e consistente e de conhecimento histórico e antropológico, recolocar o *mito das três raças* fundantes do país numa perspectiva positiva que se contrapunha ao pensamento racista das décadas anteriores, que condenava o país por sua origem negro-mestiça. Essa afirmação pode ser observada comparando-se *Casa Grande & Senzala* (1933) com a obra do paulista Paulo Prado (1869-1943), *Retrato do Brasil* (1928), cujo subtítulo era: “*ensaio sobre a tristeza brasileira*”. Apesar de ser o mais lembrado e que teve mais repercussão, especialmente devido a seu estilo de escrita literário, Freyre não foi o único a vislumbrar essa mudança de paradigma em sua obra. Autores como Manuel Bonfim (1868-1932), Edgar Roquete-Pinto (1884-1954) e Alberto Torres (1865-1917) são bons exemplos de intelectuais que tentaram pensar fora dos parâmetros estreitos do determinismo racial vigente no início do século XX.

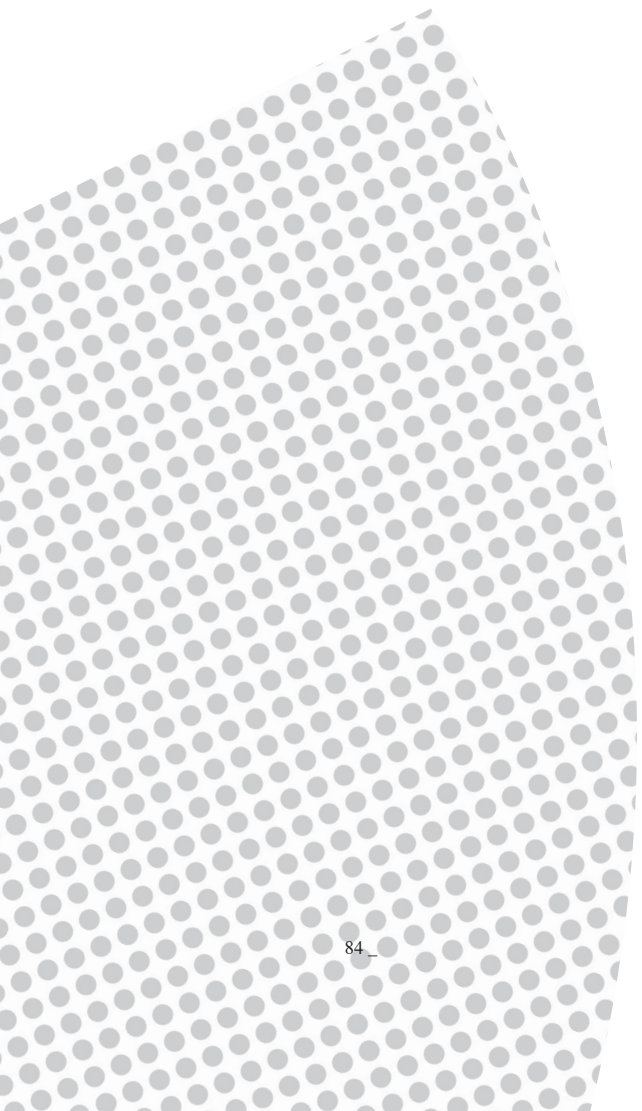
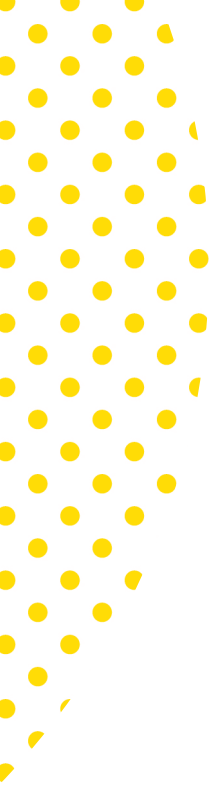
Alguns críticos de Freyre apontam que o antropólogo teria substituído o *determinismo racial* por uma espécie de *determinismo cultural*, em que a noção de cultura seria um sinônimo de raça. Deve-se ponderar o fato de Freyre ser um autor de transição entre paradigmas teóricos distintos, o que o teria levado a operar com elementos que remetessem ao esquema conceitual precedente. Um exemplo é certa hierarquização de culturas a partir de suas respectivas contribuições para a formação da população/cultura brasileira e certos resquícios dos aspectos biológicos de raça que predisporiam os grupos, com suas respectivas culturas, para determinados papéis no processo civilizador que é instaurado no Brasil a partir do encontro das três raças/culturas. Isso desaparecerá nos trabalhos da próxima geração de pesquisadores/as, os quais se debruçarão sobre o tema e fundarão o campo de estudos que se convencionou chamar de *relações raciais*. Como havíamos proposto, neste módulo sobre Políticas Públicas e Raça, vamos estudar com maior profundidade em que esses/as novos/as autores/as se assemelham e diferenciam de Freyre e como incorporam a categoria raça em suas pesquisas.

Democracia racial – é o termo usado para expressar a crença de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial, diferentemente do que aconteceu nos EUA e em países africanos. Esta era a imagem que o Brasil vendia ao exterior: de um território democrático no quesito racial.

Neo-lamarckismo – conjunto de teorias bastante diversas, desenvolvidas nas duas últimas décadas do século 19, que aceitavam o princípio da herança de caracteres adquiridos.

Oligarquias – regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas de um mesmo partido, classe ou família, que governa em benefício próprio.

República Velha – recebe esta denominação para distingui-la da República Nova. A Velha compreende o período da proclamação (1889) até a ascensão de Getúlio Vargas em 1930.



ANOS DECISIVOS 1940-1960: A POSSIBILIDADE DA DEMOCRACIA RACIAL

DEMOCRACIA RACIAL -
A SOLUÇÃO TEÓRICA E OS DESAFIOS DA PRÁTICA:
COMO INTEGRAR NEGROS/AS E MESTIÇOS/AS
À NOVA SOCIEDADE DE CLASSES?
COMO A DIVERSIDADE CULTURAL E ÉTNICO-RACIAL
SE ACOMODARIA À REALIDADE NACIONAL?
EM QUE MEDIDA PLANEJAVA-SE E ESPERAVA-SE
A ASSIMILAÇÃO DA CULTURA MESTIÇA PELOS/AS
BRASILEIROS/AS?
SEM UM PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECO-
NÔMICA DOS/AS NEGROS/AS, COMO SE PODERIA
DEIXAR PARA TRÁS O PASSADO DE ESCRAVIZAÇÃO?
QUAL O IMPACTO DESTA AUSÊNCIA PARA NEGROS/
AS E PARA O PAÍS?
PRECONCEITO RACIAL OU DE CLASSE?
A QUESTÃO RACIAL É VIVIDA DE FORMA DIFERENTE
POR NEGROS E NEGRAS DE DISTINTAS CLASSES
ECONÔMICAS?

Com a vigência do Estado Novo (nas décadas de 1930 e 1940), questões de identidade sobre a constituição do povo e cultura brasileiros, isto é, o que definia o Brasil e o diferenciava de outras nações, foram resolvidas com a implementação, pela ditadura de Getúlio Vargas, do

*elementos
culturais
negros foram
interpretados
como símbolos da
nação brasileira
numa espécie
de negociação
cultural entre
elites e povo.*

projeto modernista, da década de 1920, presente entre as vanguardas artísticas e intelectuais nacionais. Nesse período, surgiram **movimentos modernistas** em diferentes partes do país, mas aquele que viria a ter mais repercussão seria o movimento modernista paulista. Jovens artistas e intelectuais, na maioria oriunda das elites paulistas, como Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia, Mário de Andrade, entre outros/as, promoveram, de 11 a 18 de fevereiro de 1922, a I Semana de Arte Moderna, que consistiu numa série de atividades (recitais, saraus, exposições de pinturas e apresentações musicais) realizadas no Teatro Municipal de São Paulo. Em linhas gerais, o **modernismo propunha**, a partir da **influência do movimento modernista europeu**, que **artistas olhassem para elementos nacionais e populares**, como base para a produção artística em suas diversas vertentes (plásticas, literárias e musicais), deixando de lado elementos estranhos a culturas locais em suas representações estéticas.

Nessa perspectiva, entre os anos 1930 e 1940, elementos culturais negros foram interpretados como símbolos da nação brasileira numa espécie de negociação cultural entre elites e povo. É a partir desse momento que **a feijoada, a capoeira e o samba, antes vistos como manifestações culturais inferiores devido a sua origem negro-mestiça, passam a representar o que haveria de mais brasileiro**. Um exemplo de tal processo é dado pelo antropólogo Hermano Vianna, que, em seu livro **O Mistério do Samba** (1995), descreve as negociações que envolveram a formação do samba e a sua elevação à categoria de ritmo nacional por excelência. De acordo com o autor, esse foi um processo que envolveu os mais diversos atores e atrizes sociais: músicos/as, intelectuais, políticos/as, a mídia da época (jornais e o nascente rádio) e o Estado.

Olhando esse quadro se poderia supor que os problemas raciais, finalmente, haviam se resolvido. Raça não condenava mais a nação, uma vez substituída pela categoria “cultura”; a *democracia racial* afirmava a convivência pacífica e igualitária entre grupos raciais diferentes; manifestações e elementos culturais de origem negra/africana, antes repudiados, haviam sido elevados à categoria de expressão da nação brasileira, cons-

tituída por um povo mestiço. Os termos que mais se ouviam à época eram *integração e assimilação*, ou seja, integração da população de origem negra e mestiça à sociedade de classes que se constituía, e assimilação dos padrões culturais mestiços. A história, porém, não é tão simples como parece.

Como se verá na Unidade 4, sobre os movimentos negros e movimentos de mulheres negras, desde os anos 1910 já existiam organizações políticas e sociais que questionavam o *status quo* das relações entre negros/as e brancos/as. A mais importante delas, a Frente Negra Brasileira (FNB), mencionada em outros momentos deste Curso, surgiu em São Paulo nos 1930 e teve filiais por todo o interior do estado paulista e em outras capitais, como Salvador, Porto Alegre e Recife.

Em linhas gerais, **os/as ativistas/as negros/as denunciavam a situação vivenciada pela população negra** que, por um lado, **não havia recebido qualquer tipo de auxílio do Estado brasileiro no pós-abolição** e, de outro, **era preterida no mercado de trabalho, já que os/as empregadores/as privilegiavam imigrantes europeus/eias** para os postos de trabalho disponíveis. O resultado era uma massa de pobres, majoritariamente negra, vivendo de subempregos nas cidades, uma vez que, após a Abolição, ocorreu a migração em massa de boa parte da população das fazendas para cidades de interior e capitais.

Se é verdade que **no Brasil não existiu o modelo de segregação racial vivido em países como Estados Unidos ou África do Sul**, também é verdadeiro que **as noções de raça e racialismo ditaram as discussões intelectuais e políticas sobre o futuro do país no final do século XIX** e, desse modo, tiveram um **impacto direto na dinâmica social dos indivíduos comuns, criando-se uma segregação racial à brasileira**. O resultado mais visível foi o surgimento de uma espécie de etiqueta racial em que a segregação e a discriminação eram exercidas de forma velada. O resultado era a existência de clubes que não aceitavam a presença de negros/as, utilização de espaços públicos como praças e parques a partir de lógicas que distinguiam áreas de circulação para negros/as e para brancos/as e, como já foi dito, o impedimento deliberado de acesso ao mercado de trabalho a negros/as e mestiços/as.

Em São Paulo, onde havia um número equilibrado de negros/as e de imigrantes europeus/eias, as tensões raciais aumentaram por conta de conflitos pelos postos de trabalho. Ao mesmo tempo, via-se uma exacerbação do orgulho racial que tinha como epicentro a Europa, que assistia à ascensão dos regimes nazi-fascistas de extrema direita

de Adolf Hitler (1889-1945), na Alemanha, e **Benito Mussolini** (1883-1945), na Itália. A valorização de um pensamento racial na Alemanha Nazista e Itália Fascista informava, indiretamente, a dinâmica das relações entre brancos/as imigrantes e negros/as no Brasil, sendo interpretadas de forma distinta pelos dois grupos.

Refletindo a influência do pensamento de Freyre e posições políticas de organizações como o **MOVIMENTO INTEGRALISTA**, negros/as se viam injustiçados/as ao serem preteridos por imigrantes no mercado de trabalho, uma vez que, de acordo com a sua interpretação, seriam os/as verdadeiros/as “mestiços/as nacionais”. Muitas vezes, compactuando com os *slogans* racistas vigentes na Europa, ativistas da Frente Negra afirmavam que Hitler agia corretamente ao defender os interesses da “raça germânica” e que o Estado brasileiro deveria fazer o mesmo defendendo a “raça mestiça” cujos/as representantes legítimos eram os/as negros/as (ver Bastide, 1955 e 1983). Empregadores/as, por sua vez, vinculavam-se à perspectiva do embranquecimento justificando a contratação de imigrantes, já que estes/as seriam mais “aptos/as” para os trabalhos urbanos e assalariados¹.

MOVIMENTO INTEGRALISTA

Movimento de classe média que fundou, em 1932, um partido político chamado Ação Integralista Brasileira, a partir de um grupo de estudos da Sociedade de Estudos Paulista, que estudava os problemas gerais da nação. Seu fundador, Plínio Salgado era um jornalista e escritor modernista. O partido que era nacionalista e constitucionalista foi influenciado pelo fascismo italiano. O partido foi extinto como os demais pelo Estado Novo. Seus/suas integrantes eram conhecidos/as como camisas-verdes ou galinhas-verdes, por causa do uniforme que usavam.

De certa forma, a insuflação de orgulho racial foi cortada bruscamente pelo regime do Estado Novo, ao colocar todas as organizações políticas na ilegalidade, em 1937, e a posterior repressão de demonstrações de apoio aos regimes nazi-fascistas devido ao alinhamento do Brasil ao grupo de países Aliados (EUA, França, Inglaterra e, posteriormente, Rússia). No caso do mercado de trabalho, a disputa entre nacionais (negros/as e mestiços/as) e imigrantes foi amenizada por meio do estabelecimento da Lei de 2/3 (Lei da Nacionalização do Trabalho – 1930), **pela qual dois terços dos postos de trabalho deveriam ser obrigatoriamente ocupados por brasileiros/as, o que, indiretamente, beneficiou negros/as e mestiços/as.**

¹ O segundo capítulo do livro de Flávio Francisco, *Laços Atlânticos* (2008), oferece uma rápida e didática discussão das relações entre negros e imigrantes no contexto de São Paulo das décadas de 1920 e 1930.

Por outro lado, o imaginário de democracia racial tomava cada vez mais força e começava a significar sinônimo de Brasil. Alguns passaram a se perguntar: se no Brasil impera a igualdade racial, por que negros/as e mestiços/as afirmam ser vítimas de preconceito e discriminação? Existiria, de fato, preconceito racial no Brasil? A procura de respostas para essas questões orientou a formação de um campo de investigações sociológicas sobre as relações entre negros/as e brancos/as entre os anos 1940 e 1960, como pode ser observado nas obras de autores como Donald Pierson, E. Franklin Frazier, Luiz Aguiar de Costa Pinto, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Charles Wagley, Marvin Harris, entre vários/as outros/as que, de uma forma ou de outra, estabeleceram diálogo com a obra de Freyre. Neste espaço, nos limitaremos à análise de alguns/as deles/as ².

O primeiro trabalho classificado dentro do que se convencionou chamar relações raciais no Brasil foi, de acordo com Antonio Sérgio Guimarães (1999), **o do sociólogo norte-americano Donald Pierson (1900-1995), com o livro *Branços e Pretos na Bahia* (PIERSON, 1942).** A pesquisa que deu origem ao livro foi realizada na capital baiana entre 1935 e 1937. Nesse período, o pesquisador conviveu e analisou as atitudes raciais dos/as soteropolitanos/as por meio de técnicas como observação participante, entrevistas e leitura de obras brasileiras que tratavam das relações entre negros/as e brancos/as. A conclusão do sociólogo, que se mostrava bastante **influenciado pela leitura de *Casa Grande & Senzala***, era a de que **o Brasil seria uma “sociedade multirracial de classes”,** ou seja, uma **sociedade de classes na qual se podia verificar a presença de indivíduos em todos os níveis da pirâmide social.** As classes mais elevadas tendiam a ser mais claras do que as baixas, o contato entre elas era amistoso e, na maioria das vezes, ausente de conflitos. Pierson também afirmava que **o apego à noção de raça era pequeno e seria errôneo falar em “preconceito de raça”,** o qual era **extremamente difícil de ser visto e, quando ocorria, se dava de maneira isolada** a partir de **crenças e atitudes individuais estranhas às tradições autóctones.** Por outro lado, era evidente ao autor a existência de “preconceito de classe” nos contatos entre indivíduos de classes distintas, de modo que uniões matrimoniais entre pobres e ricos/as também não eram estimuladas. Para o autor, verificava-se sociologicamente a existência de uma democracia racial no país, uma vez que o que muitos/as ativistas negros/as classificavam como “preconceito racial” era na verdade “preconceito de classe”.

2 | Para uma discussão pormenorizada e lista completa de autores ver Guimarães, 1999.

E. Franklin Frazier (1894-1962) foi sociólogo e professor da Howard University, a mais célebre universidade negra dos Estados Unidos, localizada em Washington DC. No início dos anos 1940, antes do livro de Pierson ser publicado, o intelectual recebeu uma bolsa para viajar ao Brasil e pesquisar as relações entre negros/as e brancos/as no país da América do Sul. As observações e conclusões do pesquisador, registradas em seu pequeno ensaio intitulado *Comparisons of Negro-White Relations in Brazil and in the United States* (Frazier, 1944), divergiam um pouco das do colega de Chicago.

Frazier, que viajou e conheceu o sudeste do Brasil, observa que **a discriminação e preconceito de brancos/as contra negros/as e mestiços/as que ocorriam no país diferiam em grau e gênero das experimentadas nos EUA** pela população afro-americana. A população soteropolitana, mais homogênea do ponto de vista racial, tendia a expressar suas discriminações em termos de classe, enquanto que no sudeste e sul, devido à grande presença de imigrantes, sentiam-se muito mais as tensões raciais e muitas vezes isso era dito abertamente pelas pessoas, ocorrendo situações que poderiam, de certa forma, extrapolar o preconceito de classe, se aproximando do de raça. Isso é o que pode ser notado na passagem abaixo:

“Os comícios de todas as noites na praça do Patriarca e as concentrações também à noite de negros agressivos ou embriagados na rua Direita e na praça da Sé, os botequins do centro onde os grupos se embriagam, já estão provocando protestos, justíssimos protestos, até pela imprensa, pois não é possível uma cidade como São Paulo ficar a mercê de hordas grosseiras e malcriadas, prontas a se desencadearem contra qualquer branco, homem ou mulher, desde que um gesto involuntário, um olhar mesmo, possa ser mal interpretado por esses grupos brutais e violentos” (DUARTE, 16 de Abril de 1947:5).

Nesse artigo, o jornalista Paulo Duarte (1899-1984) evidencia a **preocupação das elites paulistanas** em relação à **ocupação da região central da cidade pelos/as negros/as nos anos 1940, associando-os/as ao perigo e à violência**. Duarte não atacava somente os/as negros/as “agressivos/as” e “embriagados/as” da Rua Direita e da Praça do Patriarca, mas também o que ele chamava de “sociologia nigro-romântica do Nordeste” e a literatura

“dos sociólogos romancistas ou dos romancistas sociólogos tidos como alunos do Sr. Gilberto Freire (sic); rapazes de algum talento, sem possuir, no entanto, do mestre nem a cultura nem a análise aguda deformada apenas pela sua irreprimível imaginação tropical cheia de brilho” (DUARTE, 16 de Abril de 1947:5)

De acordo com o literato paulista, esses intelectuais insistiriam em pintar um tipo brasileiro definitivo tendendo para o/a negro/a, mas Duarte afirmava categoricamente:

“Uma coisa, porém, existe e existirá com absoluta nitidez, a deliberação marcada pelo consenso unânime dos brasileiros lúcidos: o Brasil quer ser um país branco e não um país negro”. (DUARTE, 17 de Abril de 1947:6)

A Rua Direita, região central e elitizada na São Paulo dos anos 1940 e 1950, foi motivo de várias polêmicas entre a população negra e os/as comerciantes ali estabelecidos nessa época. Certa feita tentou-se proibir a circulação desse contingente da população no local e num artigo de jornal, os/as lojistas alertavam que os/as negros/as estavam dando a São Paulo um aspecto de Havana (ANDREWS, 1998 e KÖSSLING, 2004).

Fica explícito o paradoxo existente à época. **De um lado, representações e pesquisas que confirmavam o imaginário de democracia racial**, reconhecendo as desigualdades de classe, porém negando a existência de preconceitos raciais. **De outro, a relutância em aceitar a representação do Brasil como um país não branco e o desconforto com a presença de negros/as e mestiços/as**, dando margem à **proposição de medidas segregacionistas** como solução para aqueles/as que viam nessa diversidade um problema.

SISTEMA DE LEIS JIM CROW

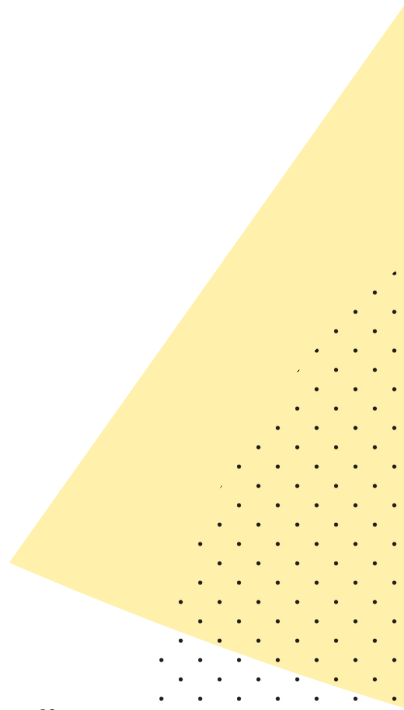
foram leis estaduais e locais decretadas nos estados sulistas e limítrofes nos EUA, em vigor entre 1876 e 1965 e que afetaram afroamericanos/as, asiáticos/as e outros grupos étnico-raciais. Entre as várias leis, destacam-se as que exigiam que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos, incluindo trens e ônibus, tivessem instalações separadas para brancos/as e negros/as. A segregação escolar foi declarada inconstitucional pela Suprema Corte em 1954, e todas as outras leis foram revogadas em 1964 pelo Civil Rights Act.

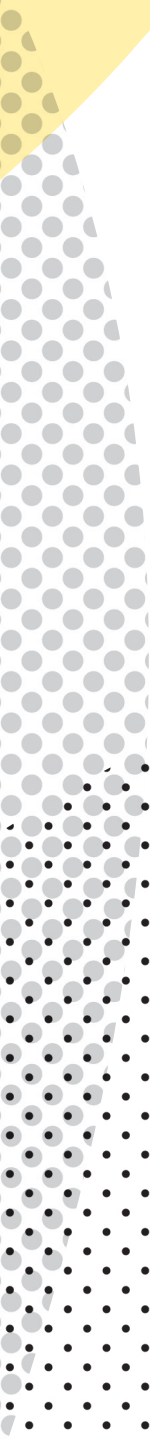
Vista de fora, a suposta experiência brasileira de tolerância racial ganhava ainda mais força com o fim da Segunda Guerra Mundial (1938-1945). O racismo científico que pairava sobre o mundo no século XIX e tivera seu ápice com o genocídio de judeus/judias pela Alemanha Nazista, com o fim da guerra, ganhava outras versões e estruturação mundo afora. São exemplos o Apartheid na África do Sul, em 1948, e o **SISTEMA DE LEIS JIM CROW**, vigente no sul dos Estados Unidos desde 1876, que estabelecia a segregação racial separando negros/as e brancos/as.

Benito Mussolini (1883-1945) – Foi um dos criadores e líder do Partido Nacional Fascista. Em 1922 tornou-se Primeiro Ministro da Itália e em 1925 começou a utilizar o título Il Duce, que significa “o líder”. Foi o líder da República Social Italiana e teve o controle supremo sobre as forças armadas da Itália. Permaneceu no poder até 1943. Foi um dos fundadores do Fascismo Italiano, que era nacionalista, corporativista, expansionista, anti-comunista, ligado ao sindicalismo nacional e pelo progresso social. Entrou na Segunda Guerra Mundial ao lado do Adolf Hitler. Com a invasão dos aliados foi preso e executado por guerrilheiros italianos, que exibiram seu corpo em área pública, pendurado de cabeça para baixo.

Movimento modernista brasileiro – teve como marco simbólico a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, no ano de 1922. O evento comemorativo do Centenário da Independência do Brasil foi organizado por um grupo de intelectuais e artistas. O movimento declarava o rompimento com as correntes literárias e artísticas anteriores e o compromisso com a independência cultural do país e de um estilo novo, associado às questões nacionais, à urbanização, à industrialização e à migração de estrangeiros/as. O Movimento aconteceu em vários estados do país com forte presença até 1930. Nele se destacaram Heitor Villa-Lobos na música, Mario e Oswald de Andrade na literatura, Victor Brecheret na escultura, Anita Malfatti e Di Cavalcanti na pintura, entre outros/as.

O mistério do samba – na obra, o autor, Hermano Vianna, destaca o encontro entre representantes da elite e intelectuais do Brasil e os/as músicos/as negros/as e mestiços/as das periferias do Rio de Janeiro. Para VIANNA, o registro e análise destes encontros foram essenciais para descobrir o processo de transformação do samba - ritmo renegado pela elite e discriminado pela polícia- em um símbolo nacional. O encontro de nomes como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto entre outros, com os músicos Pixinguinha, Patrício Teixeira e Donga, são relacionados pelo autor, com as questões de identidade nacional, da busca de uma definição sobre o que é ser brasileiro/a, no contexto sociocultural do Rio de Janeiro nas décadas de 1920 e 1930 (Crf. a <http://camelomarinho.blogspot.com/2009/05/o-misterio-do-samba-hermano-vianna.html> Acesso em 08 de Maio de 2010. Veja, também, uma gravação de 1966, do encontro entre Chico Buarque de Holanda e Donga, cantando Pelo Telefone. <http://www.youtube.com/watch?v=-XPFQIrdAL4> Acesso em 08 de Maio de 2010





PRECONCEITO DE CLASSE OU DE COR, OS ESTUDOS DA UNESCO

A CONDIÇÃO ECONÔMICA EXPLICARIA TUDO?
SERIAM ALIENADOS OS/AS NEGROS/AS BURGUESES/AS POR NEGAREM SUA CONDIÇÃO DE CLASSE, OU O/A "NEGRO/A PROLETÁRIO/A" POR DESCONHECER SUA CONDIÇÃO RACIAL?
NEGROS E NEGRAS ESTARIAM SUJEITOS À DISCRIMINAÇÃO POR SUA CONDIÇÃO DE CLASSE?
OU AS CARACTERÍSTICAS FENOTÍPICAS (A APARÊNCIA) SERIAM DETERMINANTES PARA A EXCLUSÃO ECONÔMICA DA POPULAÇÃO NEGRA?
QUAL A FUNÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL, NA SOCIEDADE BRASILEIRA?
QUEM GANHA COM A SEGREGAÇÃO DE NEGROS/AS?

O trauma racial pós-2ª guerra colocou o Brasil, com sua suposta experiência de tolerância, a democracia racial, no centro do mundo como objeto de interesse e esperança. O cientista político Marcos Chor Maio, em sua tese de doutorado *A História do Projeto UNESCO* (1997), relata que esse fator, aliado à atuação incentivadora do projeto pelo antropólogo Arthur Ramos (1903-1949), que esteve à frente da UNESCO, foram decisivos para o estabelecimento, no Brasil, de uma série de pesquisas que viriam a ser conhecidas como “ciclo de estudos UNESCO” (1953-1956).

As investigações, realizadas no decorrer dos anos 1950, tinham como objetivo estudar a experiência brasileira de relações raciais e exportá-la para outros lugares com problemas raciais ao redor do mundo. Foram realizadas várias investigações de norte a sul do país. Aqui, nos limitaremos a apenas três: *Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo* (1955) de Bastide e Fernandes, que já vinha sendo realizada, mas foi incorporada ao projeto UNESCO; *Preconceito de marca* (1998 [1955]) de Oracy Nogueira e, por fim, *O Negro no Rio de Janeiro* (1998 [1953]) de Luiz Aguiar de Costa Pinto. Começamos pela última investigação.

O NEGRO NO RIO DE JANEIRO - LUIZ AGUIAR DE COSTA PINTO

O Negro no Rio de Janeiro é um trabalho de fôlego, no qual o sociólogo baiano L. A. Costa Pinto, professor da Universidade do Brasil à época (atual UFRJ), busca analisar a existência (ou não!) de uma questão racial no Rio de Janeiro dos anos 1950. À época de seu lançamento (1953), o livro foi motivo de polêmica devido a Costa Pinto ter citado e criticado abertamente lideranças negras cariocas (MAIO, 1997 e NASCIMENTO, 2003).

Costa Pinto mescla, em seu trabalho, esquemas teóricos vindos da sociologia urbana da Escola de Chicago, por meio de conceitos como ecologia urbana e interação de grupos sociais no contexto urbano, com interpretações marxistas da sociedade de classes. Seu trabalho tem início com uma sofisticada **crítica aos trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Arthur Ramos** que, segundo ele, tenderiam a **olhar para a população negra como um grupo homogêneo a partir de imagens estereotipadas, folclóricas** e que remetiam ao passado, algo que ele denomina “**negro como espetáculo**” (MAIO, 1998).

Para o autor, a questão racial seria o **epifenômeno** do processo de modernização, industrialização e estratificação de classe da sociedade brasileira. A população negra no Rio de Janeiro estaria dividida entre proletariado e elites negras. O proletariado, que ele denomina de “negro-massa”, compartilharia de manifestações culturais e religiosas (macumba, escolas de samba, gafieira etc.) entendidas como negras, mas tenderia a se ver como povo. Já as elites se dividiriam entre antigas e novas, sendo os anos 1930 o corte temporal que as diferenciaria. Enquanto as elites antigas, anteriores aos 1930, buscavam ascensão social individual, alienação consciente dos problemas da população negra e embranquecimento, as novas faziam o caminho inverso: ascensão coletiva,

consciência de ser negro/a, enegrecimento e reunião em associações culturais e recreativas negras com expressões de classe média (companhias de teatro, bailes de gala e concursos de beleza).

Em sua percepção, as novas elites ainda se colocavam como a vanguarda cultural, intelectual e política (*intelligentsia negra*) que deveria conduzir as massas negras, para juntos enfrentarem “o problema do/a negro/a”. De acordo com a análise de Costa Pinto, a questão racial só existiria como algo localizado no tempo e na estrutura de classes. Ela se daria somente para parte da população negra (novas elites negras), **aquela que ocupa uma posição que historicamente não é sua e onde sua ascendência racial se coloca como entrave à ascensão social**. Por outro lado, sua estratégia de utilizar o “negro-massa” para legitimar sua posição, conscientizando-o do problema racial, estaria fadada ao fracasso, devido ao fato de as massas negras se identificarem, segundo o sociólogo, político e socialmente muito mais com a classe do que com a raça (PINTO, 1998 [1953]: 245).

Apesar de **Costa Pinto** identificar um **problema racial**, ele o **desqualifica como fenômeno estrutural da sociedade brasileira**, alocando-o como algo que **afeta apenas negros/as de classe média** que, por sua vez, seriam **alienados/as de sua condição de classe**, verdadeiro problema a ser enfrentado. A resolução viria por meio da união dos grupos numa revolução do proletariado conduzida pela classe operária e não pelas elites.

PRECONCEITO DE MARCA - ORACY NOGUEIRA

Caminho diferente toma Oracy Nogueira, em seu clássico livro *Preconceito de Marca* (1998 [1955]). Nogueira fora aluno de Donald Pierson durante a época que este lecionou na Escola de Sociologia e Política (ESP), em São Paulo, e incorporava em sua investigação, assim como Costa Pinto, as premissas teóricas da **Escola de Chicago**, integrando a fase inicial das pesquisas sociológicas no Brasil naquilo que viria a ser conhecido como “estudos de comunidade” (GUIMARÃES, 1998). O trabalho, que já vinha sendo desenvolvido durante algum tempo pelo autor na cidade de Itapetininga (SP), onde observava as relações entre negros/as e brancos/as da cidade, foi incorporado por Roger Bastide e Florestan Fernandes ao relatório final da equipe de São Paulo do projeto UNESCO. Em seu estudo, o sociólogo mostra como o preconceito existente contra negros/as na cidade do interior era produto de uma complexa e intrincada com-

uma discriminação racial com características bastante próprias da realidade brasileira: a distinção a partir da cor e dos traços, o que chamou de "preconceito de marca ou de cor".

binção de diferentes fatores: relações sociais e estigmas originários na escravidão, simetria entre posição de classe e pertencimento racial, marcas fenotípicas que diferenciavam negros/as e brancos/as, vinculação da população ao ideal de embranquecimento, como estratégia de ascensão social. De acordo com **Nogueira**, o **preconceito contra negros/as estaria baseado em um estigma identificado em sua aparência negróide** (cor de pele, textura dos cabelos, formato dos lábios e nariz) **que os associaria à escravidão** e, consequentemente, **justificaria sua posição subordinada na sociedade**.

Acrescentava-se a isso a ideologia do branqueamento vigente na sociedade brasileira, em que traços físicos mais próximos do branco eram valorizados em detrimento dos/as negros/as. Quanto menos traços negróides o indivíduo possuísse, menor a probabilidade de ele/a sofrer discriminação e, finalmente, realizar o “*passing*” (termo norte-americano), ou seja, ser aceito em círculos majoritariamente brancos sem o questionamento de sua origem.

Considerando que **a maioria da população negra era constituída por pobres**, resultava-se na **simetria “negro/a = classe baixa/pobre”**, algo que **levava muitos/as pesquisadores/as**, como Pierson, **a interpretar o preconceito que se praticava contra negros/as como sendo preconceito de classe**. Mas, para Nogueira, **o que ocorria era na verdade uma discriminação racial** com características bastante próprias da realidade brasileira: a distinção a partir da cor e dos traços, o que chamou de “preconceito de marca ou de cor”.

O contraponto a esse tipo de preconceito seria aquele visto nos Estados Unidos, que tinha como referência a origem do indivíduo e não suas marcas ou traços fenotípicos, ou seja, independente da aparência, uma pessoa nascida dentro do grupo negro era classificada e discriminada como qualquer outro/a negro/a e a possibilidade de “*passing*” era quase inexistente. A novidade trazida por Nogueira era justamente, à diferença de seu mestre Pierson, ter conseguido distinguir a forma de preconceito racial da Améri-

ca do Norte, de outras formas de preconceito racial existentes em outros locais. Se, por um lado, o preconceito existente no Brasil seria racial, assim como o estadunidense, por outro lado, sua estruturação se dava a partir de uma modelo peculiar de relações sociais: o brasileiro.

RELAÇÕES RACIAIS ENTRE BRANCOS E NEGROS EM SÃO PAULO - FLORESTAN FERNANDES E ROGER BASTIDE

Por fim, tem-se a análise empreendida por Florestan Fernandes e Roger Bastide em *Relações Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo* (1955). Apesar de o livro ser de autoria de ambos os autores, nossa análise focará a interpretação feita por Florestan Fernandes no capítulo “*Cor e estrutura social em mudança*” e outros trabalhos posteriores do autor. Fernandes foi o sociólogo que divergiu no referencial teórico utilizado para realizar sua pesquisa. Enquanto a maior parte dos autores apresentados anteriormente fez uso do instrumental da Escola de Chicago, utilizando fartamente técnicas como a etnografia e focando elementos de ordem microssocial, Fernandes se utilizou de uma perspectiva histórico-funcionalista de tradição francesa, mesclando técnicas de pesquisa como a história de vida, observação participante e **grupos focais**. Assim sendo, o autor buscou analisar elementos estruturais que organizavam a sociedade brasileira nos anos 1950 e ditavam as relações que se davam entre grupos distintos.

Resumidamente, a pergunta que Florestan Fernandes faz no início de seu trabalho é: qual a função do preconceito na sociedade brasileira antes e depois da Abolição? A resposta do autor é de que **o preconceito é um esforço deliberado das oligarquias dominantes de manter os privilégios raciais vigentes na sociedade escravista, na qual posições sociais eram herdadas tendo como base o pertencimento racial**. Em outros termos, na passagem de uma **sociedade estamental**, rural e escravista para outra de classe, urbana e com trabalho assalariado, o preconceito é utilizado pelo grupo que perde seus privilégios racialmente herdados, como uma tentativa de dar continuidade a uma ordem racial que não existe mais em termos jurídicos. O preconceito, para o autor, toma novo fôlego quando a mão de obra de ex-escravizados/as é substituída pela do/a imigrante no mercado de trabalho assalariado que se constituía à época. **Florestan Fernandes** conseguia fazer uma **análise na qual equacionava ao mesmo tempo raça e classe**, elementos que nos trabalhos de Pierson e Costa Pinto tendiam a ser separados. Além disso, o autor dá os primeiros passos na desconstrução

ção da noção de *democracia racial*, ao apresentá-la como categoria mistificadora das relações raciais no Brasil.

Em textos posteriores (1965 e 1972), o sociólogo chama atenção para o aspecto “*trickster*” (malandro) do preconceito e do racismo no Brasil: difícil de ser visto e desprovido de agentes. Dentro da etiqueta racial brasileira, vigeria uma lógica na qual não se permite afirmar abertamente ser portador/a de preconceitos ou ser racista. Haveria, nas palavras do autor, o “preconceito de ter preconceito”. Estabelecia-se, assim, uma **lógica esquizofrênica** em que **as pessoas afirmavam que conheciam racistas e já haviam até mesmo presenciado situações racistas, mas nunca se qualificavam com tal**, alocando **sempre a prática no outro**: o “racismo retroativo”. Pesquisas posteriores, como o **survey** realizado pelo jornal *Folha de São Paulo*, no início da década de 1990, e que resultou na publicação **RACISMO CORDIAL (1998)**, confirmam esse aspecto do racismo à brasileira.

RACISMO CORDIAL (1998)

livro escrito por Cleusa Turra e lançado pela Editora Ática, com a versão integral da Pesquisa Datafolha realizada pela Folha de São Paulo, sobre preconceito de cor no Brasil. Fala de um tipo de racismo tipicamente brasileiro contra negros/as, que é marcado por uma cortesia superficial que encobre atitudes e comportamentos discriminatórios, que aparecem nas relações interpessoais por meio de piadas, ditos populares e brincadeiras racistas. O destaque é dado para a confirmação da existência do racismo, porém, desprovido de agentes.

Retomamos aqui a definição de **Racismo como um conjunto de ações, ideias, doutrinas e pensamentos que estabelece, justifica e legitima a dominação de um grupo racial sobre outro**, pautado numa **suposta superioridade do grupo dominador em relação aos dominados**. Num **regime** em que prevalece uma **lógica racista**, os **recursos** das mais diversas ordens (**econômicos, políticos e simbólicos**) **são distribuídos seguindo a lógica desigual da hierarquia racial** vigente. As várias formas de racismo devem sempre ser entendidas dentro de sua peculiaridade de estruturação e funcionamento, de modo que, quando comparados, afirmações baseadas em juízos de valor que entendem alguns/algumas sendo “melhores” do que outros/as – e vice-versa – tendem a ofuscar o preciso entendimento de cada um/a na sua especificidade. Vale acrescentar que o Apartheid sul-africano, o sistema segregacionista norte-americano Jim Crow e o “racismo cordial” brasileiro são experiências localizadas no tempo que têm pontos de contato, mas não devem ser hierarquizadas numa lógica valorativa.

Florestan Fernandes, a partir dos anos 1960, passará a qualificar a *democracia racial* como um poderoso construto ideológico que mascararia a realidade de dominação de brancos/as sobre negros/as no Brasil. De acordo com o sociólogo, a democracia racial poderia ser entendida como “ideologia” no sentido marxista do termo, ou seja, como uma espécie de fumaça ou neblina que ofusca a realidade social na qual se vive e, assim sendo, **impede aos grupos dominados que tomem ciência do processo de exploração ao qual estão submetidos.**

Pode-se afirmar, assim, que o ciclo de estudos da UNESCO significou uma “balde de água fria” nas pretensões do Brasil de se tornar um modelo de referência no que diz respeito à “tolerância racial”, uma vez que o preconceito racial foi dado como uma realidade existente no país e estabeleceu-se um consenso crescente entre os/as pesquisadores/as quanto ao caráter mistificador da democracia racial. Em suma, **os estudos apontaram que éramos (e somos!) um país racista.** O projeto foi ainda responsável por promover a profissionalização e a institucionalização das ciências sociais brasileiras, além de fornecer munição teórica para os/as ativistas negros/as que agora tinham cientificamente comprovadas suas denúncias de existência de racismo e preconceito racial no país.

Um último ponto que gostaríamos de destacar diz respeito à concepção de raça utilizada pelos autores vinculados aos estudos UNESCO. **Em todas essas obras, já não aparecem mais concepções biologizadas de raça** tão comuns em autores/as anteriores aos anos 1930 (MOUTINHO, 2004). Raça é operacionalizada nessas investigações dentro de uma percepção sociológica que busca entender como a categoria, de certa forma, aloca os indivíduos no espaço social. Dito de outra forma, **raça é entendida como um construto social, histórico e político** que não possui bases biológicas, mas possui existência social do ponto de vista simbólico, tendo impacto direto na maneira como as pessoas se relacionam e constroem hierarquias sociais.

Além disso, no caso do Brasil, a concepção de raça vigente é informada por um gradiente de cores que se organiza entre dois extremos: preto e branco. Retornaremos a esses conceitos ao analisar os debates sobre relações raciais e desigualdade racial nos anos 1970, 1980 e 1990. O conteúdo será essencial para situar o debate entre sociólogos/as e antropólogos/as sobre classificação racial, as releituras da idéia de democracia racial, bem como as críticas às políticas afirmativas já apresentadas no início deste Curso.

GLOSSÁRIO

Escola de Chicago – A Escola de Chicago surgiu da iniciativa de sociólogos/as norte americanos/as, nos anos 1910. A partir do Departamento de Sociologia passaram a estudar os fenômenos sociais que ocorriam nas áreas urbanas das metrópoles: comportamentos desviantes, gangues, comunidades segregadas etc. A partir de pesquisas passaram a desenvolver novos conceitos, teorias e métodos para explicar e controlar estes fenômenos. Assim, a expressão Escola de Chicago passou a designar as correntes do pensamento de diferentes áreas (arquitetura e urbanismo, psicologia social, comunicação social etc) e épocas, desenvolvidas na cidade de Chicago.

Epifenômeno – fenômeno causado por outro fenômeno mais importante. Por exemplo, o efeito secundário de uma doença.

Grupos focais - modalidade de entrevista que segue um roteiro, prevê um/a moderador/a condutor/a da conversa e um/a ou mais observadores/as, que complementam o material. O grupo focal é interessante para provocar opiniões e experiências dos/as participantes, que permitam leituras do mundo a partir do ponto de vista dos/as integrantes do grupo. É um instrumental, que encoraja os/as entrevistados/as a dizerem o que pensam sobre um determinado assunto e exporem suas opiniões com franqueza.

Sociedade estamental - sociedade que tem camadas sociais mais fechadas do que as classes sociais, e mais abertas do que as castas. Historicamente, os estamentos caracterizaram a sociedade feudal durante a Idade Média.

Survey - É uma pesquisa empírica, composta de um questionário, que deve ser validado antes de ser aplicado aos/as participantes escolhidos/as. Os dados levantados são analisados e produzem resultados. Esse modelo é muito usado em pesquisas de voto, de opinião pública e de serviços.





ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DE DESIGUALDADES NO BRASIL E O DEBATE ENTRE SOCIÓLOGOS/AS E ANTROPÓLOGOS/AS

QUAIS OS INDICADORES DE DESIGUALDADE RACIAL?

QUAIS DADOS APONTARIAM A SEGREGAÇÃO DE NEGROS/AS?

COM O OBTER ESSES DADOS, OU SEJA, COMO DEFINIR QUEM É NEGRO/A E NÃO NEGRO/A NO BRASIL?

COMO NEGROS E NEGRAS SE APROPRIAM E SE EMPODERAM NESSE DABATE?

No **final dos anos 1970**, o **debate sobre relações raciais no Brasil** teve o impulso de uma **nova técnica de pesquisa** até então inédita nessa temática: **os estudos de desigualdade racial, largamente amparados em estudos de base estatística**. O trabalho que deu início a esse novo campo de pesquisa, *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (1979), foi produzido pelo sociólogo argentino Carlos Hasenbalg. O pesquisador, por meio da estatística, busca analisar os processos e mecanismos geradores de desigualdades entre os grupos de cor ou raciais no Brasil, a partir das categorias do IBGE. Assim, separa, analisa e compara os grupos (preto, pardo, branco, amarelo e indígena) por intermédio de indicadores como anos de escolaridade, moradia, rendimentos, distribuição geográfica, índices de mobilidade social, es-

tratificação ocupacional etc. Fazendo uma análise histórica da geração das desigualdades entre os grupos de cor, observa as desvantagens cumulativas transmitidas de geração a geração, responsáveis pela perpetuação da pobreza entre os/as não brancos/as (pretos/as e pardos/as). **Conclui que há um elo causal entre racismo, discriminação e desigualdade racial.** Na Unidade 3 deste módulo, faremos um estudo pormenorizado do tema; aqui trazemos, em linhas gerais, o impacto dessa análise no debate entre sociólogos/as e antropólogos/as.

Os anos 1980 e 1990 presenciaram um crescente interesse por parte de antropólogos/as e sociólogos/as pelo sistema de classificação racial brasileiro. É notório o caso da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1976, realizada pelo IBGE. Diferente do censo, quando o/a pesquisador/a realiza a pergunta relacionada à raça de forma fechada, na PNAD ela é feita de forma aberta pelos/as agentes. Naquele ano, a questão recebeu mais de 136 respostas diferentes (SCHWARCZ, 1998: 226-227). Casos como esse deram início a uma discussão mais específica sobre as peculiaridades da maneira como pessoas se autoclassificam e classificam umas às outras.

O antropólogo Peter Fry resumizou as discussões sobre o tema, no artigo *A Persistência da Raça* (2005). Nele o pesquisador busca demonstrar a existência de três tipos de classificação racial vigentes no Brasil: a) a do IBGE, que utiliza as categorias preto, pardo, branco, amarelo e indígena; b) a dos movimentos sociais negros, que funciona numa perspectiva bipolar branco/negro; c) a perspectiva popular, que, de forma bastante flexível/criativa, reelabora e cria incontáveis categorias, de acordo com o contexto vigente. As três maneiras de classificar estão presentes de forma simultânea nas relações cotidianas, mas o predomínio de uma delas em relação a outras por parte dos grupos sociais está relacionado a fatores como classe social e escolarização. Ou seja, para o autor, a classificação bipolar branco/negro

*para o autor,
a classificação
bipolar branco/
negro estaria
mais disseminada
nas camadas
de classe média
intelectualizada
do que entre
as camadas
populares, nas
quais haveria
incontáveis formas
de classificação
por cor e raça,*

estaria mais disseminada nas camadas de classe média intelectualizada do que entre as camadas populares, nas quais haveria incontáveis formas de classificação por cor e raça, como exemplificado na PNAD de 1976.

De outra forma, o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães busca mostrar que a “cor”, no Brasil, funciona como uma imagem figurada de “raça” (GUIMARÃES, 1999: 42-44), isto é, **só é possível pensar, entender e agir em termos de “cor” se estivermos vinculados a um contexto mais amplo em que há uma ideologia racial vigente.** Não há nada de natural do ponto de vista biológico, nas diferenciações fenotípicas dos grupos, feitas a partir do formato dos lábios, nariz, textura dos cabelos e cor de pele, pois elas são todas construções arbitrárias feitas tendo em mente a ideia de raça.

Tentativas de reinterpretar a ideia de *democracia racial* também foram realizadas por essa nova geração de pesquisadores/as. Reagindo à interpretação feita por Florestan Fernandes (1965), de democracia racial como um “mito”, ou seja, uma ideologia que mascararia as verdadeiras relações sociais permeadas pela dominação de brancos/as em relação a negros/as, antropólogos/as sugerem uma interpretação alternativa a esse conceito. Peter Fry (2005) irá apontar que mito para seus pares de disciplina possui uma perspectiva distinta de uma simples falácia ou ideia que não tem pé na realidade. Mito, numa abordagem antropológica estruturalista, **segundo Fry**, é uma espécie de **ethos** compartilhado pelas pessoas e que, de certa forma, organiza as relações que se dão entre elas. Nesse sentido, democracia racial, entendida como igualdade e convivência pacífica entre os grupos raciais, é um elemento estruturador das relações sociais e também um ideal a ser alcançado por brasileiros/as.

Na interpretação de Antonio Sérgio Guimarães, em seu livro *Classes, Raças e Democracia* (2002), *democracia racial* deve ser entendida a partir das mudanças que o conceito sofre tendo em vista as fases de sua elaboração, apropriação e (re)elaboração por parte dos indivíduos em conjunturas históricas distintas. Assim sendo, **haveria três momentos da democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. O ideal constitui o momento de elaboração do conceito**, quando autores/as **se nutrem de um imaginário vigente no século XIX, e que via o Brasil como um exemplo de paraíso racial** para construir o ideal de democracia racial. O segundo momento, **o pacto, se dá quando a noção de democracia racial serve como alicerce para a coalizão de grupos políticos, sociais e raciais distintos que visavam a implementar, de fato, a democracia racial.** Por fim, a última fase, que corresponde ao **mito, faz referência ao momento em que essa aliança é quebrada e a ideia de democracia racial**

passa a ser vista como falácia. Os três momentos estão vinculados a momentos específicos da história política do país. O ideal ocorre ainda durante a vigência do Estado Novo, o pacto se dá no período nacionalista da República Populista entre 1945-1964, enquanto o mito vem com o golpe militar e ascensão da ditadura em 1964.

Ainda nesse trabalho, Guimarães elabora um pequeno esboço histórico da atuação dos movimentos negros brasileiros contemporâneos. Articulando a trajetória dos movimentos e seus contatos com o Estado, dinâmica interna de funcionamento e influência do contexto externo do país, o autor busca demonstrar como os/as ativistas negros/as partem de uma pauta baseada na ideia de integração, nos 1930, e chegam ao final dos anos 1970 embebidos de uma política de identidade. (GUIMARÃES, 2002:79-102). Esses temas serão aprofundados na Unidade 4, sobre a atuação do movimento negro. Neste texto, nos restringimos a evidenciar, baseando-nos na análise de Guimarães, como a noção de raça foi essencial e sofreu mutações nesse processo.

Um primeiro ponto faz referência às mutações do conceito de raça e as relações dos movimentos negros com os elementos culturais e religiosos de matriz africana. Na análise de Guimarães, esse processo está em sintonia com o diálogo do ativismo com diferentes instâncias: a produção acadêmica sobre o tema de relações raciais; o Estado e o contexto político exterior (Estados Unidos, Alemanha, França e países do continente africano). Assim sendo, a noção de raça dentro do “protesto negro” foi um elemento essencial para criar mecanismos de solidariedade e identidade de grupo.

De forma similar, na produção sociológica sobre raça, se, no começo do século passado, verificava-se o uso de concepções biologizadas de raça, esse fato perde força com o passar dos anos. E no caso da mobilização de negros/as, os movimentos políticos e artísticos ocorridos em países como França e Estados Unidos contribuíram para uma releitura da noção de raça e para uma nova relação com elementos culturais e religiosos de matriz africana. Fecharemos este texto evidenciando como isso ocorreu num momento de transição do ativismo negro: o Teatro Experimental do Negro (TEN).

O TEN foi fundado em 1945 por **Abdias do Nascimento**, constituindo-se num misto de companhia de teatro, organização recreativa, política e cultural. O teatro montou e interpretou peças que retratavam temáticas negras, como *Imperador Jones* (1920), do dramaturgo norte-americano Eugene O’Neill (1888-1953), participando do movimento de modernização do teatro brasileiro iniciado pela peça *Vestido de Noiva* (1943), escrita por Nelson Rodrigues (1912-1980). O TEN ainda promoveu eventos culturais

(como concursos de beleza e exposições), de assistência (cursos de alfabetização) e políticos, como o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950.

Nas iniciativas do TEN, é possível perceber o estabelecimento de uma postura do movimento negro em que o orgulho racial, além de ser elemento identitário e aglutinador, passa a ser reivindicado junto à incorporação de elementos culturais de origem negro-africana, como **a religiosidade do candomblé, a musicalidade do samba e a expressão corporal presente na capoeira**. O patrimônio cultural negro, além da raça, passa a ser politizado e deveria ser incorporado pelo ativismo, já que havia sido destituído de seus/suas criadores/as, quando foram elevados à categoria de representantes da nação. Esta reivindicação ocorre, em parte, pela influência de movimentos artísticos e políticos, como o de escritores/as negros/as francófonos/as radicados/as em Paris nos anos 1930, a *négritude*. Fato similar irá ocorrer nos anos

1960 e 1970, com a influência dos movimentos pelos direitos civis nos EUA, o **BLACK POWER**, e o processo de independência de países africanos. Esses movimentos reelaboraram a estética negra. Assim sendo, a noção de raça e o pertencimento identitário passaram a ser pensados em contextos extra-nacionais ou diaspóricos (HANCHARD, 2001; GIACOMINI, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das relações raciais no Brasil é muito mais complexa e dinâmica do que a versão apresentada nos textos desta unidade. Entretanto, acreditamos que esse material tenha fornecido elementos históricos e teóricos que possibilitem um melhor enten-

BLACK POWER

foi um movimento liderado por negros, que teve seu auge no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 em todo o mundo, especialmente nos Estados Unidos. O movimento enfatizou o orgulho racial, incentivou a criação de instituições culturais, provocou políticos/as negros/as para promoção dos interesses coletivos e da autonomia dos/as negros/as. A expressão “Black Power” foi título de um livro em 1954 escrito por Richard Wright. Foi usada politicamente pelo presidente da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, Robert F. Williams nas décadas de 1950 e 1960. A expressão “Black Power” foi criada pelo militante radical do movimento negro nos Estados Unidos, Stokely Carmichael em uma frase que ficou célebre “Estamos gritando liberdade há seis anos. O que vamos começar a dizer agora é poder negro”.

dimento das discussões contemporâneas relacionadas a temas como raça, racismo, preconceito, desigualdades raciais, movimento negro, políticas de ação afirmativa e cotas. **Nosso objetivo nesta unidade foi mostrar o quadro amplo – do ponto de vista histórico e político – no qual essas temáticas estão inseridas e evitar afirmações apressadas e equivocadas que buscam interpretar o racismo brasileiro como uma invenção recente dos movimentos negros ou do Estado.**

Assim, esperamos ter evidenciado que raça é uma categoria social, política e histórica que está emaranhada nas discussões sobre o processo de constituição de nosso país, daquilo que faz do “Brazil, Brasil” (SCHWARCZ, 1995). Em outras palavras, é necessário entender que **a identidade de um povo é um processo contínuo de construção que envolve negociações dos mais variados tipos e que envolve as categorias** que discutimos nos textos desta unidade: **raça, racismo, preconceito, miscigenação, discriminação, desigualdade e a possibilidade de igualdade.** Esses elementos devem ser também pensados a partir de constantes negociações, reelaborações e disputas entre diferentes atores/atrizes sociais (Estado, movimentos sociais, acadêmicos/as, intelectuais etc) que conformam a possibilidade (ou não) de uma verdadeira democracia e do Brasil com “s”.

O Brasil, com “s”, é um país imerso num tipo de racismo específico, o “racismo cordial”, cuja manifestação se dá em espaços privados, mas que tem impacto no público e na (re)produção de desigualdades entre negros/as e brancos/as. Explicar a lógica do racismo brasileiro com bases estritamente de classes é uma discussão, ao menos no campo sociológico, datada, com dias contados. Na próxima unidade, analisaremos dados das desigualdades raciais e veremos, como demonstraram Fernandes (1955 e 1965) e Hasenbalg (1979), que a discriminação, o preconceito e o racismo no Brasil, possuem bases de sustentação que extrapolam a classe. Superar esse círculo vicioso

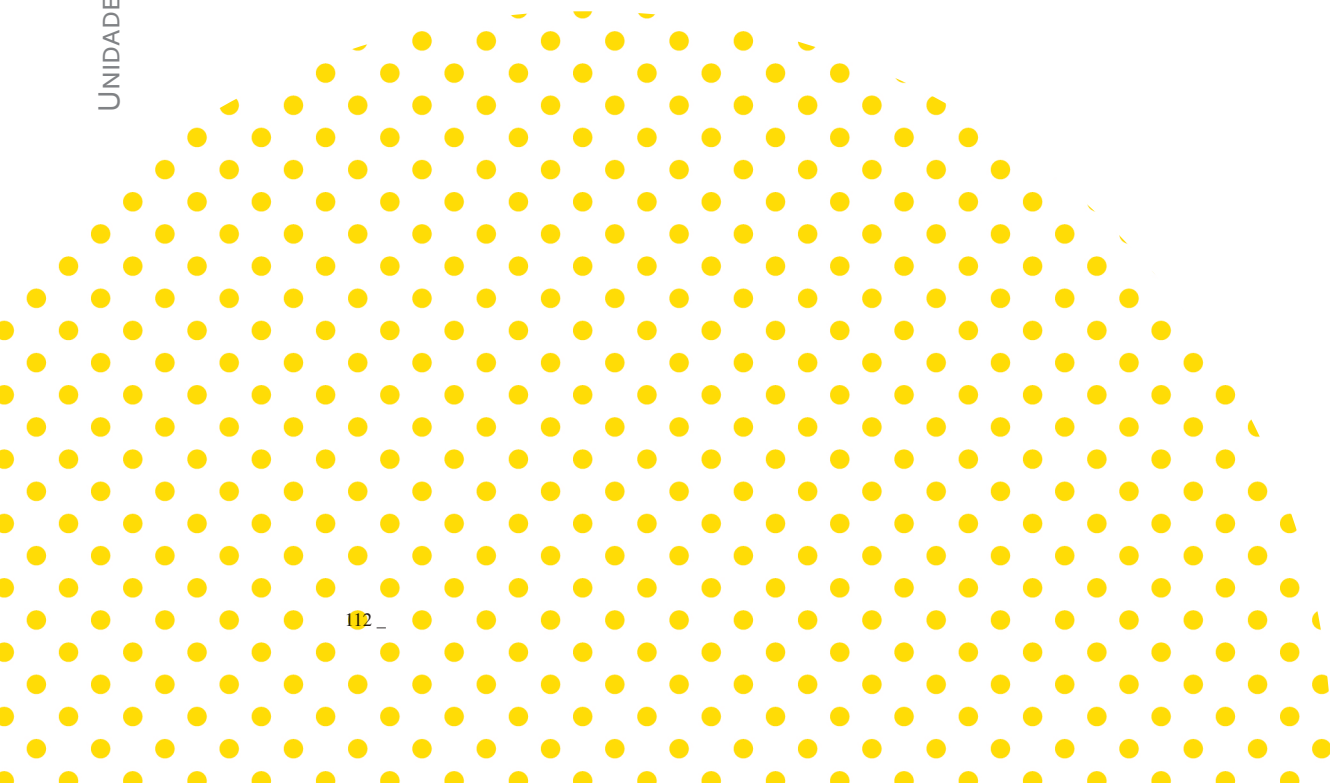
O Brasil, com “s”, é um país imerso num tipo de racismo específico, o “racismo cordial”, cuja manifestação se dá em espaços privados, mas que tem impacto no público e na (re)produção de desigualdades entre negros/as e brancos/as.

que perpetua a pobreza, a violência e a discriminação contra negros/as é um dos grandes desafios que se colocam como etapa fundamental ao caminho de uma democracia efetiva e de um país justo.

GLOSSÁRIO

Abdias do Nascimento (1914 -) - poeta, escultor, ex-político e ativista social do Movimento Negro é um dos grandes militantes no combate à discriminação racial no Brasil. Criou em 1944 o Teatro Experimental do Negro. Ficou dez anos no exílio. Na volta foi deputado federal (1983-1987) e senador da República (1997-1999). Colaborou com o Movimento Negro Unificado. Criou em 2006, em São Paulo, o dia 20 de novembro, como dia oficial da consciência negra. Foi Professor Benemérito da Universidade do Estado de Nova York e doutor “Honoris Causa” pelo Estado do Rio de Janeiro e pela Universidade de Brasília. Autor de vários livros: “Sortilégio”, “Dramas Para Negros e Prólogo Para Brancos”, “O Negro Revoltado”, entre outros. Para saber mais visite <http://www.abdias.com.br/>

Ethos – características sociais e culturais de um povo; aquilo que lhe confere identidade, distinguindo-o de outros.



O TEMA DA DESIGUALDADE E DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

QUAL CONCEITO DE DESIGUALDADE MELHOR CONTRIBUI PARA ANALISARMOS AS RELAÇÕES RACIAIS?

Segundo Bryan Turner, a afirmação de que o igualitarismo é um valor e um princípio crucial das lutas políticas modernas e dos movimentos organizados para promoção de mudanças sociais parece ser um lugar comum nas ciências sociais contemporâneas. Curiosamente, ela coexiste e parece vir sempre acompanhada de outro lugar comum, que é a observação de que as possibilidades de mudanças realmente profundas no quadro das desigualdades parecem ser limitadas no contexto do capitalismo moderno, dada a **persistência dos arranjos relativos à propriedade privada, à organização familiar e à herança**, considerados fortes **mecanismos de reprodução das desigualdades**. Se, no plano ideológico, a igualdade é um importante motor da ação política, no plano do funcionamento concreto das sociedades modernas, é a desigualdade que se impõe como a grande realidade. De fato, um dos problemas que se coloca nos dias de hoje é a tensão resultante da necessidade de conciliar as demandas por igualdade, expressa por processos políticos, com as demandas de maior eficiência no funcionamento da esfera econômica, oriundas dos mecanismos de mercado (TURNER, 1979).

*as possibilidades
de mudanças
realmente
profundas no
quadro das
desigualdades
parecem ser
limitadas no
contexto do
capitalismo
moderno,*

Ao estudar *Desigualdades de gênero no Brasil*, no Módulo II, vimos que os **estudos sobre desigualdades envolvem diversas possibilidades analíticas e mobilizam diferentes tradições disciplinares para explicar suas origens, causas e efeitos** e estão relacionados à temática do **desenvolvimento econômico (pobreza e crescimento)**, da **justiça social**, do **debate acerca das concepções de indivíduo, liberdade e igualdade**. Um exemplo, a título de ilustração dessa ideia: a **teoria econômica neoclássica** trata o tema da desigualdade como parte do processo de distribuição de bens e recursos entre os indivíduos que contribuíram para sua produção, ou seja, a ênfase é na remuneração a partir de fatores produtivos. Na perspectiva sociológica, a ênfase é dada na relação entre desigualdade e estratificação social, ou seja, na forma como se dá a distribuição desses bens e recursos e suas consequências. No campo da filosofia política, as reflexões sobre desigualdade conduzem ao entendimento da relação entre liberdade e igualdade, à concepção do que vem a ser uma sociedade justa, bem como ao debate sobre quais desigualdades devem ser enfrentadas e quais desigualdades são simplesmente consequências de escolhas e realizações ou investimentos individuais.

Dessa forma, para definir o foco deste texto e não correr o risco de que se torne evasivo, o tema da desigualdade, aqui, será circunscrito à questão da **estratificação social e sua relação com a questão racial e de gênero**.

Os estudos sobre desigualdades com ênfase na estratificação social têm procurado identificar suas características e explicar sua persistência a despeito do igualitarismo moderno e do desenvolvimento econômico. Segundo o sociólogo David Grusky, o termo **estratificação social refere-se a um complexo de instituições sociais que geram desigualdades**. Seus principais componentes são:

- 1) *os processos* institucionais que definem certos tipos de bens como desejáveis e valorizáveis;

2) *as regras de posição* que distribuem esses bens por intermédio dos vários postos ou ocupações na divisão de trabalho;

3) *os mecanismos de mobilidade* que ligam os indivíduos às ocupações, gerando, desse modo, o controle desigual sobre recursos estimados.

Desigualdade é, nesse sentido, fruto da combinação destes processos: os trabalhos, as ocupações e os papéis sociais na sociedade são combinados aos “pacotes de recompensa” que possuem valores desiguais (GRUSKY,1994). A rigidez do sistema de estratificação se refere à continuidade da posição social de seus membros. Seu grau de rigidez poderá variar de acordo com os *diferentes tipos de ativos e recursos* disponíveis e de acordo com a forma como eles estão distribuídos.

Vale destacar que, no caso brasileiro, a temática das desigualdades deve ser entendida a partir de suas peculiaridades, principalmente no que diz respeito ao tema da escassez de recursos. Neste Curso, temos discutido que é necessário desvincular, analiticamente, a questão da pobreza da questão das desigualdades. O problema da pobreza é de insuficiência de recursos, enquanto que o problema da desigualdade é de distribuição desses recursos, **por isso é possível encontrar muita desigualdade em países ricos.**

Nesse sentido, **o Brasil não é um país pobre, mas um país que sempre teve uma proporção considerável da sua população em situação de pobreza**, embora não sofra escassez de recursos para combatê-la. Ao analisarmos algumas políticas recentes de redução das desigualdades regionais, de gênero, raça, classe e geracional no Módulo II (Unidade 3), reconhecemos que os programas de transferência de renda, desenvolvidos nos últimos anos, têm provado avanços significativos na diminuição da pobreza.

Como analisar a desigualdade, tendo como referência a estratificação social? Há pelo menos dois caminhos:

1) análise das *desigualdades de oportunidades*, procurando compreender quais são as principais variáveis que contribuem para uma distribuição desigual de *recursos e de oportunidades* sociais;

2) análise das *desigualdades de resultados*: identificando os efeitos da desigualdade e principalmente observando em que medida ela afeta categorias de pessoas socialmente diferentes.

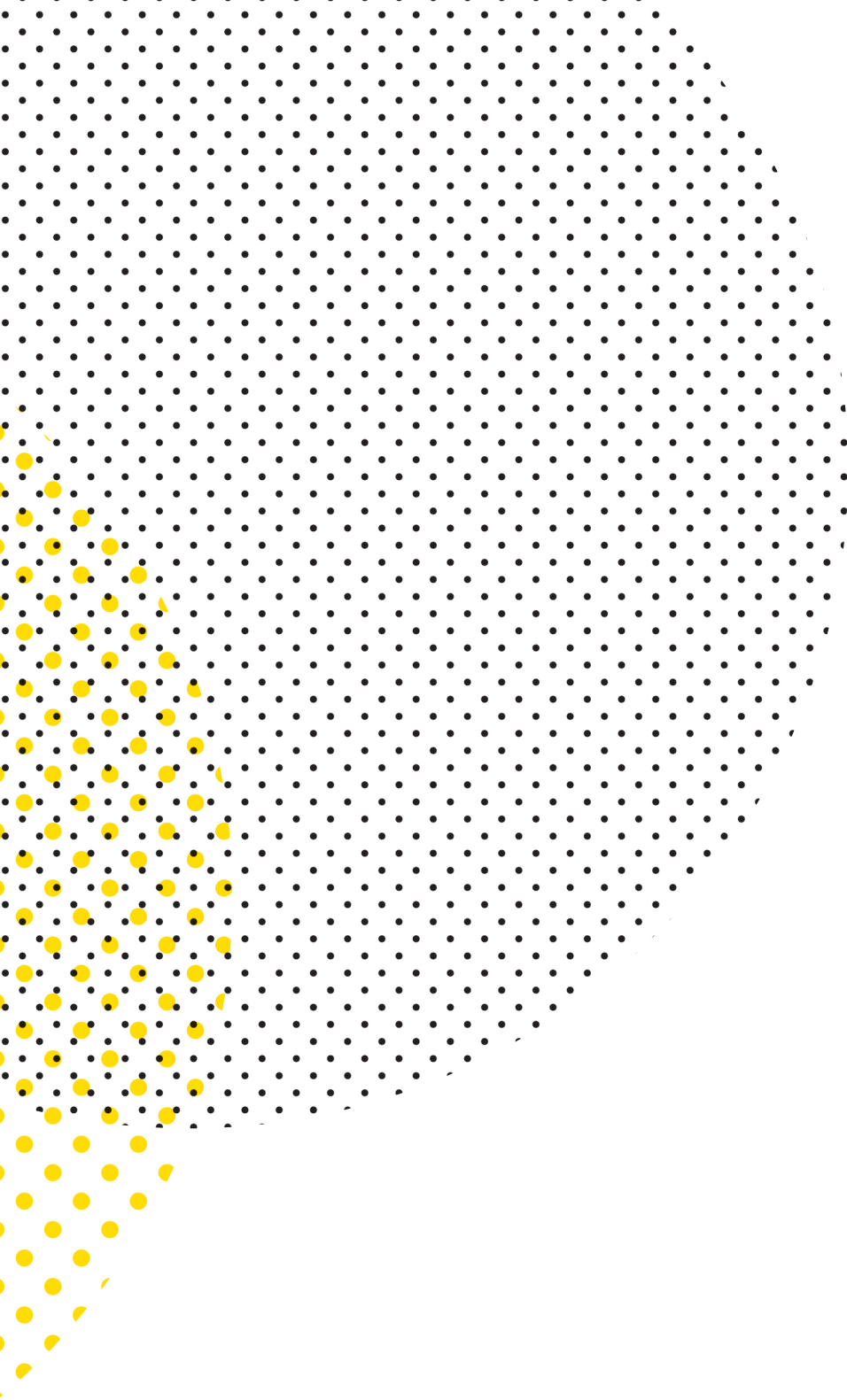
Esses dois modelos se encontram articulados, na medida em que diferenças na **aquisição** de capacidades levam a diferentes **performances** que geram diferenças nas **recompensas**. O sentido do termo aquisição diz respeito àquilo que é mutável – por exemplo, experiência (medida pela idade) e qualificação (em geral, medida pela escolaridade) – e que permite investimento. Há, porém, um dado importante e com uma visibilidade crescente na literatura que aborda a questão das desigualdades baseadas em características adscritas: atributos individuais inalteráveis, variáveis que não se relacionam com as diferenças de atributos ou performances, mas que estão consolidadas nas desvantagens historicamente produzidas entre os grupos sociais, étnicos, raciais e de sexo.

Segundo a antropóloga Verena Stolcke, as diferenças de gênero e de raça/etnia, ao lado das de classe, se destacam, entre outras características disponíveis dos seres humanos, como indicadores significativos da desigualdade social e elas interagem para reproduzir a opressão das mulheres em geral e as diferenças particulares entre elas. Para a autora, a naturalização das desigualdades sociais atua como forma de conciliar igualdade de oportunidades com a desigualdade existente, na medida em que transfere para a natureza a explicação dessas desigualdades (STOLCKE, 1990).

No próximo texto, analisaremos empiricamente as questões aqui levantadas a partir de dados sobre a população brasileira. Traremos indicadores sociais que têm sido um importante instrumento de estudiosos das desigualdades raciais, ao longo da história e que, mais recentemente, têm assumido um papel-chave no desenho de políticas públicas com recorte étnico-racial.

*a naturalização
das desigualdades
sociais atua como
forma de conciliar
igualdade de
oportunidades com
a desigualdade
existente, na
medida em que
transfere para
a natureza a
explicação dessas
desigualdades*

Teoria Económica Neoclássica - A Escola Neoclássica surge na década de 1870 e introduz, na teoria clássica, novas produções do pensamento económico, principalmente os Marginalistas, como William Stanley Jevons, Léon Walras e Karl Menger, que propuseram novos modelos teóricos acerca do valor, da utilidade, do trabalho, da produção, da escassez, da formação dos custos e dos preços. Para os Neoclássicos, o foco mais importante era o funcionamento do sistema de mercado e seu papel como alocador eficaz de recursos.



OS ESTUDOS SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS

SE AS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL
NÃO SÃO PRODUTO DE RACISMO E DISCRIMINAÇÃO,
QUAL É A TEORIA OU INTERPRETAÇÃO ALTERNATIVA
PARA DAR CONTA DAS DESIGUALDADES
CONSTATADAS?
COMO EXPLICAR AS DISTÂNCIAS ENTRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO DO "BRASIL NEGRO"
E DO "BRASIL BRANCO"?

Conforme abordado na Unidade 2, a constituição do campo da sociologia das relações raciais tem como marca principal o intuito de estabelecer os limites entre raça, classe e status nas relações raciais e na reprodução das desigualdades sociais no Brasil.

Como vimos, há algumas passagens importantes na forma de abordagem desses estudos. Nos anos 1940, observamos uma transição dos estudos de viés culturalista – tematizados principalmente nas obras de Gilberto Freire e Arthur Ramos – para uma linha de estudos fortemente influenciada pela Escola de Chicago, na qual predominavam os trabalhos de campo. Já nos anos 1950 e 1960, os estudos sobre relações raciais se consolidam por meio de uma série de estudos que procuravam investigar as relações entre raça e classe. Dentre eles, o Projeto UNESCO e os estudos da Escola Paulista (GUIMARÃES, 1999: 71).

As pesquisas que surgiram no final da década de 1970 marcaram um novo momento da discussão sobre a questão racial no Brasil e têm como principal marca a crítica às teses que subordinavam a questão racial a um problema de classe. Tais estudos procuraram enfatizar que os fatores estruturais, como classe, não são suficientes para explicar toda a disparidade entre os grupos brancos, pretos e pardos no Brasil.

O trabalho do sociólogo Carlos Hasenbalg, *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, publicado em 1979 e reeditado em 2005, delimita a mudança de enfoque em relação ao tratamento do problema racial brasileiro. Seu objetivo principal foi abordar a estratificação racial e os mecanismos societários contemporâneos que produzem as desigualdades raciais. A tese desenvolvida no livro teve o intuito de tirar a ênfase do legado do escravismo como explicação das relações raciais hoje, e apontar o racismo e a discriminação pós-Abolição como causadores principais da subordinação social dos/as negros/as.

Hasenbalg não deixa de reconhecer a existência de um legado escravista real – como, por exemplo, o analfabetismo maciço e a concentração demográfica dos ex-escravos/as em áreas à margem do desenvolvimento urbano-industrial – como fator que tem participação nas relações raciais pós-Abolição. Entretanto, **o autor nega a existência de um determinismo desse legado para a subordinação social de negros e negras, e afirma serem o racismo e a discriminação os fatores principais na explicação de tal subordinação.**

Na sua visão, a discriminação e o preconceito adquirem novos significados e funções dentro das estruturas pós-escravistas e não são meros arcaísmos do passado. A discriminação e o preconceito têm uma relação funcional com a preservação dos privilégios, ganhos materiais e simbólicos que os/as brancos/as obtêm da desqualificação competitiva dos/as não brancos/as. Logo, a mudança do critério racial para o preenchimento de posições na estrutura de classes depende mais de fatores políticos de mobilização dos/as dominados/as e das divisões no grupo dominante do que de uma lógica inerente ao desenvolvimento da sociedade de classes.

os fatores estruturais, como classe, não são suficientes para explicar toda a disparidade entre os grupos brancos, pretos e pardos no Brasil.

Esse trabalho inaugurou uma linha de investigação que se desenvolveu a partir dos anos 1980 e que tem se beneficiado do acesso a uma ampla produção de dados estatísticos, bem como do aprimoramento de técnicas de análises quantitativas. Os principais achados desses estudos, nos anos 1980 e 1990, estão indicados no quadro a seguir, redigido pelo próprio Carlos Hasenbalg para esta unidade deste módulo.

OS ESTUDOS SOBRE COR E PROCESSO DE REALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA: UM RELATO DE CARLOS HASENBALG

As representações sobre as relações raciais no Brasil, elaboradas na primeira metade do século XX, particularmente àquelas relacionadas ao aspecto harmonioso e pacífico dessas relações somente começaram a ser modificadas no campo das Ciências Sociais na década de 1950. Foi no início dessa década que a UNESCO, até então empenhada em refutar os dogmas racistas que culminaram no nazismo, patrocinou uma série de estudos sobre o tema, destacando a situação do Brasil. A intenção original desses estudos era a de poder transmitir ao resto do mundo a receita brasileira das relações raciais harmoniosas. Apesar da divergência nas conclusões dos diversos estudos regionais realizados nesse projeto, os resultados não confirmaram as expectativas originais, ao contrário, a autoimagem e idealizações raciais do Brasil sofreram danos significativos.

*A pesquisa sociológica e demográfica sobre desigualdades raciais no Brasil não é nova nem escassa. Deixando de lado os estudos pioneiros do chamado “Projeto UNESCO” e os trabalhos da chamada “escola paulista de relações raciais” (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni), **a tradição de pesquisa desenvolvida nos últimos trinta anos dá forte sustentação à ideia de que os brasileiros não brancos estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo das fases do ciclo de vida individual e que essas desvantagens são transmitidas de uma geração a outra.** Em outros trabalhos, resenhei boa parte desses estudos e aqui me limito a apontar para os principais resultados.*

Os estudos demográficos demonstraram as disparidades raciais quanto às probabilidades de superar o primeiro ano de vida e na esperança de vida ao nascer (Tamburo, 1987; Wood e Carvalho, 1988; Berquó et allí, 1986; Berquó, 1988; Tamburo, 1991 e IPEA/FJP/PNUD, 2000).

As pesquisas sobre educação indicavam que crianças não brancas completam menos anos de estudo do que as brancas, mesmo quando se consideram crianças da

mesma origem social ou renda familiar per capita (Barcelos, 1992a e 1992b, Hasenbalg e Silva, 1990; Rosenberg, 1987a e 1987b, 1990 e 1991; Silva e Hasenbalg, 2000). As disparidades em acesso, permanência e finalização dos ensinos médio e superior são ainda mais acentuadas. **A desigualdade educacional entre brancos e não brancos irá se refletir posteriormente em padrões diferenciados de inserção desses grupos de cor na estrutura ocupacional.**

*Em termos de etapas do ciclo de vida, após a obtenção da educação formal, segue o ingresso no mercado de trabalho e a formação de novas famílias. Com relação a este último aspecto, no Brasil, sabe-se que os casamentos inter-raciais são mais comuns do que em outras sociedades multirraciais e que tais uniões por meio do processo de miscigenação racial, que começou no período colonial, continuam até hoje. No entanto, os poucos estudos sobre o tema mostram que aproximadamente 80% dos casamentos no Brasil são **racionalmente endogâmicos** e que esse padrão está longe do que seria esperado se o padrão de cor ou raça fosse irrelevante na seletividade casados* (Berquó, 1991, Lazo, 1988; Scalon, 1992, Silva, 1987 e 1991).

O tema da participação dos grupos raciais no mercado de trabalho é um dos que está mais bem estudado. Resumindo e simplificando, esses estudos indicam que pretos e pardos estão expostos a diversas práticas discriminatórias no mercado de trabalho. Além de ingressar nele com uma dotação menor de educação formal do que a dos brancos, os não brancos estão expostos à discriminação ocupacional, pela qual a avaliação de atributos não produtivos, como a cor das pessoas, resulta na exclusão ou acesso limitado a posições valorizadas no mercado de trabalho. Soma-se a isso a discriminação salarial, evidenciada nas menores taxas de retorno à educação e à experiência obtidas por não brancos, sendo que a diferença na taxa de retornos aumenta nos níveis educacionais mais elevados (Bairros, 1986 e 1987; Bairros et alli, 1992; Batista e Galvão, 1992; Castro e Guimarães, 1993; Chaia, 1988; Hasenbalg, 1992; Henriques, 2001; Lovell, 1989 e 1992; Oliveira et alli, 1983; Porcaro, 1988; Silva e Lima, 1992; Silva, 1985; Soares, 2000; Telles, 1990, 1994 e 2003). Esses padrões diferenciados de participação dos grupos de cor no mercado de trabalho se traduzem em uma valorização altamente desigual do trabalho desses grupos: **a renda média do trabalho de pretos e pardos é pouco menos da metade da dos brancos.**

Por último, as pesquisas sobre mobilidade social e raça, levando em conta o conjunto de processos sociais acima referidos, enfocam o papel da filiação racial na transmissão intergeracional das desigualdades sociais. Os resultados mais relevantes apontam

não só para as menores taxas de **mobilidade ascendente** para os estratos médios e altos, experimentadas pelos não brancos, como também para as **maiores dificuldades encontradas pelas famílias não brancas de classe média, para transmitir aos filhos as posições sociais conquistadas** (Silva, 1981; Hasenbalg, 1985; Caillaux, 1994; Hasenbalg e Silva, 1999, Osório, 2004).

Ante toda essa **evidência acumulada na pesquisa sociológica e demográfica** dos últimos tempos, o ônus da prova está com aqueles que tentam desfazer o **elo causal entre racismo, discriminação e desigualdades raciais. Se as desigualdades raciais no Brasil não são produto de racismo e discriminação, qual é a teoria ou interpretação alternativa para dar conta das desigualdades constatadas?**

Finalmente, quanto ao estatuto teórico da relação entre discriminação racial e desigualdades sociais, queria apenas fazer referência à orientação adotada nos meus trabalhos anteriores sobre o tema com Nelson do Valle. Nesses trabalhos, tomamos como ponto de partida uma revisão crítica da literatura sobre relações raciais no Brasil, constatando que o papel de “raça” ou cor no processo estratificatório ou é simplesmente desconsiderado, no caso das análises que veem o preconceito e a discriminação como um mero epifenômeno das relações de classe, ou é então minimizado, quando a verificação da existência conspícua de comportamentos e atitudes discriminatórias é explicada como constituindo um “arcaísmo” evanescente do passado escravista. Em nossos trabalhos, foi enfatizada a **funcionalidade da discriminação racial como instrumento de desqualificação de grupos sociais no processo de competição por benefícios simbólicos e materiais, resultando em vantagens para o grupo branco em relação aos grupos não brancos (preto e pardo). Tentamos mostrar que preconceito e discriminação raciais estão intimamente associados à competição por posições na estrutura social, refletindo-se em diferenças entre os grupos de cor na apropriação de posições na hierarquia social. Novamente, esse enfoque diz respeito às desigualdades entre grupos sociais, o que Charles Tilly chamou de desigualdades categóricas, e não desigualdades sociais em geral.**

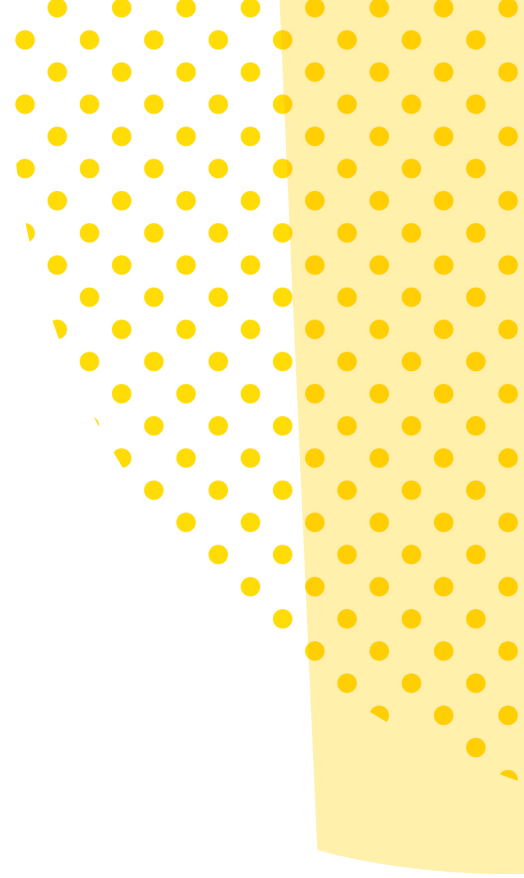
Observa-se, no relato de Carlos Hasenbalg, que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por uma intensa produção sobre desigualdades raciais nas mais diversas áreas. Esses estudos contribuíram de forma significativa para a construção de uma agenda de combate às desigualdades raciais que começaram a ser implantadas na segunda metade dos anos 1990 (Lima, 2008).

Além desses estudos, há uma intensa produção de indicadores fora do meio acadêmico, feitos por órgãos governamentais e por organizações da sociedade civil. Dentre eles, destaca-se o **“MAPA DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO”**, realizado pelo DIEESE para o INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, lançado em 1999, no qual está demonstrada uma situação de reiterada desigualdade para os/as trabalhadores/as negros/as, no mercado de trabalho das regiões metropolitanas estudadas.

Outro estudo importante envolveu a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para medir a extensão da desigualdade racial brasileira, apresentando inovações na forma de abordar o tema. Como abordado no primeiro módulo deste Curso, o estudo realizado pelo economista Marcelo Paixão separou a população brasileira segundo a cor para avaliar suas diferenças acerca do desenvolvimento humano. A evolução do IDH de brancos/as e negros/as, aferida entre os anos de **1991 e 2000**, revela que, **apesar das melhorias verificadas em ambos os grupos raciais, ocorreu o distanciamento das posições ocupadas entre o “Brasil negro” e o “Brasil branco” no ranking mundial da qualidade de vida.** Em 1991, o “Brasil branco” ocupava a 65^a ou 66^a posição entre as nações mais desenvolvidas no aspecto social; em 2000, chegou à 44^a posição. Já o “Brasil negro”, que, em 1991, estava na 101^a ou 102^a posição, caiu, em 2000, para a 104^a ou 105^a. **A diferença entre os dois “países” passou de 36 para 60 posições no ranking do IDH em apenas 10 anos.**

MAPA DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

“Os resultados da pesquisa Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho realizada pelo DIEESE para o INSPIR - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial - demonstram uma situação de reiterada desigualdade para os/as trabalhadores/as negros/as, de ambos os sexos, no mercado de trabalho das seis regiões metropolitanas estudadas. A coerência dos resultados em nível nacional revela que a discriminação racial é um fato cotidiano, interferindo em todos os espaços do mercado de trabalho brasileiro. Nenhum outro fato, que não a utilização de critérios discriminatórios baseados na cor dos indivíduos, pode explicar os indicadores sistematicamente desfavoráveis aos/as trabalhadores/as negros/as, seja qual for o aspecto considerado. Mais ainda, os resultados permitem concluir que a discriminação racial sobrepõe-se à discriminação por sexo, combinando-se a esta para constituir o cenário de aguda dificuldade em que vivem as mulheres negras, atingidas por ambas.” <http://www.dieese.org.br/esp/negro.xml> Acesso em 18 de maio de 2010.



GLOSSÁRIO

Racialmente endogâmicos - casamentos entre pessoas pertencentes à mesma raça/etnia.

Mobilidade ascendente - movimento de ascensão e elevação na escala social.



COR E PROCESSO DE REALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA: O QUADRO ATUAL DAS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

QUAIS OS INDICADORES SOCIAIS DE DESIGUALDADES ENTRE NEGROS/AS E BRANCOS/AS?
A QUE SERVEM ESSES INDICADORES?
QUAIS FATORES REDUZEM AS OPORTUNIDADES DE NEGROS/AS?
QUAL O PESO DA RENDA PER CAPITA FAMILIAR, NA PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES RACIAIS?

Nesta seção, serão apresentados os principais indicadores sociais que permitem uma análise da configuração das desigualdades raciais. Entretanto, alguns aspectos gerais precisam ser evidenciados de forma a ampliar o entendimento e o uso dos dados.

O primeiro aspecto diz respeito à necessidade de estar atento às mudanças de ordem estrutural que ajudam a compreender o quadro das desigualdades e suas alterações tais como mudanças demográficas (o tamanho dos grupos de cor/raça, os processos migratórios) e questões econômicas (momentos de crise e/ou de crescimento econômico que alteram a dinâmica formalização de empregos, aumento ou decréscimo do valor real do salário mínimo).

As estatísticas sociais têm sido usadas historicamente como mecanismos de gestão, controle e planejamento das sociedades nas áreas das finanças, da saúde pública, da assistência social das políticas públicas.

O segundo aspecto trata do uso dos dados que serão apresentados. Esses dados são indicadores sociais que têm contribuído de maneira decisiva para o entendimento do fenômeno das desigualdades sociais e que deverão ser utilizados como indicadores das mudanças advindas com as políticas implantadas. As estatísticas sociais têm sido usadas historicamente como mecanismos de gestão, controle e planejamento das sociedades nas áreas das finanças, da saúde pública, da assistência social das políticas públicas. Nesse sentido, um indicador social é uma medida que tem um significado social e que permite a operacionalização de um conceito abstrato tanto de interesse teórico, utilizado em pesquisas acadêmicas, quanto de interesse programático, utilizado na formulação de políticas públicas (JANUZZI, 2004). É com esse intuito que foram selecionados os dados aqui apresentados.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Para caracterizar os principais aspectos das desigualdades raciais no Brasil, será utilizado o esquema analítico desenvolvido pelos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (HASENBALG e SILVA, 2005 p. 38-40). Esse modelo permite compreender o processo de transmissão intergeracional da desigualdade social apresentando os componentes das etapas do ciclo de vida social. Segundo esses autores, **o processo cumulativo de desvantagens é o que caracteriza a desigualdade racial no Brasil, associado aos mecanismos discriminatórios pelos quais passa a população preta e parda no decorrer da sua trajetória.** Ou seja, os determinantes das desigualdades raciais devem ser observados levando em conta os chamados fatores produtivos (por exemplo, educação e experiência), mas deve ser dada ênfase aos fatores não produtivos (o efeito determinante da cor, do sexo ou da região), correspondendo aos fenômenos de discriminação e de segmentação. As etapas desse modelo serão demonstradas a seguir.

MODELO DE REALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

(Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva)

1. Origem Familiar

- 1.1 Estrutura familiar (capital social)
- 1.2 Recursos Econômicos (capital econômico)
- 1.3 Recursos Educacionais (capital cultural)

2. Internalização dos recursos

- 2.1. Saúde, sobrevivência e acesso à pré-escola
- 2.2. Escolarização formal

3. Autonomização de status

- 3.1. Acesso ao mercado de trabalho
- 3.2. Escolha marital

4. Realização de status

- 4.1. Posicionamento na estrutura sócio-ocupacional
- 4.2. Distribuição da renda pessoal

5. Renda familiar e pobreza

Retorno ao estágio inicial do ciclo

Origem familiar: Diz respeito à situação social das famílias; os recursos disponíveis a seus membros são fundamentais para a trajetória socioeconômica dos indivíduos. Características tais como **número de membros da família, sua renda, condições de moradia, escolaridade da pessoa de referência** (o que antigamente chamávamos de pessoa de referência de família) e **tipo de família modificam a estrutura de oportunidades dos indivíduos.**

A internalização de recursos: **Trata-se das condições e possibilidades nas quais crianças e adolescentes das famílias iniciam sua trajetória social.** Questões como taxas de mortalidade infantil, acesso à educação infantil e a escolarização básica caracterizam essa etapa do processo.

A **autonomização** de status: Corresponde à **fase do ciclo de vida na qual o/a jovem começa a adquirir status social próprio**, envolvendo primordialmente duas di-

mensões: acesso ao mercado de trabalho e escolha marital (que corresponde aos diferentes arranjos na constituição de uma nova família).

A fase da realização de status corresponde ao momento no qual **o indivíduo assume um status próprio e autônomo** definido a partir da sua posição na estrutura sócio-ocupacional e da distribuição da renda pessoal.

Renda familiar e pobreza. **Tal processo culmina com a determinação de uma situação familiar; momento no qual voltamos ao estágio inicial do ciclo.**

Em termos metodológicos, há duas considerações importantes. A primeira diz respeito aos critérios de classificação de raça/cor. A maioria das informações estatísticas do Brasil e que serão apresentadas neste texto são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão do governo brasileiro que coleta diversas informações demográficas e socioeconômicas sobre o país. Em termos de **classificação racial, o IBGE aplica a seguinte pergunta: “Sua cor ou raça é? Branco, preto, amarelo, pardo, indígena”.** **A classificação é feita pelo/a entrevistado/a (autoclassificação) e não é oferecida uma alternativa aberta** (procedimento comum em questionários estruturados). Assim, nesse texto, **serão utilizadas as classificações conforme coletadas pelo IBGE.**

É importante destacar aqui a peculiaridade da situação dos grupos indígenas no que diz respeito aos dados estatísticos. **A sub-representação da população indígena está ligada a diversos fatores.** Em primeiro lugar, seu registro como um segmento separado dos demais grupos só aconteceu em 1872 e 1890, como caboclos/as, e nos censos seguintes em categorias residuais ou juntamente com os/as amarelos/as. **A partir do censo de 1940, indígenas e caboclos/as se transformaram na indistinta categoria “parda”, que poderia significar também “mulatos/as”, morenos/as etc. Somente no censo de 1991, foi introduzida a categoria indígena.** A explicação para seus baixos percentuais na composição da população tem se baseado em parte pelo fato de não ser feito, nos levantamentos estatísticos oficiais, o recenseamento da área rural da região Norte, onde se concentra a grande maioria da população indígena¹. Oliveira (1996), analisando essa subenumeração da população indígena, contra-argumenta tal justificativa, afirmando que **a grande maioria das sociedades indígenas**

1 | Desde 2004 (incluindo este ano), a PNAD passou a incluir essa informação em sua pesquisa, entretanto esse grupo continua apresentando baixos percentuais na composição da população. Como os dados aqui apresentados estão comparados com os dados da PNAD-1999, que não abrangia o Norte rural, essa área foi retirada da análise.

se encontra com seu território já demarcado ou em vias de identificação pela FUNAI, mantendo relações regulares com as diversas agências governamentais e outras instituições, podendo ser identificadas de outra maneira. Outro dado importante é que a categoria indígena não contempla, por exemplo, os/as descendentes de indígenas que vivem nos centros urbanos (que muitas vezes são classificados como pardos/as).

O segundo aspecto diz respeito à leitura dos dados sobre cor/raça. Para captar as desigualdades entre os grupos de cor/raça, a leitura ideal dos dados deve ser feita de forma a comparar o desempenho desses grupos.

Portanto, no caso de análise de distribuição dos grupos, a soma total (100% dos casos) sempre será feita em cada grupo de cor/raça. Isso elimina a possibilidade de um viés analítico acerca do tamanho dos grupos. Por outro lado, se quisermos analisar a composição racial de determinadas características – por exemplo, a composição racial dos 10% mais ricos –, temos de comparar os percentuais encontrados com o percentual total daquele grupo de cor na população.

Os dados do IBGE aqui apresentados são da PNAD-2008, ou seja, são as informações mais recentes disponíveis. Para efeitos comparativos das mudanças ocorridas nos últimos dez anos, serão utilizados os dados da PNAD-1999. Para analisar os temas de educação e mercado de trabalho e renda, serão introduzidos os dados da PNAD-2003, a fim de dar ênfase às mudanças mais recentes que são dignas de nota.

Em relação à composição demográfica da população brasileira, em termos de cor/raça, o primeiro dado relevante a ser destacado diz respeito às diferenças de distribuição da população brasileira segundo a cor/raça. A tabela 1 apresenta composição racial da população brasileira segundo regiões e nos mostra a concentração da população branca nas regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste), e a presença de pretos/as e pardos/as, principalmente destes últimos, é muito maior no Norte e Nordeste. Em termos da evolução da composição dos gru-

*Desde a PNAD
de 2007, o IBGE
registra que a
população branca
corresponde
a menos de
cinquenta por
cento
da população.*

pos nos últimos dez anos, observa-se um crescimento dos grupos preto e pardo e uma queda do grupo branco. Os amarelos e indígenas não apresentam alterações significativas. Desde a PNAD de 2007, o IBGE registra que a população branca corresponde a menos de cinquenta por cento da população.

TABELA 1

POPULAÇÃO SEGUNDO COR OU RAÇA, 1999, 2003 E 2008 – BRASIL

		1999	2003	2008
BRANCOS	N	86.530.093	91.368.729	91.371.111
	%	54,1	51,9	49,0
PRETOS	N	8.636.372	10.416.715	12.832.127
	%	5,4	5,9	6,9
PARDOS	N	63.739.637	73.062.739	80.635.288
	%	39,9	41,5	43,2
AMARELOS	N	742.091	766.265	1.090.453
	%	0,5	0,4	0,6
INDÍGENAS	N	261.130	332.485	521.881
	%	0,2	0,2	0,3
TOTAL	N	159.909.323	175.946.933	175.946.933
	%	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Essa composição é um primeiro elemento para a compreensão das desigualdades raciais, ou seja, o fator regional contribui de forma significativa para sua configuração. Diferentes análises das desigualdades raciais apontam que a região é uma variável com forte poder explicativo para o entendimento desse fenômeno. As disparidades regionais encontradas no Brasil foram construídas ao longo de sua história, **o que gera um acesso muito diferenciado das populações regionais a uma estrutura de oportunidades** que vão desde as **condições dos domicílios ao acesso a educação e emprego**. Essa desigual distribuição em termos regionais já sinaliza para um quadro no qual **a população preta e parda se concentra em espaços regionais menos dinâmicos e com menor acesso à estrutura de oportunidades**. Entretanto, esse aspecto não elimina a importância analítica das expressivas desigualdades intrarregionais que contribuem de maneira efetiva para a consolidação das desigualdades raciais e de sexo.

CAPITAL FAMILIAR

As condições da família têm sido consideradas pelos/as estudiosos/as do tema como um importante indicador na composição das desigualdades, justamente por agregar, nesse âmbito, características econômicas, sociais e culturais. O número de membros da família, principalmente o **número de pessoas com menos de quinze anos, a presença ou ausência de cônjuge, o grau de instrução dos pais e mães, além da renda familiar, são determinantes fundamentais** para a formação de sua nova geração.

Os dados da tabela abaixo permitem comparar as situações das famílias com pessoas de referência pretas e pardas às famílias chefiadas por brancos/as. Em 2008, embora as diferenças em termos do tamanho médio das famílias sejam quase inexistentes, as pessoas de referência brancas apresentam um pouco mais de instrução do que as pessoas de referência pretas e principalmente as pardas, devido à redução dessas diferenças entre os períodos analisados. As diferenças mais significativas que permanecem são da renda familiar e as proporções de famílias chefiadas por mulheres (com crescimento significativo entre 1999 e 2008), com maior proporção para o grupo preto. **A renda familiar per capita das famílias com pessoa de referência branca é quase o dobro da renda das famílias chefiadas por pretos/as e pardos/as.** Nota-se ainda que pretos/as e pardos/as estão muito mais próximos/as, em termos de rendimento e anos de estudos, e equidistantes do grupo branco.

TABELA 2:

CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS DE REFERÊNCIA DE FAMÍLIA SEGUNDO COR OU RAÇA, 1999 - BRASIL

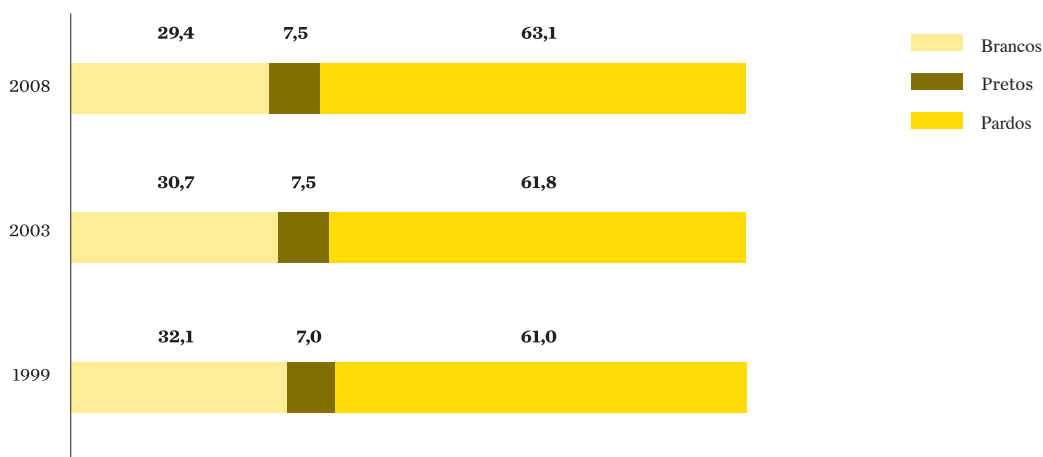
	ANOS DE ESTUDO		% DE CHEFIA FEMININA		RENDA* FAMILIAR		TAMANHO DA FAMÍLIA	
	(MÉDIA)				PER CAPITA MÉDIA (EM R\$)		(MÉDIA)	
	1999	2008	1999	2008	1999	2008	1999	2008
BRANCOS	7,6	8,8	25,3	34,6	711,5	940,7	3,3	3,0
PRETOS	5,2	7,2	32,6	39,5	317,7	485,3	3,5	3,2
PARDOS	5,3	6,9	26,1	35,0	302,8	471,6	3,7	3,3
TOTAL	6,6	7,9	26,1	35,2	533,4	706,2	3,4	3,1

Fonte: Pnad/IBGE

Destaca-se, portanto, o peso que a distribuição da renda familiar per capita tem na configuração das desigualdades raciais, mesmo quando outras características da família tenham se alterado e se tornado mais semelhantes entre os grupos de cor. Os gráficos 1 e 2 demonstram as diferenças de concentração de renda, por meio da composição dos decis de renda familiar per capita, segundo a cor. A título de ilustração, foram escolhidos os decis extremos (os 10% mais pobres e os 10% mais ricos) para análise.

GRÁFICO 1:

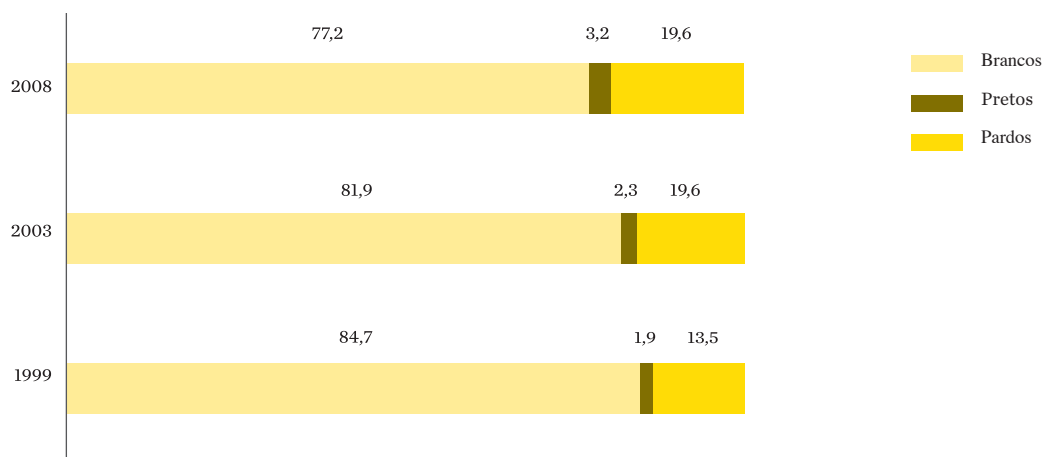
COMPOSIÇÃO RACIAL DOS 10% MAIS POBRES. BRASIL 1999, 2003 E 2008



Fonte: Pnad/IBGE

GRÁFICO 2:

COMPOSIÇÃO RACIAL DOS 10% MAIS RICOS. BRASIL 1999, 2003 E 2008



Fonte: Pnad/IBGE

Destacam-se, em primeiro lugar, as mudanças recentes ocorridas no Brasil em termos de concentração de renda. **Em relação aos 10% mais pobres, observa-se uma diminuição da pobreza entre os/as brancos/as, uma estagnação entre os/as pretos/as e um crescimento entre os/as pardos/as.** Apesar de todos os esforços para diminuir a pobreza, **a população branca se beneficia mais rapidamente dessas mudanças**, tema já discutido neste Curso ao estudarmos *Políticas Universais e Políticas Focalizadas*. Por outro lado, **em relação aos 10% mais ricos, os grupos pretos e pardos aumentam sua proporção, enquanto há uma diminuição do grupo branco.** É significativo o crescimento da proporção de pretos/as e pardos/as entre os 10% ricos, apesar da forte sobrerrepresentação dos/as brancos/as.

GLOSSÁRIO

Autonomização – processo que se governa e se reproduz por si mesmo e por suas próprias leis, de forma independente.



DESIGUALDADES RACIAIS: O QUADRO ATUAL NA EDUCAÇÃO

QUAL O PESO E IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO
NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DA RAÇA
E GÊNERO?

O ponto principal a ser observado no processo de internalização de recursos é a educação, que se destaca como ativo mais importante no processo de realização socioeconômica. Além de ser o principal aspecto na análise da trajetória dos indivíduos, a educação tem um papel crucial no processo de reprodução da desigualdade, uma vez que é um elo interveniente entre background social dos indivíduos e seu destino de classe (SHAVIT, 2003).

*O Brasil enfrentou
muito tardiamente
o problema dos
baixos índices
educacionais de
sua população.*

O Brasil enfrentou muito tardiamente o problema dos baixos índices educacionais de sua população. Durante décadas, **foi capaz de apresentar altas taxas de crescimento, sem enfrentar o problema do nível de escolaridade** da população (TAFNER, 2005). Isso só foi possível devido às características do modelo de desenvolvimento e das empresas, em termos de tecnologia. Não é à toa que o grande debate dos anos 1990 se direciona para as mudanças ocorridas no processo produtivo e o problema da qualificação e requalificação do/a trabalhador/a. Os dados sobre taxa de analfabetismo,

escolarização e anos de estudo apontam que, embora haja uma melhoria desses índices para todos os grupos de cor/raça, as desigualdades entre eles ainda são significativas.

Em relação às taxas de analfabetismo apresentadas na tabela 3, vale elucidar, em primeiro lugar, que esse dado tem apresentado quedas significativas em todos os grupos de cor/raça e em todas as regiões do país. No entanto, as desigualdades raciais são marcantes. **Em 2008, a população branca residente no país apresentava uma taxa de 6,2%**; já os grupos de **pretos e pardos apresentavam, respectivamente, 13,2% e 13,5%**. Ao analisarmos tais informações, levando em conta os aspectos regionais, observa-se que tanto nas regiões mais prósperas quanto nas regiões menos desenvolvidas prevalece a maior incidência de analfabetismo para pretos/as e pardos/as.

TABELA 3:

TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO COR OU RAÇA E REGIÕES, 1999, 2003 E 2008.

		1999	2003	2008
NORTE	BRANCA	7.4	7.2	6.4
	PRETA	19.9	15.1	11.6
	PARDA	13.0	11.5	8.7
	TOTAL	11.5	10.5	8.3
NORDESTE	BRANCA	21.3	17.7	15.7
	PRETA	35.0	26.9	20.7
	PARDA	28.4	25.2	20.9
	TOTAL	26.6	23.2	19.4
SUDESTE	BRANCA	5.6	5.0	4.2
	PRETA	14.4	12.1	8.9
	PARDA	11.4	9.5	7.8
	TOTAL	7.8	6.9	5.8
SUL	BRANCA	6.3	5.3	4.2
	PRETA	15.3	12.0	9.8
	PARDA	16.1	12.1	10.1
	TOTAL	7.8	6.4	5.4
CENTRO-OESTE	BRANCA	7.8	6.9	5.6
	PRETA	22.2	15.1	12.7
	PARDA	12.5	11.1	9.5
	TOTAL	10.7	9.5	8.1
TOTAL	BRANCA	8.3	7.1	6.2
	PRETA	20.9	16.9	13.2
	PARDA	19.6	16.9	13.5
	TOTAL	13.3	11.6	9.8

Fonte: Pnad/IBGE

A tabela a seguir (tabela 4) apresenta informações sobre a taxa de frequência à escola para diversas faixas etárias. Esse indicador é importante por fornecer elementos que nos ajudam a pensar alguns aspectos definidores no processo de reprodução das desigualdades. **Estar na escola significa** não somente a **possibilidade de estar diante de oportunidade de aumento de capital humano**, mas também, dependendo da faixa etária, significa **chances de permanecer por mais tempo nos bancos escolares**. Explicitando melhor: **uma vez fora da escola, as chances de retorno são menores e diminuem progressivamente, com a idade**.

TABELA 4:

DISTRIBUIÇÃO DOS/AS ESTUDANTES DE 18 A 24 ANOS DE IDADE, POR GRUPOS DE COR/RAÇA, SEGUNDO CURSO QUE FREQUENTAM. BRASIL, 1999 E 2008.

		BRANCA	PRETA	PARDA	TOTAL
1999	FUND. / 1º GRAU	17,7	42,8	41,3	28,3
	MÉDIO/ 2º GRAU	48,8	48,2	49,7	49,1
	SUPERIOR	33,1	7,5	7,9	21,8
	ALF. DE ADULTOS	0,4	1,5	1,1	0,7
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
2008	FUND. / 1º GRAU	6,3	18,1	18,2	11,8
	MÉDIO/ 2º GRAU	32,8	53,3	51,7	41,7
	SUPERIOR	60,5	28,3	29,4	45,9
	ALF. DE ADULTOS	0,4	0,3	0,8	0,5
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE

Os dados apresentados na tabela 4 são surpreendentes em termos de mudança na frequência à escola nos últimos dez anos. Se compararmos as diferenças entre os anos de 1999 e 2008, observa-se a forte queda do número de estudantes, de 18 a 24 anos, no Ensino Fundamental (de 28,3% para 11,8%) e no Ensino Médio (de 49,3% para 41,9%) e o alto crescimento da proporção de jovens frequentando o Ensino Superior. Mesmo com as transformações em curso, ainda há fortes discrepâncias entre esses grupos: grande proporção de pretos/as (18,1%) e pardos/as (18,2%) cursando o Ensino Fundamental, com idade superior a 18 anos; no que se refere ao ingresso no ensino superior 60,5% dos/as brancos/as, 28,3% dos/as pretos/as e 29,4% dos/as pardos/as cursam esse grau de ensino. **É digno de nota o forte aumento de pretos/as e pardos/as no Ensino Superior. Suas proporções aumentaram quase quatro vezes nos últimos dez anos.**

Dada as fortes mudanças encontradas para o Ensino Superior, foi feito outro recorte etário para captar os efeitos dessas recentes transformações (gráfico 3). A ênfase agora recai nos/as estudantes de 18 a 25 anos cursando o nível superior (incluindo mestrado e doutorado). Entre 1999 e 2008, a proporção de jovens estudantes cursando o Ensino Superior cresce de 22,6% para 47,2%, um crescimento significativo. Em relação às diferenças entre os grupos de cor/raça, nota-se que o patamar inicial do período analisado (1999) é extremamente baixo para os grupos preto e pardo, correspondendo a 7,5% e 8,4%, respectivamente, e 34,1% para os estudantes brancos/as. Em 2008, esses percentuais são 29,8% (pretos/as), 30,6% (pardos/as) e 61,7% (brancos/as). As diferenças, em termos proporcionais, entre brancos/as e pretos/as e brancos/as e pardos/as cai de quatro para duas vezes. **As recentes POLÍTICAS DE INCLUSÃO no sistema universitário** (políticas de cotas, cursinhos comunitários etc), bem como sua **ampliação em termos de números de vagas, têm produzido efeitos positivos para diminuição das desigualdades raciais.**

POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Para saber mais sobre as políticas de cotas no Ensino Superior:

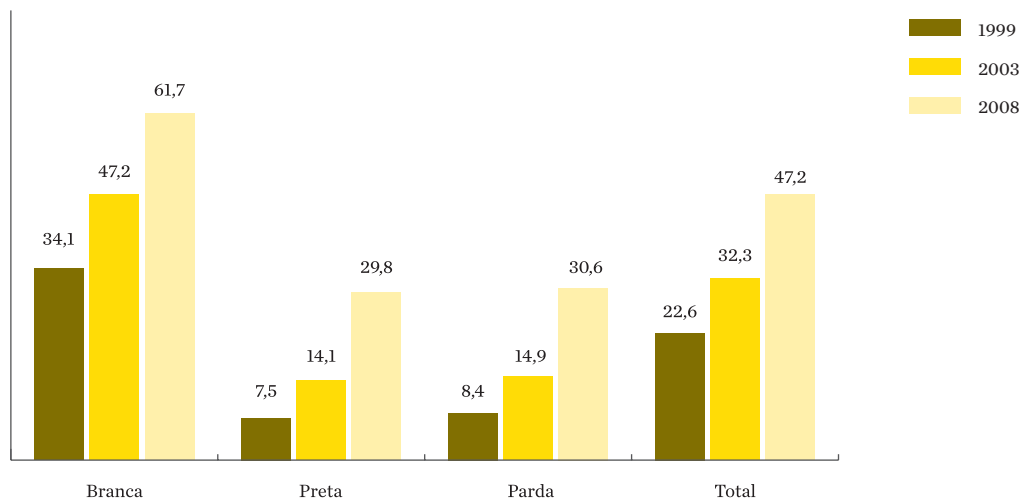
CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005. 2ª edição: 2006. 212 pg.

Vídeos institucionais sobre o tema

Virando a mesa: ações afirmativas e cotas – Tobossis – Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=8tGPx9HpHhw> Acesso em 18 de maio de 2010.

Documentário: Cotas na UnB: sob o signo da justiça – Fundação Cultural Palmares – Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=tVTAKUck3mc> Acesso em 18 de maio de 2010.

GRÁFICO 3: PROPORÇÃO DE ESTUDANTES DE 18 A 25 ANOS CURSANDO O ENSINO SUPERIOR, MESTRADO OU DOUTORADO, SEGUNDO COR OU RAÇA, 1999, 2003 E 2008 – BRASIL.



Fonte: Pnad/IBGE

Em relação às diferenças regionais (tabela 5), a proporção de estudantes na faixa etária de 18 a 25 anos cursando o Ensino Superior tem um crescimento muito significativo, sendo que, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, esse crescimento é maior do que a média nacional, se considerarmos os patamares iniciais utilizados na comparação (1999). Os efeitos das recentes políticas de inclusão são percebidos por meio da extensão da mudança encontrada entre 1999 e 2003 e após este ano.

TABELA 5:
PROPORÇÃO DE ESTUDANTES DE 18 A 25 ANOS CURSANDO O ENSINO SUPERIOR, MESTRADO OU DOUTORADO, SEGUNDO COR OU RAÇA E REGIÕES, 1999, 2003 E 2008 – BRASIL

		1999	2003	2008
NORTE	BRANCA	19,4	30,8	49,1
	PRETA	5,7	7,4	32,3
	PARDA	7,2	13,1	29,4
	TOTAL	10,7	17,7	34,3
NORDESTE	BRANCA	22,3	28,2	41,0
	PRETA	3,3	6,6	19,4
	PARDA	6,7	10,9	22,4
	TOTAL	11,3	15,9	28,2
SUDESTE	BRANCA	36,9	52,2	67,8
	PRETA	9,2	18,7	36,0
	PARDA	9,9	19,8	39,5
	TOTAL	28,4	41,8	57,8
SUL	BRANCA	39,1	53,2	67,5
	PRETA	11,6	22,3	45,4
	PARDA	10,3	20,4	38,1
	TOTAL	35,5	49,4	63,5
CENTRO-OESTE	BRANCA	34,1	52,1	64,2
	PRETA	17,4	30,4	41,2
	PARDA	14,2	25,2	44,0
	TOTAL	24,1	38,6	53,4
TOTAL	BRANCA	34,1	47,2	61,7
	PRETA	7,5	14,1	29,8
	PARDA	8,4	14,9	30,6
	TOTAL	22,6	32,3	47,2

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

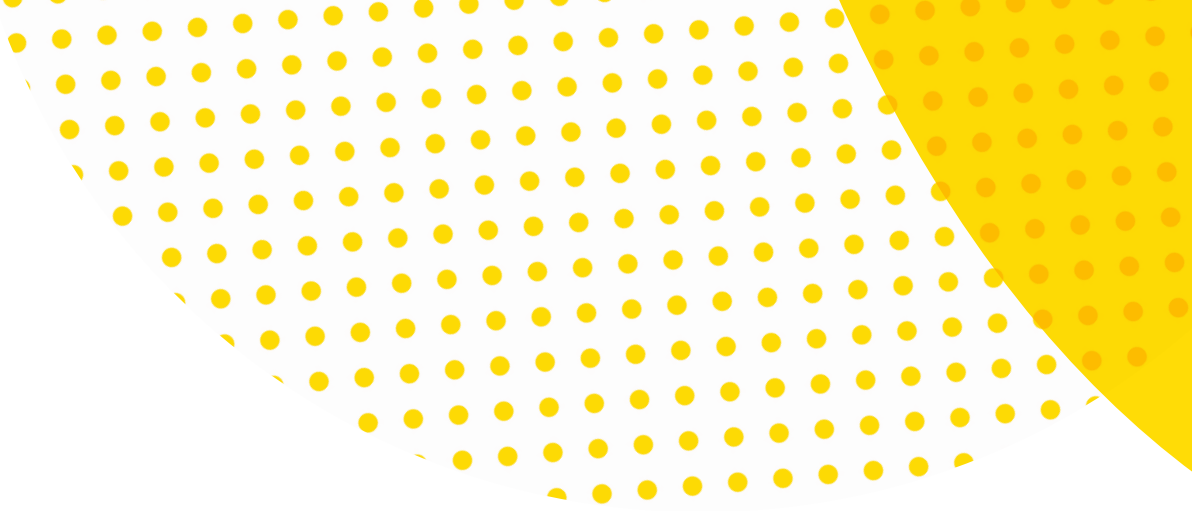
A tabela 6 traz informações sobre os indivíduos com mais de 25 anos que concluíram no mínimo o Ensino Superior. Esse indicador é interessante por retratar dois aspectos: i) o grau de qualificação dos indivíduos no momento em que deveria apresentar credenciais mais qualificadas para inserção no mercado de trabalho; ii) reforçar os efeitos das mudanças recentes de acesso ao nível superior. **Se a diminuição das desigualdades evidenciadas nos últimos dados apresentados for fruto das políticas recentes de inclusão, os grupos etários mais velhos deverão apresentar um quadro de desigualdades raciais mais elevadas**, uma vez que não foram atingidos por políticas de inclusão.

TABELA 6:
PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS COM 25 ANOS OU MAIS DE IDADE COM 15 ANOS OU MAIS DE ESTUDO (SUPERIOR COMPLETO), SEGUNDO COR OU RAÇA, 1999, 2003 E 2008.

	1999	2003	2008
BRANCA	9,9	11,3	14,2
PRETA	2,3	2,9	4,1
PARDA	2,3	2,9	4,7
TOTAL	6,7	7,5	9,6

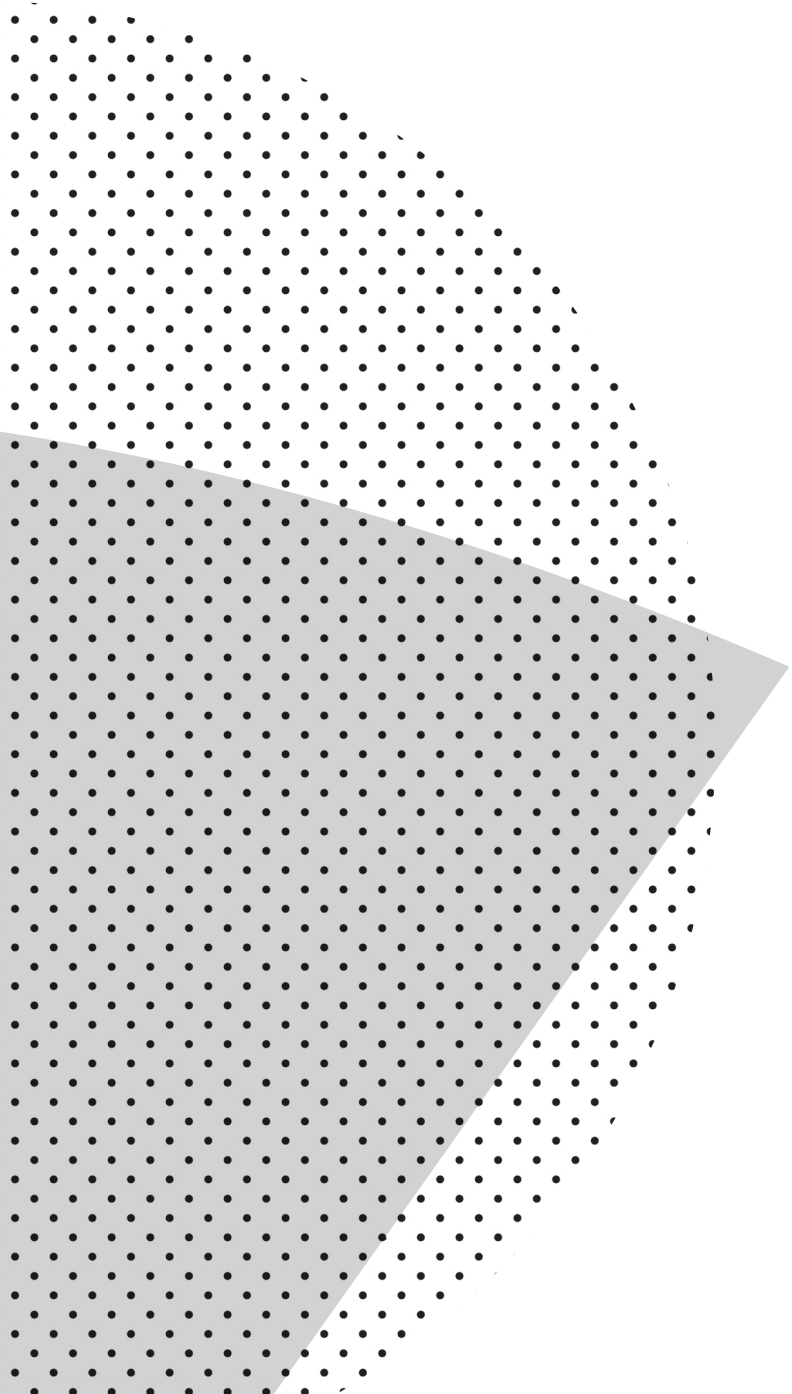
Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Conforme previsto, esses indicadores revelam algo distinto do que vimos até o momento com os/as estudantes de 18 a 25 anos. Em primeiro lugar, observa-se, independentemente da cor/raça, que a proporção de indivíduos acima de 25 anos e com mais de quinze anos de escolaridade é baixa, mesmo em 2008: apenas 9,6%. Comparando com 1999, nota-se um crescimento importante no período (43%) e uma desigualdade racial mais expressiva: em 2008, 14,8% dos/as brancos/as estão neste grupo e, respectivamente, 4,1% e 4,7% dos/as pretos/as e dos/as pardos/as. As populações preta e parda apresentam desvantagens significativas se comparadas aos/as brancos/as, mas apresentam um crescimento maior no período analisado. Isso nos permite afirmar que, **embora existisse antes das políticas de inclusão um processo de redução das desigualdades educacionais, seu ritmo era extremamente lento.**



GLOSSÁRIO

Background social – origem e ambiente social dos indivíduos.



DESIGUALDADES RACIAIS: O QUADRO ATUAL NO MERCADO DE TRABALHO

QUAIS FATORES REDUZEM AS OPORTUNIDADES DE
NEGROS/AS NO MERCADO DE TRABALHO?

Nesta seção, serão analisadas duas etapas importantes do processo de realização socioeconômica: a autonomização e a realização de status. Embora **não exista um momento específico no ciclo de vida das pessoas em que a desigualdade é criada ou perpetuada**, o **mercado de trabalho** é considerado um **locus privilegiado para observar quando determinadas desigualdades se transformam em outras desigualdades**. É uma esfera na qual é possível captar em que medida as diferenças nas recompensas (como renda oriunda do trabalho e posição na ocupação) são fruto das diferenças de produtividade, ou seja, é possível identificar em que medida o mercado de trabalho é revelador de desigualdades adquiridas em etapas anteriores do ciclo de vida. É possível ler em que medida as diferenças nas recompensas estão relacionadas às diferenças de inserção no mercado de trabalho e às características adscritas da força de trabalho, isto é, pode-se observar a **atuação do mercado de trabalho como um gerador de desigualdades, tanto por segmentação** (ramos de atividade, formal e informal e segmentação regional) **quanto por discriminação sexual e racial**.

*é possível
identificar em que
medida o mercado
de trabalho é
revelador de
desigualdades
adquiridas em
etapas anteriores
do ciclo de vida.*

Para analisar tais aspectos, serão apresentados dados acerca das condições de inserção no mercado de trabalho e dados sobre a posição dos indivíduos na estrutura sócio-ocupacional e suas diferenças de renda oriunda do trabalho.

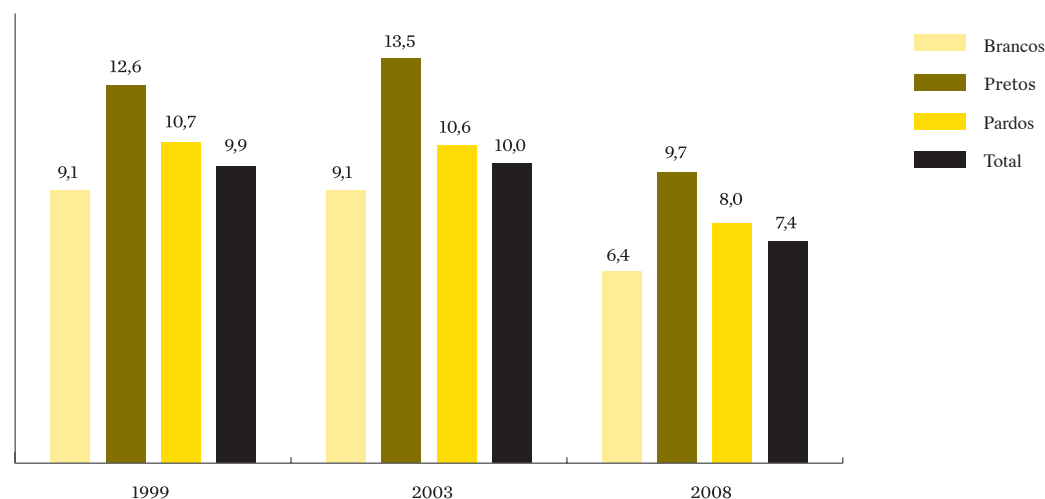
Na leitura desses dados, há que se considerar um aspecto importante. As dinâmicas das desigualdades no mercado de trabalho são fortemente afetadas pelo cenário econômico. O período aqui analisado (1999-2008) envolve, pelo menos, dois momentos distintos. Um primeiro ciclo com menor crescimento econômico, 1999-2002, e um segundo momento, 2003-2008, quando há mudanças estruturais importantes na estrutura do mercado de trabalho, dado o seu maior dinamismo (crescimento econômico, formalização de emprego e crescimento real do salário mínimo).

Em relação à caracterização geral da força de trabalho, a População em Idade Ativa, composta pela população residente com faixa etária entre 10 e 64 anos, no ano de 2008, era de 143.560.622. Seu crescimento no período analisado (1999-2008) foi de 26,8%. A População Economicamente Ativa, composta pela parcela da PIA que está ocupada ou desempregada, era de 94.522.437 e cresceu 23,4%. A taxa de participação na PEA (PEA/PIA), no ano de 2008, era de 65,8%. Quanto ao desemprego, sua taxa era de 7,4% em 2008, apresentando uma tendência de queda.

Quanto às desigualdades raciais, a população preta tende a apresentar a taxa de participação na PEA mais elevada, uma maior proporção de ocupados (ocupados/PIA), juntamente com a população branca, e maiores taxas de desemprego. No período analisado, a despeito do seu significativo decréscimo **nos últimos cinco anos, as desigualdades raciais persistiram ao longo do tempo**, conforme demonstra o gráfico 4.

GRÁFICO 4:

TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO A COR E RAÇA. BRASIL, 1999, 2003 E 2008.



Fonte: Pnad/IBGE

Para desenvolver uma análise sobre as pessoas ocupadas¹, é necessário tecer algumas considerações sobre o mercado de trabalho brasileiro. Em geral, as análises demonstram que o mercado de trabalho brasileiro é altamente heterogêneo, tanto em termos de estrutura produtiva quanto em termos de qualificação profissional, apresenta grande oferta de força de trabalho e baixa proteção social.

Como o intuito é analisar as características da força de trabalho, os gráficos que se seguem (gráficos 5 e 6) trazem informações sobre a escolaridade mensurada pela média de anos de estudos, segundo os grupos de idade. **A importância da relação entre idade e mercado de trabalho é que quanto mais tardio o ingresso** (em termos etários), **mais qualificada será a inserção dos/as jovens trabalhadores/as.**

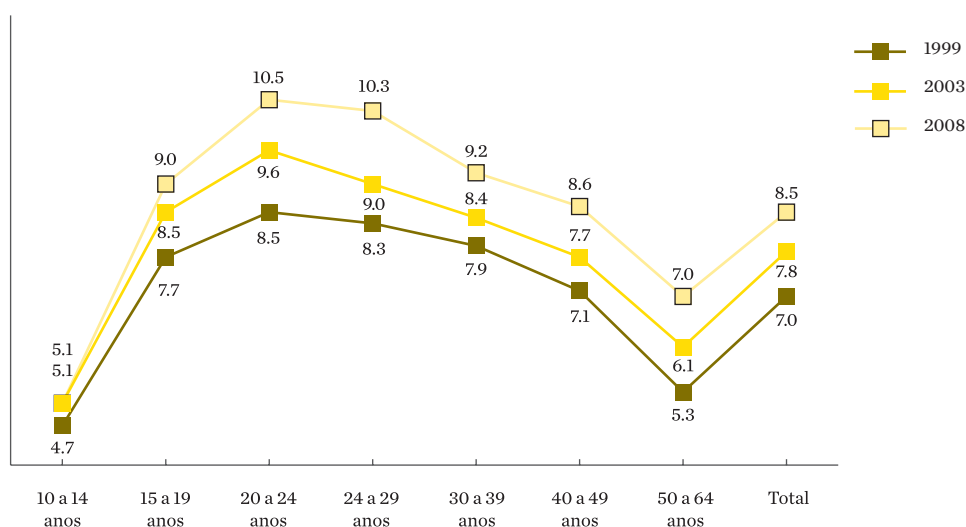
Em primeiro lugar, observa-se que **a média de anos de estudos da população ocupada, em 2008, era 8,5 anos crescendo 1,5 anos em dez anos**, o que pode ser considerado/a **um resultado insatisfatório**. Em segundo lugar, observa-se que as

1 | Segundo o IBGE, “Foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve, etc”. Todos os dados apresentados sobre mercado de trabalho consideraram a população ocupada com idade entre 10 e 64 anos. As informações são sobre a ocupação exercida na semana de referência que, no caso da PNAD-2008, foi de 21 a 27 de setembro de 2008.

médias mais baixas estão entre os/as mais jovens (potencialmente em idade escolar) e os/as mais velhos/as (que estão saindo do mercado de trabalho). As faixas etárias 20-24 anos e 24-29 anos apresentam uma média de anos de estudo superior (10,5% e 10,3%, respectivamente). Em relação às diferenças entre os grupos de cor/raça, observa-se uma vantagem do grupo branco em relação aos pretos/as e pardos/as, vantagem esta que diminui nos últimos dez anos.

GRÁFICO 5:

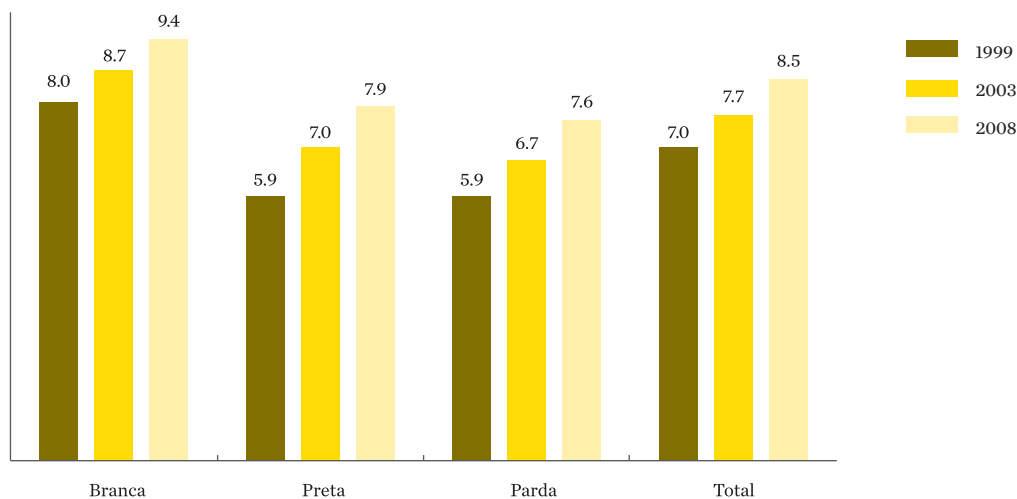
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR FAIXA DE IDADE. BRASIL - 1999, 2003 E 2008.



Fonte: Pnad/IBGE

GRÁFICO 6:

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR COR OU RAÇA. BRASIL - 1999, 2003 E 2008.



Fonte: Pnad/IBGE

Em termos de colocação no mercado de trabalho, serão analisadas informações sobre população ocupada a partir da posição na ocupação. Para facilitar a compreensão, esses dados serão apresentados em duas etapas. Na primeira, demonstraremos alguns efeitos das mudanças recentes no mercado de trabalho com as informações para os anos de 1999, 2003 e 2008. Na etapa seguinte, serão analisadas as desigualdades raciais tendo como referência somente os dados de 2008, chamando a atenção para possíveis mudanças no padrão de desigualdades raciais.

TABELA 7:

POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO. BRASIL – 1999, 2003 E 2008.

	1999	2003	2008
ASSALARIADOS COM CARTEIRA	28,3	30,7	36,1
MILITARES	0,4	0,3	0,3
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	6,4	6,4	6,9
ASSALARIADOS SEM CARTEIRA	17,6	18,2	17,5
EMPREGADOS DOMÉSTICOS COM CARTEIRA	1,9	2,1	2,0
EMPREGADOS DOMÉSTICOS SEM CARTEIRA	5,7	5,7	5,4
CONTA PRÓPRIA	22,5	21,7	19,3
EMPREGADOR	4,0	4,1	4,4
ASSALARIADOS COM CARTEIRA	3,7	3,5	3,4
TRAB. NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	0,1	0,1	0,1
TRAB. NÃO REMUNERADO	9,4	7,2	4,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

No período analisado, **destacam-se o crescimento dos/as assalariados/as com carteira** (de 28,3% em 1999 para 36,1% em 2008) sendo que o crescimento mais significativo foi nos últimos cinco anos **e a queda da proporção de trabalhadores/as por conta própria e de trabalhadores/as não remunerados**. Entretanto, o item assalariados/as sem carteira manteve sua proporção, da mesma forma que empregadores/as e funcionários/as públicos/as. Como já apontado na análise das desigualdades de gênero, **destaca-se o peso do serviço doméstico no mercado de trabalho brasileiro** (7,4% do total de ocupados/as, que em números absolutos significa 6.449.411 de pessoas!) **e sua implacável informalidade**. Segundo esses dados, **apenas 27,2% dos/as empregados/as domésticos/as têm registro em carteira**.

A inserção diferenciada dos grupos de cor/raça no mercado de trabalho, conforme demonstra a tabela 8, fica evidenciada ao olhar-se a concentração do grupo branco entre os/as assalariados/as com carteira e empregadores/as, diante da maior participação

dos grupos preto e pardo entre os assalariados sem carteira. Os/As pretos/as e os/as pardos/as apresentam algumas distinções entre si (com situação mais precária para os/as pardos/as) e distinções em relação ao grupo branco, principalmente sua maior concentração de força de trabalho nos serviços domésticos.

TABELA 8:
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO,
SEGUNDO OS GRUPOS DE COR OU RAÇA. BRASIL - 2008.

	BRANCOS		PRETOS		PARDOS	
	N	%	N	%	N	%
ASSALARIADOS COM CARTEIRA	17.230.467	39,6	2.462.029	37,6	11.599.323	31,6
MILITARES	130.518	0,3	32.049	0,5	96.986	0,3
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	3.363.878	7,7	419.389	6,4	2.173.989	5,9
ASSALARIADOS SEM CARTEIRA	6.541.553	15,0	1.226.370	18,7	7.419.464	20,2
EMPREGADOS DOMÉSTICOS						
COM CARTEIRA	749.079	1,7	221.656	3,4	769.618	2,1
EMPREGADOS DOMÉSTICOS						
SEM CARTEIRA	1.726.963	4,0	495.298	7,6	2.441.193	6,7
CONTA PRÓPRIA	8.043.268	18,5	1.197.774	18,3	7.470.042	20,4
EMPREGADOR	2.625.224	6,0	113.824	1,7	1.025.865	2,8
ASSALARIADOS COM CARTEIRA	1.063.057	2,4	203.904	3,1	1.709.131	4,7
TRAB. NA PRODUÇÃO PARA						
O PRÓPRIO CONSUMO	34.456	0,1	11.192	0,2	43.365	0,1
TRAB. NÃO REMUNERADO	1.963.204	4,5	172.822	2,6	1.937.104	5,3
TOTAL	43.471.667	100,0	6.556.307	100,0	36.686.080	100,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

O ingresso de homens e mulheres negros/as no mercado de trabalho ocorre em situações de desvantagens, em relação ao grupo branco, devido às maiores possibilidades de sucesso educacional destes últimos. Além disso, os/as negros/as estão expostos à discriminação relacionados à sua cor/raça, impedindo o acesso às ocupações mais valorizadas, mesmo quando conseguem romper a barreira educacional, limitando suas possibilidades de ascensão social. Disto resulta uma **concentração desproporcional de negros/as nas ocupações manuais, menos qualificadas e mais mal remuneradas**, tais como prestação de serviços, emprego doméstico e construção civil (LIMA, 2001).

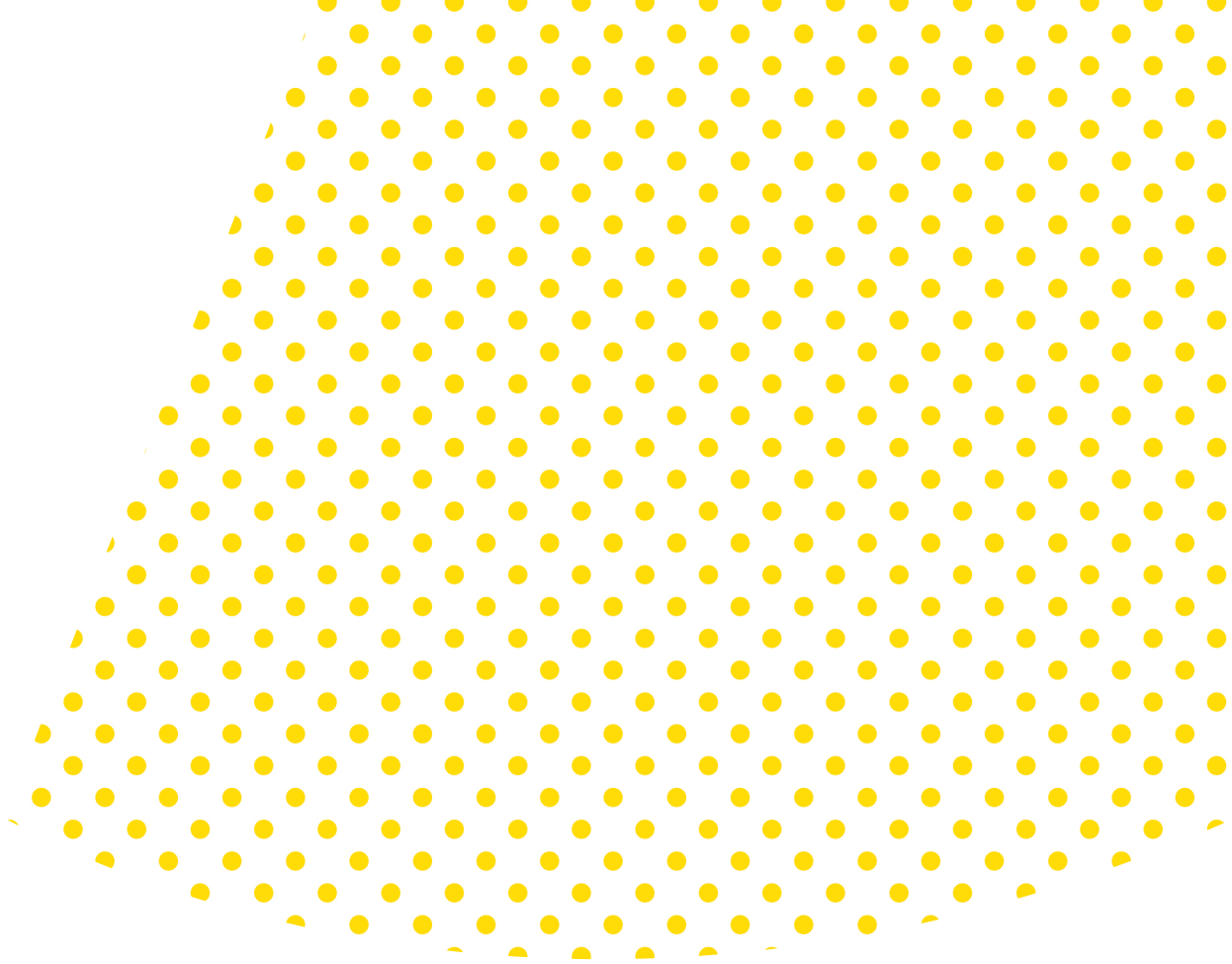
Os estudos sobre mobilidade e raça, no Brasil, apontam que as desigualdades raciais vão se tornando mais evidentes à medida que os/as negros/as vão se movimento para o topo da pirâmide ocupacional. Santos (2005), ao analisar o peso da classe na determinação da desigualdade racial, aponta que nos estratos mais elevados é onde se constata maior desigualdade racial. Ou seja, **os/as negros/as que conseguem romper a barreira da escolaridade enfrentam maiores dificuldades para obter as mesmas posições que os/as brancos/as com condições educacionais similares.** As pesquisas recentes desenvolvidas por Costa Ribeiro (2007) sobre as chances de mobilidade social dos indivíduos também apontam nessa direção. A rigidez racial cresce paulatinamente com as tentativas de aquisição ou manutenção de status. Segundo o autor, as chances de *mobilidade descendente e de imobilidade de pessoas com origens nas classes mais altas são significativamente influenciadas pela cor* (RIBEIRO, 2007). O que essas análises sugerem é que **o preconceito racial se torna mais relevante à medida que subimos na hierarquia de classes no Brasil.**

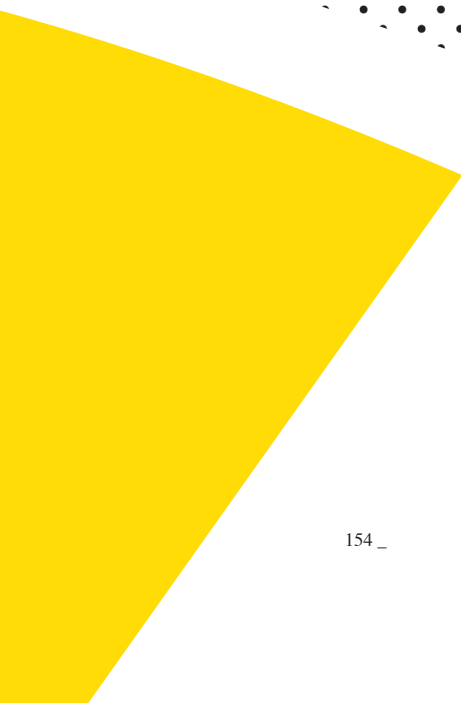
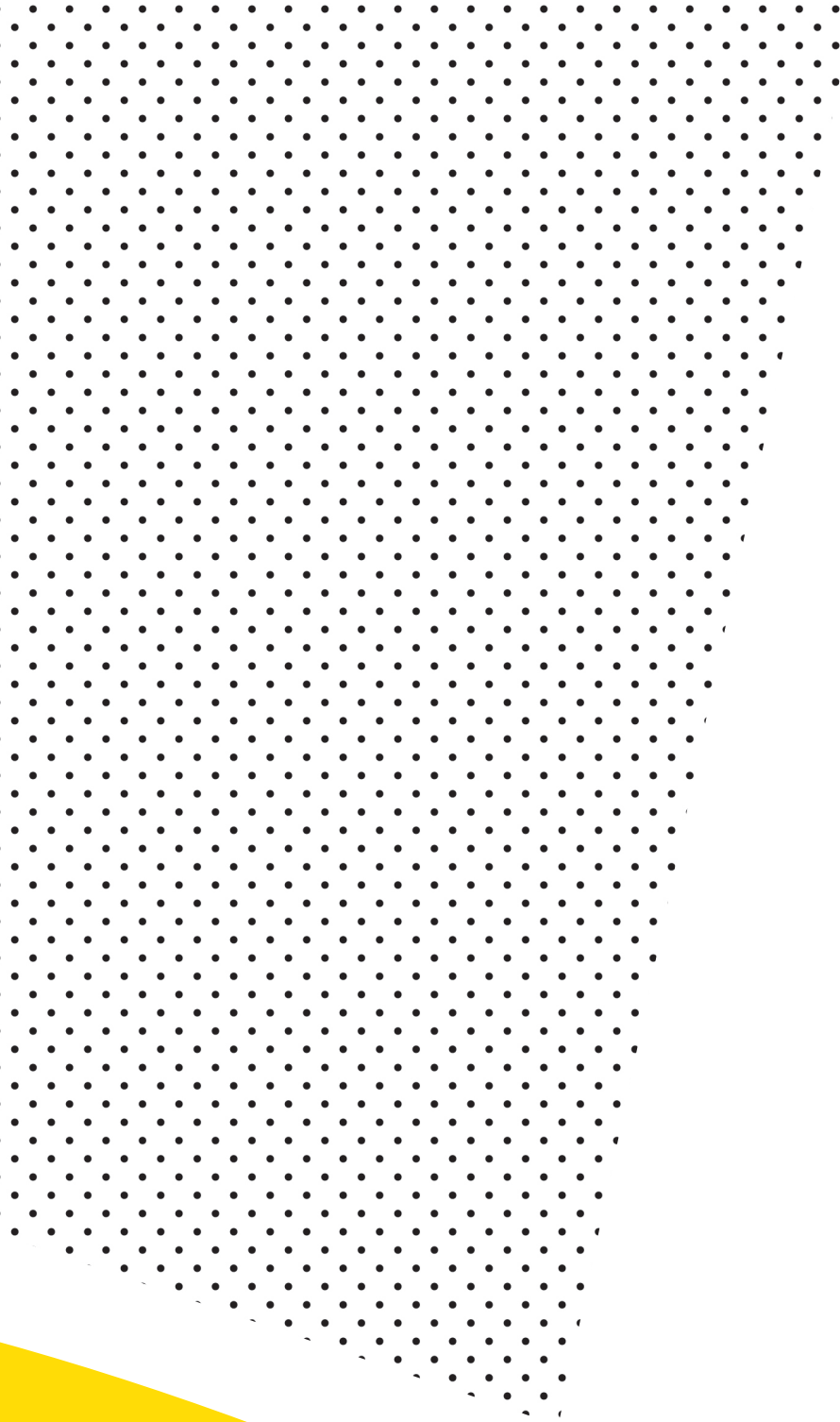
Os estudos sobre mobilidade e raça, no Brasil, apontam que as desigualdades raciais vão se tornando mais evidentes à medida que os/as negros/as vão se movimento para o topo da pirâmide ocupacional.

GLOSSÁRIO

Autonomização de status - Corresponde à fase do ciclo de vida na qual o/a jovem começa a adquirir status social próprio, envolvendo primordialmente duas dimensões: acesso ao mercado de trabalho e escolha marital (que corresponde aos diferentes arranjos na constituição de uma nova família).

Realização de status - fase correspondente ao momento no qual o indivíduo assume um status próprio e autônomo definido a partir da sua posição na estrutura sócio-ocupacional e da distribuição da renda pessoal.





ARTICULANDO COR E SEXO E CLASSE: AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS MULHERES NEGRAS – EDUCAÇÃO

EM QUAIS MOMENTOS DO CICLO DE VIDA AS DESIGUALDADES DE RAÇA E GÊNERO VÃO FICANDO MAIS EVIDENTES?
COMO INTERVIR NESSE CICLO?
QUAIS INDICADORES FAVORECEM A LEITURA DESSA REALIDADE?
QUAIS INDICADORES SÃO MAIS EFICAZES ENQUANTO FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE RAÇA E GÊNERO?

As conquistas das mulheres ao longo do século XX marcaram, de maneira significativa, os seus rumos para este novo milênio. As mudanças nas taxas de fecundidade, nos níveis educacionais e na sua participação no mercado de trabalho sintetizam o novo papel da mulher na sociedade. Elas refletem também os avanços no campo jurídico e na agenda governamental que redundaram no desenvolvimento de políticas públicas nas mais diversas áreas, como família, violência, saúde, dentre outras. Nesta seção, serão destacados alguns aspectos relevantes sobre o processo de realização socioeconômicas das mulheres com ênfase às condições das mulheres negras. Num primeiro momento, será apresentado um quadro geral dessas transformações para em seguida abordarmos a especificidade das mulheres negras nesse quadro.

No campo familiar, as mulheres vêm aumentando a sua participação como pessoas de referência no domicílio mesmo com a presença do cônjuge.

Embora já tenhamos falado do tema, vale lembrar aqui que há mudanças significativas no campo da fecundidade. Embora o Brasil apresente, desde a década de 1960, uma tendência declinante em sua taxa de fecundidade, **há um peso significativo das condições socioeconômicas das mulheres na determinação do número de filhos.** As mulheres que vivem nas áreas rurais, que são menos escolarizadas e pertencem a famílias com baixos rendimentos, apresentam uma taxa de fecundidade mais alta. Entretanto, especialistas destacam que esse perfil de mulheres também tem reduzido o número de filhos/as (BERQUÓ e CAVENACHI, 2006). No campo familiar, as mulheres vêm aumentando a sua participação como pessoas de referência no domicílio mesmo com a presença do cônjuge.

Vale lembrar ainda que captar tais transformações só foi possível porque houve mudanças na forma de coletar os dados. A primeira delas foi a definição de pessoa de referência de família. **Até o Censo de 1970, a chefia da**

unidade domiciliar investigada era sempre atribuída ao homem. As mulheres só eram classificadas como pessoa de referência de família em caso de ausência da figura masculina (em geral, viúvas ou separadas). Mais recentemente, com a substituição do termo “chefe de família” por pessoa de referência (BRUSCHINI, 1996), alterou-se também a forma de coleta da informação. Entretanto, como já refletimos, a realização das tarefas domésticas ainda é uma atividade tipicamente feminina, reiterando o fenômeno da dupla jornada, sendo baixa a proporção de homens que declararam realizar afazeres domésticos.

Na esfera educacional, as mulheres têm apresentado um desempenho melhor do que o dos homens. A expansão educacional iniciada na década de 1950 proporcionou um aumento significativo das oportunidades de acesso à escola no Brasil, sendo as mulheres o grupo mais beneficiado. Elas partem de uma situação altamente desigual nos anos 1950 para já **em 1980 dividirem equitativamente com os homens as possibilidades de acesso à escola, ultrapassando-os no ensino básico e no ensino superior, a partir da década de 1990. Elas apresentam uma média de anos de estudos superior à média dos homens e concentram uma proporção maior de seu con-**

tingente nas faixas educacionais mais elevadas, se comparadas aos homens. Esse fenômeno ocorre em todas as faixas de idade, exceto nas faixas etárias mais elevadas.

No mundo do trabalho, a partir da segunda metade do século XX, ocorreram mudanças significativas para a transformação do mercado de trabalho brasileiro e consequentemente da sua força de trabalho. No que diz respeito à **situação da mulher diante do mundo do trabalho**, podemos destacar dois fenômenos: a **expansão educacional e a reestruturação desse mercado**, proporcionado pelo **processo de urbanização e industrialização ocorrido no país**. A significativa entrada de mulheres na força de trabalho brasileira, ocorrida mais fortemente a partir dos anos 1960, ocasionou uma substantiva alteração de seu perfil. Entre 1960 e 1980, a estrutura setorial de emprego no Brasil apresentou uma forte tendência de mudança dessa força de trabalho para fora do setor primário, graças à fase de expansão econômica acelerada que se iniciou em 1968 e foi até 1974, liderado pelo setor industrial cujo destaque se deu pelo maior dinamismo na geração de novos empregos, principalmente a indústria de construção. Entretanto, **foi no terciário que a mão de obra feminina encontrou sua principal fonte de absorção**, apresentando um aumento significativo nos **serviços de produção** (comércio de mercadorias), nos **serviços de consumo coletivo** (saúde e educação) e **prestação de serviços**, principalmente o emprego doméstico (HASENBALG e SILVA, 1988).

Tais transformações podem ser sintetizadas na configuração da participação feminina no mercado de trabalho, tanto em termos de inserção (crescimento) quanto em termos do seu perfil. Suas taxas de atividade aumentaram, sobretudo nas faixas etárias mais velhas e entre as mulheres casadas. Além de apresentarem uma melhor qualificação educacional do que os homens (considerado um dos principais fatores para o crescimento da sua taxa de participação), essa disparidade é mais acentuada na população ocupada do que no total da população brasileira.

No caso da desigualdade racial, há uma diminuição considerável das taxas de analfabetismo de homens e mulheres negras, mas se mantém uma elevada desigualdade em relação ao grupo branco.

Analisando os dados sobre educação (taxa de analfabetismo e frequência à escola – tabela 9) observa-se, em primeiro lugar, que embora exista uma tendência de queda do analfabetismo (mesmo com o baixo desempenho dos últimos anos), esse indicador apresenta diferenças menos significativas entre homens e mulheres. Acredita-se que essa característica tenha forte relação com a idade, ou seja, **as discrepâncias entre homens e mulheres, em termos educacionais, têm diminuído nas gerações mais novas.** No caso da desigualdade racial, há uma diminuição considerável das taxas de analfabetismo de homens e mulheres negros/as, mas se mantém uma elevada desigualdade em relação ao grupo branco.

TABELA 9:

TAXA DE ANALFABETISMO POR COR OU RAÇA E SEXO. BRASIL, 1999, 2003 E 2008.

		1999	2003	2008
MASCULINO	BRANCA	7,9	6,7	6,0
	PRETA	20,1	16,6	12,5
	PARDA	19,9	17,4	14,0
	TOTAL	13,3	11,8	9,9
FEMININO	BRANCA	8,6	7,4	6,4
	PRETA	21,8	17,2	13,8
	PARDA	19,3	16,4	13,0
	TOTAL	13,3	11,5	9,7
TOTAL	BRANCA	8,3	7,1	6,2
	PRETA	20,9	16,9	13,2
	PARDA	19,6	16,9	13,5
	TOTAL	13,3	11,6	9,8

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

No caso da frequência à escola (tabela 10), observa-se, em primeiro lugar, que alguns padrões se repetem, independentemente do pertencimento aos grupos analisados, tais como taxas menores na faixa de 5 e 6 anos do que na faixa subsequente (embora com crescimento muito grande no período analisado). **Na faixa de 7 a 14 anos, encontramos um acesso quase universal à escola,** com taxas acima de 90% e, por último, uma **ruptura na faixa de passagem da faixa etária dos 15 aos 17 anos para a faixa etária dos 18 anos aos 19 anos, com queda significativa de frequência à escola para todos os grupos de sexo e cor.**

Em relação às desigualdades de raça e gênero, nas faixas mais jovens, em 2008, as diferenças entre os grupos de cor/raça e sexo estão menores se comparadas a 1999. No caso das crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos, a menor taxa encontrada é de 96,8% para o sexo masculino de cor preta. Dentre as mulheres, as taxas de frequência à escola não apresentam diferenças significativas. Entretanto, tal cenário tende a se alterar nas faixas mais velhas. **Nas faixas de 18 a 19 anos e de 20 a 24 anos, as desigualdades entre homens e mulheres tendem a evidenciar uma maior permanência na escola para as mulheres brancas (49,7% na faixa de 18 a 19 anos e 31,1% na faixa de 20 a 24 anos) e menor para os homens pretos (41,1% na faixa de 18 e 19 anos e 17,8% na faixa de 20 a 24 anos).**

TABELA 10:

**TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE DE PESSOAS DE 5 A 24 ANOS DE IDADE
SEGUNDO COR OU RAÇA E SEXO, 2008 – BRASIL.**

		1999		2008	
		MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
5 A 6 ANOS	BRANCA	73,2	73,0	90,2	89,2
	PRETA	65,0	68,8	86,1	87,6
	PARDA	68,9	69,6	86,7	87,3
	TOTAL	70,8	71,3	88,3	88,2
7 A 14 ANOS	BRANCA	96,8	97,3	98,3	98,6
	PRETA	93,1	93,6	96,8	97,8
	PARDA	94,0	95,2	97,7	98,0
	TOTAL	95,3	96,2	97,9	98,3
15 A 17 ANOS	BRANCA	81,6	81,4	86,1	87,2
	PRETA	75,1	73,5	83,6	83,5
	PARDA	75,2	76,0	81,4	83,3
	TOTAL	78,3	78,6	83,6	85,1
18 A 19 ANOS	BRANCA	53,4	54,9	47,6	49,7
	PRETA	45,5	47,3	41,1	46,1
	PARDA	49,4	50,4	44,5	43,4
	TOTAL	51,1	52,6	45,7	46,5
20 A 24 ANOS	BRANCA	26,6	28,2	26,6	31,1
	PRETA	19,2	22,1	17,8	19,1
	PARDA	22,9	24,0	18,4	22,1
	TOTAL	24,6	26,2	22,1	26,3
TOTAL	BRANCA	71,5	71,2	72,3	73,2
	PRETA	64,7	65,3	64,9	65,4
	PARDA	68,8	70,0	70,5	71,9
	TOTAL	69,9	70,4	70,9	72,1

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Fazendo um recorte mais específico para avaliar as diferenças de realização educacional entre os grupos de sexo e cor/raça, a tabela 11 apresenta dados sobre o curso que frequenta e, em seguida (gráfico 7), veremos a proporção que cada grupo concentra no ensino superior.

Os dados da tabela 11 evidenciam o que foi apontado anteriormente sobre o maior acesso das mulheres à educação superior. **Ao observarmos a distribuição da população feminina na faixa etária de 18 a 24 anos, 50% delas estão cursando faculdades e/ou universidades, enquanto que para os homens esse percentual é de 41,5%.** Ao olharmos essa distribuição nos grupos de cor, detectamos fortes desigualdades raciais tanto entre os homens quanto entre as mulheres. **Dentre os homens, 56,8% dos brancos frequentam curso superior, enquanto que para pretos e pardos esses percentuais são, 22,1% e 25,3% respectivamente.** No caso feminino, as mulheres brancas, pretas e pardas apresentam os seguintes percentuais: 63,8%, 34,4% e 33,4% respectivamente. Destacamos, novamente, o significativo efeito do conjunto de políticas afirmativas de acesso ao nível superior, dada a diminuição das distâncias entre os grupos de cor.

TABELA 11:
ESTUDANTES DE 18 A 24 ANOS DE IDADE SEGUNDO O CURSO QUE FREQUENTA POR COR OU RAÇA, 2008 – BRASIL.

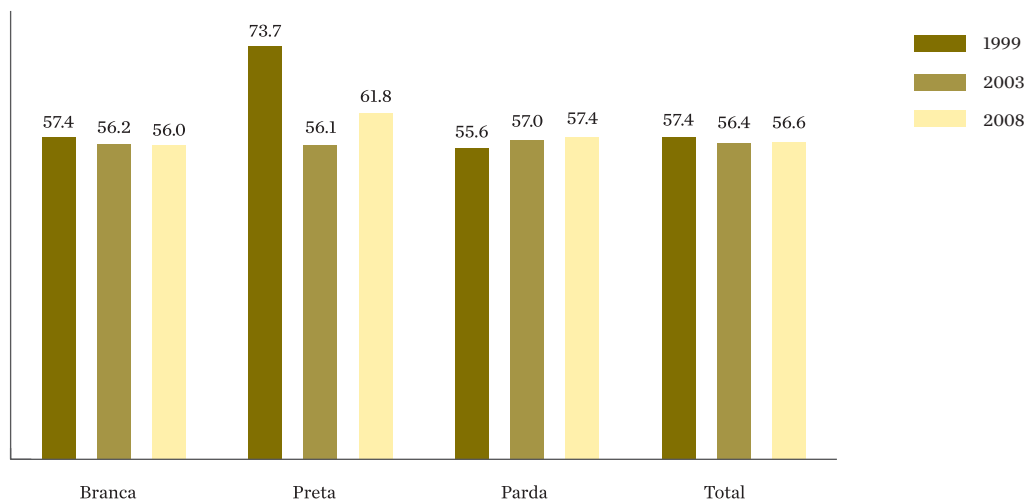
		BRANCA	PRETA	PARDA	TOTAL
MASCULINO	FUND. / 1º GRAU	7,3	22,2	21,7	14,2
	MÉDIO / 2º GRAU	35,4	55,6	52,1	43,6
	SUPERIOR	56,8	22,1	25,3	41,5
	ALF. DE ADULTOS	0,5	0,2	0,9	0,6
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
FEMININO	FUND. / 1º GRAU	5,3	14,1	14,8	9,6
	MÉDIO / 2º GRAU	30,6	51,1	51,2	40,0
	SUPERIOR	63,8	34,4	33,4	50,0
	ALF. DE ADULTOS	0,3	0,3	0,6	0,4
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Para observar de forma mais detalhada essa inserção no nível superior, analisaremos a proporção de homens e mulheres com nível superior dentro de cada grupo de cor. Simplificando, a pergunta que esse dado responde é: no contingente de brancos/as, pretos/as e pardos/as com nível superior, qual a proporção de mulheres em cada grupo? Diferentemente da tabela anterior (tabela 11), os dados do gráfico 7 se referem aos números absolutos daqueles/as que estão frequentando o ensino superior em cada grupo de cor e identifica a proporção de mulheres em 1999 e em 2008. O principal achado desse dado é que, **exceto, para o grupo preto, não há uma mudança significativa no padrão de inserção por sexo. Ou seja, em geral, os grupos de sexo se beneficiaram de forma semelhante da ampliação do acesso.** Por exemplo, **em 1999, 57,4% dos/as brancos/as cursando o nível superior eram compostos por mulheres; em 2008, esse percentual era de 56%.** No caso das mulheres pretas, elas representavam, em 1999, 74% do contingente de seu grupo cursando nível superior, apontando para uma forte distorção de gênero; em 2008, esse percentual passou para 62%. Ou seja, diminuiu de forma significativa a proporção de mulheres do grupo preto cursando ensino superior, mas ainda se manteve um patamar mais elevado do que os demais grupos¹.

GRÁFICO 7:

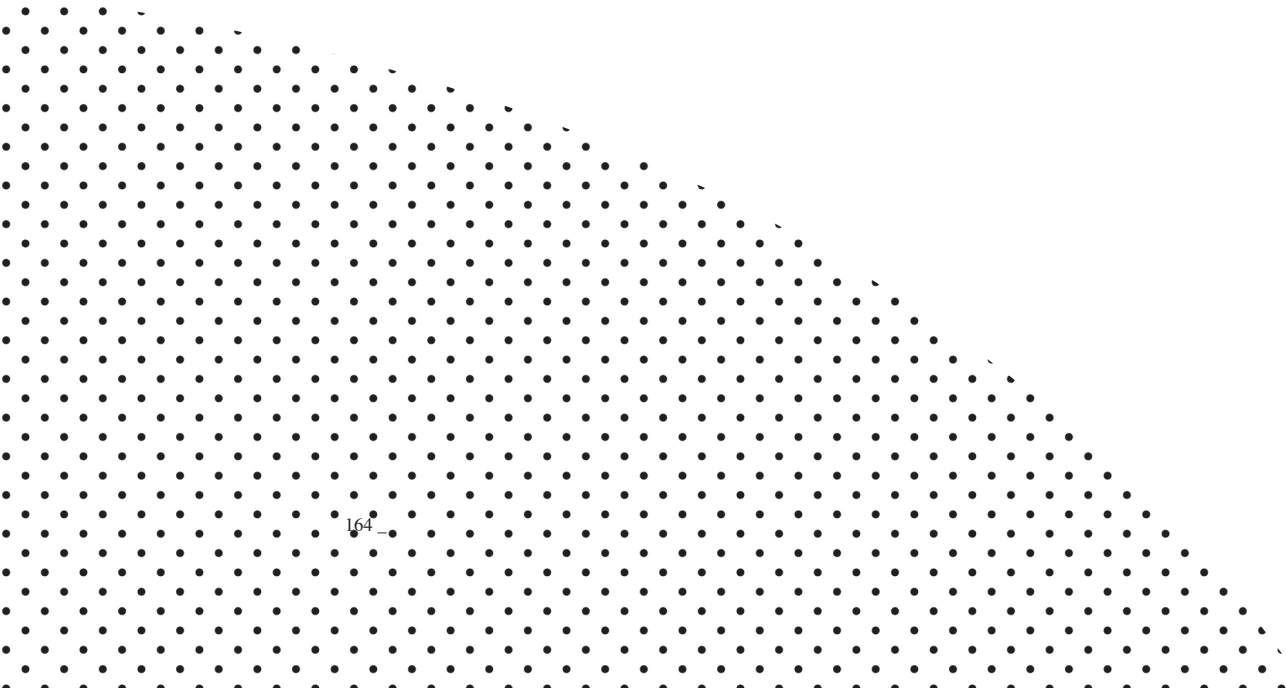
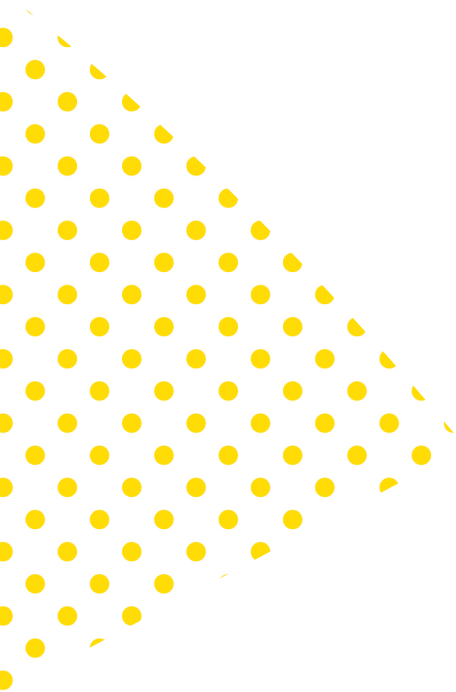
PROPORÇÃO DE MULHERES, 18 A 24 ANOS, EM CADA GRUPO DE COR COM NÍVEL SUPERIOR.



Fonte: Pnad/IBGE

1 | Parte dessa discrepância pode ser explicada pelo tamanho do grupo preto, recortado por sexo e nível superior, gerando um número de casos muito baixo.

A etapa seguinte da análise é desvendar as diferenças de inserção dos grupos de sexo e cor no mercado de trabalho. Os dados até aqui apresentados reforçam aqueles já apresentados no Módulo II e demonstram que há fortes desigualdades de gênero acerca da realização educacional, sendo que **as mulheres se encontram mais escolarizadas que os homens. Em relação às desigualdades raciais, os padrões se mantêm, tanto entre homens quanto entre mulheres, com as mulheres apresentando um melhor desempenho do que os homens e os/as brancos/as apresentando um melhor desempenho do que os/as negros/as.**



ARTICULANDO COR E SEXO E CLASSE: AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS MULHERES NEGRAS – MERCADO DE TRABALHO

A participação da população negra no mercado de trabalho é um aspecto extremamente relevante para a compreensão das desigualdades raciais. Não poderia ser de outra maneira, já que essa questão exerce um papel determinante na distribuição dos indivíduos na pirâmide social brasileira.

Em relação às mulheres negras, sua trajetória socioeconômica é fruto do intercruzamento das mudanças ocorridas na participação das mulheres no mundo do trabalho e à estagnação das desigualdades raciais. **Nesse sentido, há avanços em relação aos homens do seu grupo de cor e desvantagens em relação às mulheres brancas.** No que diz respeito especificamente à inserção feminina no mercado de trabalho, uma das principais tendências apontadas pela literatura é a constituição de dois polos. No primeiro polo, há um crescimento significativo, impulsionado pelos avanços educacionais, da inserção de mulheres em ocupações não manuais caracterizadas por maior formalização e melhores rendimentos (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000). No polo oposto, crescem as ocupações de má qualidade (baixos níveis educacionais, alta informalidade e menor renda). Como veremos a seguir, é possível apreender uma linha de cor/raça nesse fenômeno. **As mulheres que começam a se movimentar para**

ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto que há uma forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico. As **mulheres provenientes das classes mais pobres** (majoritariamente negra) se dirigem para a **prestação de serviços e para os empregos ligados à produção na indústria**, enquanto que as **mulheres de classe média se dirigem para o serviço de produção e de consumo coletivo** (setor terciário) **devido aos seus melhores níveis educacionais.**

Os dados das tabelas 12 e 13 permitem observar a existência de padrões de clivagem de sexo e cor/raça no que diz respeito à posição na ocupação, favorecendo estimar a qualidade do vínculo entre o indivíduo e o trabalho. A posição na ocupação tornou-se uma variável importante para qualificar ou desqualificar os postos de trabalho e passou a fazer parte do ajuste do mercado de trabalho, principalmente a partir de sua reestruturação dos anos 1990¹.

Em relação às desigualdades de sexo, as mulheres concentram um percentual mais elevado de seu grupo em trabalhadoras não remuneradas, trabalhadoras domésticas e funcionárias públicas do que os homens, enquanto estes têm uma concentração mais elevada do que as mulheres em assalariados com e sem carteira, trabalhadores por conta própria e empregadores.

A população negra tem como característica de inserção a constituição de guetos ocupacionais com fortes diferenciais de sexo (LIMA, 2001). No caso feminino, há um forte contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico, enquanto que os homens negros estão fortemente concentrados na indústria tradicional (especialmente indústria da construção) e nos serviços gerais **onde há baixos salários e um grau de informalidade.**

Como temos afirmado, o trabalho doméstico torna-se relevante para nosso estudo, por ser uma categoria ocupacional com forte presença feminina e majoritariamente negra. Apesar de ser o **principal meio de sustento e manutenção de muitas famílias**, principalmente aquelas chefiadas por mulheres, **o serviço doméstico marca um lugar na estrutura ocupacional pela cor, pelos baixos rendimentos, pela ausência de escolaridade e muitas das vezes, de origem regional.** Segundo os dados da PNAD, havia no Brasil, em 2008, cerca de seis milhões de pessoas vinculadas ao emprego doméstico, das quais menos de quatrocentos mil eram homens, ou seja, 94% das pessoas ocupadas no serviço doméstico são mulheres. Em relação à composição racial, 1/4 das mulheres pretas e 20% das mulheres pardas ocupadas no Brasil estão no serviço doméstico, enquanto que esse percentual é de 12,1% para as mulheres brancas.

1 | Desde 1992, o IBGE adota uma nova classificação da posição na ocupação na qual foram definidas duas outras categorias: trabalhadores/as na produção para o próprio consumo e trabalhadores/as na construção para próprio uso. Além disso, criou uma categoria específica para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado.

O serviço doméstico, além de apresentar baixos rendimentos, permanece como altamente informal, a despeito das recentes tentativas de ampliar sua regulação.

TABELA 12:

POPULAÇÃO FEMININA OCUPADA NA SEMANA DE REFERÊNCIA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E COR OU RAÇA. BRASIL – 2008

	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	TOTAL
ASSALARIADOS COM CARTEIRA	35,4	27,5	24,5	30,4
MILITARES	0,0	0,0	0,0	0,0
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	10,6	8,7	8,2	9,5
ASSALARIADOS SEM CARTEIRA	13,4	14,2	15,0	14,1
EMPREGADOS DOMÉSTICOS COM CARTEIRA	3,5	7,6	4,6	4,2
EMPREGADOS DOMÉSTICOS SEM CARTEIRA	8,6	17,2	15,4	12,0
CONTA PRÓPRIA	14,4	15,5	16,6	15,4
EMPREGADOR	4,0	0,9	1,7	2,9
TRAB. NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	3,6	4,6	7,1	5,1
TRAB. NA CONSTRUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	0,0	0,0	0,0	0,0
TRAB. NÃO REMUNERADO	6,4	3,7	6,9	6,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

TABELA 13:

POPULAÇÃO MASCULINA OCUPADA NA SEMANA DE REFERÊNCIA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E COR OU RAÇA. BRASIL – 2008.

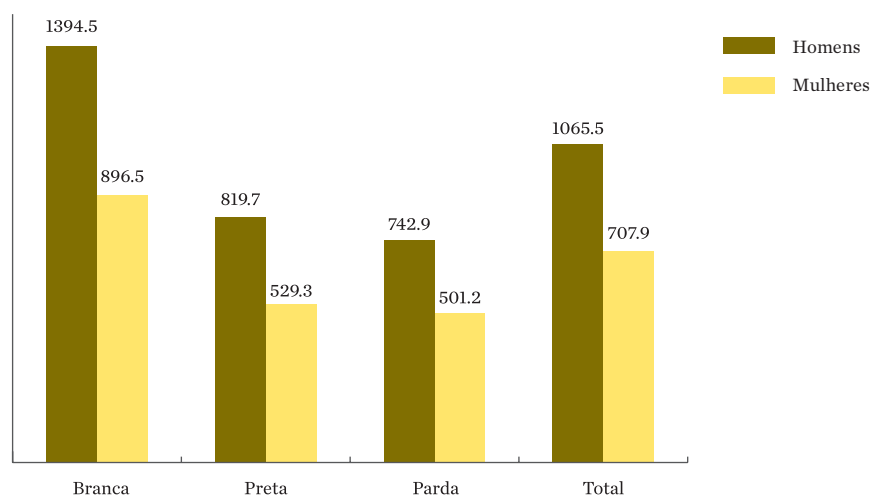
	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	TOTAL
ASSALARIADOS COM CARTEIRA	43,0	44,8	36,6	40,3
MILITARES	0,5	0,8	0,4	0,5
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	5,4	4,8	4,4	4,9
ASSALARIADOS SEM CARTEIRA	16,4	21,9	23,9	20,1
EMPREGADOS DOMÉSTICOS COM CARTEIRA	0,3	0,3	0,4	0,3
EMPREGADOS DOMÉSTICOS SEM CARTEIRA	0,3	0,6	0,5	0,4
CONTA PRÓPRIA	21,8	20,2	23,0	22,2
EMPREGADOR	7,6	2,3	3,5	5,5
TRAB. NA PRODUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	1,5	2,0	2,9	2,2
TRAB. NA CONSTRUÇÃO PARA O PRÓPRIO CONSUMO	0,1	0,3	0,2	0,2
TRAB. NÃO REMUNERADO	3,0	1,9	4,2	3,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

As desigualdades no processo de realização socioeconômica até aqui evidenciadas vão culminar em diferentes retornos financeiros para os grupos de sexo e cor/raça, conforme demonstrados nos gráficos abaixo.

GRÁFICO 8:

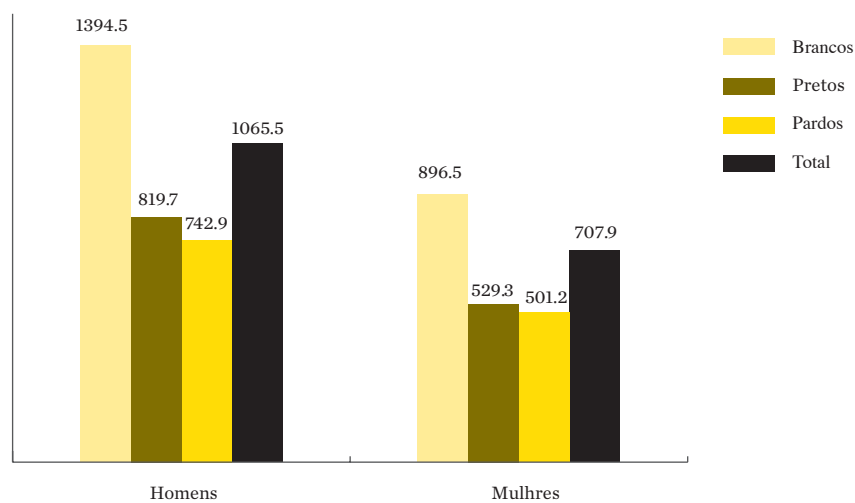
RENDA MÉDIA DO TRABALHO PRINCIPAL POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE COR/RAÇA. BRASIL, 2008.



Fonte: Pnad/IBGE

GRÁFICO 9:

RENDA MÉDIA DO TRABALHO PRINCIPAL POR COR/RAÇA, SEGUNDO O SEXO. BRASIL, 2008.



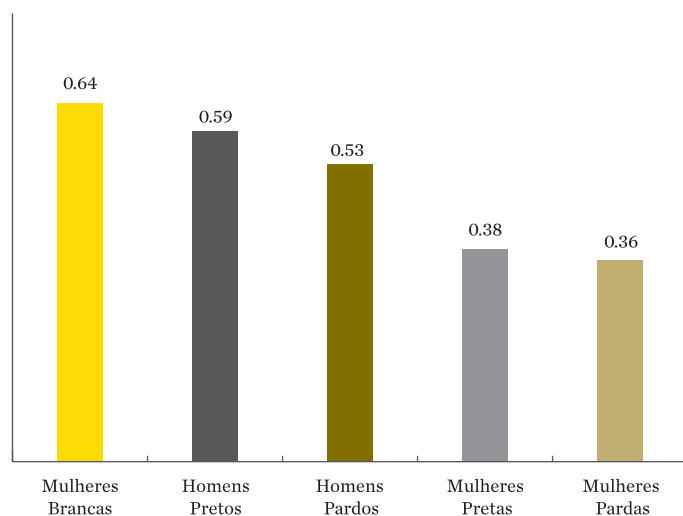
Fonte: Pnad/IBGE

O gráfico 8 permite observar a diferença de rendimento (renda média mensal do trabalho principal) entre homens e mulheres **em cada grupo de cor/raça, e em todos eles os homens ganham mais do que as mulheres, independentemente dos achados anteriores que apontam para uma maior realização educacional do grupo feminino.** Nos gráficos 9 e 10, se hierarquizam as diferenças interraciais entre homens e entre as mulheres, em que se percebe uma maior desvantagem para pardos/as e depois para os/as pretos/as, tanto entre os homens quanto entre as mulheres.

Se tomarmos o salário mais alto (homens brancos) como referência, nota-se que as **mulheres brancas obtêm 64% dos rendimentos desse grupo;** os **homens pretos, 59%; os homens pardos, 53%.** Para as **mulheres pretas e pardas, esses percentuais são 38% e 36%, respectivamente.**

GRÁFICO 10:

PROPORÇÃO DA RENDA MÉDIA DO TRABALHO PRINCIPAL PARA OS GRUPOS POR SEXO E COR/RAÇA A PARTIR DA RENDA DOS HOMENS BRANCOS. BRASIL, 2008



Fonte: Pnad/IBGE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta unidade, fizemos uma breve introdução ao tema da desigualdade racial, com foco nos indicadores, procurando demonstrar os principais aspectos que estruturam esse debate. Devido ao escopo e ao formato dos textos desta unidade, não foi possível aprofundar cada um dos temas apresentados. A título de conclusão, alguns aspectos importantes serão ressaltados.

Em primeiro lugar, há que se chamar atenção para a **queda das desigualdades raciais impulsionadas, por um lado, pelas políticas de transferência de renda** que favorecem a população mais pobre, na qual há uma proporção significativa de negros/as, e melhorias gerais no acesso aos primeiro ciclo escolar. Por outro, **as políticas de inclusão no Ensino Superior produziram uma extraordinária redução das desigualdades raciais.**

Em segundo lugar, embora não tenham sido apresentadas informações mais específicas acerca da relação entre educação e trabalho, a literatura sobre o tema aponta para uma forte permanência das diferenças de inserção no mercado de trabalho (ocupação, setor de atividade e posição na ocupação) e renda, tanto entre homens e mulheres quanto entre negros/as e brancos/as, mesmo se controladas suas diferenças educacionais. Ou seja, existe uma rigidez significativa tanto no processo de ascensão quanto na manutenção de posições sociais na qual a cor/raça e sexo operam como atributos importantes na configuração das desigualdades.

Em terceiro lugar, estamos presenciando um momento peculiar no Brasil, tanto em termos de políticas de inclusão com diversos desenhos focais, quanto de mudanças importantes na economia como o crescimento real do salário mínimo, aumento das taxas de formalização e diminuição do desemprego. É necessário estar atento/a para captar se a junção desses dois movimentos (focalização e crescimento) constituirá (e de que maneira) uma sociedade menos desigual.

*existe uma rigidez
significativa
tanto no processo
de ascensão
quanto na
manutenção de
posições sociais
na qual a cor/raça
e sexo operam
como atributos
importantes na
configuração das
desigualdades.*

Regulação do Trabalho Doméstico - Em junho de 2010, será realizada a 99ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT) para discussão da adoção de um instrumento internacional de regulação do trabalho doméstico. O debate se baseia no documento Trabalho decente para trabalhadoras domésticas, publicação que sistematiza os questionários respondidos pelos estados membros da OIT sobre as condições do trabalho doméstico em cada país. Nesse documento, a FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - se destaca por ter sido uma das poucas organizações de trabalhadoras domésticas do mundo que participou do processo de consultas.

Leia a entrevista com Creuza Maria de Oliveira, presidente da FENATRAD há oito anos e militante pelos direitos e valorização do trabalho doméstico no Brasil há 26 anos. Creuza estará na delegação brasileira que participará da 99ª Conferência Internacional do Trabalho. Em sua entrevista, fala sobre a situação atual do trabalho doméstico no Brasil e a articulação das trabalhadoras para incidir nas discussões da Conferência <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00001104.html> Acesso em 19 de maio de 2010.

Filme sobre o tema

Domésticas (Fernando Meirelles - 2001)

No meio da nossa sociedade existe um Brasil notado por poucos. Um Brasil formado por pessoas que, apesar de morar dentro de sua casa e fazer parte de seu dia a dia, é como se não estivessem lá. Cinco das integrantes desse Brasil são mostradas em “Domésticas - O Filme”: Cida, Roxane, Quitéria, Raimunda e Créo. Uma quer se casar, a outra é casada, mas sonha com um marido melhor. Uma sonha em ser artista de novela e outra acredita que tem por missão na Terra servir a Deus e à sua patroa. Todas têm sonhos distintos, mas vivem a mesma realidade: trabalham como empregadas domésticas.

Vídeo institucional

Profissão: Doméstica (CECIP – Goldenberg)

No documentário, sete empregadas domésticas, com idades entre 14 e 72 anos, falam sobre suas histórias de vida, seus desejos, suas visões de mundo, preocupações, ambições. Falam sobre preconceitos, discriminação e sobre as situações de desconfiança vividas nas casas dos/as patrões e patroas. A maioria diz explicitamente não gostar de ser empregada doméstica.

IMPrensa NEGRA

O Clarim da Alvorada (1924-1940) – as matérias incentivavam a união da população negra, valorizavam a contribuição de negros/as na formação do Brasil e conscientizavam-no/a para sua integração plena na sociedade brasileira.

A Voz da Raça (1933-1937) – porta-voz da Frente Negra Brasileira, revelava a insatisfação negra, afirmava os direitos históricos, políticos e sociais de negros e negras; se contrapunha à discriminação e ao preconceito e incentivava o/a negro/a a concorrer com o/a branco/a.

O Menelick (1915-1916) – jornal comunitário, tratava de assuntos vinculados à cultura e à identidade negra. Reservava espaço para paqueras e notícias do cotidiano.

A FORMAÇÃO DO MODERNO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: DO INÍCIO DO SÉCULO XX AO ESTADO NOVO

O movimento negro brasileiro, em sua acepção moderna, surgiu no início do século XX, quando emergiram na cena pública os primeiros protestos contra o preconceito de cor nos jornais da chamada **IMPrensa NEGRA** (BASTIDE 1973) e nas associações que, aos poucos, assumiram objetivos políticos em favor da integração do/a negro/a na sociedade de classes (FERNANDES, 1964).

Nesse período, apareceram as formas de atuação antirracistas mais próximas daquilo que conhecemos hoje, isto é, o enfrentamento público das manifestações preconceituosas daqueles que impediam os/as descendentes de africanos/as de exercerem seus direitos sociais e civis. O grande desafio enfrentado por esse ativismo político foi a contradição instituída no processo de modernização brasileira: as mãos que construíram a força de trabalho durante quase quatro séculos, neste país, eram sistematicamente desqualificadas no mercado de mão de obra livre.

Finda a escravidão no Brasil, o primeiro período republicano foi marcado pelo preconceito racial, particularmente no mercado de trabalho e nos espaços de entretenimento, como clubes, bailes, festas etc. Essa situação discriminatória impulsionou os/as afro-brasileiros/as a construir espaços próprios de sociabilidade, onde pu-

dessem evitar constrangimentos de cunho racial nos momentos de lazer. Alguns desses espaços erguidos pela e para a comunidade afro-brasileira foram, aos poucos, se tornando mais propositivos no que diz respeito ao combate do racismo. Os jornais que circulavam no interior da comunidade, além de noticiarem casamentos, aniversários, festas e eventos esportivos, passaram a evidenciar e discutir situações de preconceito racial vivenciados pelos membros desse grupo. Miriam Nicolau Ferrara, que investigou minuciosamente esse veículo de comunicação da comunidade negra, apresenta o seguinte parecer:

“Um órgão de protesto oriundo do tratamento desigual entre o grupo minoritário (negros) e o outro dominante (brancos), a imprensa negra reivindicava os direitos dos negros que se manifestam contra esse tratamento. Por outro lado, cabe a essa imprensa fazer com que o negro supere a sua passividade e o seu conformismo, assim os jornais teriam a função de socializar, integrar e controlar o grupo negro” (FERRARA, 1986: 196-197).

Com efeito, **os jornais negros assumiram um discurso crítico às formas de preconceito praticado na sociedade** e, ao mesmo tempo, **procuravam incutir nos/as negros/as valores e crenças sociais compatíveis à integração desse segmento à ordem social e econômica burguesa**. Esses ideais orientaram não apenas a produção jornalística negra, mas também permearam suas organizações surgidas nesse contexto. Para se ter uma ideia de quão expressiva era a vida social e política dessas entidades, Petrônio Domingues nos conta um pouco sobre essa experiência em São Paulo. Nas palavras do historiador pernambucano:

“No período do pós-Abolição (transição do século XIX para o XX), os/as negros/as criaram diversas associações em São Paulo: grêmios recreativos, sociedades cívicas e beneficentes. (...) As associações negras mantinham uma ativa vida social, muitas delas se reuniam diariamente. A maioria tinha como eixo central de atuação garantir o lazer de seus afiliados, principalmente por meio dos bailes dançantes. As associações negras cumpriam, fundamentalmente, o papel de produtoras de uma identidade específica, de um ‘nós’, negros, em oposição a ‘eles’, brancos (DOMINGUES, 2007:348).

Esse contexto de associativismo marca o primeiro ciclo de mobilização do movimento negro, em que a **Frente Negra Brasileira** (1931-1937) se constituiu na cidade de São Paulo como polo divulgador da política antirracista, arregimentando um elevado número de sócios/as na capital e no interior paulista, expandindo-se também para outros estados brasileiros, tais como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio

Assim, a entidade propiciava espaços de lazer, de estética, de profissionalização, de participação política.

Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Alguns/as estudiosos/as passaram a denominar seus/suas líderes e intelectuais de *elites negras*, por pertencerem a uma camada social composta por indivíduos que tiveram alguma ascensão social, deslocando-se da massa de trabalhadores/as de baixos estratos sociais com pouca ou nenhuma escolaridade.

Com efeito, as nomeadas **elites negras** exerciam profissões liberais e diferenciavam-se pelo nível educacional, o que levava aqueles e aquelas sob essa denominação a assumirem posições de direção na Frente Negra Brasileira. Contudo, a maior parte dos/as seus/suas integrantes eram trabalhadores/as manuais, empregadas/os domésticas/os e empregados/as em posições subalternas.

A organização mantinha-se por recursos próprios advindos das mensalidades pagas por seus/suas sócios/as, e suas atividades eram sustentadas por meio de trabalho voluntário (DOMINGUES, 2005). **Com esse esforço, eles prestavam auxílio aos/às associados/as que dispunham de pouca ou nenhuma proteção social.** Assim, a entidade propiciava espaços de lazer (como salão de jogos e bailes), de estética (como salão de beleza com barbeiro/a e cabeleireiro/a), de profissionalização (como oficina de costura), de participação política (por meio da instalação de posto de alistamento eleitoral). Ademais, ela dispunha de “uma caixa beneficente que prestava auxílio médico, hospitalar, farmacêutico e funerário aos associados” (DOMINGUES, 2007:349). Ou seja, **o propósito da organização era exatamente garantir a proteção social àqueles/as que estavam visivelmente desamparados/as**, uma vez que **o Estado ainda não dispunha de sistema amplo, universal e capaz de atender a todos/as cidadãos/ãs.**

No interior dessa organização as mulheres negras se destacam pelo empenho no processo de formação educacional. No livro *Mulheres Negras do Brasil* (2007), Schumaher e Brazil nos contam sobre algumas dessas experiências:

“O curso de alfabetização era conhecido como ‘Educação moral e cívica’ e nele a mobilização voluntária das professoras foi determinante para transformá-lo em verdadeira escola. As mestras deslocavam-se entre os diversos bairros da capital e do interior do estado de São Paulo. Dentre elas destacaram-se Celina Campos – professora de música – Antonieta

e Gersen Barbosa, responsáveis pela iniciativa que tornou possível a implementação da biblioteca. Ao mesmo tempo o grupo atraía pessoas já envolvidas em outras lutas sociais, como Laudelina Campos de Melo, que em 1936, durante o período áureo da Frente Negra, criou a Associação das Empregadas Domésticas em Santos. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2007:278)

**Florestan
Fernandes (1964)
afirmou que
o movimento
negro brasileiro
modernizava
os valores da
sociedade,
pois visava a
transformações de
caráter
eminente
democrático.**

A FNB fazia as vezes de espaço de participação política, pautando a temática racial, por meio da denúncia contra o preconceito de cor/raça, **uma vez que “tanto políticas de base popular quanto os partidos da elite não incluíam em seus programas a luta a favor da população negra”** (DOMINGUES, 2007:350). Não para menos, essa organização chegou a se constituir enquanto partido político, objetivando participar das eleições, mas logo entrou na ilegalidade em 1937, quando foi instaurado o regime político do Estado Novo.

A FNB deixou como herança para os movimentos sociais brasileiros uma visão intransigente da igualdade. Boris Fausto (2008), por exemplo, ao analisar a vida paulistana dos anos 30, depara-se com um caso polêmico na imprensa da época, que se via embaraçada numa investigação controversa de um processo longo envolvendo um jovem negro, acusado de ter matado brutalmente seus patrões, em um restaurante chinês. O fato era que o suposto acusado ficou durante muitos anos na cadeia, esperando por um julgamento marcado por faltas de provas e repleto de concepções herdeiras do racismo científico ainda impregnado na criminologia e nos setores das ciências médicas de então. Conta-nos o historiador paulista que a União Negra Brasileira, uma organização composta por ex-integrantes da FNB, interveio em favor do réu, oferecendo-lhe um advogado, uma vez que o rapaz não dispunha de recursos para tanto,

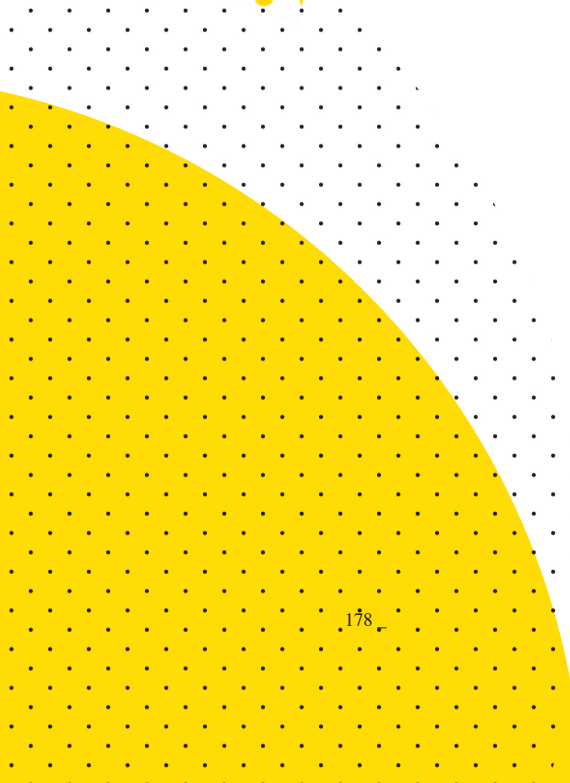
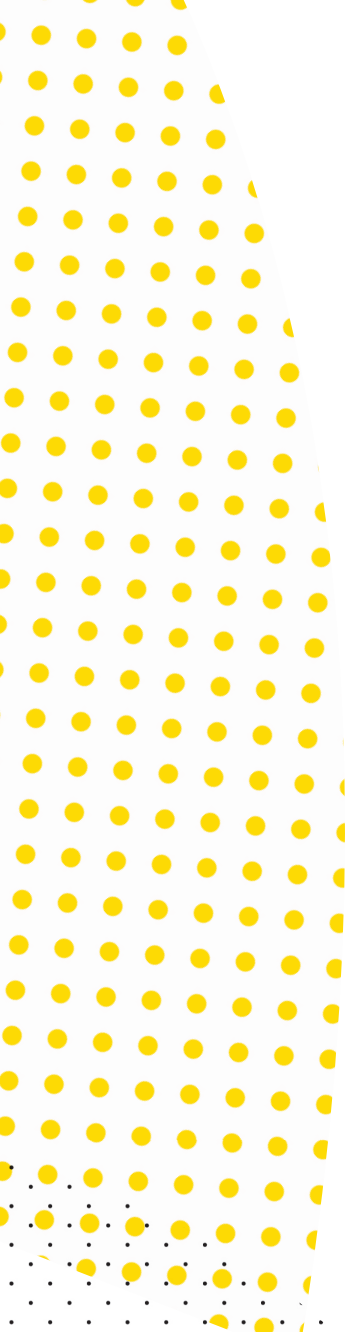
o que foi decisivo para a sua absolvição. O ato revelaria mais uma evidência de que **as organizações negras advogavam em favor de direitos civis, universalizando o conceito de cidadania no Brasil.** Foi referindo-se a situações como essa que o so-

ciólogo Florestan Fernandes (1964) afirmou que o movimento negro brasileiro modernizava os valores da sociedade, pois visava a transformações de caráter eminentemente democrático.

Não por acaso, as experiências políticas do movimento negro, assim como dos demais movimentos sociais, estão intimamente ligadas aos períodos democráticos ou aos processos de democratização, como bem observado pelo cientista social americano George Andrews (1991), ao analisar o ativismo afro-brasileiro. Se, por razões políticas no âmbito do fechamento do regime, ocorre a dissolução da FNB e a dispersão da mobilização política negra dos anos 1930, o movimento toma fôlego novamente com o fim da Ditadura Vargas.

GLOSSÁRIO

Elites Negras - Essa denominação aparece frequentemente nos ciclo de estudos de relações raciais, financiados pela UNESCO, na voz de intelectuais como Bastide e Fernandes (1955), Costa Pinto (1953) e Thales de Azevedo (1953), dentre outros.



A FORMAÇÃO DO MODERNO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: PÓS-ESTADO NOVO

No pós-Estado Novo, aparecem novas formas de mobilização no território nacional. Mais uma vez, o movimento negro se organizava publicamente. Como vimos, aos estudarmos o histórico da construção do conceito de raça, no plano internacional havia uma novidade: o fortalecimento mundial das forças antirracistas; vários setores do mundo, lutavam contra o racismo, repudiando as experiências traumáticas do Nazismo e do Fascismo. O Holocausto era a símbolo máximo de que a ideia de “raça” como sistema classificatório e hierarquizador de grupos humanos deveria ser abolida, uma vez que se tinha mostrado completamente nociva para a humanidade. É justamente contra esse pressuposto e suas manifestações discriminatórias que **se reergueram formas coletivas de combate ao racismo em meados dos anos de 1940, quando o regime político oferecia mais abertura para as manifestações civis.** Nesse período, destacaram-se duas entidades que tiveram longevidade e expressão política significativas: a **União dos Homens de Cor (UHC) e do Teatro Experimental do Negro (TEN).**

O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi outro pilar para a luta pela igualdade racial no Brasil.

A cientista social Joselina Silva (2005), numa investigação minuciosa da mobilização antirracista do pós-Estado Novo, desvelou uma rede social de caráter político bastante intensa e extensa no território brasileiro. Era a

UAGACÊ ou UHC. Saía das sombras da história uma rede de ativistas negros/as na região Sul do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Sul, e se estendia por vários municípios e estados da federação. A organização seguia as mesmas estratégias de sobrevivência de suas antecessoras: vivia de doações dos filiados, se valia das redes de solidariedade, fomentadas e estabelecidas ao longo da trajetória da militância política. Essas redes eram construídas com pessoas de autoridade local ou em posições econômicas mais influentes, como profissionais liberais (médicos/as, advogados/as, contadores/as, professores/as, engenheiros/as) ou ainda com indivíduos que galgavam algum *status* político. Tanto os/as simpatizantes como os/as militantes ilustres da organização foram fundamentais para mobilizar recursos materiais utilizados nos trabalhos desenvolvidos pela entidade, cujo papel era dar visibilidade para a temática do preconceito racial. Nesse sentido, suas ações visavam tanto à proteção social como à publicização de discriminação racial, vivenciadas pela população negra.

Nesse segundo ciclo de mobilização, como dissemos, o Teatro Experimental do Negro (TEN) foi outro pilar para a luta pela igualdade racial no Brasil. **Havia algo novo nessa fase do movimento negro.** A novidade não estava apenas circunscrita na forma de intervenção, **havia também uma nova forma de representação do/a negro/a.** Se a Frente Negra propunha a integração de negros/as na sociedade de classes,

“o TEN reivindicava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Assumia e trabalhava sua identidade específica, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade” (NASCIMENTO e LARKIN, 2000: 206).

Em outras palavras, não se tratava da inclusão do/a negro/a no “mundo dos/as brancos/as” por meio do **embranquecimento social**, mecanismo vastamente conhecido para aqueles/as que conseguiam mobilidade econômica e social. O projeto do TEN, ao contrário disso, passava pela valorização da identidade, reconhecendo a ancestralidade africana do/a negro/a brasileiro/a, sempre tendo como perspectiva sua inserção na comunidade política e econômica do país.

Com essa perspectiva, o TEN produziu muitos espetáculos, estreando com a produção **O Imperador Jones**, de Eugene O’Neill, montagem que, no Peru, foi fonte de inspiração para os/as idealizadores/as do TEN. No teatro municipal de Lima, capital daquele país, esse espetáculo foi interpretado, no início dos anos 1940, por um ator branco tingido de negro, que era a personagem central, o que impressionou **Abdias do Nas-**

cimento, um dos principais ideólogos do TEN. Este, ao retornar da viagem para o Brasil, **pensou em realizar uma produção em que os/as negros/as poderiam atuar em papéis principais sem que uma pessoa branca precisasse se pintar de preto.** Aos seus olhos, tal situação vista no país vizinho **também se fazia presente na realidade brasileira,** por isso a **necessidade de se construir um teatro negro,** cujo papel era se opor à discriminação racial não apenas nos meios artísticos como também em outras esferas da vida social brasileira.

À medida que o teatro foi se consolidando, as peças com temáticas afro-brasileiras ganharam mais força, como, por exemplo, *Anjo Negro*, de Nelson Rodrigues, *Filhos de Santo*, de José de Moraes Filho, *Sortilégio*, de Abdias do Nascimento, *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro, *O Castigo de Oxalá*, de Robson Crusoé, dentre muitos outros (NASCIMENTO e LARKIN, 2000). O TEN não só fez produções teatrais como também revelou muitos atores/atrizes e dramaturgos/as. O Teatro Experimental do Negro foi responsável pela revelação de importantes artistas negras, como **Lea Garcia** e **Ruth de Souza**, atrizes que se destacam na cena cultural brasileira até os dias de hoje.

Além da talentosa presença feminina nos quadros da representação teatral, ainda figuravam outras ações dessas mulheres, articulistas e visionárias, no que toca à participação e estruturação das associações negras. Nesse sentido, novamente, Schuma Schumaher e Érico Vital Brazil expressam bem as atuações das ativistas, ao tomar o caso de uma delas:

A assistente social Maria de Lurdes Vale do Nascimento foi responsável por diferentes atividades no interior da organização. Coordenou o departamento feminino e gerenciou o jornal Quilombo, onde possuía sua própria coluna: “Fala a Mulher”. Além desses feitos, em 1950 fundou o Conselho Nacional das Mulheres Negras, um dos braços do TEN, responsável por focalizar as questões relacionadas ao feminino e à infância. Sua estrutura contava com um departamento jurídico voltado para ajudar a população negra a cumprir os requisitos básicos de cidadania, tais como a obtenção de certidão de nascimento e carteira de trabalho, além de fornecer apoio jurídico”. (Schumaher e Brazil, 2007)

**À medida que
o teatro foi se
consolidando,
as peças com
temáticas afro-
brasileiras
ganharam mais
força**

Do mesmo modo como aconteceu com a FNB, que foi desarticulada durante a vigência do Estado Novo, **à medida que o regime político da Ditadura Militar foi se tornando mais duro, lideranças significativas desse movimento exilaram-se**; esse foi **o caso de Abdias do Nascimento**, o principal articulador dessa organização. **Encerrava-se, assim, mais um ciclo de ação coletiva negra antirracista**, que só voltou a ter visibilidade pública no contexto de **efervescência civil pela democratização do país**.

O mais recente ciclo de mobilização negra gestou-se na década de 1970, cujos impactos se fazem reverberar na atualidade, particularmente a nova perspectiva identitária adotada pela militância (SEYFERTH, 1983). O movimento social construía uma identidade negra cultivada em espaços de sociabilidade e lazer em centros culturais e clubes negros (nos anos 1960 e 1970), onde, por um lado, se verificava a presença de uma classe média composta por famílias em ascensão social com gostos e estilos de vida diferenciados da grande massa (GIACOMINI, 2006). De outro lado, muitos desses clubes propiciaram o lazer de boa parte da juventude negra que dispunha de poucos recursos.

Influenciada pelas lutas de libertação dos países africanos e pelas lutas por direitos civis, a geração que veio a formar o movimento negro brasileiro construiu sua identidade coletiva embalada pela **Soul Music**, deixando nos armários as roupas de tonalidades básicas (cores pastéis) para encenarem nas ruas um novo visual cada vez mais colorido. Na cabeça, penteados africanos, estilizados à moda **Black Power**, que literalmente significa “poder negro”, dispensavam as perucas e as pastas de alisar cabelos. As mulheres negras dispensavam as maquiagens clareadoras da pele e davam lugar às cores vigorosas, em particular o vermelho nos lábios. O movimento, antes de apresentar-se na cena pública como uma articulação de combate ao preconceito e às desigualdades raciais, encenava uma nova *performance* estético-política impressa nos corpos.

Frutos do “milagre econômico”, jovens negros/as que ingressaram em instituições de ensino superior (RUFINO, 1985) realizavam suas reuniões políticas em espaços de resistência ao regime, como universidades, instituições religiosas, centros estudantis e organizações partidárias, questionando os alicerces da identidade nacional, conspirando assim contra as bases ideológicas alicerçadas no *mito da democracia racial*. Nesses espaços, boa parte da militância construiu sua formação política, dialogando com os movimentos sociais e sindicais contestadores da ordem militar. Nessa efervescência política, formaram o **Movimento Negro Contra a Discriminação Racial**,

originariamente composto por negros/as e outras minorias (como judeus/ias), apresentado na esfera pública como **entidade guarda-chuva das lutas contra o racismo**.

Influenciados nacionalmente pelos movimentos políticos de esquerda, pelo novo sindicalismo e pelas mobilizações estudantis (GONZALEZ, 1982; HANCHARD, 2001; GUIMARÃES, 2001), os/as ativistas negros/as não apenas interpretaram esse ambiente político como sendo propício para a construção de um movimento nacional contra o racismo, como se utilizaram da rede social e das estratégias políticas da esquerda brasileira para construir uma ação coletiva antirracista. Parte significativa da intelectualidade negra que dava sustentação teórica ao movimento negro articulou a linguagem marxista com a crítica social contra o racismo, traduzindo o conceito de classes em termos raciais. Não por acaso estava estampado, em quase todos os panfletos e manifestos políticos dessa época, o jargão *raça e classe*. **Os/As**

intelectuais e as principais lideranças negras construiriam **um discurso radical e contencioso, denunciando as práticas coletivas e representações sociais de setores conservadores, mas também de segmentos progressistas do país**.

A ideia de consciência negra – como simbologia máxima do despertar crítico, simultaneamente individual e coletivo do/a negro/a brasileiro/a – construiu-se num campo interpretativo que permitia acesso cognitivo para os/as intelectuais e ativistas de inspiração marxista, assim como era capaz de dialogar e importar “matérias simbólicas” (ORTIZ, 1985) do movimento negro norte-americano e dos negros/as africanos/as em suas lutas por emancipação, cidadania e afirmação étnico-racial. Todavia, em vez de contentar-se em copiar passivamente as categorias, símbolos e estratégias das lutas internacionais, os/as ativistas e suas lideranças cuidaram de recriá-los/as à luz das peculiaridades de nossa realidade sócio-histórico-cultural. Tanto é assim que pesquisadores/as estrangeiros/as, ao analisarem as mobilizações antirracistas nacionais, decepcionam-se por elas não tomarem como modelos ações bem sucedidas da luta pelos direitos civis (HANCHARD, 2001).

*Não por
acaso estava
estampado, em
quase todos
os panfletos
e manifestos
políticos dessa
época, o jargão
raça e classe.*

A legitimidade política do movimento apoiou-se também nos setores antirracistas da academia, particularmente os/as intelectuais que vinham realizando estudos sobre o preconceito de cor e as desigualdades raciais, a exemplo do sociólogo Carlos Hasenbalg (1979) várias vezes citado neste Curso, que, em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, estabeleceu um divisor de águas nos estudos de relações raciais no país. Em sua tese de doutorado demonstrou que as desigualdades entre brancos/as e não-brancos/as não eram visíveis somente na estratificação social brasileira, e sua explicação não poderia ser atribuída apenas à herança escravista. Ao estudarmos os indicadores de desigualdade racial na Unidade 3, recorreremos à análise do autor para demonstrar como as formas de discriminação e preconceito raciais se atualizam no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O autor sugere a existência de mecanismos discriminatórios, que prejudicam a mobilidade dos grupos de cor/raça do Brasil. As explicações sociológicas de Hasenbalg foram decisivas para a sustentação da luta antirracista no país, uma vez que o movimento negro encontrava e encontra nelas bases argumentativas para seus discursos e ações, num contexto em que as discriminações são percebidas pelos indivíduos e grupos.

Outras alianças foram seladas pelo movimento negro com movimentos de base identitárias, como o movimento feminista, particularmente em decorrência do trânsito das mulheres negras, que se tornaram figuras centrais para circulação das ideias políticas, traduzidas naqueles anos pela luta contra o racismo e o sexismo. No módulo 2, *Política Públicas e Gênero*, pudemos conhecer mais a história de mobilização do movimento de mulheres negras. Aqui queremos apenas destacar a importância deste movimento ao vislumbrar a construção de um ativismo capaz de responder às suas demandas específicas, que não encontravam eco suficiente no movimento negro nem no movimento feminista. Longe de se opor a tais movimentos, a militância feminina negra construiu suas bases ideológicas em diálogo constante com esses e os demais movimentos sociais.

Black Power - foi um movimento liderado por negros/as, que teve seu auge no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 em todo o mundo, especialmente nos Estados Unidos. O movimento enfatizou o orgulho racial, incentivou a criação de instituições culturais, provocou políticos/as negros/as para promoção dos interesses coletivos e da autonomia dos/as negros/as. A expressão “Black Power” foi criada pelo militante do movimento negro nos Estados Unidos, Stokely Carmichael, em uma frase que ficou célebre: “*Estamos gritando liberdade há seis anos. O que vamos começar a dizer agora é poder negro*”.

Embranquecimento social - segundo Andreas Hofbauer, “o ideário do branqueamento induz a negociações contextuais das fronteiras e das identidades dos envolvidos. Essa prática social contribui não apenas para encobrir o teor discriminatório embutido nessa construção ideológica, mas também para abafar uma reação coletiva. Assim a teoria do branqueamento ‘atua’ no sentido de dividir aqueles que poderiam se organizar em torno de uma reivindicação comum, e faz com que as pessoas procurem se apresentar no cotidiano como o mais branco/a possível!” (HOFBAUER, A. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 212-213). Tendo isso como perspectiva, pode-se acrescentar que o *embranquecimento social* diz respeito, sobretudo, ao ingresso de um indivíduo não branco ao mundo das classes médias e altas, composta majoritariamente por pessoas de cor branca. Em processo de ascensão social, tais indivíduos poderiam optar por adotar e compartilhar dos valores da sociedade dominante, entendidas como pertencentes à “cultura branca”. Uma reflexão pormenorizada dessas explicações pode ser encontrada no livro: FIGUEIREDO, Ângela. *Novas Elites de Cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: CEEA, Annablume, 2002, 1ª Ed, p. 117.

Lea Garcia - ficou famosa ao interpretar a escrava Rosa na telenovela *Escrava Isaura* (1976), de Gilberto Braga; no entanto inúmeros são os trabalhos importantes da atriz no cinema e na televisão.

O Imperador Jones - escrita pelo dramaturgo Eugene O’Neill, prêmio Nobel de Literatura. Pela famosa peça (1920), recebeu o Premio Pulitzer. Abdias do Nascimento descobriu, em *O Imperador Jones*, “na tragédia daquele negro infeliz”, como registrou no artigo *Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões*, o retrato mais aproximado da situação do/a negro/a após a abolição da escravatura e conseguiu de Eugene O’Neill a concessão gratuita dos direitos. Se, em Lima (Peru), tinha visto a peça encenada por um ator branco tingido de preto, no Brasil, a peça teria atores/atrizes negros/as do Teatro Experimental do Negro – TEN. O espetáculo, dirigido por Abdias do Nascimento, estreou em maio de 1945 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e obteve boa receptividade, com elogios ao protagonista, Aguinaldo Camargo.

Ruth de Souza - iniciou sua carreira, ainda adolescente, no Teatro Experimental do Negro. Foi a primeira atriz negra a se apresentar no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Trabalha no cinema, teatro e televisão. Seu último filme foi *Filhas do vento* (2004), pelo qual recebeu o Prêmio de melhor atriz ao lado de Lea Garcia, no 32º Festival de Gramado.

Filhas do Vento - Joel Zito Araújo (2004) - passa-se entre irmãs, mães e filhas, em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, onde os fantasmas da escravidão e do racismo acentuam os dramas de forma sutil e poderosa. Uma história atual que articula dois mundos: o das mulheres negras do interior do Brasil e daquelas que vivem nos centros urbanos em contextos sociais de classe média. De certa forma, busca metaforicamente confrontar o drama de reconhecimento dos atores e atrizes negros/as no mundo do cinema e da TV, com o mundo “aparentemente cálido” das relações entre negros/as e brancos/as no interior do Brasil. É uma lírica história de redenção amorosa entre quatro mulheres negras, que, em um dia especial de suas vidas, desenterram suas histórias para restabelecer o amor natural e fraternal, sem barreiras, existentes entre irmãs, mães e filhas.

O filme recebeu vários prêmios no 32º Festival de Gramado - Cinema Brasileiro e Latino: Joel Zito Araújo - prêmio de melhor diretor; Milton Gonçalves - prêmio de melhor ator; Léa Garcia - prêmio de melhor atriz; Ruth de Souza - prêmio de melhor atriz; Taís Araújo - prêmio de melhor atriz coadjuvante; Thalma de Freitas - prêmio de melhor atriz coadjuvante; Rocco Pitanga - prêmio de melhor ator coadjuvante e Prêmio da Crítica.

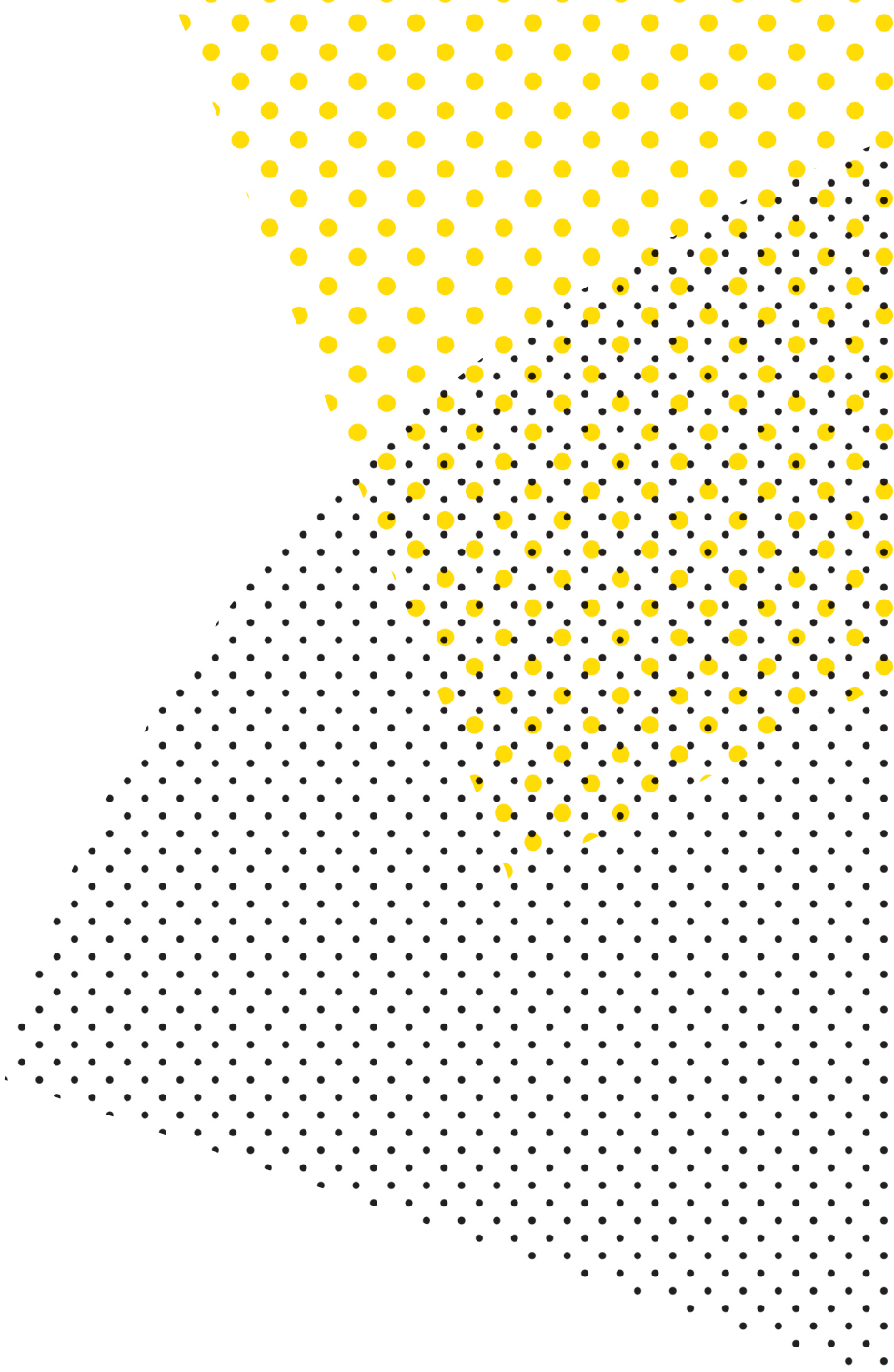
Soul Music - ou música da alma, é um gênero musical que nasceu na década de 1960, nos Estados Unidos, entre os/as negros/as, sob influência da música gospel (música cristã) e dos blues, que tem forte influência do jazz.

UAGACÊ ou UHC - União dos Homens de Cor, organização que tem início em 1943, se estabelece na década de 1950 e se expande na década de 1960. A UHC buscava o reconhecimento da participação dos/as negros/as no projeto de nação brasileira. Uma de suas metas era inserir seus/suas representantes em cargos eletivos, além de atrair negros/as parlamentares estaduais ou municipais para a organização. Em alguns momentos, a UHC organizava caravanas para doação de roupas, alimentos e medicação para os que necessitavam.

Para maiores informações, consulte:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2003000200002&script=sci_arttext

Acesso em 25 de Maio de 2010.





MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: INTELECTUAIS, ORGANIZAÇÕES E PROJETOS POLÍTICOS

MULHER E NEGRA: COMO O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS "ACOMODA" ESSAS IDENTIDADES? EM QUE CONTEXTO AS MULHERES NEGRAS SE ARTICULAM E MOBILIZAM COMO SUJEITOS POLÍTICOS SINGULARES? QUAL O IMPACTO DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO MOVIMENTO NEGRO E NO MOVIMENTO FEMINISTA?

As mulheres negras sempre estiveram presentes e atuantes no movimento negro, também no período contemporâneo, como vimos nos exemplos sobre a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Contudo, assim como acontecia na sociedade mais abrangente, elas encontravam grandes empecilhos para ocupar as posições de dirigentes nas organizações políticas negras. Por conta disso, embora a presença dessas mulheres nos ciclos de insurgência do movimento fosse significativa, muitas vezes restringia-se aos bastidores (DOMINGUES, 2005). Essa realidade se modificou consideravelmente quando as mulheres negras romperam com essa lógica desigual e buscaram outras formas de enfrentamento da dominação masculina. Tal ruptura aconteceu de forma singular durante os anos de 1980 com a construção de co-

letivos e associações políticas próprias. Porém, antes da formação de organizações de mulheres negras, esboçou-se um pensamento crítico às relações sociais que invisibilizavam a atuação desses sujeitos na sociedade.

MOBILIZANDO IDÉIAS

Beatriz Nascimento (1942-1995) e **Lélia Gonzalez** (1945-1994) foram duas intelectuais negras que refletiram sobre os efeitos do racismo sobre a população negra de modo amplo, considerando seus impactos singulares sobre as mulheres. A historiadora Beatriz do Nascimento assinala os problemas enfrentados pelo/a negro/a ao reconstituir sua identidade, considerando o longo período da escravidão:

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda o resto de si mesmo (NASCIMENTO, 1974 Apud RATTTS, 2006: 98)¹

Beatriz Nascimento não via o/a negro/a simplesmente como vítima ou como um/a mero/a contribuinte da cultura nacional, mas o/a entendia, sobretudo, como participante da formação histórico-social do país. **Aos seus olhos, a mulher negra enfrentava os mesmos dilemas de pertencer a um grupo racialmente discriminado**, devido ao passado escravo que lhe legava **empregos similares àquelas ocupações e papéis sociais desempenhados na sociedade colonial**, e devido às **formas de discriminação recriadas na sociedade contemporânea**. Era nesse sentido que os elementos arcaicos e modernos atualizavam-se continuamente na vida de tais mulheres. Para as mulheres negras, ademais, tanto o racismo como o patriarcalismo operavam de forma a perpetuar sua subordinação na hierarquia social. Ou seja:

“Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima, que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante” (NASCIMENTO, 1976 Apud RATTTS, 2006:105)².

1 | Publicado originalmente em: Revista de Cultura Vozes. 68(7), pp. 65-68, Petrópolis, 1974. (RATTTS, 2006).

2 | Publicado originalmente em: Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, domingo, 25 de julho de 1976 (RATTTS, 2006).

Preocupações semelhantes às de Beatriz Nascimento também inquietaram Lélia Gonzalez, cuja carreira intelectual foi quase que completamente devotada a refletir e atuar sistematicamente em organizações coletivas pautadas nas temáticas raciais. Gonzalez foi a intelectual negra que melhor expressou o contexto político da redemocratização, pois sintetizou uma corrente do pensamento político negro nas categorias elementares de raça, classe e sexo.

Em 1981, ela escreve o artigo “*A questão negra no Brasil*” para os Cadernos Trabalhistas. Nele, a influência marxista é flagrante, especialmente no que diz respeito à explicação da exploração da classe proletária. Mais do que isso, a autora revela o modo pelo qual o racismo opera nas relações sociais, diferenciando negros/as e brancos/as e privilegiando estes/as em detrimento daqueles/as, mesmo nas classes cuja força de trabalho sustenta o sistema econômico:

Tanto negros como brancos pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou super exploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas.
(GONZALEZ,1986:64)

Para Gonzalez, no que concerne à estruturação das classes sociais no Brasil, o racismo desempenharia o papel de criar os “*mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social*” (GONZALES, 1979: 9). Tal fenômeno de hierarquização “*denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhado pelas formações*

Gonzalez foi a intelectual negra que melhor expressou o contexto político da redemocratização, pois sintetizou uma corrente do pensamento político negro nas categorias elementares de raça, classe e sexo.

sócio-econômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas” (GONZALES, 1979: 9).

Intelectual e ativista do movimento negro e de coletivos de mulheres negras, Gonzalez escreveu contra a ideologia nacional que relegava as mulheres negras a papéis sexuais, laborais e maternais, herdados do passado escravista. A representação da mucama, mãe preta e ama, segundo Lélia Gonzales, foi transposta para as imagens contemporâneas da mulata, da empregada doméstica e da babá, respectivamente. **Esse tipo de imagem confinava as mulheres negras a determinados lugares e papéis sociais, restringindo-as ao sexo e ao trabalho manual**, particularmente aqueles relacionados às **casas de família**. Dessa forma, concluiria a estudiosa:

“ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (GONZALES, 1982:97).

Nas publicações *“O Lugar da Mulher Negra na Sociedade Brasileira”* (1982) e *“Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”* (1983), a autora destaca que o pensamento social difundido tanto nas classes populares quanto no seio das elites intelectuais precisava ser reformado, retirando os sujeitos femininos negros das posições subalternas, posicionando-as em contrapartida em condições de posse de suas plenas potencialidades. Ao mesmo tempo em que **questionava a cultura brasileira de forma ampla, Gonzalez também criticava o movimento negro por persistir em posições machistas**, flagrantes nas práticas cotidianas que levavam tais mulheres à invisibilidade. Por outro lado, **canalizava a voz das mulheres negras que se opunham à visão dominante das feministas**, as quais ainda **apresentavam comportamentos de “patroas”**, isto é, **reproduziam as práticas racistas interiorizadas em seus processos de socialização**. Ademais, em espaços de poder conquistados pelas mulheres, havia sempre uma distribuição desigual de poder, senão ausência completa de representatividade negra.

A crítica de Gonzalez ao feminismo se referia à contradição do movimento ao não se ater a outros tipos de discriminação:

“tratar, por exemplo, a divisão sexual do trabalho sem articular com seu correspondente em nível racial, é recair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculino e branco” (GONZALES, 1988: 153).

Nesse sentido, propôs que o movimento de mulheres avance na discussão étnico-racial – particularmente observando o caso latino-americano em que as mulheres negras e indígenas seriam as categorias mais exploradas pelos sistemas de dominação racial e também por estarem posicionadas em classes sociais mais desprivilegiadas – para que a luta das feministas não pare numa alienação e reproduza a ideologia eurocêntrica e classista da realidade.

GLOSSÁRIO

Maria Beatriz Nascimento (1942 - 1995) foi ativista do movimento negro, historiadora, pesquisadora e poeta. Dedicou-se a estudar e a interrelacionar o racismo, os espaços - quilombos e favelas, o corpo, sexo, identidade e cultura negra, os deslocamentos socioespaciais de africanos/as e seus/suas descendentes, desenvolvendo as noções de “transmigração” e “transatlanticidade”. O livro “Eu sou atlântica” sobre a trajetória de sua vida foi escrito pelo antropólogo, geógrafo e professor da Universidade Federal de Goiás, Alex Ratts, também pesquisador especialista e ativista em relações raciais e de gênero. A publicação editada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto Kuanza tem prefácio de Sueli Carneiro.

O livro que dialoga com a obra de Beatriz e traz artigos escritos por ela, está disponível para download em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>

Lélia Gonzalez (1935-1994) - nasceu em Belo Horizonte, foi uma importante intelectual, política, professora e antropóloga brasileira. Formada em História e Filosofia, aprofundou seus estudos em Comunicação, Literatura, Antropologia, Sociologia e Psicanálise, na busca de compreender a realidade do negro e da mulher negra no Brasil, articulada a lutas mais amplas. Foi ativista política. Estudou profundamente a cultura, história e autores/as africanos/as, ajudou a fundar o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e o Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro. Escreveu os livros *Lugar do Negro*, publicado pela Editora Marco Zero, e *Festas Populares no Brasil* (1987, Editora Índex), premiado na Feira de Frankfurt. Escreveu também vários textos usados em panfletos, eventos e seminários. Fez inúmeras comunicações e palestras que marcaram a militância e os/as interlocutores/as dos encontros e eventos. Foi Conselheira da primeira gestão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-1989). Saiba mais em: http://www.leliagonzalez.org.br/material/Acao_e_Pensamento.pdf Acesso em 25 de Maio de 2010.



AGÊNCIAS FINANCIADORAS ESTRANGEIRAS

por meio da cooperação internacional, algumas organizações e agências estrangeiras financiam organizações e movimentos sociais brasileiros, para garantir e fortalecer a democracia e a defesa de direitos no Brasil. Os recursos financiam projetos, formação de quadros, desenvolvimento pessoal de militantes e troca de experiências entre os apoiados. O movimento negro e as organizações de mulheres negras recebem recursos de várias agências, entre elas a CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço, que há 36 anos congrega recursos de várias grupos religiosos internacionais; Fundação Ford (1936), organização privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos para ser uma fonte de apoio a pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo, comprometidas com a consolidação da democracia, a redução da pobreza e da injustiça social e com o desenvolvimento humano; AFL-CIO – Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organização Industriais, maior central operária dos EUA e Canadá, que apoia projetos com foco no mundo do trabalho; UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, que ligada a ONU, apoia organizações e projetos para mulheres; União Europeia também apoia projetos em várias áreas de intervenção e tem apoiado as organizações de mulheres negras e do movimento negro em geral.

ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS: SUAS DEMANDAS, SEUS PROJETOS

QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO DE
MULHERES NEGRAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS
DESIGUALDADES DE GÊNERO E DE RAÇA?

Foi no bojo das mobilizações contra a ditadura e pela abertura democrática que apareceram os primeiros grupos organizados de mulheres negras, ligados inicialmente ao movimento negro e feminista. Interessadas em **dar visibilidade às suas demandas** e percebendo que poderiam **abrir uma agenda própria em intersecção com o movimento antirracista e antissexista**, formaram-se os **primeiros coletivos de mulheres** ao longo da **década de 1980 e 1990**, que, aos poucos, foram se institucionalizando.

Esses novos sujeitos coletivos são fortalecidos a partir de incentivos e experiências adquiridas tanto no âmbito nacional como internacional. No primeiro, inscreve-se uma disputa por participação política em esferas civis e estatais, ampliadas no contexto de abertura institucional. O segundo esteve atrelado aos processos de mobilização em conferências internacionais, várias delas estudadas neste Curso e, posteriormente, por intermédio de auxílios de **AGÊNCIAS FINANCIADORAS ESTRANGEIRAS** (ROLAND,

2000). É nesse espectro que o movimento está compreendido; longe de promover um sectarismo de grupo, as ativistas do movimento de mulheres negras procuraram, sempre, articular as esferas locais e globais de mobilização de recursos econômicos e políticos.

Um dos conflitos mais marcantes para a organização das mulheres negras como entidades autônomas ocorreu na ocasião da formação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo que, em 1984, se constituiu sem ter nenhuma mulher negra como integrante. Diante desse quadro explícito de ausência de representação negra em espaços destinados à participação, tornava-se evidente a necessidade de maior articulação política para sustentar as lutas das mulheres negras. O ganho social dessa investida foi a conquista de assentos, tanto no Conselho Estadual, quanto no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado anos mais tarde, em 1988. É preciso salientar que **a presença das mulheres negras nesses espaços, propiciou a produção de diagnósticos de desigualdade racial e de gênero em diferentes instâncias da vida social**, como nas áreas de **educação, trabalho e política** (CARNEIRO; SANTOS; COSTA,1985).

No que diz respeito ao avanço do feminismo em termos de direitos sociais, Sueli Carneiro, em artigo recente, faz um parecer considerando as conquistas mais gerais das mulheres brasileiras:

“Esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas. (CARNEIRO, 2003: 117)

Se, por um lado, essas eram conquistas feministas que beneficiavam as mulheres indiscriminadamente, por outro, o movimento de mulheres negras via a necessidade de manter seu questionamento sobre a pertinência de focalizar políticas para suas demandas específicas, uma vez que, **embora o sexismo atingisse diretamente todas as mulheres, sobre as mulheres negras recaía ainda o racismo**, outro tipo de dominação que incidia sobre **aquelas cujas características físicas afastavam-se do padrão estético branco**. Esse fenômeno social exigia medidas direcionadas para coibi-lo, especialmente porque a ação combinada dessas discriminações (por gênero e raça) com outras formas de dominação e exploração (como a econômica) potencializava os efeitos negativos para as mulheres negras.

Nesse sentido, o enfrentamento da militância negra junto ao Conselho da Condição Feminina foi fator decisivo para maior articulação das mulheres negras, seja para fortalecer os já existentes coletivos de outros estados, seja para promover o surgimento de outras redes de articulação em lugares sem esse tipo de ativismo político. Sob o efeito dessa conjuntura, foi realizado o “*I Encontro Estadual de Mulheres Negras*”, em São Paulo, no ano de 1984, cujo intento era construir uma identidade coletiva própria e traçar estratégias para ação em favor das demandas desse segmento social. Quatro anos depois, realizou-se o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras*, formando, assim, uma articulação em nível amplo e fortalecendo a construção de coletivos em outras regiões do Brasil. Desse modo, durante toda a década de 1980, foram construídos, por exemplo, coletivos políticos de mulheres negras no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais, dentre outros. Na terceira unidade do Módulo I, apresentamos uma cronologia das conquistas do movimento feminista e do movimento de mulheres negras e convidamos você a completar a linha apresentada com o histórico do seu estado e da sua cidade, essas informações são primordiais para ampliar os conhecimentos a respeito das atuais reivindicações e propostas desses movimentos.

Do ponto de vista do ambiente internacional, as conferências mundiais foram fundamentais para a articulação do movimento feminista de modo geral, e para o movimento feminista negro em particular. Em seus primeiros passos nos ciclos de conferência, a temática dos direitos reprodutivos destacou-se como a principal polêmica na qual o movimento de mulheres negras esteve envolvido inicialmente. Edna Roland (2000) explicita bem os termos desse debate, apresentando o ponto de vista do feminismo negro, que, segundo ela, recusou “a posição patriarcal dos **neomalthusianos**”, cujas concepções pregavam maior controle populacional, como critério para o desenvolvi-

O leque de temas e demandas do movimento de mulheres negras foi ampliando-se à medida que o ativismo ganhava mais fôlego e experiência na ação coletiva.

mento humano, asseverando um controle maior para as populações não brancas e pobres.

Assim, o movimento de mulheres **denunciou os métodos de esterilização das mulheres de baixa renda** por meio de campanhas nacionais. **Contrariando a visão dos organismos internacionais e estatais, as ativistas exigiam direito pleno à fecundidade e à vida.** Na visão dessas militantes, **as investidas do Estado em favor do desenvolvimento humano**, ao invés de restringir-se ao controle do corpo feminino, **deveriam focalizar-se nas áreas da vida humana que favoreciam a plenitude da cidadania**, isto é, a **educação, o saneamento básico, a ampliação de postos de emprego** etc. Em outras palavras, reivindicavam-se os direitos sociais básicos garantidos pela Constituição e ainda o direito de gerência do corpo, não sendo este objeto de interferência do Estado. A luta pelos direitos reprodutivos inscrevia-se, desse modo, na busca pela autonomia do ser, pela plenitude da liberdade de si.

O leque de temas e demandas do movimento de mulheres negras foi ampliando-se à medida que o ativismo ganhava mais fôlego e experiência na ação coletiva. A partir do final dos anos de 1980 e durante os anos de 1990, tais mobilizações passaram por processos intensos de institucionalização. Era a passagem dos coletivos políticos para formalização das organizações não governamentais, marcada pela profissionalização de suas lideranças, pela organização dos coletivos e pela administração das finanças destinadas à elaboração e efetivação dos projetos sociais orientados para públicos específicos. Nesse contexto, surgem organizações como: **Maria Mulher, Geledés, Criola, Casa de Cultura da Mulher Negra, Mãe Andresa, Fala Preta**, dentre outras. Oferecendo desde oficinas de estética combinadas com a valorização da beleza negra a cursos profissionalizantes voltados para a geração de renda, essas organizações passaram a atuar no processo de formação de mulheres negras acerca de seus direitos, além de promoverem atividades de denúncia da discriminação racial e da violência contra a mulher e de defesa dos direitos humanos.

A importância do movimento de mulheres negras se fez verificar não apenas pelos impactos sobre as comunidades ou públicos que gravitam no entorno de suas organizações ou do **Fórum Nacional de Mulheres Negras** ou da **Articulação de Mulheres**

Negras. Suas experiências e ações habilitaram esse ativismo a desenvolver intervenções propositivas em diferentes instâncias. Nesse sentido, a conferência de Beijing, na China, teve significativa participação das mulheres negras, interferindo nas concepções políticas que normatizam os documentos oficiais (Declaração e Programa de Ação), relevantes para o desenvolvimento de políticas voltadas para as mulheres do mundo inteiro.

A DECLARAÇÃO E O PROGRAMA DE AÇÃO, SEGUNDO MATILDE RIBEIRO:

“(...) diagnostica e aponta medidas para alteração das condições de vida, reafirmando compromissos em prol dos direitos humanos das mulheres, combinados com a necessidade de superação das injustiças sociais que abatem sobre a população não branca, discriminada pelo racismo”. (RIBEIRO, 2008: 995)

A III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), ocorrida na África do Sul, é outra evidência marcante do protagonismo das mulheres negras, que se fizeram representar em grande número, além de conseguirem ocupar posição relevante na condução do processo do referido evento. Para o Brasil, as resoluções lá desenhadas reverberaram na proposição de ações políticas focalizadas na população negra do país, prescrevendo o enfrentamento de múltiplas formas de discriminação, especialmente de gênero, raça, etnia, de credo religioso e de condições socioeconômicas.

GLOSSÁRIO

Articulação de Mulheres Negras – com apoio da UNIFEM, foi formada a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras para fortalecer as organizações de mulheres negras no Brasil e seu trabalho de implementação e monitoramento dos compromissos de Durban (2001). Dentre as atividades da Articulação, se destacaram:

- 1) estratégias de comunicação para dar visibilidade às desigualdades de gênero e raça e aos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro em Durban. Para isso foi produzida uma revista de circulação nacional, distribuída para ativistas do movimento de mulheres negras, movimento feminista, movimento negro, parlamentares e outras autoridades, com repercussão muito positiva.
- 2) a participação das mulheres negras na elaboração do Relatório da Sociedade Civil sobre o cumprimento da CEDAW pelo Governo Brasileiro.

3) o Seminário Reformas: Raça, Gênero e Políticas de Inclusão Social, Brasília, 13 de maio de 2003, promovido pela Articulação de Mulheres Negras e o Senado Federal, para sensibilização dos setores públicos e a participação das mulheres negras no processo de discussão sobre mecanismos para incluir as dimensões de gênero e raça nas reformas.

Foi criada também uma rede de comunicação virtual, no processo preparatório da III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban), com o objetivo de estabelecer um canal de informação entre as mulheres negras organizadas, a comunidade negra em geral e pessoas interessadas na discussão dos temas dentro de perspectiva feminista negra. Nesse espaço, são discutidas questões relacionadas às discriminações de gênero, raça e classe, bem como outros temas de interesse dessa comunidade. Mantém-se um ambiente de trocas de opiniões, planejamento de ações, discussão de políticas públicas, divulgação de agenda. Para fazer parte da lista, é necessário mandar e-mail para: mulheresnegras-subscribe@yahoogroups.com.br

Casa de Cultura da Mulher Negra (1990) – foi fundada em Santos, depois de cinco anos de ações do Coletivo das Mulheres Negras da Baixada Santista. Pensando na sustentabilidade financeira para mulheres, o local escolhido para a sede foi um bairro de classe alta e desde o início foram dadas formações em culinária e artesanato africanos, visando à instalação de um restaurante com culinária africana e uma loja de roupas com estilo afro. Nessa linha, foram feitas oficinas de formação de mulheres para geração de renda. A Casa mantém o Centro de Documentação e livraria *Carolina de Jesus*; produz livros, materiais e a revista *Eparrei*, que aborda várias temáticas ligadas às questões das mulheres, tais como violência doméstica e direitos das mulheres. www.casadeculturadamulhernegra.org.br

Criola (1992) - é uma organização da sociedade civil conduzida por mulheres negras, a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal. Tem como missão instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia (discriminação contra lésbicas) e para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria das condições de vida da população negra. www.criola.org.br

Fala Preta (1997) – tem como missão promover o desenvolvimento humano sustentável, buscando a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, especialmente a discriminação étnico-racial e a de gênero, com base nos princípios éticos da igualdade, equidade e justiça, na promoção da qualidade de vida e no respeito aos direitos humanos e reprodutivos.

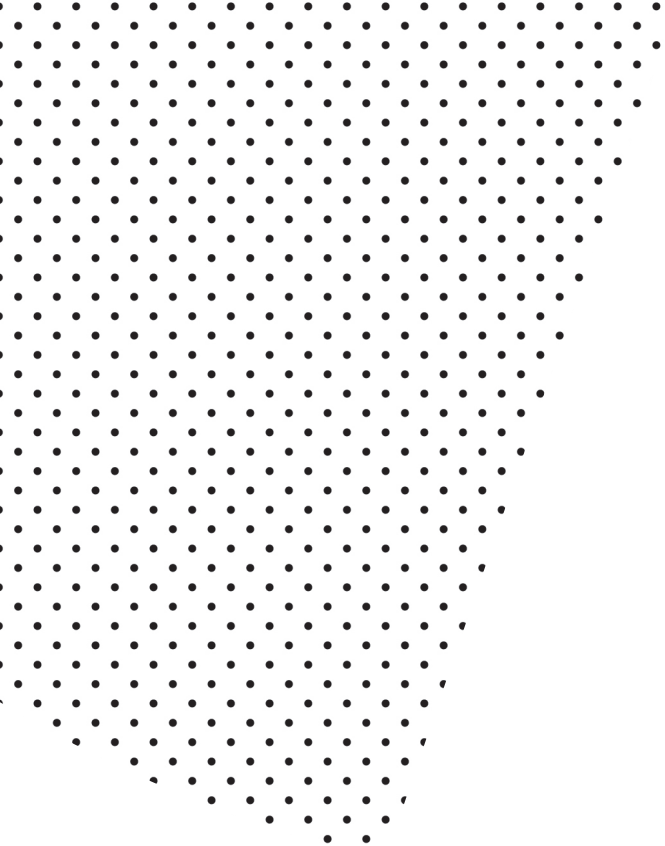
Fórum Nacional de Mulheres Negras - O Fórum é composto por mulheres negras das mais variadas origens: ativistas autônomas, representantes de entidades, que participam da luta para afirmar o direito à vida plena, livres de intolerâncias étnico-raciais, de sexualidade-gênero, de credo ou classe social; em um meio ambiente preservado, com direito a lazer, trabalho digno e razoável, com saúde e qualidade de vida, garantido o direito de comunicação.

Geledés – Instituto da Mulher Negra (1988) - é uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e a promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral. O Instituto vem, nesses anos, consolidando as discussões sobre as questões da mulher negra como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade brasileira, sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos/as. Em sua história, a Organização registra intervenções políticas nos âmbitos nacional, regional e internacional, com o objetivo de denunciar o racismo existente na sociedade brasileira e sensibilizar governos e sociedade civil para a discussão do processo de exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo. www.geledes.org.br

Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (1986) - tem uma trajetória na conquista dos direitos das mulheres negras maranhenses e brasileiras. Sua missão é incentivar e fortalecer a organização e o protagonismo das mulheres negras, por meio da formação político-social, do empoderamento e da projeção dessas mulheres na sociedade.

Maria Mulher (1987) - é uma organização feminista, coordenada por mulheres negras com formação e experiências diversas, favorecendo a realização de um trabalho interdisciplinar. Desde a sua fundação, Maria Mulher vem pontuando a defesa dos direitos das mulheres e a luta pela melhoria das condições de vida da população afrobrasileira. www.mariamulher.org.br

Neomalthusianos - são os seguidores da Teoria Populacional Neomalthusiana, uma atualização da teoria criada pelo demógrafo Thomas Malthus. Para esse grupo, a causa da pobreza e do subdesenvolvimento dos países é seu crescimento populacional, sua superpopulação, elevando os gastos com as políticas sociais, esgotando os recursos naturais e dificultando investimentos em setores produtivos e consequentemente gerando desemprego. A partir dessa ideia, surgiram vários estudos e propostas neomalthusianas. O grupo defende o planejamento familiar.



A CONSTRUÇÃO DE AGENDA ANTIRRACISTA DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

COMO O MOVIMENTO NEGRO E DE MULHERES NEGRAS INCLUEM EM SUAS AGENDAS A LUTA POR RECONHECIMENTO, PARTICIPAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL?
QUAIS OBSTÁCULOS ESSES MOVIMENTOS TÊM ENCONTRADO?
DE QUE FORMA O MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO TEM INCIDIDO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?
QUAIS OS PRINCIPAIS PONTOS DA AGENDA ANTIRRACISTA PROPOSTA PELO MOVIMENTO NEGRO?

A marca ideológica assumida pelo movimento negro contemporâneo passou por características que mesclam a reivindicação por direitos civis e sociais e o reconhecimento cultural. Essa nova direção política foi sintetizada por D'Adesky da seguinte forma:

“O movimento negro exerce uma ação marcada, sobretudo por um discurso que reivindica o pleno reconhecimento da cidadania do negro, baseado na preservação e valorização das tradições culturais de origem africana, na reinterpretação da história e na denúncia de todos os fatores de desenraizamento e de alienação que atingem a população negra (D’ADESKY, 2001: 151)

Os conselhos e as secretarias orientados para receber e gerir as demandas dos/as afrobrasileiros/as resultaram dessas pressões e articulações do movimento, tornando-se os primeiros espaços estatais de absorção das lideranças negras.

A cidadania reivindicada pelo movimento negro, segundo o autor, **não está circunscrita à dimensão material** apenas, mas **apresenta-se ainda em termos simbólicos, que dizem respeito ao patrimônio cultural**. Desse modo, ela se faz tanto pela dimensão da **distribuição de recursos com a finalidade de redução das “desigualdades sócio-econômicas que separam brancos e negros”** (D’ADESKY, 2001: 151) quanto pela **dimensão cultural e simbólica**, lida aqui pela chave do **reconhecimento da presença, contribuição e participação da comunidade afrobrasileira na construção da nação** em termos econômicos, políticos e socioculturais.

Tendo em vista essa concepção de cidadania, o ativismo negro foi estabelecendo estratégias de ampliação de espaços, tanto na esfera civil quanto na estatal, à medida que promovia com os demais movimentos sociais a democratização das instituições públicas. Os conselhos e as secretarias orientados para receber e gerir as demandas dos/as afrobrasileiros/as resultaram dessas pressões e articulações do movimento, tornando-se os primeiros espaços estatais de absorção das lideranças negras, favorecendo a **formação de uma militância profissional com experiência em gestão pública e conhecedora dos meandros burocráticos do Estado** (RIOS, 2009).

A primeira vez que essa experiência aconteceu na história do Brasil foi à ocasião da criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Estado de São Paulo, em 1984. Inspirado no Conselho da Condição feminina, criado um pouco antes, um grupo de militantes negros/as pleiteou a formação de um órgão estatal capaz de absorver e canalizar reivindicações do movimento negro paulista, que versava sobre as demandas da comunidade negra no território desse Estado. Tal fato impulsionou a implantação de conselhos municipais em estados brasileiros, como Rio

de Janeiro, Belo Horizonte, Mato Grosso do Sul, Bahia, Brasília dentre outros (SANTOS, 2006).

Além disso, ao longo da **década de 1980, dois processos** foram particularmente **relevantes para a mobilização coletiva negra**. O primeiro diz respeito aos eventos relativos ao **centenário da abolição**. O segundo refere-se à **elaboração da nova Constituição da República**.

DO 13 DE MAIO AO 20 DE NOVEMBRO

O centenário da Abolição (13 de maio de 1988) foi uma data oportuna para o movimento negro questionar a visão do Estado brasileiro referente às relações raciais no Brasil. Nesse período, como já vimos, a visão hegemônica dos/as governantes era de que vivíamos no país da democracia racial, como bem explicitado por Guimarães:

“Nos anos de ditadura militar, entre 1968 e 1978, a ‘democracia racial’ passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro. Ora, a redução do anti-racismo ao anti-racialismo, e sua utilização para negar os fatos de discriminação e as desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por formar uma ideologia racista, ou seja, uma justificativa da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes”
(GUIMARÃES, 2005: 62)

Havia também o **entendimento de que o 13 de maio era uma data comemorativa para o país**, uma vez que se tratava da **abolição da escravidão promovida pela princesa Isabel**. Contrário ao modo pelo qual o Estado conduzia os discursos oficiais acerca da Lei Áurea, **o movimento negro denunciava esse otimismo de estado, assinalando que a Lei Áurea teria ficado inconclusa**. E, dessa forma, para o ativismo, seria preciso **denunciar as homenagens ao “13 de maio”**. Uma versão mais radical dessa crítica chegou a ser cantada por Oswaldo de Camargo do seguinte modo:

EM MAIO

*Já não há mais razão para chamar as lembranças
e mostrá-las ao povo*

em maio.

*Em maio sopram ventos desatados
por mãos de mando, turvam o sentido
do que sonhamos.*

*Em maio uma tal senhora Liberdade se alvoroça,
e desce às praças das bocas entreabertas
e começa:*

“Outrora, nas senzalas, os senhores...”

*Mas a Liberdade que desce à praça
nos meados de maio,*

pedindo rumores,

*É uma senhora esquelética, seca, desvalida
e nada sabe de nossa vida.*

*A Liberdade que sei é uma menina sem jeito,
vem montada no ombro dos moleques
e se esconde*

*no peito, em fogo, dos que jamais irão
à praça.*

*Na praça estão os fracos, os velhos, os decadentes
e seu grito: “bendita Liberdade!”*

*E ela sorri e se orgulha, de verdade,
do muito que tem feito!¹*

Escrito às vésperas do centenário da Abolição, não haveria versão mais pessimista do que essa apresentada pelo poeta e ensaísta Oswaldo de Camargo, que foi um dos exímios lutadores pela instituição do 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), em oposição ao 13 de maio, data oficial do Estado. **A mensagem do poema reflete postura influente no movimento negro, que chegava a negar completamente a possibilidade de qualquer saída às ruas para lembrar o dia da abolição:** “Já não há mais razão para chamar as lembranças e mostrá-las ao povo em maio”. Na verdade, o autor chega mesmo a defender o esquecimento dessa data. Podemos dizer que Camargo simplesmente não aceitava a possibilidade de comemoração desse evento, uma vez

¹ | Originalmente publicado em O Estado de S. Paulo, 25-1-1987, Cad. 2, p. 5 (informação extraída do site <http://brazilianmusic.com/aabc/literature/palmars/oswaldo.html> Acesso em 12 de maio de 2008).

que a liberdade formal é metaforicamente vista como uma “senhora esquelética, seca, desvalida”, satirizando, com isso, a imagem da Princesa Isabel.

Camargo sugere que os/as negros/as já haviam conquistado a liberdade, antes mesmo da abolição oficial. **A tal redenção teria pouco efeito**, uma vez que **a maior parte dos/as escravizados/as já teria conseguido “alforria” por suas próprias mãos**, sendo a referida Lei apenas a ratificação de um processo em curso e inevitável. Afinal de contas, **a historiografia indicou que o Brasil fora o último a abolir a escravidão moderna**: todos os demais países americanos já eram regidos pelo mercado de mão de obra livre naquela ocasião.

Assim, a praça tomava o lugar do Estado, da figura dominante que desconhecia a vida real e concreta dos/as negros/as, pois nada sabia “de nossas vidas”. A personificação da senhora, a grande heroína da monarquia brasileira, tornava-se uma heroína rejeitada, em favor de “uma menina sem jeito”, que deveria ser cantada por cada negro/a, porque nela estava o valor individual e coletivo da liberdade. Essa é, então, uma sugestão política versada pelo poeta, que expressa o sentido e a interpretação do movimento negro acerca dos fatos históricos. Significa também uma intervenção que se opunha àquela defendida pela classe dirigente do país.

Ao tornar o 13 de maio um dia de denúncia do racismo e da discriminação racial, o movimento negro tentava erigir sua bandeira em favor do 20 de novembro, data da morte de **Zumbi dos Palmares, quilombola, herói negro na luta contra a escravidão no Brasil**. Essa data era vista como oportuna para restituir aos/às negros/as autonomia política e autodeterminação enquanto sujeitos políticos de sua própria liberdade. Aos poucos, **o “20 de novembro” tornar-se-ia o Dia Nacional da Consciência Negra**. Tratava-se de uma proposta iniciada pelo **Grupo Palmares do Rio Grande do Sul** e que fora acampada pelo **Movimento Negro Unificado** (SILVEIRA, 2003), sendo logo **difundida por toda a militância negra brasileira**.

*Ao tornar o 13
de maio um dia
de denúncia do
racismo e da
discriminação
racial, o
movimento negro
tentava erigir
sua bandeira em
favor do 20 de
novembro, data
da morte de Zumbi
dos Palmares.*

Nesse sentido, também os poetas cantam e exaltam a figura mítica de Zumbi, que parece fortalecer a identidade negra e promover a luta pela liberdade:

LINHAGEM

*Eu sou descendente de zumbi
Zumbi é meu pai e meu guia
me envia mensagens de orum
meus dentes brilham na noite escura
Afiados como Agadá de Ogum
Eu sou descendente de Zumbi
Sou bravo valente, sou nobre
Os gritos aflitos do negro
Os gritos aflitos do pobre
Os gritos aflitos de todos
Os povos sofridos do mundo
No meu peito desabrocham
Em força e em revolta
Me empurram para luta e me comovem
Eu sou descendente de Zumbi
Zumbi é meu pai, é meu guia
Eu trago quilombos e vozes bravias dentro de mim
Eu trago os duros punhos cerrados
Cerrados como rochas
Floridos como jardins
(Carlos Assunção)*

O poema acima se refere ao repertório comum do movimento negro contemporâneo, que tem na figura do herói palmarino a inspiração para falar de liberdade. No texto, a ideia de linhagem pretende estabelecer **uma conexão histórica entre o combate à escravidão do passado e a luta contra o racismo no presente**. Numa só frase, Zumbi é elevado à categoria de *ancestral* do movimento negro. Florentina Souza (2005), ao analisar discursos e linguagens utilizados pela produção ligada à militância negra, revela que, além desse, há outros poemas cujo cerne é a valorização da rebeldia negra e o fortalecimento da identidade a partir da reconstrução do “eu” positivado, levando tanto à emancipação individual como coletiva.

GLOSSÁRIO

Ancestral – antecessor/a do movimento, a grande referência. O termo se refere aos/às antecessores/as e antepassados/as.

O MOVIMENTO NEGRO E A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ: DAS LEIS À IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS

QUAL A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO
E DE MULHERES NEGRAS NO PROCESSO DE
DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
DO PAÍS?
COMO O MOVIMENTO NEGRO E DE MULHERES
NEGRAS SE ARTICULAM COM OUTROS
MOVIMENTOS, PARA A TRANSFORMAÇÃO
DAS DESIGUALDADES?

O ponto alto da mobilização negra também se fez representar no texto constitucional de 1988. As conquistas do movimento negro, na nova Constituição, abriram uma agenda de ações para o ativismo negro, cujas demandas se voltaram para as ações de implementação de políticas direcionadas para a população negra. Isso se fez por meio do crescimento e profissionalização de seus ativistas e suas organizações civis, as quais foram se tornando as principais protagonistas de iniciativas antirracistas durante a década de 1990 (HERINGER, 2000).

Com o fortalecimento do movimento negro nas suas diferentes expressões, a militância política sentiu a necessidade de fazer o *I Encontro Nacional de Entidades Negras*, que ocorreu na cidade de São Paulo, em 1991. Segundo

Mendonça (1996), que fez o levantamento dos/as participantes do evento, havia 550 delegados/as oriundos/as de 19 estados do país, além dos/as participantes que somavam aproximadamente mil pessoas. Esse evento foi construído a partir de encontros estaduais e a coordenação geral ficou a cargo dos Agentes Pastorais Negros (APNs), a Unegro e a Soweto. O evento permitiu evidenciar o acúmulo de forças e de experiências de ativismo, que o movimento social tinha adquirido nas décadas anteriores.

Com esse potencial, os anos de 1990 assistiram a um deslocamento da postura do movimento negro perante a sociedade e o Estado, na medida em que esse movimento passou por um processo de institucionalização de suas práticas sociais, configurando-se em associações civis. A bem dizer, os projetos sociais são a cristalização de uma experiência gestora que passou a fazer parte do cotidiano dessas formas de associações civis, com predomínio das ações de caráter gerencial, financiadas por recursos públicos e privados (fundações, agências multilaterais e empresas nacionais e internacionais). Dentre as áreas de atuação dessas associações, destacam-se a saúde, a educação, a assessoria jurídica ou “advocacia dos direitos humanos”.

*O ideal coletivo
do movimento
negro vigente
deseja a reforma
democrática em
favor da igualdade
de direitos e do
pluralismo étnico-
racial.*

Essa nova prática organizativa, introduzida pela entrada da economia e das finanças nas associações, combina indivíduos com perfil de liderança política – na figura do “militante” construída no protesto político – e o novo perfil cada vez mais em destaque: a figura do “funcionário” ou do “assessor” (RIOS, 2009). Por outro lado, tornam-se cada vez mais proeminentes a figura do *público-alvo* e dos *prestadores de serviços*. Esse processo de institucionalização não é uma particularidade do movimento negro, já que pode ser notado em outras agremiações políticas, como as das feministas, ambientalistas e até mesmo os grupos de defesa dos bairros, uma vez que no Brasil ocorreu, principalmente a partir da década de 1990, uma expansão desse modelo de associação civil.

O ideal coletivo do movimento negro vigente deseja a reforma democrática em favor da igualdade de direitos e do pluralismo étnico-racial. Em outras palavras, suas reivindicações são mais incisivas no que compete à **não discriminação dos/as negros/as em instituições pú-**

blicas e privadas, à redução das desigualdades raciais nos diversos âmbitos da vida, particularmente no trabalho, na educação e, mais recentemente, na saúde.

As **demandas por terras quilombolas e a inserção de história da África e dos/as afro-brasileiros/as no currículo escolar**, bem como o **fortalecimento das práticas culturais tradicionalmente associadas aos afro-brasileiros/as** (como candomblés, o jongo, congada, o tambor de crioula e capoeira dentre outros) **são reivindicações que estão no escopo das lutas antirracistas do Brasil**. A busca por reconhecimento deixou de ser apenas a base moral e ética que formou a identidade dos ativistas, passando agora a objeto de litígio do movimento social frente ao Estado. Isto é, a universalização dos direitos também se faz, na compreensão dos/as ativistas, pela construção de uma imagem negra sem os estereótipos característicos do senso comum nacional, pela valorização de práticas e saberes de comunidades negras tradicionais e pela demarcação de terras coletivas para as populações descendentes de escravizados/as, além de educação diferenciada, voltada para o enfrentamento do racismo contra esses grupos.

Com efeito, com o estabelecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil, **o movimento negro disputa os conceitos fundamentais da democracia**, particularmente a **ideia de universalidade, liberdade e de igualdade**, bem como a de **participação e representação política**. Essa luta acontece também, e cada vez mais, nos espaços institucionais, como parlamento, na burocracia estatal (na qual são desenhadas as políticas públicas), no judiciário, em que são realizadas as queixas e denúncias de discriminação racial, especialmente no Ministério Público, instância de poder frequentemente utilizada pelo movimento negro em suas investidas contra o Estado e empresas privadas (RIOS, 2009).

Esse desempenho público dos/as afro-brasileiros/as tem ocorrido a despeito de sua baixa representatividade política no parlamento (JOHNSON III, 2000). Em que pese esse número reduzido de políticos/as dispostos/as e interessados/as em representar as demandas sociais negras, nas últimas duas décadas, o movimento negro atuou com firmeza no sentido de introduzir a temática racial na disputa institucional brasileira (Guimarães, 2001).

Isso ocorreu, sobretudo, a partir de 1995, em decorrência da **Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi**. Estima-se que **cerca de 30 mil pessoas caminharam em**

rememoração aos 300 anos de morte do herói quilombola, com o seguinte lema: **“contra o racismo, pela cidadania e a vida”**.

A marcha culminou com o encontro entre o então Presidente da República e a **comitiva nacional do movimento**. Nesse encontro, alguns de seus ministros, como Paulo Renato e Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, se faziam presentes quando os/as ativistas/as entregaram um **DOCUMENTO FORMAL** no qual apresentava suas reivindicações, “denunciando o racismo, defendendo a inclusão dos/as negros/as na sociedade brasileira e apresentando propostas concretas de políticas públicas”. No depoimento do ativista Edson Cardoso, esse evento marcava um novo tipo de intervenção do movimento negro junto ao Estado:

DOCUMENTO FORMAL

Acesse o documento final de divulgação da Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi; MARCHA NACIONAL ZUMBI DOS PALMARES, CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E PELA VIDA, 1, 1996. Documento apresentado ao Sr. Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: http://www.eliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf Acesso em 16 de maio de 2010.

*“Chegamos aqui **após percorrermos um longo caminho** e acreditamos que a partir desse momento **a questão racial deixa de ficar no confinamento do cultural**, onde o estado intervém no carnaval liberando verbas para o desfile de bloco. **O que a marcha veio exigir** da representação política do estado brasileiro é que **o orçamento da união defina recursos explicitamente para superar as desigualdades raciais no campo da educação, no campo da saúde, da comunicação e do emprego.** (Depoimento de Edson Cardoso extraído do documentário da Marcha de Zumbi dos Palmares de 1996.)*

Na avaliação de Cardoso, há um elemento importante para a política do movimento negro dos anos 1990, quando contraposta à década anterior. No plano federal, a conquista do movimento no centenário da abolição foi a construção da **Fundação Palmares**, um órgão ligado ao Ministério da Cultura, o qual canaliza demandas do movimento ligadas à dimensão cultural, não enfrentando, assim, os problemas de desigualdade, uma vez que o órgão não tinha essas finalidades em sua missão institucional. Diferentemente desse tipo de relação que se estendia para o Brasil inteiro, a proposta da **Marcha de 1995 tinha um caráter mais ousado**: pretendia **propor ao Estado o enfrentamento das desigualdades raciais** e isso exigia a **destinação de verbas específicas para lidar com essa demanda**.

O resultado da Marcha foi o decreto presidencial que criava um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com objetivo de promover políticas para “a valorização da população negra”, em resposta ao conjunto de reivindicações apresentadas em documento ao presidente Fernando Henrique Cardoso. A função do grupo seria estudar propostas para o desenvolvimento e participação da população negra, considerando que para isso seria necessário “propor ações integradas de combate à discriminação racial”.¹ Ivanir Santos, um ativista do movimento negro carioca, fundador da organização não governamental Centro de Articulações de Populações Marginalizadas (CEAP), analisando os desdobramentos do protesto de 1995, apresentou a seguinte avaliação:

*Pela primeira vez
na história do
Brasil o Estado
brasileiro tem que
reconhecer que ele
é racista e que a
sociedade é racista*

Pela primeira vez na história do Brasil o Estado brasileiro tem que reconhecer que ele é racista e que a sociedade é racista e isso levou inclusive o governo brasileiro a instituir uma comissão interministerial para tratar políticas públicas para a população negra e isso foi um fato muito importante e foi uma conquista da marcha. (Depoimento de Ivanir dos Santos ao Documentário Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995.)

Em termos concretos, ações foram esboçadas junto a alguns ministérios na tentativa de ampliar a questão racial no âmbito governamental. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), proposto em 1996, foi a referência normativa para o enfrentamento desta questão. Nele, o governo assume o compromisso de realizar estratégias de combate às desigualdades raciais por meio de políticas direcionadas para a população negra, tais como inclusão do quesito cor em todos e quaisquer sistemas de informação e registro sobre a população e bancos de dados públicos; apoio a grupos de trabalho e criação de conselhos; estímulo à presença dos grupos étnicos que compõem a população brasileira em propagandas institucionais do Governo Federal; apoio às ações da iniciativa privada que realizem “discriminação positiva”; formulação de políticas compensatórias que promovam a comunidade negra, alteração do conteúdo de livros didáticos e a ampliação do acesso de entidades da comunidade negra aos diver-

1 | Decreto do Presidente da República em 20 de novembro de 1995.

tos setores do governo. Essas foram iniciativas pioneiras no que diz respeito ao enfrentamento estatal das desigualdades raciais, ocorridas durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

Esses programas foram diversificados e intensificados após a conferência de Durban e na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (LIMA, 2008). Duas ações fundamentais deste governo devem ser destacadas, porque os impactos são expressivos para todo o território nacional. A primeira é a promulgação da **Lei 10639/2003**, que **institui o Ensino de História e Cultura da África e dos/as Afro-brasileiros/as** em todos os **estabelecimentos de ensino do país**. Para se ter uma ideia do projeto político-pedagógico contido na referida lei, vejamos o que diz o parecer que o fundamenta:

*É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que **tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros**, assim como de **todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados** para o ensino das **diferentes áreas de conhecimentos**; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (Parecer da Lei 10639/03, 2004)*

Com essas recomendações, o país tem se mobilizado no sentido de oferecer cursos de formação para educação das relações étnico-raciais, que consistem em combater o preconceito racial na cultura formal e se apresentam como uma alternativa pedagógica ao cânone eurocêntrico da formação escolar brasileira. Nesse sentido, podemos destacar o conjunto de cursos de capacitação de profissionais de educação realizados, muitos deles, em parceria entre sociedade civil e Estado com intuito de concretizar essa política.

A segunda ação com grande impacto no processo de institucionalização das questões raciais foi **a criação da Secretaria Para Promoção da Igualdade Racial (SEPIR)**, em 2003. A proposta desse órgão é envolver os ministérios e os demais órgãos

do poder executivo para garantir a transversalidade das políticas de combate ao racismo. A SEPPPIR também atua por parcerias e convênios com diferentes ministérios, em âmbito federal, estadual e municipal. Trata-se de um espaço político que ratifica a tendência da militância negra em ampliar seu *locus* de atuação, estabelecendo laços cada vez mais próximos com o poder público, uma vez que esse órgão público tem como proposta acolher e negociar as demandas da população negra, bem como de seus grupos organizados em forma de movimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescente êxito da ação coletiva negra tem dependido cada vez mais de sua habilidade para aliar-se a setores da sociedade civil e do Estado, que até pouco tempo atrás conferiam pouca atenção às demandas do movimento. As investidas na esfera pública nacional alteraram significativamente as relações entre “raça” e política na sociedade brasileira nos últimos anos. O trânsito de militantes negros/as no poder executivo, legislativo, o acesso constante ao judiciário, a existência de órgãos públicos destinados exclusivamente às chamadas “políticas de igualdade racial”, o progressivo engajamento de deputados/as e senadores/as negros/as nas pautas do ativismo sugerem campos de ação jamais vistos na história política brasileira.

Por outro lado, articulações internacionais têm sido cada vez mais as marcas das organizações negras, especialmente com relação ao financiamento (TELLES, 2003), à inserção nas conferências internacionais (SANTOS, 2005), ou às redes de ativismo via internet e coletivos políticos (SEBASTIÃO, 2007). Além da expansão do movimento para fora das fronteiras do país, há evidências flagrantes de um processo de institucionalização do movimento, o que o habilita profissionalmente a negociar com os formuladores da política institucional no Brasil contemporâneo.

O novo perfil de militância exigiu, como dissemos, profissionalização das organizações e dos/as ativistas. As organizações recrutam pessoas com formação em Direito, em Comunicação ou Jornalismo, em Educação (licenciaturas e pedagogia), as quais compõem a equipe das instituições. Essa equipe é contratada para manter o cotidiano da organização e suas demandas, como a preparação de ações judiciais, de *release* para a mídia, de informações para o *site*, de redações para o jornal da entidade. Além disso, ela possui um corpo administrativo que deve ter bons conhecimentos de informática e secretariado para o controle de suas ações.

Uma outra marca do perfil da militância contemporânea parece ser a especialização de certas demandas sociais. O movimento negro brasileiro atua em grandes áreas, como a educação, a saúde, o trabalho, a comunicação e a advocacia de direitos humanos. Sem contar a intervenção no tema agrário, no que diz respeito, particularmente, ao reconhecimento e à demarcação de terras quilombolas.

Tendo isso em vista, as entidades se organizam de modo a prestar serviços a um público alvo. Este se insere na organização por intermédio dos núcleos ou projetos sociais. Durante sua caminhada, algumas dessas pessoas podem vir a tornarem-se ativistas engajados/as na organização onde ingressaram ou em outras formas de ativismo. Assim, a longevidade da instituição e a persistência de seu projeto parecem estar relacionadas à capacidade de administrar as exigências necessárias ao ativismo atual, que passa tanto pela gestão de projetos como pela articulação com demais atores/atrizes da sociedade civil e do Estado.

Para além das reivindicações, os/as ativistas, bem como suas organizações formam uma ampla rede de controle do poder público.

Nesse sentido, **entramos numa nova fase da política dos movimentos sociais**. Para além das reivindicações, os/as ativistas, bem como suas organizações formam uma ampla rede de controle do poder público. Cada vez mais, o movimento torna-se incisivo na proposta de garantia da igualdade racial, não aceitando nenhuma ação que possa discriminar pessoas seja por seu pertencimento étnico, seja por suas características físicas. Com efeito, com cerca de **um século da mobilização coletiva em favor da cidadania para a população negra** neste país, **o movimento negro moderno** agora passa por uma fase que é a de **fortalecer e ampliar as reivindicações em favor de políticas públicas direcionadas à redução das desigualdades**, focalizadas em gênero e raça, promovendo, assim, o universalismo dos direitos sociais, sem desprezar o pluralismo existente em nossa sociedade.

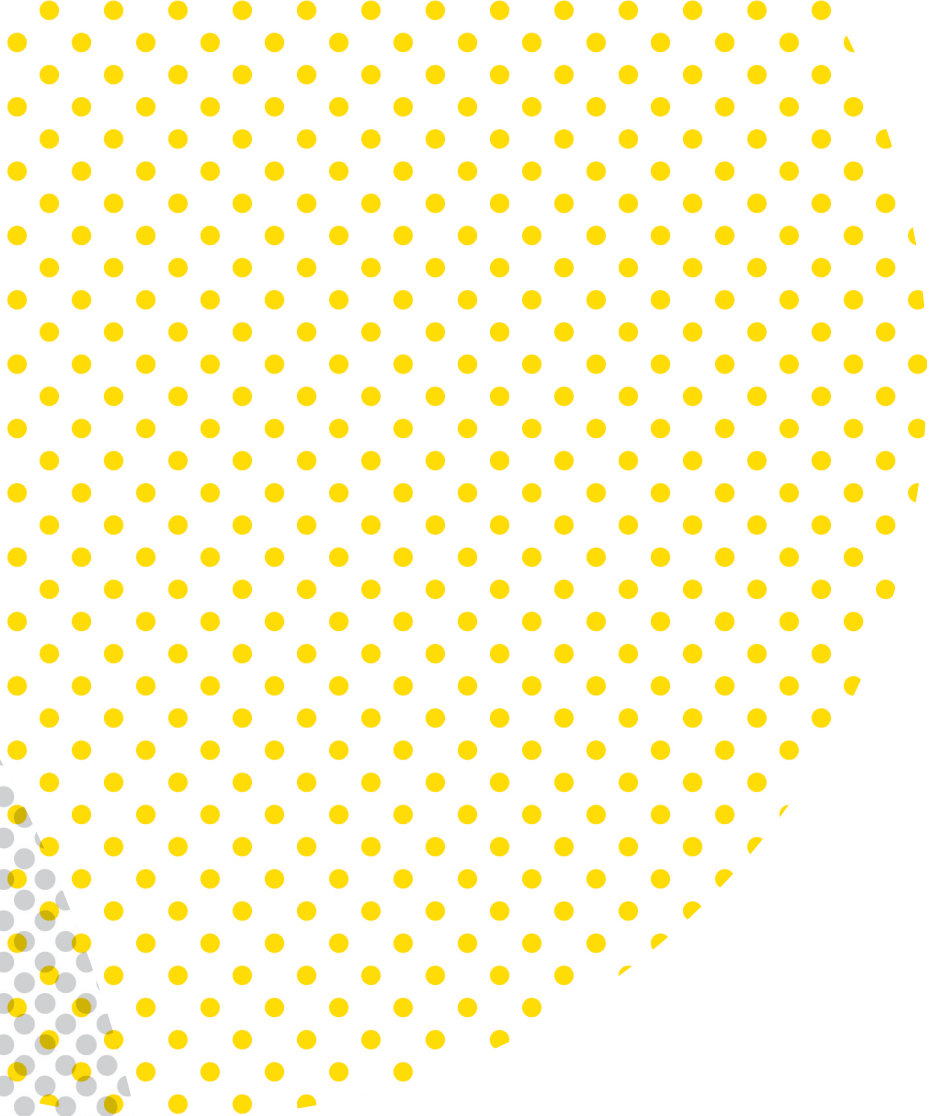
Comitativa nacional do movimento - As organizações que fizeram parte da direção nacional do evento são: Agentes de Pastoral Negros (APN's), Cenarab, Central de Movimentos Populares, Confederação Geral dos trabalhadores (CGT), Comunidades Negras Rurais, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Fórum Nacional de Entidades Negras, Fórum de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento Pelas Reparações (MPR), Conun, União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e Grupo de União e Consciência Negra (Grucon).

Fundação Palmares - A Fundação Cultural Palmares é entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22/08/1988, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 418, de 10/01/1992, e tem como princípio fortalecer a cidadania, a identidade, a ação e a memória dos segmentos étnico-raciais dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se ainda o direito de acesso à cultura, além da indispensável ação do Estado na preservação das manifestações culturais afro-brasileiras. Para conhecer mais as ações e projetos apoiados pela Fundação Palmares, acesse: www.palmares.gov.br

Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi - *A construção da igualdade: história da resistência negra no Brasil* – CEAP Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=yBcajWhOis8> Acesso em 18 de maio de 2010.

Esse vídeo fala das grandes marchas *Tricentenário de Zumbi dos Palmares* (1995) e *Zumbi + 10* (2005), que levaram aos governantes federais as reivindicações de políticas públicas em favor da igualdade social e de oportunidades para a população negra.

O vídeo também recupera fatos históricos, como a vida no Quilombo dos Palmares, onde conviviam negros/as, brancos/as e indígenas, e como a Revolta da Chibata, que eclodiu contra os castigos bárbaros sofridos por marinheiros dentro dos navios. Além disso, resgata os dois grandes heróis da história brasileira, responsáveis por essas organizações e lutas - Zumbi dos Palmares e João Cândido. O vídeo traz depoimentos de intelectuais que são referências do movimento negro e dados sobre a discriminação e violação de direitos sofridas pelos negros/as brasileiros/as.



BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Pallas, 2007.

ANDERSON, B. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru/SP: Edusc, 1998.

_____. O protesto político negro em São Paulo – 1888-1989. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 21, 1991, p. 32.

APPIAH, K. A. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARAÚJO, R. B. de. *Guerra e paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=190x-fNgC1cC&printsec=frontcover&dq=origens+do+totalitarismo+hannah+arendt&source=bl&ots=FEeg68BZ73&sig=3aMZJYP4gNwRf2YHS6UX2qUEbRY&hl=pt-BR&ei=1S1gTOubBoqRuAeM78C5Bw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CB0Q6AEwAQ#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____. O pensamento racial antes do racismo in *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=190x-fNgC1cC&printsec=frontcover&dq=origens+do+totalitarismo+hannah+arendt&source=bl&ots=FEeg68BZ73&sig=3aMZJYP4gNwRf2YHS6UX2qUEbRY&hl=pt-BR&ei=1S1gTOubBoqRuAeM78C5Bw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CB0Q6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09 ago. 2010.

ASSUNÇÃO, C. Linhagem. *Cadernos Negros – Os Melhores Poemas*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

AZEVEDO, T. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. 2. ed. Salvador: EDUFBa/EGBA, 1996.

BAIRROS, L. O negro na força de trabalho. *Caderno do CEAS*. Salvador, v.0, n.104, 1986, p.55-61.

_____. *Pecados no paraíso racial: O negro na força de trabalho da Bahia: 1950-1980*, 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFCH/UFBa, Salvador, 1987.

_____. et al. Negros e brancos num mercado de trabalho em mudança. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, 1992a, p.32-54.

BANTON, M. *Race in Dictionary of race and ethnic relations*. London: Routledge, 1994.

BARCELOS, L. C. Educação: Um quadro das desigualdades raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n.23, 1992a, p. 37-38.

_____. *Raça e realização educacional no Brasil*, 1992. 98f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1992b.

BASTIDE, R. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

_____; FERNANDES, F. *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Anhembi/UNESCO, 1955.

_____. A imprensa negra do Estado de São Paulo. In: _____. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 129-156

BATISTA, M. A. R.; GALVÃO, O. M. R. Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n.23, 1992, p.71-95.

BERQUÓ, E. S. et al. Como se casam negros e brancos no Brasil. In: LOVELL, P. A. (org.). *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1991, p.115-120.

_____. Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil. In: Encontro

Nacional de Estudos Populacionais, 6, 1988, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: ABEP, v.3, 1988, p.89-110.

_____. Estudos da dinâmica demográfica da população negra no Brasil. *Textos NEPO*. Campinas: Núcleo de Estudos da População/UNICAMP, n.9, 1986. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_09.pdf. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos Estudos*. São Paulo, n.74, mar. 2006, p.11-15. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 ago. 2010.

BÍBLIA SAGRADA: *Gênesis*. [S.l.]: [S.d]. Disponível em: <<http://www.bible-facts.info/comentarios/vt/genesis/AAlianca.htm>> . Acesso em 30 abr. 2010.

BOAS, F. A Capacidade Humana conforme determinada pela Raça. In: (Org.) STOCKING JR. *A Formação da Antropologia Americana, 1883-1911: Antologia*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 2004, p. 267-293.

BONFIM, M. *América Latina, males de origem*. O parasitismo social e evolução. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.

BOTELHO, A. Um antropólogo sem qualidades. In: LIMA, N. T.; SÁ, D. M. (Orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/ Editora Fiocruz, 2008.

BRASIL. Congresso. Senado. Artigo 68, de 1988. Reconhece a propriedade definitiva de terras aos seus ocupantes, remanescentes das comunidades dos quilombos. *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)*, Brasília, DF, 1988.

_____. *Decreto/95*, de 20 de novembro de 1995. Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/122188/decreto-95>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____. *Lei 10639/03*, de 09 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Disponível em

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/98883/lei-10639-03>>. Acesso em 09 ago. 2010.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Portaria n. 156, de 20 de outubro de 2004. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 out. 2004. Disponível em <<http://www.educacao.rj.gov.br/coie/NOVIDADES/inep040156.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2010.

BRUSCHINI, C. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões Nordeste e Sudeste na década de oitenta. In: LIGOCKI, M. S. L.; LIBARDONI, M. (coords.). *Discriminação positiva, ações afirmativas: em busca da igualdade*. 2.ed. São Paulo: CFEMEA/Elas, 1996, p.87-118.

_____.; LOMBARDI, M. R. A Bipolaridade do Trabalho Feminino no Brasil Contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 110, 2000, p. 67-104. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a03.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2010

CABRAL, A. O papel da cultura na luta pela independência. *O Correio*. Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 12-20, jan. 1974.

CAILLAUX, E. Cor e Mobilidade Social no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n.26, 1994, p. 53-66.

CAMARGO, O. Em maio. In: CAMARGO, O. (org.). *A Razão da Chama: Antologia de poetas negros brasileiros*. São Paulo: GRD, p. 57-58.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003, p. 117-133. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____.; SANTOS, T.; COSTA, A. G.. *O. Mulher Negra / Política Governamental e a Mulher*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CASTRO, N. A. e GUIMARÃES, A. S. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n.24, 1993, p.23-60.

CÉSAIRE, A. *Cahier d'un retour au pays natal*. Paris: Présence Africaine Éditions, 1939.

CHAIÁ, M. W. Negro entre o trabalho forçado e o trabalho restrito. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.2, n.º 2, 1988, p. 38-43.

CONFERENCIA MUNDIAL CONTRA EL RACISMO, LA DISCRIMINACIÓN RACIAL, LA XENOFOBIA Y LAS FORMAS CONEXAS DE INTOLERANCIA, 1., 2001, *Durban. Información Básica...* [S.l.]: DPI/193 – Naciones Unidas, mayo 2001. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/CMCR/backgrounder1.htm>>. Acesso em 09 ago. 2010.

CONTINS, M. *Lideranças Negras*. Rio de Janeiro: Aerplano, 2005.

COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1953. (Coleção Brasileira, 5, v. 276).

COSTA RIBEIRO, C.A. 2007. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2007, 372 p.

CUNHA, E. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Brasília: Cultrix, 1975.

D'ADESKY, J. *Pluralismo Ético e Multiculturalismo: Racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2001.

DIEESE; INSPIR, AFL-CIO. Mapa da população negra no mercado de trabalho. *Boletim DIEESE*. Estudos e Pesquisas, 2. São Paulo, n. 216, nov./dez. 1999.

DOMINGUES, P. *A insurgência de ébano: História da frente negra brasileira (1931-1937)*. 2005. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, São Paulo, 2005.

_____. Fretenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 28, jan. / jun. 2007, p. 345-374. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 ago. 2010.

DUARTE, P. Negros do Brasil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 16 abr. 1947.

ELIAS, N. *O Processo Civilizatório*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1993.

FAUSTO, B. *O crime no restaurante chinês*. São Paulo: CIA das Letras, 2008.

- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dôminus Editora, 1965.
- _____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.
- FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915 – 1963). *Boletim FFLCH*. São Paulo, 1986. (Coleção Antropologia, n. 13).
- FIGUEIREDO, A. *Novas Elites de Cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: Annablume / UCAM, 2002.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FRANCISCO, F. T. R. *Laços Atlânticos: imigração africana em São Paulo*. São Paulo: Editora Diáspora, 2008.
- FRAZIER, E. F. Comparison of Negro-White Relations in Brazil and in the United States. *Transactions of the New York Academy of Sciences*. New York: Ind. Indianapolis, ser. II, v. 6, n. 7, p. 251-269, 1944.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- FRY, P. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GIACOMINI, S. M. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – O Renascença Clube*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2006.
- GILROY, P. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34. Rio de Janeiro: UCAM, 2001.
- GOBINEAU, A. *Essai sur l'innégalité des races humaines* (1853). Paris: Galimard/Pléiade, 1983.
- GOMES, F. *Negros e Política (1988-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, 96 p. (Série Descobrimo o Brasil).
- GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (org.). *Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 87-106. (Coleção Tendências, 1).

_____. O movimento negro na última década. In: _____; HASENBALG, C. (orgs.). *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982, p. 9-66. (Série Coleção 2 pontos).

_____. Por um afrolatinoamericano. *Mujeres, crisis y movimiento*: América Latina y el Caribe. Santiago: Isis Internacional, v. 8, 1988, p. 133-141.

_____. A questão negra no Brasil. *Cadernos Trabalhistas*. São Paulo: Global Editora, 1981

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciência Sociais Hoje*. Brasília, 1983, p. 223-243.

_____. *As relações raciais no Brasil após a abolição*. 1986. Disponível em:

<http://www.eliagonzalez.org.br/material/Cultura_Etnicidade_e_Trabalho.pdf> Acesso em 09 ago. 2010.

GRUSKY, D. The Contours of Social Stratification. In: _____ (ed.). *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. San Francisco: Westview Press, 1994, p.3-35.

GUIMARÃES, A. S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social*. São Paulo, v. 13, n. 2, 2001, p. 121-142. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a07.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=k7cEzL4awMAC&printsec=frontcover&dq=Classes,+ra%C3%A7as+e+democracia&source=bl&ots=503xY-DxGC&sig=xex7T41aym9D8jDzrGxLLjxj38k&hl=pt-BR&ei=1zxtTKyPPI6NuAfBm8WzBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CCQQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____. *Preconceito e discriminação*. Queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil. Salvador: Novos Toques, 1998. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=HNdBAb2JXfoC&printsec=frontcover&dq=Preconceito+e+discrimina%C3%A7%C3%A3o.+Queixas+de+ofensas+e+tratamento+desigual+dos+negros+no+Brasil&source=bl&ots=4StMTia_wU&sig=pXU5LsJlrcZcGZ3xmQ Qvy9sHw0&hl=pt-BR&ei=Oz1gTPqjIoeHuAf8sq3DBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBUQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false> . Acesso em: 09 ago. 2010.

_____. *Racismo e Anti-racismo*. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, p. 42-44, 1999. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=jA4hnXoxMNIC&printsec=frontcover&dq=Racismo+e+anti-racismo+n+o+Brasil&source=bl&ots=YreDAa8jVn&sig=XOr9gNEF2tm3wXvD4lKpOhiqjH8&hl=pt-BR&ei=tD1gTlTbX4iHuAeDr8WzBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CBwQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____.; MACEDO, M. Diário Trabalhista e Democracia Racial Negra dos Anos 1940. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 2008, p. 143-182. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582008000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 ago. 2010.

HANCHARD, M. G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. O Negro na Indústria: Proletarização Tardia e Desigual. *Ciências Sociais Hoje*. Brasília, 1992, p. 13-31.

_____. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. In: FONTAINE, P. M. (org.) *Race, Class and power in Brazil*. Los Angeles: Center for Afro-American Studies/University of California, 1985, p. 25-41.

_____.; SILVA, N. V. (eds.). *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1988.

_____. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional. In HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

_____. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n.18, 1990, p.73-91.

_____. Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil. *DADOS Revista Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000, p. 423-445. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 ago. 2010.

HELLWIG, D. *African-american reflection's on Brazil's racial paradise*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

HENRIQUES, R. Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. *Texto para Discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 807, 2001. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0807.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2010.

HERINGER, R. A. Agenda anti-racista das ONGs brasileiras nos anos 1990. In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. (orgs.). *Tirando a Máscara* – Ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 343-357.

HITLER, A. *Minha luta*. São Paulo: Centauro, 2005. Disponível em: < <http://radioislam.org/historia/hitler/mkampf/por/por.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

HOFBAUER, A. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=XpfP_LnsVOYC&printsec=frontcover&dq=Uma+hist%C3%B3ria+de+branqueamento+ou+o+negro+em+quest%C3%A3o&source=bl&ots=SPtn8Ei--0&sig=xoat8OafM7H16pl_XjEWLuAhRj0&hl=pt-BR&ei=qENgTN_IK4iduAe95bjEBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBUQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09 ago. 2010.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1936. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=xM-P9r1HUIYC&printsec=frontcover&dq=Ra%C3%ADzes+do+Brasil&source=bl&ots=2zgxvVWawO&sig=h37lfizEZIxsbRFR4NSC2j36vPM&hl=pt-BR&ei=_ENgTNu-DcmMuAeZLjCBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CCYQ6AEwAg#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09 ago. 2010.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, -1976. Anual.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-. Anual, 1999.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-. Anual, 2003.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-. Anual, 2007.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-. Anual, 2008. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

IPEA; FJP; PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000*. Brasília: IPEA, 2000. Versão em CD-Rom. Disponível para download em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. *Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.

JANUZZI, P. M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceito, fonte de dados e aplicações*. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

JOHNSON III, O. A. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-1999). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 38, dez. 2000, p. 7-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 ago. 2010.

KAMEL, A. *Não somos racistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KÖSSLING, K. S. O discurso policial sobre o afrodescendente. *Revista Histórica*, São Paulo, SP, n.15, jul./ago./set. 2004.

_____. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*, 2007. 314f. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo, 2007. Disponível para download em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112007-142119/>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

LACERDA, J. B. *Sur les métis au Brésil*. Londres: Imprimerie Devougue, 1911.

LAZO, A. C. G. V. A nupcialidade da população feminina negra. Estado de São Paulo. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, 1988, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: ABEP, v. 3, 1988, p. 289-321.

LEITE, I. B. Os quilombos e a Constituição Brasileira. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 2008. cap. 10.

LEVI-STRAUSS, C. Raça e Historia. *Raça e Ciência I*. São Paulo: UNESC/Perspectiva, 1970 [1960].

LIMA, M. Políticas públicas com perspectiva étnico-racial e seus desdobramentos no campo da pesquisa. (2008). Consultoria para a Fundação FORD/CEBRAP. (mimeo)

_____. Estratificação social, mercado de trabalho, desigualdades raciais: uma introdução. In: _____; HASENBALG, C.; SILVA, N. V. *Cor e Estratificação Social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

LIMA, M. R. S. *Serviço de “branco” e serviço de “preto”*. Um estudo sobre “cor” e trabalho no Brasil urbano. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

LOVELL, P. A. Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 22, 1992, p. 85-98.

_____. *Racial inequality and the Brazilian labor market*, 1987. Dissertação (Ph D) – Department of Sociology, University of Florida, Gainesville, 1989.

MACCLINTOCK, A. *Imperial leather: race, gender, and sexuality in the colonial conquest*. New York: Routledge, 1995.

MACEDO, M. *Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado*, 2006. 284f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPS/USP, São Paulo.

MAGNOLI, D. *Gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAIO, M. C. *A história do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*, 1997. 346f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro.

_____. Costa Pinto e a crítica ao negro como espetáculo. In: PINTO, L. A. C. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

_____. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro v. 40, n.1, p. 127-162, 1997.

MARCHA NACIONAL ZUMBI DOS PALMARES, CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E PELA VIDA, 1., 1996. *Documento apresentado ao Sr. Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso*. Disponível em: <http://www.leliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf>. Acesso em 09 ago. 2010.

MOURA, C. Organizações Negras. In: São Paulo: SINGER, P. (org.). *O Povo em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MOUTINHO, L. *Razão, "cor" e desejo: uma análise sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: UNESP, 2004.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional x identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTS, A. (org.). *Eu sou Atlântica*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

_____. Negro e o Racismo In: RATTS, A. (org.). *Eu sou Atlântica*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, E. L. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=-ZAW8BhVcTQC&pg=PA2&lpg=PA2&dq=O+sortil%C3%A9gio+da+cor:+identidade,+ra%C3%A7a+e+g%C3%AAnero+no+Brasil&source=bl&ots=CSYM_kECGw&sig=ZSTpVPfP0NBsY-XHJoqnGHNC4r0&hl=pt-BR&ei=ykhgTIjfCoSTuAebLy9Bw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0CCcQ6AEwBA#v=onepage&q=O%20sortil%C3%A9gio%20da%20cor%3A%20identidade%2C%20ra%C3%A7a%20e%20g%C3%AAnero%20no%20Brasil&f=false>. Acesso em: 09 ago. 2010.

NOGUEIRA, O. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: EDUSP, 1998. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=Sf-dCxdh9iMC&printsec=frontcover&dq=Preconceito+de+marca:+as+rela%C3%A7%C3%B5es+raciais+em+Itapetininga&source=bl&ots=8xedboDAc6&sig=64nOF9_ODqCjydy9pEw6T7m8Dyg&hl=pt-BR&ei=JULgTKCBO4GKuAfb5YjJBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CBkQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09 ago. 2010.

OLIVEIRA, J. P. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). [s.l.]: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 1997, 3:60-83

OLIVEIRA, L.E.G. et al. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OSORIO, R. G. Mobilidade social dos negros brasileiros. *Texto para Discussão*. Brasília: IPEA/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, n.1033, 2004. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1033.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2010.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PEREIRA, J. M. N. Colonialismo, Racismo, Descolonização. *Caderno Cândido Mendes*. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, v. 2, mai./ago. 1978.

PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Nacional, 1942.

PINTO, L. A. C. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

POLIAKOV, L. *O Mito Ariano*, São Paulo: Perspectiva, 1974.

PORCARO, R. M. Desigualdade racial e segmentação do mercado de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 15, 1988, p. 208-217.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FERNART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997.

PRADO, P. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Duprat-Mayenca. 1928.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins. 1942.

PRÉSENCE AFRICAINE. Paris: Présence Africaine Éditions, 1947 - . Quadrimestral.

RATTS, A. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2006, p. 40.

RIBEIRO, M. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 16, n. 3, dez. 2008, p. 987-1004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09 ago. 2010.

RIOS, F. M. *Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo*, 2009. 168f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2009. Disponível para download em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29102009-170307/>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

RODRIGUES, R. N. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938.

_____. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

ROLAND, E. O Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, A. S.; HUNTLEY, L. (orgs.). *Tirando a Máscara – Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237-256.

ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

ROQUETE- PINTO, E. *Rondônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

ROSENBERG, F. M. B. M Instrução, rendimento, discriminação racial e de gênero. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: v. 68, n. 159, p. 324-355, mai./ago. 1987a.

_____. Raça e educação inicial. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 77, 1991, p. 25-34.

_____. Relações Raciais e Rendimento Escolar. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 63, nov. 1987b, p. 19-23.

_____. Segregação espacial na escola paulista. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 19, 1990, p. 97-107.

ROUSSEAU, J.J. *Discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens* (1775). In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

RUFINO, J. O Movimento Negro e a Crise Brasileira. *Política e Administração*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, jul. / set. 1985, p. 287-307.

SANTOS, G. *Etnia negra e partidos políticos*, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo, 1992.

SANTOS, I. A. A. *O movimento negro e o Estado (1983-1987)*. São Paulo: Imprensa Oficial / Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2006. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/dados/dissertacoes/a_pdf/disserta_ivair_santos_movimento_negro_sp.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2010.

SANTOS, J. A. F. Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC, v. 48, n.1, 2005, p. 21-65.

SCALON, M. C. Cor e seletividade conjugal no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 23, dez. 1992, p. 17-36.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, É. V. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: SENAC, 2007.

SCHWARCZ, L. M. Complexo de Zé Carioca. Nota sobre uma identidade mestiça e malandra. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, SP, n. 29, out. 1995.

_____. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade brasileira contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEBASTIÃO, A. A. *Memória, Imaginário e Poder: Práticas Comunicativas e de Ressignificação das Organizações de Mulheres Negras*, 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SENGHOR, L. S., *Problématique de la Négritude. Colloque sur la Négritude*. Paris: Présence Africaine, 1972.

SEYFERTH, G.. Etnicidade e Cidadania: algumas considerações sobre bases étnicas da mobilização política. *Boletim do Museu Nacional - Antropologia*. Rio de Janeiro, n. 42, v. 20, out. 1983, p. 1-16.

SILVA, D. F.; LIMA, M. Raça, gênero e mercado de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 23, 1992, p. 97-111.

SILVA, J. *União dos Homens de Cor: uma rede do Movimento Social Negro após o Estado Novo*, 2005. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, N. V. Black-White income differentials: Brazil 1960. Dissertação (Ph. D). University of Michigan, Ann Arbor, 1978.

_____. Distância social e casamento inter-racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 14, 1987, p. 54- 84.

_____. Estabilidade temporal e diferenças regionais no casamento inter-racial. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 21, 1991, p. 49-60.

_____. Updating the cost of not being white in Brazil. In: FONTAINE, P. M. (eds.) *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles: University of California, 1985.

_____; HASENBALG, C. A. *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

SILVA Jr., H. Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa: a lei como obstáculo e como instrumento dos direitos e interesses do povo negro. In: GUIMARÃES, A. S.; HUNTLEY, L. (orgs.). *Tirando a Máscara – Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 359-387.

SILVEIRA, O. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, P. B. G.; SILVERIO, V. R. (orgs). *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília-DF: MEC/INEP, 2003. Disponível para download em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5216>. Acesso em: 09 ago. 2010.

SKIDMORE, T. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, S. S. D. O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. *Texto para Discussão*. Brasília: IPEA/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, n. 769, 2000. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_769.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2010.

SOUZA, F. S. *Afro-descendência em cadernos negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

STOLKE, V. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 20, 1991, p. 101-119.

TAFNER, P. Educação no Brasil: Atrasos, Conquistas e Desafios. In: _____. *Brasil: O Estado de uma nação – 2006*. IPEA: Brasília, 2006, cap. 3, p.121-228. Disponível para download em: < <http://www.en.ipea.gov.br/index.php?s=11&a=2006&c=c3&PHPSESSID=e78ea6e2811aecf6b0722c95ee94b4fd>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

TAGUIEFF, P. A. *Le Racisme*. Paris: Flammarion, 1997.

TAMBURO, E.M.G. Desiguais perante a morte. In: LOVELL, P. A. (org.). *Desigualdade Racial no Brasil*

Contemporâneo. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 1991, p. 295-308.

_____. Mortalidade Infantil da População Negra Brasileira. *Textos NEPO*. Campinas: Núcleo de Estudos da População/UNICAMP, n. 11, 1987, p. 104-128.

TELLES, E. E. Características Sociais dos trabalhadores informais: o caso das regiões metropolitanas no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n. 19, 1990, p. 61-80.

_____. Industrialization and Racial Inequality in Employment: The Brazilian Example. *American Sociological Review*; Washington – DC, v. 59, n. 1, fev. 1994, p. 46-63.

_____. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

TODOROV, T. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TORRES, A. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1915.

_____. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

TURNER, B. S. Contemporary problems in the theory of citizenship. In: _____. *Dimensions of radical democracy: outline of a theory of citizenship*. London: Allen and Unwin, 1989. p.1-17.

TURRA, C.; VENTURI, G. *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

VIANNA, H. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. Racial inequality and child mortality. In: _____. *The Demography of Inequality in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 135-153.

